

**TRAMAS DO TEMPO: CULTURA POPULAR E
POLÍTICA ENTRE TRABALHADORES
RURAIS**

Nilcéa Moraleida Gomes

**Tese de Doutorado apresentada ao
programa de Doutorado em História
da UNICAMP, como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor
em História.**

**Área de concentração: História
Social do Trabalho**

Orientador: Prof. Dr. Michael M. Hall

Setembro de 1995

G585t

25824/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Em. 0077258-1

UNIDADE	BR
N.º CHAMADA:	Tunicamp
V.	8585t
TIPO DE	25.827
PREÇO	123,95
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 123,95
DATA	05/01/95
N.º CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Gomes, Nilcéa Moraleida

G585t Tramas do tempo: cultura popular e política entre trabalhadores rurais / Nilcéa Moraleida Gomes. - - Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Michael M. Hall.

Tese (doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalhadores rurais - Minas Gerais. 2. Cultura popular.
I. Hall, Michael M. (Michael Mac Donald), 1941 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

NILCÉA MORALEIDA GOMES

**TRAMAS DO TEMPO: CULTURA POPULAR E POLÍTICA
ENTRE TRABALHADORES RURAIS**

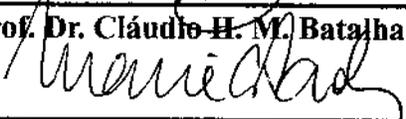
**Tese de Doutorado
apresentada ao Departamento de
História do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do
Prof. Dr. Michael M. Hall**

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
11/09/95.

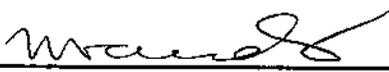
Banca:



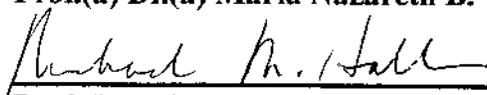
Prof. Dr. Cláudio H. M. Batalha



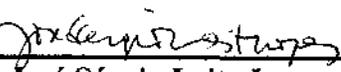
Prof.(a) Dr.(a) Maria Célia Paoli



Prof.(a) Dr.(a) Maria Nazareth B. Wanderley



Prof. Dr. Michael M. Hall



Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes

SETEMBRO DE 1995

Índice

<u>Agradecimentos</u>	4
<u>Introdução : Em Busca da Trajetória de um Ausente</u>	6
<u>Capítulo 1: Uma História de Trabalhadores e Usinas Canavieiras</u>	21
1.1 - Um imenso canavial	21
1.2 - O nascimento das usinas e a ideologia do progresso: oligarcas e burgueses no campo	26
1.3 - O controle do trabalho livre	39
1.4 - “Admiráveis usinas com centenas de lavradores e operários...”	46
<u>Capítulo 2: Os Canavieiros na Cidade</u>	70
2.1 - A moradia e o despotismo do capital sobre o trabalho	70
2.2 - Efeitos da expulsão dos moradores nas fazendas	82
2.3 - O império da usina e as transformações no trabalho	86
2.4 - As novas lutas operárias nos campos de cana	99
<u>Capítulo 3: O Trabalhador Rural nas Redes do Poder</u>	113
3.1 - Um mundo de senhores e instituições modelares?	113
3.2 - Entre o direito e a lei: um campo de lutas	124
3.3 - Deslocamentos no campo religioso: a igreja radical e os trabalhadores rurais	137
3.4 - Partidos e sindicatos: os espaços do possível na política institucional	152
a) <i>A experiência com partidos políticos</i>	152
b) <i>Os limites da ação sindical</i>	174
<u>Capítulo 4: Cultura Popular e Imaginário Político Entre Trabalhadores Rurais</u>	185
4.1 - Sobre cultura e política	185
4.2 - Domesticando o negro e o pobre no campo	189
4.3 - Doce e amargo: idealização e estigma do trabalho na cana-de-açúcar	213
4.4 - O imaginário da igualdade e o milenarismo cristão	232
<u>Conclusão: Através da História, Novas Possibilidades</u>	241

BIBLIOGRAFIA	243
A) Livros, artigos e teses:	244
B) Periódicos:	255
<i>Jornais:</i>	255
<i>Revistas:</i>	255
C) Relatórios e documentos:	255
D) Boletins e cartilhas:	256
E) Arquivos, censos, cadastros e obras de referência:	257
Anexos	259

Agradecimentos

Apesar de se pretender que uma tese seja uma prova da capacidade individual de quem a elabora, todas elas devem muito a muitas pessoas. Esta tese, em particular, foi concebida no interior de um esforço coletivo de pesquisa e formação que tem reunido, ao longo de muitos anos, um grupo de pesquisadores que constitui o Centro de Estudos Rurais da FAFICH/UFMG. Os colegas Carlos Magno Guimarães, Leda Benevello de Castro, Maria Aurora Rabelo, Nair Costa Muls, Otávia Rodrigues Fernandes, Raquel Miranda Lopes, companheiros em muitos projetos e em acalorados debates, de várias formas contribuíram para as avaliações e idéias contidas nesse trabalho. Agradeço-lhes não apenas as contribuições, mas também a convivência sempre frutífera, além de tolerante e afetuosa.

Devo muito também aos personagens principais deste "drama", os trabalhadores rurais, em particular ao movimento sindical mineiro organizado na FETAEMG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais). Sem esses militantes abnegados, este projeto nem sequer teria tomado corpo. A eles, agradeço as possibilidades sempre abertas e em particular a seus dirigentes na zona da Mata Mineira, ao Herminio, primeiro presidente do Sindicato de Guidoval e diretor da FETAEMG; ao Zé Ruela, ex-diretor do departamento de assalariados da Federação, e ao pessoal de várias diretorias do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Visconde do Rio Branco, em especial aos ex-presidentes Ari Ferraz, Adão e José Geraldo, que me receberam sempre com a maior solicitude e atenção. À Giselda, minha guia nos bairros populares e junto aos trabalhadores, um grande abraço fraterno.

Nos levantamentos de campo foram essenciais a atenção e auxílio do jornalista, ex-prefeito e ex-deputado Cléber Lima, da professora Rosinha de Oliveira, do dr. Edgar Silva, de d. Terezinha de Almeida Pinto (que me cedeu valiosos documentos do acervo do museu que busca implantar em Visconde do Rio Branco), do sr. Joaquim Vianna, Jeová e Franklin Benatti, Têa Rachid e "seu" Valdir, do padre Edson (vigário da paróquia local), de "seu" Odilon e da professora Romilda Mourão Gontijo.

O professor Manuel Correia de Andrade enviou-me, de Pernambuco, trabalhos seus (inclusive sobre a região desta pesquisa) aos quais eu dificilmente teria acesso sem sua ajuda. Luiz de Carvalho Bicalho, filósofo e professor, ex-dirigente comunista em Minas Gerais e pessoa muito querida entre os que o conheceram, forneceu-me preciosos documentos e um depoimento pessoal a respeito de sua experiência com o movimento de trabalhadores rurais mineiros nos anos 50 e 60. Além do agradecimento, quero registrar o pesar pelo seu falecimento, poucos meses depois do encontro que tivemos.

No Departamento de Ciência Política da UFMG, onde sou professora, vários colegas contribuíram com este projeto: Carlos Roberto Horta, com a leitura atenta e generosa de parte da tese, e Margarida Vieira. À Marlene de Fátima Maciel, a secretária exemplar, devo agradecer o trabalho exaustivo e cuidadoso de transcrição de parte das entrevistas, assim como à Viviane Moraleida Gomes. Ao Departamento, sou grata pela criação de condições para o adiantamento do trabalho, sobretudo pela licença das atividades docentes no segundo semestre de 1992.

Devo agradecer também à UFMG e à CAPES, que criaram as condições para que o doutorado fosse realizado com tranqüilidade, e à Djalva, da pró-reitoria de Pós-Graduação, pela atenção e cuidado com os bolsistas.

A banca do exame de qualificação, composta pelos professores Maria Nazareth B. Wanderley, Cláudio Batalha e Michael M. Hall, deu sugestões preciosas para a melhoria do trabalho, quando era ainda um indigesto "calhamaço" de temas e citações, que foi obrigada a percorrer.

Ao meu orientador, prof. Michael M. Hall, devo agradecer sobretudo pela segurança na indicação de uma bibliografia que me abriu novas perspectivas, no exame de um tema já tão debatido.

O escritor Rosalvo Braga reviu com cuidadosa atenção os originais e sugeriu modificações que contribuíram para a melhoria do texto. Meus alunos Roger Andrade Dutra e Maria Jacqueline de Oliveira S. Monteiro foram responsáveis pela edição final do texto, fazendo um belo e competente trabalho. A forma final da tese deve muito a essas três pessoas.

Finalmente, mas não menos importantes, ao Luiz e ao Pedro, pela cotidiana paciência, o meu carinho.

Introdução : Em Busca da Trajetória de um Ausente

“Porém, aquilo que uma nova interpretação do passado considera como não pertinente — dejetos criados pela seleção dos materiais, permanece negligenciado por uma explicação — apesar de tudo retorna nas franjas do discurso ou nas suas falhas: “resistências”, “sobrevivências” ou atrasos perturbam, discretamente, a perfeita ordenação de um “progresso” ou de um sistema de interpretação. São lapsos na sintaxe construída pela lei de um lugar. Representam aí o retorno de um recalçado, quer dizer, daquilo que num momento dado se tornou impensável para que uma identidade nova se tornasse pensável”. Michel DE CERTEAU, 1982.

O ponto de partida desta tese foi, antes de mais nada, uma preocupação teórica, resultante de anos de trabalho, entre meados dos anos 70 e o final da década seguinte, no interior de uma problemática situada no campo das Ciências Sociais, a questão agrária brasileira. Essa experiência foi gradativamente mostrando que as lutas sociais no campo eram tratadas, na bibliografia existente, a partir de um aparato sociológico que redundava em três formas básicas de compreender a ação política do trabalhador rural:

- em parte das interpretações, as classes populares no campo são vistas praticamente como “criações” das estruturas sociais transformadas pela modernização agrária;
- noutra parte, suas lutas seriam explicadas pela existência e pela prática de instituições externas ao mundo agrário, como os sindicatos e os partidos políticos, responsáveis pelo desenvolvimento da “consciência” dos trabalhadores acerca de sua condição e de seus interesses;
- na terceira forma de análise, não havendo as condições anteriores, os trabalhadores não existem como sujeitos políticos, completamente subsumidos pela dominação dos proprietários de terras, coronéis ou “mandões” locais;

Dessa maneira, enquanto não se submetessem às transformações estruturais ou não se organizassem nas instituições adequadas, os trabalhadores rurais seriam “não-classes”, caracterizadas pelo irracionalismo político manifestado em movimentos milenaristas, ou no banditismo social, ou meros suportes do papel político desempenhado pelos proprietários de terras na vida nacional.

Como estes trabalhadores não eram qualificados como sujeitos de ações coletivas ou das lutas entre as classes sociais no campo, a bibliografia conhecida só registra a emergência do “irracionalismo” do campesinato, para o período compreendido entre a Abolição e o final dos anos 50, no século XX. Mesmo as lutas sociais bastante documentadas dos colonos do café, ao longo de todo este período, foram pouco estudadas, conforme destacou STOLCKE¹. Como nas análises do operariado urbano, as experiências reais eram substituídas por visões idealizadas e modelares dos movimentos das classes sociais em outros países, ou pela capacidade quase demiúrgica de a modernização e as instituições políticas produzirem e conotarem os conflitos em lugar dos trabalhadores reais.

Ao fazerem um balanço da recente produção sociológica a respeito das classes populares urbanas, PAOLI e SADER apontam o fato de que ela parece significar “...uma ruptura interpretativa com determinadas representações adquiridas sobre a sociedade brasileira” e em particular, sobre os trabalhadores na sociedade e na história. Afirmam que se trata, na verdade, de “significações instituídas sobre o lugar destas populações” configurando um imaginário persistente que “colou-se ao real que nomeou”². Nestas representações, que remontam à influência do pensamento político gestado na Primeira República, o povo brasileiro é avaliado negativamente por conservadores e por socialistas, em vista de sua heterogeneidade. Em literatura mais recente, este povo aparecerá como uma criação do Estado getulista, que homogeneiza a sociedade desagregada e permite o aparecimento de classes sociais, enquanto a modernização dará à elas a universalidade que lhes faltava.

Nas análises do setor agrário, estes problemas são agravados pela negatividade que envolvia todo o mundo rural brasileiro, caracterizado nestas

¹ STOLCKE, Verena. *Cafecultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

² PAOLI, M.C. e SADER, E. Sobre Classes Populares no Pensamento Sociológico Brasileiro in CARDOSO, R. (org.). *A Aventura Antropológica*. São Paulo, Paz e Terra, 1988, p. 40-41.

representações da sociedade pelo atraso, pelo irracionalismo, pela impermeabilidade à universalização, fosse pelo Estado, fosse pelo capitalismo.

Ao longo dos anos 70, desenvolveu-se um febril esforço de conhecimento a respeito do impacto das transformações no campo brasileiro, conformando a temática da modernização agrária no país. Tratava-se então de superar as falsas disjuntivas dos anos 50/60 (como a célebre polêmica feudalismo X capitalismo), e destacava-se a importância do trabalho de campo, em lugar das amplas generalizações praticadas até então³. Multiplicaram-se os trabalhos, os grupos de pesquisa e as instituições especializadas no exame do capitalismo no campo, preocupados com a diferenciação das classes sociais, o lugar do campesinato, a relação entre agricultura e indústria, as transformações técnicas, a intervenção estatal, a generalização dos conflitos de terra, a organização sindical rural.

Sintomaticamente, pequeno número de pesquisadores enfocou dois temas cruciais no reconhecimento efetivo dos trabalhadores rurais, como indivíduos portadores de identidade própria na sociedade. São eles: o processo de trabalho e o universo político desses trabalhadores, que não fossem balizados pela idéia da negatividade, isto é, por aquilo que deveriam ser, em lugar do que efetivamente são⁴.

Nossa explicação para este silêncio é que a apropriação acadêmica do marxismo no Brasil, nos anos 70, por meio da qual se rompia com a representação positivista do mundo agrário, foi profundamente marcada pela perspectiva da economia política. Afinal, tratava-se de interpretar este capitalismo triunfante e suas conseqüências políticas, como também pela vertente althusseriana, àquela altura hegemônica no campo das ciências humanas. Naquele momento, também ocorreu um relativo descompasso das abordagens nacionais com certas temáticas ou com polêmicas que já constituíam moeda corrente no debate internacional (por exemplo, a polêmica THOMPSON-ALTHUSSER acerca das relações entre estrutura e sujeito, ou a grande renovação nos estudos históricos acerca das classes populares).

Disso resultou uma copiosa produção, centrada na visão “estrutural” da sociedade, cujo peso não se evidencia somente na Sociologia Rural como, também, em parte da Antropologia que se dedica aos estudos agrários. Mesmo no domínio da História, a hegemonia da História Econômica no mesmo período, ou de uma História

³ GNACCARINI, J. C. e MOURA, M. M. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate in *BIB* nº 15 a 19, ANPOCS. São Paulo, Cortez, 1990.

⁴ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987, vol. 1, p. 10.

Social que privilegiava os temas da transição e da industrialização — embora tenham contribuído para alargar o conhecimento da sociedade brasileira — não chegaram a dar conta da temática das classes agrárias, em particular das populares.

Mais recentemente, sob a influência de abordagens como a de GENOVESE⁵, iniciou-se uma vaga de revisão da problemática do escravismo e da política, que gerou uma série de trabalhos significativos⁶, sob a crítica acirrada dos que defendem o predomínio de uma análise estrutural e resistem à consideração do escravo como indivíduo e sujeito político.

No estudo das classes populares no campo, também tiveram duradoura influência os ensaístas que, desde os anos 20, procuraram interpretar o sentido da nacionalidade, fundando certas “linhas de força” na análise da sociedade brasileira. Os elementos de exame do mundo agrário que esses autores privilegiaram fazem sobressair uma visão sempre baseada “nos de cima”, provocando uma elipse que elimina o universo político dos dominados ou o desclassifica de alguma maneira. Estes só existem autonomamente em manifestações irracionais ou folclóricas : são fanáticos, messiânicos, bandidos, ou então pitorescos, pela miscigenação racial e cultural, ou, finalmente, passivos trabalhadores que desaparecem nas práticas de subordinação de senhores e potentados políticos. Em geral, os trabalhadores rurais estão ausentes, seja por sua submissão aos interesses particularistas dos senhores, latifundiários ou coronéis, seja porque o elemento de liberdade e identidade popular só poderia ser vivenciado na cidade, ou ainda porque, na perspectiva do conservadorismo romântico, o mundo do trabalho desaparece na idealização de seu convívio com os senhores.

Além disso (como demonstraram THOMPSON e HILL⁷ em estudos sobre as classes populares na transição para o capitalismo na Inglaterra), a influência da análise weberiana clássica deita raízes em grande parte da produção histórica que examina as relações sociais nesses períodos, fazendo que, em lugar de uma relação conflituosa de dominação e resistência, enxergue-se apenas o mundo do consenso e

⁵ GENOVESE, E. *A Terra Prometida. O Mundo que os Escravos Criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

⁶ REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986; REIS, J. J. E SILVA, E. *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; LARA, Sílvia H. *Campos da Violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; CHALOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

⁷ THOMPSON, E. P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Grijalbo, 1984, e HILL, C. *O Mundo de Ponta Cabeça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

da repetição. Este estaria baseado no paternalismo ou na religião, vistos como positividade ou meros mecanismos de integração social.

Deve-se notar ainda, como aponta RABELO⁸, que parte desses autores brasileiros partilham uma perspectiva jurídicista e liberal, base de sua crítica a uma estrutura de poder que dissolve o poder de Estado e de governo no particularismo do poder local, a partir da subordinação política do campesinato, que seria composto de não-cidadãos. Nessa perspectiva, o exame e a compreensão do universo dos dominados não é necessariamente um requisito para a crítica às práticas dominantes.

Um último aspecto deve ser considerado, como parte da explicação para a ausência teórica e empírica: os estudos sobre a industrialização brasileira e os que se dedicaram à analisar a constituição da força de trabalho livre no país, ao tomar por base a problemática da imigração, que polarizava a política nacional a partir da importância de São Paulo, também contribuíram para eclipsar a força de trabalho nacional. Os brancos pobres e ex-escravos no campo deixam de ser significativos para a vida brasileira, desaparecendo nas relações sociais, com igual anulação de sua específica experiência política.

Quando finalmente retomados nas análises dos anos 70, esses trabalhadores vão aparecer à distância, vagamente compreendidos pelos conceitos de dominação tradicional e de poder local, já agora em transformação pelos efeitos da modernização capitalista, que os confronta com novas formas de violência econômica, política e jurídica, e com novas configurações de classe.

A eliminação da história dessas camadas sociais e sobretudo, de sua específica cultura política, não constitui um problema nacional, como já mostraram outros pesquisadores, abrindo novos veios de pesquisa. Trata-se de problema teórico e de método, subjacente a respeitáveis abordagens do campesinato na bibliografia internacional⁹. Além disso, boa parte das análises clássicas a respeito do campesinato é marcada por um certo viés ideológico que deve ser levado em conta ao se avaliar a bibliografia conhecida, inclusive no campo do marxismo¹⁰. Nela, os camponeses, em particular, são encarados como portadores do mundo da tradição, do irracionalismo econômico e político e da fragmentação. Estão, portanto, condenados

⁸ RABELO, Maria Aurora. *Chapadas e Grotas: Proletários e Camponeses no Alto Jequitinhonha*. Belo Horizonte, UFMG, dissertação de mestrado em Ciência Política, 1986, mimeo.

⁹ SCOTT, J.C. e KERKVLIT, B. J. T. (Org.). *Everyday Forms of Peasant Resistance in South-East Asia*. Special Issue, *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 13, jan. 1986.

¹⁰ GOMES, N. M. *Sobre Camponeses e Política*, Campinas, 1987, mimeo.

à ineficácia política, precisando ser conduzidos ou tutelados para que se incorporem ao mundo burguês ou às revoluções anticapitalistas.

Examinando certos autores que procuram escapar a essas armadilhas teóricas e políticas, foi possível perceber que a questão já vinha sendo enfrentada no campo da Antropologia Social e da História. WOLF¹¹ havia apontado, em estudos de amplo fôlego, que a problemática política do campesinato nas revoluções do século XX poderia ser melhor compreendida ao se examinar o domínio da cultura. Mais recentemente, no campo da chamada História Popular, autores como GINZBURG¹², trabalhando com a micro-história, ou como THOMPSON¹³, já haviam demonstrado as possibilidades de compreensão do universo político das classes populares, ao utilizar o conceito de hegemonia de GRAMSCI. Além disto, é pertinente uma aproximação com estudos contemporâneos sobre a temática das mentalidades, dentro da tradição dos Annales, ainda que balizada por uma visão crítica de seu enfoque interclassista. Todas essas novas abordagens beneficiam-se de uma saudável abertura aos estudos interdisciplinares que, ao longo dos últimos anos, têm favorecido particularmente o campo da História, contribuindo para sua renovação e importância no debate contemporâneo acerca das sociedades.

Portanto, a pesquisa e a compreensão da dimensão política da vida das classes dominadas no campo era nossa preocupação antes mesmo de se materializar num objeto empírico de investigação e, dessa forma, delimitar um espaço geográfico ou processo histórico particular.

A pesquisa propriamente dita começa por um episódio recente: uma greve de canavieiros ocorrida em fevereiro de 1986, durante a entressafra da cana de açúcar, que invade o cotidiano de uma cidade da zona da Mata mineira, dominada desde o início deste século por interesses e poderes dos proprietários das usinas locais.

Conforme noticiário da época, tratava-se da primeira greve ali registrada, desde a fundação da principal usina, que comemorara o centenário no ano anterior¹⁴. Os primeiros levantamentos em arquivos e em campo revelaram, no entanto, episódios de greves anteriores, apagados da memória oficial em nome da “paz nos canaviais”, pelo efeito do discurso político dominante e de uma série de práticas jurídicas e políticas de exclusão dos trabalhadores rurais.

¹¹ WOLF, E. *Lutas camponesas no Século XX*. São Paulo, Global, 1984.

¹² GINZBURG, C. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

¹³ THOMPSON, E. P., *op. cit.*

¹⁴ Cf. *Jornal Estado de Minas*, 15/02/1986 a 28/02/1986.

Nessa região da zona da Mata mineira evidenciava-se com clareza um conjunto de relações de dominação que, como no nordeste do país, foram usualmente analisadas sob a rubrica da “dominação tradicional”¹⁵. A Mata mineira também serviu de referência empírica a autores como NUNES LEAL e MERCADANTE¹⁶, nascidos nessa região, que examinaram o funcionamento do “poder local” no Brasil, fundando uma linha de estudos que nos anos 50 e 60 gerou copiosa descendência. Em direção semelhante, mas já tratando de temas relativos ao mundo urbano-industrial, BRANDÃO LOPES¹⁷ desenvolveu estudos de campo nos quais buscava investigar a continuidade das práticas patrimonialistas rurais no universo fabril de dois municípios da Mata mineira no final dos anos 50.

Vinte anos depois, emerge nessa região uma rede de sindicatos de trabalhadores rurais dirigidos por lideranças populares, forjadas no radicalismo católico das CEBs. A influência desse processo de politização desemboca, finalmente, nas eleições presidenciais de 1989, quando ocorre a surpreendente vitória regional do candidato Luiz Inácio “Lula” da Silva. No entanto, a pesquisa de campo iria revelar que esses trabalhadores já haviam tentado eleger, para prefeito do município canavieiro, o primeiro presidente do sindicato fundado em 1983. O próprio sindicato de trabalhadores resultara de um longo período de gestação que remontava a meados dos anos 70.

Para examinar tais processos, a abordagem usual nos estudos agrários brasileiros buscaria reconstruir a modernização recente das relações de produção na região e localizar, aí, a explicação para dois fenômenos: o desenvolvimento de novos conflitos sociais e a emergência de uma consciência política autônoma. Isto tornaria sem explicação as lutas sociais e resistências ocorridas na área nas décadas de 50 e 60, anteriores à generalização da grande mudança nas formas de trabalho no campo brasileiro.

Ao contrário, pensamos que seria mais adequado tentar apreender a constituição deste universo político popular e sua transformação no tempo. Para isto, tomaríamos como ponto de partida a instalação das usinas canavieiras, buscando o

¹⁵ AZEVEDO, FERNANDO. *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1958; GARCIA, JR., Afrânio. *O Sul. Caminho do Roçado*. São Paulo, Marco Zero/UNB/CNPq, 1990.

¹⁶ NUNES LEAL, V. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, e MERCADANTE, P. *Os Sertões do Leste. Estudos de uma Região: a Mata Mineira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

¹⁷ BRANDÃO LOPES, J. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.

que se encontra além das relações de produção, ou mesmo no seu interior, como representação do trabalho e do próprio trabalhador nas suas relações com os dominantes. Esse procedimento nos levaria às experiências de luta e resistência, no trabalho e fora dele, registrando a emergência de formas de organização e consciência marcadas pela época histórica diversa em que se situam, assim como as relações com as instituições políticas e as formas de exercer uma outra política, associada aos espaços e experiências cotidianas.

Trata-se, portanto, de um trabalho monográfico, mas não de um estudo de história local ou regional. Por isso, recorreremos freqüentemente à contribuição de autores que estudaram relações e processos semelhantes no conjunto do país, e mesmo em países de experiência histórica similar, nos diferentes períodos que esta pesquisa abrange. O estudo local delimita o que é possível deslindar numa pesquisa deste gênero, que procura tratar da experiência da vida real de trabalhadores rurais, e não das generalidades da teoria das classes sociais. Desta forma, pretendemos apenas iluminar um fragmento de uma história obscura e, nesse sentido, contribuir para uma outra representação dos estudiosos da sociedade, a respeito do trabalhador rural.

O recorte de tempo pensado inicialmente para os levantamentos desta pesquisa teria início no anos 40 e se estenderia até 1990. No entanto, tendo em vista examinar a montagem das estratégias de subordinação e controle do trabalho nas regiões canavieiras, na forma como funcionaram até os anos 60, retomamos os debates e dados que elucidam o processo de disciplinarização do trabalho no período imediato à Abolição, bem como sua aplicação à zona da Mata mineira.

A cana-de-açúcar surge nessa região como sucessora do café em decadência, no início do século, e vive um período de expansão que se encerra nos anos 60, semelhante e vizinho àquele ocorrido na região canavieira fluminense de Campos, por esta época. Posteriormente, entre os anos 60 e 90, as relações de trabalho mudam radicalmente, com a expulsão dos moradores das fazendas e o surgimento do trabalhador assalariado que habita a periferia das cidades. No interior desses grandes períodos, cruzam-se temporalidades diferentes associadas à mudanças no trabalho, à resistência e organização dos trabalhadores, à mudanças institucionais em resposta aos movimentos sociais, e à transformações no universo político e cultural vivenciado pelo trabalhador rural.

Em vista disso, a ordem da exposição procura seguir um trajeto que represente este percurso acidentado, em seus momentos diversos e patamares distintos de análise conforme a seguinte ordenação:

— no primeiro capítulo procuramos reconstituir a história da instituição das usinas canavieiras em Minas Gerais, ressaltando suas particularidades diante do que ocorre no Brasil. Consideramos em especial o processo de dominação sobre o trabalho que vai sendo montado, sua modificação ao longo de várias décadas e sua relação com as formas de direção política praticadas pelos usineiros na sociedade.

Dois ângulos se destacam: o fato de esses capitalistas agrários executarem um conjunto de estratégias de controle e subordinação do trabalho que se identificam com aquelas praticadas pelos capitalistas industriais, e de construírem representações imaginárias semelhantes às modernas fantasmagorias burguesas sobre a fábrica, contrariando a representação usual do usineiro como mero proprietário oligarca e patriarcal.

De outro lado, o fato de que as relações de trabalho e as formas de dominação social mais gerais vão sendo moldadas sob o influxo das lutas e oposições entre trabalhadores e donos de usina.

— No segundo capítulo, examinamos a forma de dominação particular que se constitui com a cessão da moradia ao trabalhador e sua família, no interior da fazenda canavieira gerida pela usina. Essa análise é feita à luz das formas conhecidas de organização da vila operária nas áreas industriais, e sua combinação com a dominação pessoal e paternalista herdada da escravidão. Com as mudanças no trabalho e a emergência de lutas sociais e dimensões jurídicas novas nos anos 50/60, é abordada a expulsão dos trabalhadores para as cidades, gerando novas formas de viver e de lutar que se configuram até os anos recentes.

— No terceiro capítulo, analisamos o universo das relações políticas institucionais, buscando avaliar o significado para dominantes e dominados das formas de exercício do poder e da representação política; o lugar do direito como espaço de disputa entre as classes e as representações acerca do direito do trabalhador e, finalmente, o impacto político do deslocamento da Igreja Católica em direção ao movimento social.

— O quarto capítulo é dedicado à reconstrução do universo cultural dos segmentos populares que se manifesta na convivência cotidiana, nas sobrevivências da cultura negra, nas festas e comemorações, nas narrativas populares, na difusão

dos meios de comunicação de massas, nos intercâmbios propiciados pela imigração. Tratamos também do imaginário político que orienta as resistências e organizações populares recentes, examinando seu conteúdo e suas fontes.

— Para evitar o aborrecimento das áridas considerações teóricas que costumam pairar sobre os resultados das pesquisas de tese em capítulos independentes, optamos por introduzir esses referenciais e comentários ao longo do texto e das notas que acompanham os capítulos. Quanto às questões metodológicas com que me deparei, elas foram de diferentes naturezas: a delimitação do objeto no tempo; o conteúdo interdisciplinar do projeto; a definição adequada do estudo de caso; a realização do trabalho de campo. Este último se apoiava em grande parte em depoimentos diversos e, portanto, exigia alguma preocupação com o estatuto próprio da história oral e da memória popular como fonte documental.

Ao definir a periodização que tornaria inteligíveis as mudanças nas vivências e no universo político dos trabalhadores rurais, é evidente que, tomando o grande período que vai da definitiva instituição das usinas canavieiras nos anos 20 até os 90 deste século, há um momento de clara ruptura nas formas de dominação, por volta da passagem dos anos 50 aos 60. Esse momento assinala mudanças profundas no trabalho, no perfil das agro-indústrias, no ordenamento espacial das regiões, no confronto das classes, nas formas de subordinação e na maneira como se expressa política e juridicamente o conflito.

Sendo assim, procuramos examinar mais detidamente o impacto dessas transformações na vivência política dos trabalhadores, sobretudo aquela representada pela expulsão que os fazendeiros impuseram a antigos moradores dos canaviais.

Um segundo momento de inflexão é aquele que se constitui em meados dos anos 80, quando os trabalhadores rurais vivenciam novas experiências de contestação aberta e organizada, passando por transformações institucionais e na cultura popular.

Esses tempos, claramente inscritos em mudanças estruturais da agricultura e da vida nacional, cruzam-se com outros recortes temporais possíveis, se examinamos o universo político popular: além de uma dimensão imediatamente colada às mudanças sociais, as resistências e lutas dos trabalhadores dessas regiões aparecem também num enunciado religioso que remonta à herança da escravidão. De forma velada, reitera-se uma identidade negra que passa por uma auto-representação mítica, uma metáfora da dominação social, da resistência e do conformismo,

expressa na religião afro-brasileira e nas festas ligadas à celebração das origens africanas.

Por outro lado, todo o discurso político recente dos trabalhadores pobres organizados deriva de um espaço institucional e popular que é criado com a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, resultantes de transformações no catolicismo tradicional desta região desde os anos 60. Através de um enunciado milenarista que repõe leituras proféticas do Antigo Testamento no cotidiano destas populações, instituiu-se um discurso igualitarista que embasa a resistência no trabalho e a organização dos trabalhadores. Portanto, outros elementos se cruzam na formação deste universo político popular, não podendo ser reduzidos à mudança social imediata e que devem ser examinados na sua própria trajetória temporal e no sentido que adquirem para os pobres e trabalhadores rurais destas regiões.

Tratando-se de pesquisa que trabalha também com a memória do vivido, é preciso levar em conta, em especial, as representações do tempo na história popular. Assim, referências a passagens históricas significativas sempre estiveram coladas à memória das condições imediatas do viver — as mudanças profundamente sentidas no trabalho ou nas condições de vida, ou à representação de seu reconhecimento social e político — o tempo dos direitos, da carteira assinada, da perda da moradia, da construção do bairro operário pelo prefeito populista, das greves que marcaram a vida local etc. Como lembrou STOLCKE¹⁸, é evidente, aqui, a ausência de significado da história institucional. A visão que as classes populares têm da história, calcada na história vivida e na maneira como representam seu passado, é muito diversa da presença destas classes na história.

As percepções construídas de tempo e espaço, a recuperação de fatos de alcance nacional que incidiram na região, os marcos simbólicos de ruptura que estabelecem, tudo se associa a uma memória do cotidiano, assim como a representação mítica de certas figuras nacionais, a representação do Estado e das instituições que refletem distinções “entre o que deveria ser e o que é”, a bipolarização entre “eles” e “nós”. Tudo reflete a mistura entre mito e realidade. A reconstrução do tempo pelo historiador e a representação do tempo vivido pelo narrador popular configuram, assim, uma trama que se deve levar em conta ao situar a cultura popular na história.

¹⁸ STOLCKE, V., *op. cit.*, 327 e segs.

Uma outra exigência desse tipo de pesquisa foi a diferenciação entre a história do trabalho, a história do movimento e a história dos partidos políticos que falam em seu nome, conforme a distinção sublinhada por HOBBSAWM¹⁹. Estas dimensões cruzam-se incessantemente no interior da bibliografia sobre os movimentos sociais rurais no Brasil, como se verá a seguir, sendo que uma, às vezes, elide as demais. Ao examinar essa trama de relações, procuramos perceber suas interseções e interrogações mútuas, assim como atentar para as fontes variadas que alimentam os discursos aí constituídos.

A abordagem da cultura popular, incorporando a dimensão do trabalho, acaba apontando necessariamente para o exercício de uma certa interdisciplinaridade. Isto se reflete na bibliografia utilizada, proveniente de diversas disciplinas fronteiriças, como a sociologia rural, a antropologia, a economia, a história econômica e social, e na construção “em patamares” da pesquisa. Para o estudo das mentalidades populares, tomamos como referência uma espécie de “*história de tendência etnográfica*”, como a denominou DARNTON, preocupada com a cultura com “c minúsculo”, que busca perceber a maneira como as pessoas comuns entendem o mundo, como constituem estratégias para orientar sua vida, e como, ao invés de tirarem conclusões lógicas baseadas em raciocínios filosóficos, “*pensam com coisas ou outro qualquer material de sua cultura, como histórias ou cerimônias*”²⁰.

Cabe mencionar ainda que o trabalho foi conduzido como um estudo de caso, embora tenha procurado compreender o específico da experiência de um grupo de trabalhadores em comparação com outros e, por outro lado, procurando associar o específico e o geral, entrelaçando a história local, a regional e a “grande história nacional”. A abordagem do particular não se justifica pelo gosto do detalhe, mas pela preocupação em evitar as matrizes de representação instituídas, que refletem grandes generalizações sem basear-se em pesquisa pormenorizada e sem a crítica necessária aos pressupostos subjacentes a estes procedimentos.

No desenvolvimento da pesquisa utilizamos fontes muito diversas, desde estudos disponíveis sobre a economia canavieira e a sociedade da cana de açúcar, até historiadores locais que foram submetidos a um certo escrutínio crítico e confrontados a outras fontes; percorri censos agrícolas e demográficos, além do

¹⁹ HOBBSAWM, E. História do trabalho e ideologia. In: *História. Cadernos de Pesquisa nº 1, AUPHIB*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

²⁰ DARNTON, R. *O Grande Massacre dos Gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. XIV.

cadastro nacional das propriedades, elaborado pelo INCRA e publicações do Instituto do Açúcar e do Alcool. O uso dos censos em séries históricas desde 1920 foi em parte prejudicado pelas sucessivas mudanças nos procedimentos utilizados para a coleta e organização dos dados, e também por variações na base da coleta dos dados, em consequência das várias reformas administrativas que alteravam as dimensões territoriais dos municípios.

Utilizamos também arquivos de jornais, como o Estado de Minas, revistas de circulação nacional desde os anos 30, e vários jornais editados em Visconde do Rio Branco entre 1930 e 1990, além de publicações governamentais como as Leis e Resoluções da Província de Minas Gerais para o final do século passado. Foram consultados ainda os registros paroquiais de batismos e casamentos da Igreja matriz de Visconde do Rio Branco, entre 1950 e 1989, atas do Cartório Eleitoral municipal de 1962 a 1988 e das eleições realizadas entre 1982 e 1990 no Tribunal Regional Eleitoral mineiro, referentes aos municípios da região pesquisada.

Da principal usina local, consultamos relatórios enviados à matriz francesa nos anos 30 e 40, relatórios recentes e materiais de divulgação da empresa nos anos 80. Examinamos documentos de arquivo do movimento sindical de trabalhadores rurais no estado e a documentação disponível no sindicato local. Os sindicatos de trabalhadores rurais refletem o predomínio da tradição oral entre os trabalhadores, como também a pobreza de recursos materiais disponíveis. Mesmo os mais politizados contam com uma documentação escrita extremamente pobre, quanto ao quadro de sócios, às atividades que desenvolvem, e mesmo sobre as lutas travadas. Materiais escritos, como boletins, cartilhas ou jornais são utilizados apenas eventualmente ou por iniciativa da federação estadual, o que torna muito reduzidas as fontes documentais do próprio movimento.

Duas outras fontes institucionais de documentos forneceram preciosos dados à análise: as cartilhas e boletins utilizados pelas CEBs na região e o arquivo particular de um ex-dirigente regional do Partido Comunista nos anos 50 e 60. Neste último pudemos consultar documentos produzidos pela direção nacional do partido sobre o movimento de trabalhadores rurais, resoluções e análises do mesmo teor elaboradas em Minas Gerais, além de documentos partidários transcritos na revista PROBLEMAS.

O trabalho de campo no município de Visconde do Rio Branco foi feito ao longo de três viagens de pesquisa durante o ano de 1990 num total de 33 dias de

levantamentos de documentos, observação direta e coleta de entrevista e depoimentos. Esses levantamentos na região agroindustrial foram completados com entrevistas realizadas em Belo Horizonte com militantes sindicais e com levantamentos que estavam sendo processados num projeto conjunto entre o Centro de Estudos Rurais da UFMG e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais.

O conjunto de entrevistas realizadas abrangeu trabalhadores rurais, profissionais liberais, técnicos, funcionários das usinas, jornalistas e intelectuais locais, dirigentes políticos e religiosos. Foram ouvidos 25 canavieiros ou ex-trabalhadores da cana, entre militantes sindicais e partidários e demais trabalhadores, homens e mulheres de diferentes gerações conforme registram as entrevistas citadas ao longo dos capítulos. Estas entrevistas foram em parte direcionadas pelo acaso, e a maioria delas foi obtida com o auxílio da secretária do sindicato, a sra. G., pessoa muito estimada no movimento, que nos guiou nos bairros populares ou indicou pessoas com quem conversamos.

Conforme a caracterização de QUEIROZ²¹, trabalhamos basicamente com depoimentos orais, que versaram sobre aquilo que os informantes presenciaram e/ou conheceram de um tema determinado, como as relações de trabalho, a vida cotidiana, ou as práticas e representações culturais que partilharam, e não com relatos das seqüências de vida de cada um, que configuram a história oral num sentido estrito. No exame destes depoimentos, consideramos as observações críticas já usuais sobre a ingenuidade que permeia muitos dos estudos apoiados nos relatos orais, por abstrair o tipo de interação havida entre entrevistador e depoente, a interferência do gravador, a tendência a homogeneizar falas diversas ao reuni-las e analisá-las, a imposição, mesmo que velada, de temas, e o direcionamento imprimido ao curso das idéias de quem fala, ou mesmo a sedução que o falante pode exercer sobre o entrevistador²². Consideramos também as dificuldades peculiares que permeiam essas fontes, produzidas pela própria linguagem, que tanto oculta quanto expressa as experiências de quem fala.

²¹ QUEIROZ, MARIA ISAURA P. Relatos orais: do indizível ao dizível in VON SIMSON, O. (Org.). *Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo, Vértice, 1988.

²² HALL, M. *História Oral: Os Riscos da Inocência*. Campinas, UNICAMP, 1992, mimeo; VIDAL, D. De Heródoto ao gravador: histórias da história oral. *Revista Resgate*, nº 1. Campinas, Papiрус, 1990.

Enfim, procuramos considerar os depoimentos como significativos, não por serem a história mesma, mas, como apontou STOLCKE²³, nas suas omissões ou no que exaltam, como registros relevantes para que se tenha a visão de classe “do povo” em relação à sua própria história, para perceber como as visões do passado informam suas percepções e ações presentes, na mesma medida em que apontam possibilidades futuras.

²³ STOLCKE, V. Op. cit: 260.

Capítulo 1: Uma História de Trabalhadores e Usinas Canavieiras

“...para os que não sabem o que custa a doçura do açúcar a quem o lavra”. ANTONIL, 1711.

1.1 - Um imenso canavial

Em 1986, uma greve “espontânea” de cerca de 1500 canavieiros, realizada nos municípios de Visconde do Rio Branco, Guidoal e Astolfo Dutra, na zona da Mata mineira, apesar de deflagrada na entressafra da produção canavieira, conseguiu manter-se por vinte dias, de 7 a 27 de fevereiro. Resistindo à pressão política e policial, o movimento contava com o apoio material da população e de entidades representativas, além de sustentação parlamentar, da Igreja local e do bispado de Juiz de Fora¹. O impacto maior do acontecimento decorria do fato de essa região vir sendo dominada, durante quase cem anos, por algumas usinas de açúcar, e de não haver registro de movimentos sociais significativos durante todo esse período.

Entretanto, no curso dos primeiros levantamentos desta pesquisa, evidenciou-se a formação de uma extensa rede de sindicatos de trabalhadores rurais que, desde o início dos anos 80, expandiu-se até atingir cerca de quinze municípios da região. Esses sindicatos eram dirigidos por trabalhadores rurais originários de movimentos católicos orientados desde os anos 70 pela Teologia da Libertação, cuja formação política ocorrera nas Comunidades Eclesiais de Base.

Assim como nos acontecimentos de Guariba, verificados dois anos antes em São Paulo, o movimento, impulsionado pelo radicalismo dos trabalhadores nas “turmas”, irrompeu fora do âmbito do sindicato (cuja direção era composta por pequenos proprietários rurais), mas acabou por levá-lo a assumir a greve e a

¹ Cf. Jornal Estado de Minas, 15,16,18,19,21,26 e 28/02/86.

conduzir as negociações com os usineiros. A exemplo da experiência paulista, instituiu-se uma nova prática nas relações entre o capital e o trabalho, que iria desdobrar-se nos anos seguintes numa série de acontecimentos ligados aos contratos de trabalho e à vida política local.

Nesta região, o segmento canavieiro constitui a principal atividade agrícola desde os anos 20 deste século, ao lado da produção de alimentos e da pecuária leiteira. Na forma de engenho central e, depois, usina canavieira, após a decadência do café passou à condição de principal organizadora da vida local, gerando empregos e estruturando as relações de poder. A cana-de-açúcar aí produzida destina-se à Companhia Açucareira Riobranquense, que congrega as usinas São João I e São João II, em Visconde do Rio Branco, a Usina Paraíso, em Astolfo Dutra e a Destilaria Mário Bouchardet Jr., anexa à Usina São João II.

Em 1985, no conjunto desses municípios a cana ocupava 11.424 ha de terra, cultivada por pequenos e grandes produtores, em diminutos sítios ou extensas fazendas. Estas últimas vinham expandindo a concentração de terras, sobretudo a partir dos anos 70, e promovendo simultâneo aumento do contingente de assalariados agrícolas, cada vez mais concentrados na periferia das cidades.

Em setembro de 1990 apenas a Companhia Açucareira era proprietária de numerosas fazendas, num total de 7.500 hectares distribuídos por 11 municípios da região. Na parte agrícola, empregava 2.310 trabalhadores rurais, entre permanentes e temporários, e na indústria, 840². A esse contingente de assalariados deviam ser acrescidos os empregados pelos fornecedores de cana às usinas, em sua grande maioria trabalhadores temporários, cujas condições de trabalho eram muito piores que as vividas pelos empregados das usinas.

As usinas resultam da estrutura montada em Minas Gerais com a construção dos primeiros engenhos centrais, na década de 70 do século passado. Apesar de a produção mineira de cana-de-açúcar ser significativa desde o século XVIII, tendo em vista o grande consumo de aguardente na capitania, até finais do século XIX ela se caracterizava pela predominância de pequenos engenhos e engenhocas, não se registrando a existência da grande monocultura de exportação³. Na província, a produção canavieira em grande escala foi inaugurada na zona da Mata, sob a égide

² Cf. entrevista do Coordenador Geral da Área Agrícola da usina, Sr. G., em 17/09/90.

³ COSTA FILHO, Miguel. *A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

dos empreendimentos capitalistas industriais que se colocavam como alternativa à economia cafeeira, ou como atividade burguesa inovadora dos finais do século, associada ao maquinismo e a novas formas de trabalho.

Até 1960, a região de Visconde do Rio Branco, juntamente com a vizinha Ponte Nova, formavam a área de economia canavieira mais desenvolvida do estado. Com as transformações que se processam na economia canavieira nacional a partir de então, priorizando a produção de cana própria para as usinas mais modernas, registra-se a expulsão dos trabalhadores das fazendas, expande-se o emprego temporário e acelera-se a urbanização no conjunto das regiões canavieiras. Suas atividades produtivas se diferenciarão de outras áreas mineiras, nas quais o processo de modernização agrícola caminhou no sentido de aproximá-las do padrão paulista de produção, fenômeno ocorrido no sul de Minas, no Triângulo Mineiro e na região do Alto Paranaíba.

A oposição entre uma estrutura tradicional apoiada em produção cada vez maior de cana própria, mas mantendo grande número de fornecedores, e a usina mais moderna, onde os níveis de produtividade agrícola denotam inovações técnicas na produção em terras da própria empresa, é visível no quadro 1. Nele estão relacionados os maiores produtores de cana-de-açúcar do estado:

QUADRO I
MAIORES PRODUTORES DE CANA-DE-AÇÚCAR EM MINAS
GERAIS - 1980

<i>Município</i>	<i>Microrregião</i>	<i>Nº Estabel.</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Produção (T)</i>
Conquista	Uberaba	35	12.137	927.072
Passos	Furnas	60	10.217	843.114
Bocaiúva	Montes Claros	510	9.261	457.519
Tupaciguara	Uberlândia	39	6.634	387.168
Lagoa da Prata	Alto São Francisco	10	6.600	359.556
Uberaba	Uberaba	35	5.928	354.952
Três Pontas	Furnas	38	5.818	315.806
Campo do Meio	Furnas	25	4.772	292.689
Visconde do Rio Branco	Mata de Ubá	631	6.191	287.234
Ponte Nova	Mata de Ponte Nova	323	5.402	284.863
Monte Belo	Mogiana Mineira	23	4.770	259.280
Japaraíba	Alto São Francisco	22	4.187	227.669

Fonte: Censo Agropecuário de 1980 - MG - Vol. 2, Tomo 3, nº 16, 4ª parte.

Vê-se que, em 1980, os maiores produtores mineiros de cana-de-açúcar tinham um pequeno número de plantadores em relação ao grande volume de

produção obtido. A exceção, nesse aspecto, é o município de Bocaiúva, situado no norte de Minas, que se identifica com o perfil da estrutura tradicional da produção, congregando usina e elevado número de fornecedores. No município que comporta a maior usina do estado, o de Lagoa da Prata, ficava o menor número de produtores: apenas 10, contra 323 em Ponte Nova, 510 em Montes Claros e 631 em Rio Branco.

Nesse conjunto de usinas e municípios dos maiores produtores regionais, ressalta o fato de que, entre os doze municípios cuja produção ultrapassa 200 mil toneladas de cana, apenas esses três representavam as áreas que até os anos 60 se responsabilizavam pela maior produção do estado. Isso demonstra a enorme alteração havida na economia canavieira nos últimos trinta anos, não só em Minas, como também no conjunto do país, quando o perfil paulista passou a direcionar a grande produção canavieira nacional.

Nesse sentido, a região pesquisada funcionou durante longo período como uma extensão geográfica e econômica da área canavieira fluminense de Campos, com a qual vivia um estreito intercâmbio até período recente. Essa área poderia ser estendida até a região de Ponte Nova, ainda na zona da Mata mineira, também dotada de usinas que datam do século XIX (ver mapa anexo). Visconde do Rio Branco se diferencia, porém, num ponto crucial para os objetivos deste estudo: na área de Ponte Nova, apesar de semelhante história da produção, não se registra movimento de trabalhadores em período recente que tenha alguma relevância. Em tempos passados, no entanto, ali houve importante movimento de canavieiros, acionando greves e pressões sobre a usina local durante a década de 50.

A Igreja, elemento decisivo na constituição do universo político dos dominados nas últimas décadas, não viveu em Ponte Nova as transformações que, ao longo dos anos 70 e 80, caracterizaram a região da Mata, polarizada pelas dioceses de Leopoldina e Cataguases. Em consequência, seu perfil religioso manteve-se fiel à tradição conservadora católica no campo, como parte da Diocese de Mariana, constituindo marcada diferença se examinamos os movimentos sociais recentes e as relações de poder no campo. No dizer de um vigário de Visconde do Rio Branco:

*“...da serra de São Geraldo em diante é outra Igreja Católica,
outra Diocese...”⁴*

⁴ Cf. entrevista com o Padre E., vigário da Paróquia de Visconde do Rio Branco, em 09/06/90.

Portanto, a definição da área de pesquisa obedeceu não apenas à concentração de trabalhadores assalariados da produção canavieira ou à estrutura da produção ali registrada: redes de relações políticas aproximam e afastam as diversas regiões, configurando um espaço político-popular, diferenciado conforme o período histórico, que nada tem a ver com a organização político-administrativa local ou com a pura geografia econômica da produção.

A região é tomada aqui não em conformidade com uma geografia positivista que reúne elementos físicos e aptidões econômicas, mas no sentido de uma construção histórica. Essa concepção identifica-se com aquela expressa por MATTOS, segundo a qual a região não se reduz a um limite administrativo, populacional e ecológico, mas se configura por uma rede de relações sociais e uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo, tratando-se então de espaço socialmente construído, num dado tempo histórico. Formada a partir da dimensão social dos referenciais primários de espaço e tempo, a região adquire significado através das relações sociais que articulam seus elementos internos e externos⁵.

Assim, entre a instalação dos engenhos centrais no país (na década de 1970) e os anos 60 deste século, uma experiência cultural e política unifica os trabalhadores da cana desde a região fluminense de Campos até a zona da Mata mineira. Sob o signo da decadência e das novas formas assumidas pela economia canavieira, após os anos 70, essa estreita relação é desarticulada, e novos pólos políticos e econômicos se estabelecem.

Neste terreno, procuramos considerar ainda as “inframeditadas”, que constituem no tempo as identidades regionais. Os depósitos em camadas sucessivas, que produzem os amálgamas, adições, misturas, “...que o passado interminável depositou pacientemente...por força da duração”, conformando pistas longínquas que vão definindo uma cultura peculiar⁶. Na relação entre as diversas dimensões é que as lutas sociais deflagradas pelos trabalhadores rurais adquirem singularidade e explicação.

⁵ MATTOS, Imar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo, HUCITEC/INL, 1987, p.24.

⁶ BRAUDEL, Fernand. *A Identidade da França. Espaço e História*. Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1989, p.18.

1.2 - O nascimento das usinas e a ideologia do progresso: oligarcas e burgueses no campo

A produção canavieira tem sido, no Brasil, um empreendimento secular e mais permanente que qualquer outra atividade em grande escala. Nela, as crises vem e vão, a face da sociedade canavieira se altera, seu padrão de acumulação muda profundamente, mas as extensas plantações retornam, cobrindo planícies e morros. O mundo da cana parece mais plástico e flexível que qualquer outra atividade agrícola. No tempo e no espaço agrário brasileiro, seu sistema produtivo tem influência muito mais extensa que o café, por exemplo, sendo mais duradouro e, ao mesmo tempo, apresentando a unidade mais complexa do agrícola e do industrial, do rural e do urbano, que qualquer outra cultura. Estudando o nascimento das fábricas no Brasil, DE DECCA⁷ faz referência ao regime de trabalho e à natureza complexa do processo produtivo que governava a produção açucareira no período colonial, assim como CASTRO⁸, que investigou os processos tecnológicos inovadores que nela chegaram a ser introduzidos.

Apesar da importância das atividades de beneficiamento do café no desenvolvimento da industrialização brasileira e das transformações fundamentais na constituição da força de trabalho nacional que se processaram com a expansão cafeeira, é significativo o fato de que a introdução da usina de cana, no início deste século, tenha ocorrido sob a égide da tecnologia mais avançada disponível na Europa. Desde então, registraram-se profundas mudanças no sentido de subordinar os processos agrícolas às exigências da industrialização.

Chama também a atenção o fato de a organização sindical dos trabalhadores rurais no Brasil iniciar-se na cana-de-açúcar, com a fundação de um sindicato de trabalhadores rurais durante os anos 30, na região de Campos⁹, ainda que se tentasse efetivá-la em outras atividades agrícolas, na mesma época. Por outro lado, o salto vivido pelos movimentos sociais no campo brasileiro nos anos 50/60 começa e se

⁷ DE DECCA, Edgar. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

⁸ CASTRO, Antônio Barros de. *Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil*. Tese de doutoramento, UNICAMP, 1976, mimeo.

⁹ MEDEIROS, Leonilde S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*, Rio de Janeiro, FASE, 1989.

radicaliza em primeiro lugar nas áreas canavieiras, da mesma forma que a virada do sindicalismo rural nos anos 80.

Portanto, não só no plano local ou regional a sociedade da cana-de-açúcar tem peso nas lutas sociais no Brasil. Parece-nos que o universo de relações que aí se constitui é fundamental para compreender a emergência política de nosso proletariado rural, ou o lado agrário da história operária no país. Neste sentido, é importante ressaltar os laços peculiares que vão sendo construídos entre capitalistas e trabalhadores neste segmento da agricultura nacional ao longo do século XX e, em particular, nos últimos cinquenta anos.

No mundo das usinas circunscreve-se um universo privilegiado de relações entre o urbano e o rural, entre o agrícola e o industrial, entre a oligarquia fundiária e a burguesia industrial, entre o proletariado agrícola e o fabril, além de uma extensa rede de relações composta por técnicos da pequena burguesa e profissionais liberais a serviço do poderio dos usineiros. Esse conjunto de elementos tem grande importância na definição do universo social em que se processa a subordinação do trabalhador rural, pelo que deve ser considerado na reconstrução de sua experiência política. Para recuperar a constituição dessa trama complexa no caso específico aqui estudado, é preciso voltar à natureza das relações de subordinação do trabalho e de dominação política que se constituíram nas usinas da zona da Mata mineira, quando de seu nascimento. Essas relações e os agentes sociais que possibilitaram sua construção no plano da cultura encontram-se enraizados na própria formação da região e na maneira como se deu a passagem da cultura cafeeira em decadência para a instituição das usinas de açúcar.

A identidade entre essa região e as estruturas econômicas e padrões sociais do vale do Paraíba foram sublinhados por BLASENHEIM e LANNA¹⁰, que estudaram suas características ao final do século XIX. Aqui, ao contrário da expansão cafeeira do Oeste paulista, assistiu-se ao fechamento da fronteira nos anos 90, definindo-se então as possibilidades imediatas de apropriação das terras, inclusive pelo reaproveitamento daquelas já exploradas e pela utilização das reservas florestais das fazendas¹¹. LANNA aponta como consequência o desaparecimento

¹⁰ BLASENHEIM, Peter L. *A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, 1870-1906*. Stanford University, 1982, Tese de Phd, mimeo. LANNA, Ana Lúcia. *A Transformação do Trabalho*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1988.

¹¹ LANNA, *op. cit.*: p.38.

gradual da policultura e sua retomada em 1907, com a emergência de nova crise que conduz às opções pela pecuária e produção leiteira.

As condições criadas pela economia cafeeira possibilitaram o surgimento de uma estrutura que viabilizou o posterior desenvolvimento industrial (com a criação de bancos, a abertura de estradas carroçáveis - como a União e Indústria - e a construção de estradas de ferro), no qual sobressaíram a indústria têxtil e a instalação dos engenhos centrais, que precederam as usinas canavieiras.

Na reconstrução desse período da história mineira têm sido apontadas as alternativas de industrialização urbana, ainda que destacando seu porte limitado em comparação ao processo que se desenvolvia em São Paulo e Rio de Janeiro¹², enquanto as iniciativas agrícolas são, em geral, vistas como regressivas, se compradas com o patamar alcançado pela economia cafeeira. No entanto, a passagem aos engenhos centrais e depois às usinas canavieiras constituiu um salto que não se dirigia ao passado, ao contrário do ocorrido na pecuária e na policultura de alimentos. Tratava-se da tentativa de instituir no campo um segmento de indústria que incorporava importantes avanços tecnológicos do final do século, como a máquina a vapor e a estrada de ferro, organizando um complexo produtivo que começava a unificar o campo e a cidade.

PEDROSA chama a atenção para o conteúdo progressista da passagem dos tropeiros às ferrovias, intermediada pela inauguração de estradas carroçáveis. O novo período se inicia com a União e Indústria e suas ramificações, a partir de 1861. Já na década de 70, das vinte e cinco inaugurações de estradas de ferro mineiras, onze situavam-se na zona da Mata, enquanto as demais estendiam-se por todas as regiões da província¹³. Esse autor acentua dois aspectos no processo: o papel dos “homens de iniciativa”, originários da aristocracia que se desenvolvera com o café no vale do Paraíba, e sua associação em determinados momentos, com capitais externos, particularmente ingleses no caso das ferrovias.

Nesse contexto, Juiz de Fora vai-se constituir em centro de progresso bancário e industrial, inaugurando-se aí o primeiro banco da província, o Territorial e Mercantil, em 1887, e em 1889, o Banco de Crédito Real. No plano das relações sociais, os negócios com bancos, em lugar do sistema de empréstimos dos

¹² LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais. 1870-1970*. Petrópolis, Vozes, 1981.

¹³ PEDROSA, Manuel Xavier VAZ: . *Zona silenciosa da Historiografia Mineira - a zona da Mata in* Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, out/dez, 1962, p. 139/140.

comissários do café, implicava a transição do crédito individual e personalizado ao sistema impessoal das instituições burguesas, como assinalou STEIN¹⁴.

PEDROSA destaca ainda, como iniciativa da burguesia nascente, o desenvolvimento da tecelagem de algodão e lã com o uso da energia elétrica, assim como a emergência e multiplicação de jornais locais, propagandistas do progresso ao mesmo tempo que instrumentos dos interesses dos grupos políticos locais. Apesar do peso indiscutível da vida rural no conjunto da sociedade, a rápida expansão das estradas de ferro nos anos 80 tornou mais importante as cidades, levando a vida citadina a expandir-se com a demanda de serviços profissionais, sociais e culturais exigidos pela classe dos cafeicultores¹⁵. PEDROSA faz o elogio desta elite, segundo ele realizadora dos valores de sua época:

“...o conceito de liberdade individual, tabu do século XIX - era a alma mater da lavoura cafeeira [...] e outras formas surgiram para merecer a adesão dos homens. Essas novas formas de emprego do capital eram os investimentos: ferroviário, bancário e a indústria.”¹⁶

Para ele, o “homem empreendedor” da zona da Mata (misto de aristocrata rural e burguês incipiente, cuja história social e política identifica-se à da aristocracia do vale do Paraíba) tem seu expoente maior nos barões do café de Vassouras, com quem a interrelação dos proprietários da Mata mineira “... era mais do que geográfica, era familiar e consanguínea”, formando uma “casta com entrelaçamento matrimonial”¹⁷.

Diferentemente dos paulistas, a questão que mobiliza os cafeicultores de Minas, assim como os do Rio de Janeiro, é a resolução do problema dos capitais e transportes, e não o fornecimento do contingente de trabalhadores exigido para a expansão cafeeira. Na região havia população interna disponível, desde que se assegurasse sua subordinação aos fazendeiros, após a abolição do trabalho escravo¹⁸. Em face de tal problemática específica, mineiros e cariocas preocupar-se-ão acentuadamente com “as boas leis de locação de serviços”, isto é, com a forma juridico-política de resolver o problema da não coerção do trabalho pós-abolição. Além disso, ao invés do estímulo à colonização, pediam construção de estradas e

¹⁴ STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 238.

¹⁵ BLASENHEIM, *op. cit.*, p.40.

¹⁶ PEDROSA, *op. cit.*, p.147.

¹⁷ *Idem*, p. 142.

¹⁸ LANNA, *op. cit.*; p.44.

desenvolvimento do ensino, que garantiriam a imigração espontânea, entre outras medidas voltadas para o trabalho¹⁹.

O *boom* do café na Mata mineira perdurou entre 1870 e 1906. Após esse período, da mesma forma que no vale do Paraíba, o café foi substituído sobretudo pela pecuária, com vistas ao mercado carioca, aproveitando terras esgotadas, mas ainda apropriadas para boa forragem e para a policultura de alimentos, significando um certo incentivo à diversificação das atividades econômicas. Restariam, conforme a interpretação de STEIN, a devastação da floresta tropical que gerou os morros pelados e erodidos, e uma cultura que se caracterizava pelo estilo de vida e hábitos latifundiários coloniais associados à escravidão negra, com traços de “*patriarcalismo e acentuada divisão em classes*”²⁰. É nesse contexto que a nova produção canavieira se estabelece.

A voga das centrais açucareiras se instaurou no Brasil em 1877, com a construção de uma central em Campos, empregando capitais do barão de Araruama e família²¹. Na verdade, os debates e iniciativas remontavam aos anos 50, abrangendo estímulos preconizados pelas Assembléias Provinciais das regiões produtoras, em particular de Pernambuco, assim como projetos de subsídios à industrialização da produção endossados pelo Governo Imperial, que se concretizaram finalmente nas décadas de 70 e 80.

Em Minas, o período foi aberto com a instalação da usina Ana Florência de Ponte Nova, em 1883, e da *Société Anonyme Sucrière* de Rio Branco, com escritórios em Paris, fundada em 1885. A passagem da produção cafeeira aos engenhos centrais canavieiros, em algumas áreas da zona da Mata, faz parte de dois movimentos de conversão. O primeiro deles é assinalado, no conjunto da província, pela mudança do perfil da produção canavieira vigente desde o século XVI, que se caracterizava pela existência de uma extensa rede de engenhos e engenhocas, produzindo açúcar mascavo, rapadura e aguardente com vistas à própria subsistência das fazendas ou ao mercado da capitania, extremamente dinâmico à época da expansão mineradora. A economia canavieira de Minas, apesar de extensa, apresentava um sistema de produção e de destinação do produto muito diverso do

¹⁹ Idem, p. 71.

²⁰ STEIN, *op. cit.* P. 346.

²¹ Idem, p. 278/9, nota 73.

que se verificava na monocultura de exportação predominante no nordeste do país e no Rio de Janeiro²².

Sendo assim, os primórdios da industrialização do açúcar em Minas não são desdobramentos das formas de produção e dos interesses políticos de engenhos de grande porte e de senhores pré-estabelecidos. Significam a montagem de estruturas inteiramente novas, a partir do legado econômico do café e da presença de proprietários rurais, aos quais se juntam engenheiros inovadores e capitais estrangeiros ligados às ferrovias e à industrialização européia. Também se destacam no contexto as iniciativas dos legisladores provinciais, estimulados pela perspectivas abertas pelos propagandistas nacionais das transformações técnicas e das possibilidades de industrialização no campo.

O segundo movimento de conversão que marca esse período refere-se às profundas alterações em curso na economia canavieira nacional, em consequência da crise de suas relações com o mercado externo e das exigências de modernização dos processos produtivos. Disso resultam o redirecionamento para o mercado interno, acirradas disputas inter-regionais e a transformação dos processos produtivos, com marcada tendência à concentração. É nesse contexto de mudanças que as usinas mineiras vão se inscrever.

Desde os anos 60, em virtude do primitivismo de seus engenhos, o Brasil perdia posições num mercado mundial de açúcar em que a competição se intensificava, acompanhada pelas dificuldades internas ocasionadas por solos exaustos e aumento do preço dos escravos. Entre 1891 e 1920, a média anual das exportações brasileiras cai de 133.000 t para 62.000; entre 1921 e 1930 sobe a 81.000 t, caindo no decênio seguinte para apenas 40.000 t exportadas²³.

Diante do quadro de crise dos mercados e da obsolescência da produção nacional, na década de 1870 a alternativa dos engenhos centrais passou a ser colocada como saída capaz de garantir maior racionalidade na produção, uma vez que implicava uma divisão de trabalho entre proprietários agrícolas e engenhos centrais. Em consequência, esperava-se mais eficiente uso dos fatores de produção, tanto do plantador que se dedicasse unicamente à agricultura, quanto dos donos de engenhos, que poderiam concentrar seu capital em novos investimentos industriais, tendo como efeito o barateamento do açúcar.

²² COSTA FILHO, M. Op. cit.

²³ PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1974, p. 244.

Numa conjuntura de crise e decadência, os engenhos centrais assumiam o papel de “salvação da indústria açucareira”, a partir de aparelhos aperfeiçoados e “poderosas máquinas” aptas a desencadear verdadeira revolução no sistema de trabalho. Em Pernambuco, por exemplo, discutia-se como contribuiriam para ombrear a província às experiências avançadas que se registravam nas Índias Ocidentais Francesas e no Egito, com resultados fabulosos: nesse último país, 17 engenhos centrais produziam tanto açúcar quanto 1.500 engenhos pernambucanos no ano de 1873²⁴.

No entanto, não obstante incentivos previstos em políticas nacionais e medidas dos governos provinciais, os engenhos centrais fracassaram em sua maioria. De um lado, porque muitos projetos se revestiram de um caráter especulativo em vista da política de garantia de juros, que atraiu companhias estrangeiras para o investimento em concessões utilizando equipamentos obsoletos, processos fraudulentos e geradores de déficit e baixo rendimento, como se registrou em Pernambuco. De outro lado, as centrais açucareiras sempre enfrentaram problemas com o fornecimento regular de matéria prima a preços que garantissem custos competitivos, e resistência de proprietários que perdiam o monopólio do conjunto da atividade produtiva, fundamento histórico de sua dominação, com a separação da atividade industrial²⁵.

Diante do fracasso do projeto de especialização dos engenhos centrais, as usinas surgem como alternativa, tornando-se proprietárias de canaviais e absorvendo plantações independentes, para o que recebiam empréstimos estatais e subsídios aos preços. O processo de descentralização republicana será decisivo para a implantação desse novo projeto de industrialização, ao assegurar capital aos senhores de engenho para manter o monopólio da atividade produtiva, ao contrário da forma engenho central, que dependia sobretudo de investimentos ingleses e franceses, sem interesse em investir na parte agrícola da produção açucareira. Conforme assinalou EISENBERG, a usina será então “*uma reencarnação moderna do engenho tradicional, em escala mais complexa e muito maior*”²⁶.

Já por volta de 1890, iniciava-se um processo de contínua subordinação dos antigos engenhos, no qual a parte industrial submete a agrícola a preços e exigências

²⁴ EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 112/113.

²⁵ WANDERLEY, Maria Nazareth B. *Capital e Propriedade Fundiária*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1978, p.42.

²⁶ EISENBERG, *op. cit.*: p. 124.

de fornecimento quanto a tempo e qualidade, enquanto vai-se assenhoreando de amplas áreas destinadas à produção própria. Trata-se de uma lenta marcha em direção à transformação dos antigos engenhos em fornecedores de cana, tão mais lenta quanto maiores fossem as dificuldades de capitalização do setor canavieiro e de atração de capitais externos para a tarefa de modernização. As repercussões políticas deste processo são enormes, como a incessante luta de engenhos e fornecedores pela sua sobrevivência, em face da expansão das usinas. Essa luta perpassa cerca de setenta anos da história econômica do país, até a edição do Estatuto da Lavoura Canavieira em 1941 e a consolidação do IAA, Instituto do Açúcar e do Alcool. Conforme afirma PRADO JR., a força política dos fornecedores no norte, descendentes e sucessores dos antigos senhores de engenho, retira seu prestígio do passado e o projeta sobre nossos dias²⁷.

Com as transformações na produção açucareira limitadas pela crise das exportações, na corrida pelo mercado interno a economia açucareira nordestina será superada pela do sudeste, mais próximo dos centros consumidores e dotado de melhor infra-estrutura para o desenvolvimento industrial.

O predomínio numérico de Pernambuco e a abundância de usinas baianas não significava que aí se encontrassem as estruturas de produção mais avançadas. Analisando os dados da época, AMARAL mostra que, já em 1910, São Paulo possuía doze usinas, valendo no total 9.000 contos de réis, enquanto Pernambuco tinha 46, totalizando 18.000 contos de réis e Sergipe, 62, com valor igual às doze usinas paulistas²⁸.

As mudanças ocorridas no último quartel do século XIX, quando começou a revolução industrial na cana de açúcar, com o início da era das centrais açucareiras, significaram transformações técnicas no plantio, representadas pela introdução de variedades mais resistentes, aliadas a alterações no sistema de transportes, que passa dos carros de boi, tropas de burros, saveiros, lanchas e barcas ao advento das estradas de ferro. Houve o aperfeiçoamento de processos de fabricação, a substituição das caixas por sacos no transporte do açúcar e, finalmente, a abolição do regime escravista e o ingresso no regime de trabalho livre²⁹.

²⁷ PRADO JR., *op. cit.*: 248.

²⁸ AMARAL, Luiz. *História Geral da Agricultura Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, Col. Brasileira, vol. 160-A, 1940, p. 346.

²⁹ AZEVEDO, Fernando. *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1958, p.169/170.

A partir desta última fase, registraram-se grandes saltos nas transformações em curso, com a absorção e concentração de propriedades, a construção de vias férreas privadas e a latifundização da usina, passando a predominar, nas áreas inovadoras, o regime agrícola e industrial das grandes explorações e a associação da fábrica e do campo, da parte industrial e agrícola da produção. É em tais condições que o eixo principal da produção canavieira nacional desloca-se para o sudeste, onde se inserem as usinas mineiras.

No período da expansão cafeeira, a hegemonia desta cultura em São Paulo resguardara em parte os interesses dos velhos produtores de cana. Todavia, as crises sucessivas do café atraíram também capitais paulistas para a produção canavieira, tendo em vista a dimensão do mercado regional e as facilidades de infra-estrutura propiciadas pela expansão cafeeira. A disputa interregional assume, então, sua feição política no plano nacional, transformando-se finalmente em diretriz de política econômica que busca limitar a produção, estabelecendo, a partir de 1933, o sistema de quotas por estado, de forma a evitar que São Paulo se tornasse auto-suficiente, fechando seu mercado aos demais produtores nacionais.

Além dos aspectos relacionados com as alterações na estrutura da produção canavieira entre os anos 70 do século XIX e a década de 20 do atual, é necessário apontar as características que distinguem a mentalidade dos industriais da cana e de seus ideólogos, as quais ajudam a moldar um quadro explicativo das mudanças em curso e das relações de dominação no plano do trabalho e das instituições, que iremos analisar adiante.

Segundo as ricas sugestões de análise de HARDMAN³⁰, pode-se recuperar a força legitimadora contida numa série de imagens técnicas e da disciplina industrial, que foram introduzidas ou reforçadas com o advento dos engenhos centrais e das usinas, exatamente no mesmo período histórico em que esse autor examina a construção da ferrovia Madeira Mamoré na selva brasileira. Da mesma forma, é possível assinalar as ambigüidades características destas classes dominantes agrárias, oligarcas e burguesas a um só tempo, em seu imaginário e na suas práticas, ao reformar seu projeto de dominação no período pós-abolição, advogando o progresso técnico sem alterações profundas nas relações sociais de produção.

³⁰ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a Modernidade na Selva*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

Dentre os “apóstolos do progresso” destacava-se André Rebouças, singular figura de engenheiro, negro, baiano, abolicionista e monarquista que se tornou um dos expoentes da construção ferroviária no Brasil no século XIX. Ele foi também um dos mais destacados propagandistas dos engenhos centrais, divulgando, juntamente com Pedro Dias Gordilho Paes Leme e João José Carneiro da Silva as iniciativas vitoriosas de outros países e colônias americanas de nações europeias. Rebouças escrevera desde 1874 uma série de artigos cujo objetivo era abordar os problemas agrícolas e particularmente os das fazendas e engenhos centrais, mais tarde reunidos na obra *Agricultura Nacional, Estudos Econômicos*, publicada em 1883³¹. Paes Leme era produtor de cana no Rio de Janeiro e publicara folhetos mostrando o melhor rendimento dos engenhos centrais de diversos países em relação aos nacionais, com o nome de “Relatório sobre a cultura da cana e fabricação do açúcar na Luisiana - Estados Unidos”, em 1872.

Além dos aspectos imaginários e ideológicos associados à tecnologia da produção, registraram-se aqui os projetos de disciplinarização do proletariado, como aponta HARDMAN, que associavam a moradia ao controle das vilas operárias. Observamos sua implantação não apenas nas fábricas urbanas, mas também nos rincões do sertão, com o desenvolvimento regional da indústria têxtil³² e da própria usina canavieira³³. Portanto, as discussões sobre o caráter e as ambigüidades da burguesia brasileira em formação, liberal e escravista, positivista e inovadora, como também burocrata e oligárquica, constróem um perfil que também se adequa a uma parte dos nascentes usineiros do açúcar, bem como a seus ideólogos.

Segundo HARDMAN, esse perfil distingue o setor mais dinâmico das classes dominantes, a burguesia cafeeira paulista, de espírito sóbrio e austero, capaz de iniciativas pragmáticas e produtivistas. Poderíamos, no entanto, estendê-lo aos setores “modernizantes” da cana-de-açúcar e aos industriais têxteis. São segmentos das classes dominantes que, nesse período, procuraram concertar-se com as inovações de seu tempo, seja no plano da produção e das relações de trabalho, seja no universo das fantasmagorias que criaram para justificar seus projetos, como se fossem panacéias capazes de resolver realmente os males de que padeciam³⁴.

³¹ Cf. COSTA FILHO, *op. cit.*: p.361.

³² GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, Convento, Disciplina*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1991.

³³ WANDERLEY, *op. cit.*: p.49/50.

³⁴ FRANCO, Maria Sylvania C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ática, 1976, p. 178.

Em Minas Gerais a introdução dos engenhos centrais significou, como já foi dito, não apenas a inovação técnica na produção do açúcar, mas também um patamar inteiramente distinto da produção canavieira conhecida secularmente na província e na capitania dos tempos coloniais, onde se difundira enormemente a chamada “forma secundária” de economia canavieira. Segundo relato de Rodolfo JACOB³⁵, somente na zona da Mata mineira existiam, em 1910, cerca de 3.000 pequenos engenhos, que fabricavam açúcar mascavo e rapadura, assim como aguardente. Em 1935, havia 16. 709 engenhos no estado; em 1952, eles eram 33. 213, quase metade dos existentes no Brasil, que contava então com 66. 587 unidades.

O surgimento das “fábricas de açúcar” no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco entusiasmou parlamentares mineiros, que debateram a questão ao longo de vários períodos legislativos. Finalmente, foi votado um projeto da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais em 10 de novembro de 1879, autorizando um empréstimo ao engenheiro Joseph Lepech ou a outro pretendente, para o estabelecimento de um engenho central no município de Ubá, destinado ao fabrico de açúcar mediante emprego de aparelhos e processos modernos mais aperfeiçoados³⁶. As cláusulas do projeto abarcavam os subsídios governamentais a serem concedidos, os processos técnicos recomendáveis no cultivo, a constituição do capital por ações, a capacidade de produção dos engenhos, o estabelecimento de preços e contratos entre a companhia, plantadores e fornecedores de cana e até a proibição do emprego de escravos, em virtude da escassez deste tipo de trabalho na província, naquele período.

Fracassadas as primeiras tentativas em Minas Gerais, somente em 1882, no governo de Teófilo Otoni, é votado projeto que resulta na implantação e desenvolvimento de engenho central, concedendo a Joaquim José de Campos Bittencourt ou à companhia que organizasse, dentro ou fora do país, a garantia de juros de 7% por ano sobre o capital de 800 contos de réis, destinado à fundação e tráfego de um engenho central de cana-de-açúcar em qualquer dos municípios de Ubá, Presídio, Muriaé, Carangola e Ponte Nova³⁷.

Nas discussões a respeito enfatizou-se não apenas o estímulo governamental a empreendimentos progressistas, como a fundação de engenhos centrais, estradas de

³⁵ JACOB, Rodolfo. *Minas Gerais no XX Século*. apud COSTA FILHO, op. cit.: p. 349.

³⁶ Idem.

³⁷ Idem, p.365.

ferro e outros melhoramentos. Também foram abordadas as dificuldades decorrentes da crise de transição para a mão de obra livre, a situação das rendas do Império e a baixa do café, em função da concorrência nos mercados consumidores europeus. Alguns, no entanto, achavam ser essa mais uma razão para o incentivo à diversificação da lavoura e da indústria. Destacava-se em Minas a questão nodal do transporte, como sublinhou um deputado:

“A questão não é de produção, é de exportação; sem estrada de ferro o engenho não pode progredir”³⁸.

Outro deputado, Teixeira da Mota, argumentava no mesmo debate a necessidade de desenvolver as vias férreas, instituir o trabalho obrigatório e trazer colonos estrangeiros, para enfrentar a crise da lavoura *“que se lhe afigurava medonha”³⁹*. Sancionou-se então o decreto que concedia ao referido Joaquim José de Campos Bittencourt ou à companhia que organizasse o capital destinado à fundação do engenho central num daqueles municípios. Além das cláusulas concordes às que o governo geral sujeitava os contratantes, o decreto estipulava diversas outras. Uma delas dispunha sobre a necessidade de a empresa colocar em terras adjacentes ao engenho central uma colônia de nacionais ou estrangeiros, *“nunca inferior à quinhentas pessoas”*, uma vez que era inevitável a transição do trabalho escravo para o livre.

Além disso, a empresa deveria reservar a décima parte do capital que lhe fora garantido à constituição de um fundo especial, destinado ao financiamento de plantadores e fornecedores de cana, inspirado no princípio da divisão do trabalho pregado por Rebouças e Gordilho. No inciso III do artigo 2^o dava-se à empresa a *“...faculdade de unir o engenho, por meio de vapor, à próxima via férrea, ficando-lhe garantido privilégio, por igual tempo, sem garantia de juros, para essa estrada de ferro”⁴⁰*.

Em lei editada no ano seguinte, as empresas eram autorizadas a estabelecer junto ao engenho central qualquer indústria manufatureira que empregasse a cana-de-açúcar ou subprodutos, e se obrigavam a manter junto deles escolas práticas de agricultura, nas quais seriam admitidos vinte meninos pobres ou ingênuos.

³⁸ Fala do deputado Xavier da Veiga, em debate na Assembléia Legislativa, apud COSTA FILHO, *op. cit.*: p. 368.

³⁹ *Idem*, p. 369.

⁴⁰ *Idem*, p. 370.

Portanto, em 1884, quando é finalmente constituída a Companhia Central Rio Branco, sua construção ocorrerá em meio à “febre de progresso” que se desenvolve mesmo com a crise cafeeira. O Engenho Central Rio Branco é montado com aparelhagem proveniente de Campos, trazida pelo referido Joaquim José de Campos Bittencourt. Após tentar desenvolvê-lo como empresa individual, Bittencourt entra em sociedade com dois engenheiros da Estrada de Ferro Leopoldina, Antônio Paulo de Mello Barreto e José Arthur Murinelli, além de Lindolfo Martins Ferreira. Constituída então a Companhia Engenho Central Rio Branco, em 1884, seu controle foi transferido à Leopoldina Railway até 11 de julho de 1907. Em 1887, uma fala do presidente da província afirmava ser o custeio do engenho completamente oneroso para os cofres públicos, uma vez que suas atividades resultaram em insucessos entre 1885 e aquele ano, fosse no volume de suas safras, fosse no rendimento da produção. Além disso, não cumprira a cláusula contratual que previa a fundação de uma colônia de brasileiros ou estrangeiros para os trabalhos agrícolas.

Assim, também as centrais açucareiras montadas sem a preexistência dos antigos engenhos de grande porte, como foi o caso de Minas Gerais, revelaram-se ineficientes e cederam lugar às usinas, a partir de 1907, quando o engenho foi adquirido por banqueiros e industriais franceses do grupo Durocher. Em 1924, durante uma crise decorrente da praga do mosaico, a usina foi vendida ao Banco Bauer Marchal de Paris, permanecendo em suas mãos até 1964 com o nome de *Société Sucrière* de Rio Branco S/A. A partir de então a usina vive uma situação de estabilidade e expansão, com reformas administrativas e técnicas, além do crescimento da área plantada, consolidando seu papel regional até o início dos anos 60, época em que passou ao controle de grupos brasileiros.

A *Société Sucrière*, dirigida por técnicos franceses ou de laços familiares com grupos de usineiros campistas, possuía estrada de ferro própria, extensas propriedades e era a maior potência econômica do município. Na cidade havia ainda a usina São João, dona de canaviais próprios, de propriedade do engenheiro Mário Pinto Bouchardet, também originário de Campos. Em 1974, a Companhia Açucareira Riobranquense, antiga *Société*, já em propriedade de brasileiros, fundiu-se com a Usina São João I, constituindo-se a Usina São João II. Nos anos 40, existia no município uma terceira usina, a Santa Rosa, de menores dimensões.

O movimento de instalação das usinas e a consolidação de uma fase de expansão canavieira em novas bases na zona da Mata mineira, é simultâneo a outras transformações que ocorrem na região e a inserem no movimento geral das mudanças econômicas e políticas do capitalismo no país. SALLES GOMES assinala, com referência ao município vizinho de Cataguases, que a década de 20 situa-se como o período final do café e a emergência de mudanças políticas importantes: após três décadas de decadência e de surgimento de uma economia diversificada, englobando a pecuária de corte e leiteira e a expansão da indústria têxtil, surgem alterações políticas significativas. Advogados, jornalistas, juristas e políticos profissionais despontam na vida política, em oposição aos “coronéis”, enquanto surgem associações de trabalhadores, como as Ligas Operárias de ferroviários e tecelões que, existindo desde 1906, organizaram seu primeiro movimento grevista em 1920.

SALLES GOMES lembra que os novos dirigentes políticos não mais derivam seu prestígio do parentesco com os fundadores da cidade, “...*querem mandar e enriquecer, e não apenas brilhar*”. Assim, encerra-se na década de 20 uma época, e a emergência da greve operária assinala, segundo ele, “...*o fim da inocência nas relações de uma pequena localidade*”⁴¹.

1.3 - O controle do trabalho livre

Entre a abolição da escravidão e a década de 20, quando se estabelece em definitivo o padrão industrial na economia canavieira nacional, instituiu-se a figura do trabalhador livre, projetado segundo diversas estratégias.

DE DECCA e BRESCIANI⁴² mostraram como a gestação do trabalhador adequado ao sistema de fábrica implicava não só o estabelecimento de uma relação de produção a partir da expropriação do trabalho e de sua disponibilidade para o capital; também se afirma todo um processo de construção de um universo social, cultural e moral, cuja chave é a disciplinarização do homem pobre para adequar-se

⁴¹ SALLES, Gomes, Paulo Emílio. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1974, p. 64.

⁴² DE DECCA, *op. cit.* e BRESCIANI, Maria Stella M. Lógica e dissonância - a sociedade do trabalho. Lei ciência e resistência operária. *Revista Brasileira de História*, 6, 11, 1985/86.

ao trabalho fabril e à vida como operário urbano. Esta disciplinarização implicava a introjeção de uma ética do trabalho e a presença de estratégias repressivas no mundo dos trabalhadores pobres, que assumiam feições policiais, jurídicas, educacionais, espaciais.

A industrialização da agricultura é um processo mais tardio (no Brasil, ocorre de forma generalizada apenas na segunda metade do século XX), mas já é visível na produção de fábrica que começa a se instituir com as usinas açucareiras, como vimos no item anterior. Por outro lado, também o mundo do trabalho rural deve transitar da forma abertamente coercitiva do trabalho escravo para novas formas de coerção e de legitimação, com a instituição do trabalho livre, mesmo que permaneçam os mesmos o processo de trabalho agrícola e a dimensão espaço-temporal da produção e da vida social.

Assim, a transformação do homem pobre rural num “ser plenamente moralizado” apresenta similitude (mas, também, particularidades) com o processo urbano industrial, tendo em vista a natureza do sistema produtivo em que se acha envolvido, como ficará evidenciado mais adiante, tanto na economia cafeeira como na canavieira — nesta última com particular intensidade — onde um complexo sistema de relações sociais adquiriu contornos que significaram, inclusive, a combinação ou a contiguidade do mundo rural e do mundo fabril. Esta contiguidade sugere uma série de reflexões sobre o universo político do trabalhador rural, normalmente tratado em separado daquele empregado na fábrica rural — a usina. Na verdade, a mesma empresa pode congrega, em seu espaço de produção e moradia, a vila operária e a colônia agrícola, podendo os trabalhadores transitar ou conviver com os dois mundos no seu cotidiano, sofrendo sua influência de alguma forma.

No campo, certos processos produtivos ainda permitiam uma luta mais aberta em torno da margem de autonomia do trabalho, a partir do acesso à terra e das formas de renda a serem pagas ao proprietário. Isso não exclui esses trabalhadores do alcance de um debate e de prescrições gerais e específicas, que se referem ao conjunto da força de trabalho, enquadrando-a em diferentes lugares da ordem burguesa. Não é por outro motivo que os debates de segmentos de proprietários abrangem também os rurais, e com especial ênfase, como demonstram os anais dos congressos agrícolas desde meados do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX.

Não se trata, aqui, da reunião dos trabalhadores no sistema de fábrica, mas da garantia de sua permanência nas fazendas e de seu controle por parte do empresário. Trata-se também das formas de ampliação do excedente expropriado a partir da subordinação do trabalho familiar e, portanto, de seu condicionamento à nova organização do processo de trabalho e aos controles administrativos que assegurem o domínio do capitalista. Afora isso, no caso de Minas Gerais e em particular da zona da Mata, deve-se considerar que o suprimento de trabalhadores livres para as necessidades da economia mineira foi fornecido sobretudo pelo negro liberto e pelo branco pobre nacional, diferentemente das áreas mais dinâmicas de São Paulo, apoiadas na vinda do imigrante estrangeiro.

Tendências variadas apontavam na direção do emprego desse homem livre como operário da indústria têxtil, para a qual se necessitava fabricar um trabalhador adequado⁴³. No campo, ele se destinava às formas diversas de produção de alimentos, à pecuária e à permanência na cafeicultura com base na parceria e no trabalho familiar por empreitada⁴⁴.

Buscando recuperar um projeto burguês de desenvolvimento econômico, social e tecnológico, através do exame do discurso da burguesia mineira nas duas primeiras décadas deste século, DUTRA⁴⁵ analisou artigos publicados na revista da Sociedade Mineira de Agricultura, anais do Congresso das Municipalidades Mineiras de 1923 e relatórios e conclusões do Congresso Agrícola e Comercial de 1903. Além de concepções a respeito da história, dos mineiros, do trabalho e do saber técnico e científico, aí se expressam idéias específicas a respeito do trabalhador de que necessitam. Nesse ponto se projetam as preocupações eugenistas (que poderiam ser satisfeitas com a imigração européia); a defesa do cooperativismo e do ensino agrícola como forma de potenciar o trabalho e a produção; a exigência da educação e da moralidade do trabalho.

Também em artigos, leis e projetos surge a preocupação com a repressão à vadiagem, a instituição de prêmios e penalidades (asilos, colônias de trabalho, prisões com trabalho) como “... *um poderoso auxílio à agricultura e às indústrias*”, repressão ao alcoolismo e jogos de azar. Enfim, discute-se a parafernália de procedimentos coercitivos e persuasivos para o enquadramento do trabalhador na

⁴³ GIROLETTI, *op. cit.*

⁴⁴ LANNA, *op. cit.*

⁴⁵ DUTRA, Eliana Regina. *República e Trabalho no Registro da Burguesia*. Revista do Departamento de História nº 10, UFMG, 1990.

sociedade do trabalho. Além disso, debate-se a higiene pública ao se tratar das cidades industriais mineiras, como Juiz de Fora e Nova Lima, comparando-as ao Rio de Janeiro, e se manifesta a preocupação com a regulação das relações entre patrões e trabalhadores, proprietários e colonos, que devem ser regidos por leis de locação de serviços⁴⁶.

Nessa última dimensão são destacadas como garantias ao proprietário, o entrelaçamento de

“...propostas para a repressão da vadiagem, a criação de oficinas de trabalho, a regulamentação do trabalho doméstico, a difusão do ensino agrícola nas escolas rurais, o estabelecimento de uma corrente migratória, a proposição de uma liga de industriais e agricultores para não aceitar operários que abandonarem o serviço sem justa causa, e para promover a atribuição de responsabilidade civil e penal no caso de violação da lei de locação, entre outras”⁴⁷.

Analisando especificamente as múltiplas estratégias de repressão, controle e educação da aristocracia mineira nos primeiros anos da República, visando à integração do trabalhador nacional ao trabalho assalariado, FARIA FILHO também se deteve no debate travado durante o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial Mineiro de 1903, destacando o fato de que nele se enfatizava a necessidade de educar o trabalhador mineiro, discipliná-lo, reprimir sua tendência à vadiagem e adestrá-lo nos hábitos e valores exigidos pelo trabalho assalariado⁴⁸.

Os debates instauram a desqualificação do trabalhador como vadio e perigoso, exigindo, portanto, estrito controle e condicionamento moral, que passaria pelos mais diversos procedimentos, como o uso de matrículas e cadernetas, a organização da polícia municipal “*para garantir o bem estar dos municípios*”, a vigilância sobre os desempregados e até sua prisão correcional. Pedia-se também a proibição da ocupação de terras devolutas por meio das quais essas “*feras invasoras*” fugiam ao plano do trabalho metódico, abriam claros na lavoura organizada e constituíam povoamentos esparso de impossível policiamento⁴⁹.

⁴⁶ Idem, p. 37.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ FARIA FILHO, Luciano M.. A República do trabalho: a formação do trabalhador cidadão em Minas Gerais no alvorecer do Século XX. *Revista do Departamento de História*, nº 10. UFMG, 1990, p. 79/80.

⁴⁹ Idem, p. 85.

Os que defendiam a moralização da força de trabalho via ensino, por oposição à estratégia de controle e repressão, realçavam a educação para os deveres civicos atrelada à preocupação com “...o vagalhão do socialismo que viria atravessar o Atlântico...” trazendo a subversão e a anarquia⁵⁰. Portanto, vemos aqui explicitado, como aponta DUTRA, um ideal burguês de trabalho e progresso social, assim como uma figura de trabalhador a ser criado, inclusive para a atividade agrícola, perfeitamente alinhados às discussões e estratégias que se desenvolviam na Europa desde o século XVIII, referentes ao trabalhador urbano e fabril.

A defesa da lei, das medidas repressivas e coercitivas e das práticas de educação e vigilância sobre o trabalho livre, acrescenta-se outro elemento decisivo na construção da hegemonia, em se tratando do mundo agrário: o exercício das relações paternas, construídas a partir do universo escravista, que depois da abolição se desdobraram na relação entre fazendeiros e seus trabalhadores, fossem colonos, parceiros ou assalariados.

Estudando o mundo dos escravos no sul dos Estados Unidos e sua relação com os senhores, GENOVESE mostrou que a sujeição do trabalhador não se baseava apenas no exercício da coerção e da violência, mas também na construção de uma relação paternal que era reinterpretada pelo trabalhador conforme sua própria perspectiva. O paternalismo surgia da necessidade de disciplinar e justificar moralmente o sistema de exploração, definindo o trabalho involuntário dos escravos como uma legítima retribuição à proteção e à direção que lhes davam os senhores. Previa obrigações mútuas - deveres, mas também direitos e corroía a solidariedade entre os oprimidos, ligando-os, como indivíduos, a seus opressores⁵¹. A tutela e a dependência embutidas nestas relações supunham, além da legitimação, a brutalidade, por mais orgânica que fosse a ordem paternalista. A situação exigia também a criação de relações jurídicas adequadas que contivessem os antagonismos entre as classes envolvidas num domínio em que sua legitimidade não fosse perigosamente contestada.

A experiência do sul dos EUA pode servir de referência ao se analisar o processo brasileiro, no qual também se desenvolveu uma auto-reforma conservadora, cujo objetivo era a preservação da ordem social, adaptada a novas condições. Como consequência desse quadro social e político, os elementos de dependência pessoal se

⁵⁰ Idem, p. 88.

⁵¹ GENOVESE, Eugene. Op. cit., p. 23/24.

transformaram em sentimento de fraqueza coletiva, que multiplicava as batalhas dos libertos consigo mesmos e com seus opressores, até que pudessem sentir sua força e tornar-se conscientes de sua responsabilidade e de seu valor⁵². As possíveis formas de consciência e a luta de hegemonias até a construção de um discurso político próprio levariam décadas no caso norte-americano, até desembocar nos movimentos dos anos 60. Enquanto isso, elas se nutriam das resistências construídas a partir das idéias religiosas e das práticas de solidariedade negra, responsáveis pelo recorte de um espaço de autonomia psicológica e cultural. Mais adiante, no capítulo 4 desta tese, procuraremos mostrar como elementos semelhantes se encaminharam diferentemente na realidade mineira nas décadas posteriores à abolição. Aqui, apesar de toda uma trama de cultura popular negra e práticas de solidariedade onipresentes na sociedade, não se chegou à conformação de uma identidade social ampla e afirmativa, nem a um discurso político contra a exclusão por racismo.

Como foi visto no item anterior, o projeto inicial dos engenhos centrais propunha, diante da crise da escravidão, a instituição de colônias de estrangeiros ou nacionais junto às centrais na região em estudo. Nas primeiras décadas, diante da debilidade da produção e da instabilidade da propriedade industrial em instalação, a experiência da central de Visconde do Rio Branco convive com as formas de trabalho então praticadas na Mata: plantadores e seus parceiros, como na cafeicultura regional, alimentam a produção de matéria prima para a indústria nascente, até sua transformação em usina, nos anos 10.

Três tipos de relações de trabalho combinavam-se na agricultura regional: a meação, utilizando o parceiro como trabalhador fixo das fazendas, era a estratégia principal; outra alternativa era o trabalho assalariado temporário, alimentado pelas migrações sazonais e, por fim os colonos, proprietários de pequenos lotes reunidos em núcleos de colonização, na sua maioria oficiais⁵³.

Os fazendeiros desta região também chamavam “colono” ao trabalhador fixo que morava na fazenda e cuidava das plantações. No caso da cafeicultura, conforme aponta o estudo de LANNA, tratava-se do parceiro que cultivava o café, fazia a colheita sob sua responsabilidade e também podia plantar cereais entre as fileiras do café em terrenos previamente demarcados, que não mais interessavam àquela

⁵² *Idem*, p. 234.

⁵³ LANNA, *op. cit.*, p74.

cultura. O lucro da comercialização realizada pelo fazendeiro era dividido à meia, enquanto o produto do cultivo de cereais pertencia ao trabalhador e sua família.

O trabalhador era em geral atraído pela possibilidade de cultivar os cereais, pela qualidade da terra e pelas casas de moradia que lhe eram oferecidas. Aqui, como em São Paulo, repetia-se o problema do maior interesse do parceiro pela cultura dos cereais, em detrimento dos cafezais. Por outro lado, essa relação também atraía os fazendeiros de Minas pela redução dos custos monetários, numa situação de carência de capitais e de baixa produtividade. Resolvia, sobretudo, a dificuldade de pagar salários compatíveis com as regiões de São Paulo que atraíam trabalhadores assalariados e, de outro lado, respondia ao problema da inexistência de um mercado de trabalho e de disciplinamento do trabalhador para a atividade regular no campo.

Esse deslocamento do termo permanece para denominar o morador dos canaviais mineiros, não correspondendo à situação do parceiro, com o qual convive mas que mantém outros laços com a usina. O colono das fazendas canavieiras possuía uma forma mista de remuneração por tarefa estipulada e por quantidade de cana entregue, à qual correspondia um preço anual fixo (espécie de salário mínimo). A auto-disciplina e o controle do trabalho se estabeleciam a partir da produção familiar, sem necessidade de supervisão. Nesse caso a mão de obra dos demais membros da família era incorporada sem pagamento específico. O proprietário obtinha assim, pelo mesmo preço, quantidade adicional de trabalho, e podia também reduzir o custo da força de trabalho empregada pela existência da roça de subsistência cultivada pelo grupo familiar.

No colonato praticado na cafeicultura paulista evidenciara-se que a combinação de trabalho assalariado com cooperação familiar, na forma do trabalho por tarefa e por produção, possibilitava a apropriação do excedente ao longo de todo o ano de maneira mais eficiente, além de garantir trabalho mais intenso e adicional de outros membros da família, não remunerados, nas épocas de maior demanda. Além disso, desempenhavam um importante papel na auto-subsistência familiar.

Diante desse quadro, notam-se os interesses da burguesia agrária — de natureza econômica mas também ideológica — em manter a família nuclear como unidade de trabalho, garantindo a ideologia da solidariedade e a eficaz cooperação familiar. Para os trabalhadores, também havia interesse em sua manutenção, uma vez que, além de permitir o acesso à moradia e à margem de autonomia da produção de subsistência, “ *...fortalecia a identidade dos interesses da unidade doméstica e*

pela construção dos grandes galpões onde se instalam as fábricas, pela elevada chaminé, pelo alto edifício da destilaria, pela presença das estradas de ferro próprias e, sobretudo, pela importância do casario destinado ao operariado, o qual se arruma numa série de pequenas habitações conjugadas de ambos os lados. A concentração é de tal ordem que, da mesma forma que no Nordeste, não podemos classificar o tipo de habitat como rural, embora não o possamos classificar de urbano, preferindo chamá-lo de habitat industrial em meio rural⁷¹.

A distribuição demográfica, concentrando grande contingente de trabalhadores das usinas nas áreas rurais adjacentes, é comprovada pelos dados do próprio censo de 1950:

1950 - SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO - POPULAÇÃO PRESENTE (*)

TOTAL	QUADRO URBANO(**)	QUADRO SUBURBANO	QUADRO RURAL
26.779	3.894	4.269	18.016

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1950, Série Regional, vol. XXI, tomo 1 - MG; RJ, 1954.

(*) Naqueia data o município comportava a sede e um distrito, o de São José do Barroso, elevado posteriormente à cidade.

(**) O Censo de 1950 discriminava como quadros urbano e suburbano as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais) ou vilas. O quadro rural abrangia toda a área situada fora dos limites das cidades e vilas.

Os dados mostravam que Visconde do Rio Branco possuía quase 70% de sua população na zona rural, sendo que 529 estabelecimentos agrícolas produziam a cana destinada às três usinas em funcionamento na região: a usina Rio Branco (com capacidade para 260.000 sacas de açúcar anuais), São João (100.000 sacas) e Santa Rosa (90.000 sacas), configurando a principal área açucareira de Minas Gerais naquela época. Pode-se deduzir que parte significativa da população residia em terras das usinas ou trabalhava indiretamente para elas, por meio dos numerosos fornecedores de cana da região, ou até diretamente, através do emprego temporário nas épocas de safra. Em 1960, em virtude das profundas modificações que já se processavam na distribuição da população, a partir das mudanças nas relações de trabalho, alterava-se expressivamente a proporção entre população urbana e rural, que praticamente se equivaliam: 12.363 pessoas habitavam a cidade, contra 12.537 no campo.

⁷¹ ANDRADE, Manuel C. *Aspectos geográficos da região de Ubá*. São Paulo, Relatório à XIV Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1961, p. 54.

IANNI registra transformações semelhantes no município de Sertãozinho, São Paulo, onde, entre 1940 e 1970 a população rural caíra de 73,7% para 26,4%. O fato não significou propriamente despovoamento do campo, uma vez que a usina constituía um complexo produtivo englobando fábrica e plantações num ambiente amplamente urbanizado, praticamente sem descontinuidade entre a cidade e o campo⁷².

Desses elementos, muitos já eram visíveis na vida das áreas canavieiras mesmo na passagem dos anos 40 aos 50, como observou AZEVEDO, no final dos anos 50⁷³: nas “verdadeiras cidades em miniatura” constituídas pela numerosa população de proletários rurais, empregados das fábricas e nos serviços de administração e transportes que as usinas congregavam.

A organização do trabalho agrícola nesse sistema, conforme vimos, apoiava-se no trabalho familiar do morador ou colono, da mesma forma que na cafeicultura. Tratava-se, portanto, de um trabalho coletivo realizado no interior da grande plantação, onde a divisão do trabalho e as formas de controle do seu rendimento obedeciam a uma lógica apoiada na auto-emulação, tendo em vista o pagamento do salário e da produção conforme a produtividade familiar. Além disso, já garantida a cessão da moradia pelo proprietário, havia a possibilidade de a família complementar seu sustento com o acesso ao roçado para o plantio de alimentos.

Transcrevemos adiante dois tipos de contrato aplicados à mão-de-obra assalariada na produção canavieira, ambos obedecendo às características descritas. O primeiro é previsto no próprio Estatuto da Lavoura Canavieira; o segundo era aplicado em usinas canavieiras paulistas, na década de 30.

O Estatuto, no capítulo II, artigo 7º, previa para os trabalhadores em regime de colonato ou de assalariamento, que não pudessem ser enquadrados na situação de fornecedores, a obrigação de contratos-tipo que deveriam ser aprovados pelo IAA, conforme os seguintes princípios:

“a) - concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família;

b) - proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior;

⁷² IANNI, O. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p.59-63.

⁷³ AZEVEDO, F. Op. cit., p. 62.

c) - direito à moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador;

d) - assistência médica e hospitalar;

e) - ensino primário gratuito às crianças em idade escolar;

f) - garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador⁷⁴.

AMARAL transcreve um contrato firmado entre usinas paulistas e colonos canavieiros, em 1937:

“Contrato celebrado entre a usina ... e os colonos da mesma, para o plantio, formação e fornecimento de canas, mediante as cláusulas seguintes:

I- O presente contrato terá a duração de quatro (4) anos, a partir de 1º de janeiro de 1937, terminando, conseqüentemente, em 31 de dezembro de 1940. Findo este prazo sem que qualquer das partes denuncie sua terminação, por escrito, com seis (6) meses pelo menos de antecedência, considerar-se-á prorrogado por igual período de tempo.

II- Os colonos obrigar-se-ão a plantar, formar e entregar as canas nas balanças da usina ou no local designado pela administração da usina.

III- Na pesagem das canas a usina terá os seguintes descontos: cinco por cento (5%) para as canas boas, limpas e maduras, desconto esse correspondente às amarras; dez por cento (10%) para as canas que embora boas forem queimadas acidentalmente; e trinta por cento (30%) para as canas queimadas propositadamente.

IV- As datas de início dos cortes das canas e quantidades a fornecer diariamente serão designadas pela administração da usina, que para isso usará o critério do tempo para o aproveitamento das soqueiras.

V- Na proporção que os colonos forem terminando o corte das canas obrigar-se-ão a auxiliar os colonos atrasados com o

⁷⁴ Apud LIMA SOBRINHO, op. cit., p. 156.

serviço, cujo auxílio será pago pelos beneficiários, garantido pela usina, nas bases do preço corrente.

- VI - É expressamente vedado aos colonos vender, onerar ou permutar sua lavoura sem prévio assentimento da administração da usina que, concordando, dará autorização mediante contrato de transmissão.*
- VII - A usina pagará pelas canas plantadas, formadas e fornecidas na balança ou onde designar, o preço seguinte: vinte mil-réis (20\$000) por mil e quinhentos quilos (1.500).*
- VIII - Os pagamentos das canas serão feitos na proporção de trinta por cento (30%) cada fim de mês, calculados sobre as canas entregues e o restante de setenta por cento (70%), setenta dias depois da última entrega.*
- IX - A usina fornecerá aos colonos terras para plantio de cereais, etc. destinados ao sustento de suas famílias, cujas terras terão direito na proporção de cinquenta por cento (50%) das terras que cultivarem em canas. A usina não receberá fôro, sendo entretanto, expressamente proibidas as plantações intercaladas nas lavouras canavieiras.*
- X - Os colonos obrigar-se-ão a conservar os pastos e terrenos sob sua guarda e uso, bem limpos e cercados, assim como manterem em bom estado os caminhos e carreadores de suas lavouras, fornecendo a usina arame farpado, grampos, e madeiras do mato da mesma usina, ficando a mão-de-obra a cargo dos colonos, bem como a condução e extração do material.*
- XI - Nas queimadas das roças ou palhoças, os colonos serão obrigados a fazer os aceiros de modo a isolar as lavouras vizinhas, estradas de ferro e outros lugares a juízo da administração da usina, que para isso deverá sempre ser avisada, a fim de mandar fiscalizar. Os prejuízos que advierem por negligência ou abuso conseqüentes, serão indenizados pelos causadores independentemente de qualquer formalidade.*
- XII - Os colonos que deixarem de cumprir qualquer das cláusulas deste contrato; derem-se ao vício de embriaguez habitual;*

promoverem desordens; participarem direta ou indiretamente em roubos; ou que por qualquer outro motivo indigno forem autuados pela polícia, terão, a juízo da administração, seus contratos rescindidos.

XIII - No caso de rescisão do contrato o colono será indenizado pelo valor de sua lavoura e pertences, avaliados por dois peritos, nomeados pelas partes contratantes, e por um terceiro, no caso de divergência. Da avaliação será feito o desconto de quinze por cento (15%) e o saldo pago depois de o colono ter desocupado a casa e retirar-se da propriedade sem danificar qualquer das benfeitorias. A sua retirada deverá dar-se dentro do prazo máximo de trinta (30) dias a contar da data da rescisão do contrato, respondendo o colono por qualquer prejuízo que venha a causar à usina na sua mudança.

XIV - As garantias deste contrato ficarão suspensas no caso de destruição ou incêndio no engenho e lavouras; greves; desarranjos ou quebra de maquinismos, etc., não se tornando destarte os contratantes obrigados a indenizações, pelos prejuízos causados por motivos alheios à vontade da usina⁷⁵.

Portanto, havia delimitação legal e contratual para a relação entre o capital aplicado na produção agrícola e o trabalho rural, sendo necessário analisar não só a natureza das relações previstas, mas, sobretudo, seu efetivo cumprimento na prática. MEDEIROS montou diferentes quadros anuais relacionando greves de trabalhadores rurais entre os anos de 1949 e 1954, abrangendo várias áreas de produção canavieira, com a inclusão das greves registradas na cafeicultura e nas áreas produtoras de cacau, na Bahia. Essas greves giram em torno do cumprimento de direitos do trabalho ou de sua aplicação ao campo, nas mais diferentes regiões⁷⁶.

Pode-se dizer, tomando as condições previstas no Estatuto da Lavoura Canavieira, que os direitos eram definidos para serem desrespeitados, de acordo com as relações de forças entre as classes: os salários eram sucessivamente diminuídos, o que resultava em resistência e greves dos trabalhadores. Daí também a exigência de um salário mínimo, inexistente para os assalariados rurais, e, a partir de certo

⁷⁵ *Apud* AMARAL, *op. cit.*, p. 386-388.

⁷⁶ MEDEIROS, *op. cit.*, p. 19-23 e 44-46.

momento, as reivindicações associadas à manutenção das áreas de subsistência, ameaçadas pelo plantio das canas, particularmente a partir dos anos 50. Além disso as usinas chegavam a descontar o aluguel da casa cedida ao morador, sendo este um dos motivos da greve dos canavieiros de Campos, em 1954.

O contrato do colono canavieiro paulista, por sua vez, estipulava descontos referentes à qualidade da cana produzida; estabelecia o controle sobre o processo de produção familiar (estipulando o início dos cortes e as quantidades a fornecer por dia, e obrigando as famílias a complementarem o trabalho das outras – serviço a ser pago pela família que recebia ajuda); administrava as vendas resultantes da lavoura do colono; impunha trabalho gratuito, como limpeza de pastos e terrenos e manutenção de caminhos; estabelecia indenizações por danos; arbitrava descontos na rescisão do contrato.

Finalmente, nos artigos XII e XIV, definia formas de controle sobre a conduta pessoal do trabalhador: interdição da bebida e desordens, roubos e envolvimento com a polícia; penalidades pela destruição ou incêndio no engenho e lavouras e por desarranjos, quebras de maquinismos e greves.

No contrato, são explicitadas as formas de ampliação do excedente apropriado: o trabalho gratuito do colono, as maneiras de intensificar a produção familiar, o controle sobre a qualidade e o ritmo da produção, as formas de intervenção sobre a conduta do trabalhador e a preocupação em impedir os movimentos de rebeldia.

Dessa forma, o trabalhador começa a experimentar o direito estabelecido na legislação, mesmo tendo sua vida circunscrita aos domínios da usina. Vivenciando relações de dominação pessoal com os proprietários, combinadas a estratégias burguesas, a relação de trabalho aparece longinquamente vinculada a um regime contratual que os movimentos de assalariados buscarão assegurar. As formas de burlá-lo praticadas pelos proprietários, que elevam as margens de expropriação do sobretrabalho, encontravam a resistência dos trabalhadores: são frequentes as tentativas de recuperar perdas através das greves por melhoria salarial, pela suspensão dos descontos e exigência do cumprimento dos direitos trabalhistas. Esse processo expressa as peculiaridades da luta de classes na economia canavieira, durante as décadas de 30 a 50.

Como já foi dito, até os anos 60 a cana teve significativo crescimento no país, apoiada neste tipo de relação de trabalho, nas mudanças nos processos técnicos que

incidem sobretudo sobre as condições dos solos e qualidade das canas plantadas, e na possibilidade de expansão horizontal, com incorporação de novas áreas, no interior das fazendas ou fora delas.

IANNI registra que, entre 1951 e 1968, a produção brasileira de açúcar passou de 26.595.636 sacas de 60 kg para 68.530.545 sacas⁷⁷. Por sua vez, SZMREZANYI mostra que a produção de açúcar de usina, ao final da década de 50, ultrapassara 100.000 TM anuais, significando um crescimento de 1.302% entre os extremos da série⁷⁸.

Ao longo dos anos 50, três tendências se combinam, provocando uma mudança de patamar tanto no âmbito da produção canavieira, quanto noutros segmentos da sociedade agrária: a expansão da produção e o incremento das lutas sociais, associados a mudanças institucionais que ocasionaram o nascimento de organizações representativas no campo. Tais organizações, sob influência política do Partido Comunista ou da Igreja, juntamente com o desenvolvimento das lutas, repercutem noutros processos institucionais locais e regionais, como as eleições para cargos representativos e sobre as dimensões jurídicas assumidas até então pela relação entre as classes agrárias.

O aumento da capacidade produtiva das usinas exigia a expansão das áreas de cana própria, de forma a garantir a qualidade e o tempo exigidos pela produção fabril. Isso implicava o aumento das exigências ao trabalho assalariado, a expulsão de foreiros e a pressão sobre os arrendatários, fortes razões para aguçar a luta de classes que se desenvolvia até então. Assiste-se, portanto, a um processo de intensificação do trabalho; no qual o trabalhador perde o seu próprio roçado e vê estreitadas as margens de controle sobre seu tempo de trabalho.

Esse novo patamar das formas de remuneração e organização do trabalho assalariado rural mantém-se desde então como referência para os capitalistas agrários, possibilitando três tipos de contrato de trabalho: a diária, a remuneração por empreitada e o pagamento por tarefa. Nesse último, fica garantida maior intensidade do trabalho, por alteração das referências ou parâmetros que orientam o cálculo da produtividade individual. Em torno do estabelecimento dessas grandezas, da forma

⁷⁷ IANNI, *op. cit.*, p. 47.

⁷⁸ SZMREZANYI, Tomás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil(1930/75)*. Campinas, Hucitec/UNICAMP, 1979, p. 26-28.

de medi-las ou burlá-las, giram as lutas dos assalariados rurais, em particular os canavieiros, dos anos 60 aos 80, como veremos adiante.

São as chamadas “lutas trabalhistas” que, a partir das resistências e greves tramadas pelos próprios trabalhadores, se encaminhavam desde décadas anteriores para a exigência dos direitos legais do trabalho e para a criação e reconhecimento de seus próprios sindicatos. Nesse sentido, independentemente do Partido Comunista, com as instâncias de organização da época (ULTAB, conferências e congressos de trabalhadores rurais) e da ação da Igreja, os trabalhadores já caminhavam na direção de sua constituição em sujeitos de direito, disposição evidente em suas falas e movimentos. Porém, não se pode desconsiderar a ação dessas forças, entranhadas nas lutas sociais e responsáveis pelo novo patamar da organização dos trabalhadores rurais, ultrapassando as dimensões da luta local, por fazenda ou empresa, e começando a adquirir dimensão regional e nacional. O que cabe discutir, e será objeto do capítulo 3, são as relações entre as lutas dos trabalhadores, suas formas de consciência e de luta, e as instituições políticas criadas para representá-los.

Na região desta pesquisa, houve em 1958 uma greve que, pelo caráter de suas reivindicações peculiares, situa-se no mesmo campo de lutas dos demais movimentos em outras partes do país. Registre-se, em primeiro lugar, o fato de que a região canavieira configurada a partir de Campos e atingindo a zona da Mata mineira ter conhecido, em 1954, duas greves significativas de canavieiros, uma em Campos e outra em Ponte Nova (MG), conduzidas pelo Partido Comunista. Em Visconde do Rio Branco, a greve de 58 foi relatada entusiasticamente por trabalhadores entrevistados, em virtude de sua eficácia: o movimento foi deflagrado porque a usina alterara os registros dos trabalhadores nas carteiras assinadas, transformando o preço a ser pago em cálculo da tarefa cumprida. Conforme entrevista de um antigo trabalhador, hoje aposentado:

“...Do tempo todo que eu trabalho, a época que teve mais favorável foi no tempo que tomava conta o Rochebois e o doutor Lambert e doutor Alphonse. Aí entrou um genro de Rochebois que era o doutor Eron. Aí ele já começou a botar o pessoal para trabalhar por produção. Foi na época que nós ganhou muito dinheiro, conforme eu tô dizendo...Trabalhamo muito, mas pagava direitinho. Aí chegou num certo determinado tempo, o Eron já quis fazer de bobo, botar tarefa na carteira. Em 58. Aí nós fizemo a greve. As fazenda tudo...todas fazenda parô. Parou

e o homem ficou doidinho: gente, vá trabalhá, cês vão dá prejuízo a usina. Nós falamo: não, nós trabalha sim, nós queremos nosso direito. Nós queremos carteira legal...cê foi botar tarefa na carteira...se acertá o pagamento nosso direito nós vamo trabaiair.

Aí ele ficou doido...uma fazenda telefonava para ele, ele corria lá, a outra telefona, ele vortava...Aí fiquemo. Até que foi meio-dia, onze horas, ele voltou na fazenda Santa Helena outra vez, nós tudo sentado no terreiro. Aí ele falou:

— ô gente, cês não vão voltá a trabalhar não? Cês tão fazendo greve...

— Não, nós não tamo fazendo greve.

— Quem que é a cabeça disso aí?

— Não, a cabeça todo mundo tá com ela aí.

— Não, aí tem que ter um que é a cabeça prá fazer isso.

— A cabeça aqui é que na carteira tá a tarefa e tá tudo prejudicado, não tem nenhum beneficiado, então todo mundo parou. Quando haver acerto, nós vamo trabalhá.

Aí ele foi embora. Quando foi uma hora da tarde ele telefonou para o administrador que combinasse com nós de receber o pagamento da manhã e da tarde no outro seguinte. Ele prometia de consertar e tirar a tarefa da carteira. E mandasse a resposta para ele que ele ia mandar o pagador para pagar nós. Aí nós respondemo que podia mandar o pagador pagá naquela proposta, nós no outro dia tava no trabalho. Aí mandou o dinheiro, nós recebemo daquele jeito, o nosso outro pagamento ele acertou, tirou as tarefa da carteira...Aí cabô, com seis hora nós resolvemo tudo.”⁷⁹

Conforme o relato do Sr. V., os trabalhadores haviam suspenso o corte da cana e blòquearam as estradas durante todo o dia, para obrigar a usina a negociar. Após a greve, para garantir as mudanças em carteira, a usina passou a alterar os registros dos trabalhadores no sindicato de forma que as reivindicações fossem

⁷⁹ Conforme entrevista do Sr. J.C., 70 anos, trabalhador da usina de 1946 a 1969, hoje aposentado, em 14/09/90.

desqualificadas diante de uma legislação que não previa os direitos dos trabalhadores não fabris.⁸⁰

Assim a luta desdobrava-se em duas frentes: disputa-se a definição do *quantum* produzido pelo trabalhador, a partir da mudança na organização do trabalho e no cálculo da produtividade, e as mudanças jurídicas, que permitiam à usina “legalizar” as alterações no salário e vedar novas reclamações apoiadas nos direitos previstos na lei e na filiação sindical.

De outro lado, a greve de 1958 em Visconde do Rio Branco se realizou numa conjuntura peculiar, vivida pelas instituições políticas locais: entre 1954 e 1958, havia sido prefeito da cidade um opositor das oligarquias da região, Jorge Carone, originário do Partido Republicano, cuja tradição na área o aproximara das idéias e práticas do antigo PTB. Eleito pelo voto de setores populares e pelos jovens, tornara-se um político popular na região, inclusive por medidas como a construção do bairro operário do Barreiro, localizado entre as duas principais usinas locais, a Usina Rio Branco e a Usina São João I, esta mais próxima do coração da cidade. Portanto, a conjuntura de mudanças institucionais relacionadas com os movimentos que se processam no campo não se restringe aos aspectos diretamente ligados ao trabalho; vai além, repercutindo sobre as condições de reprodução dos poderes locais.

Embora houvesse um efetivo deslocamento entre as lutas dos trabalhadores contra o avanço da exploração capitalista e o discurso e as formas institucionais que a luta de classes iria assumir, mediada pelos partidos políticos e demais organizações⁸¹, não se tratava, evidentemente, de um movimento de fora para dentro que introduzia o partido político e a organização sindical num mundo que lhe era avesso.

Aqui se encontravam duas vertentes da luta de classes: aquela construída ao longo de sua história, pelo trabalhador rural como sujeito de direito e cidadão na sociedade burguesa e aquela decorrente do posicionamento das instituições políticas nacionais nos anos 50. Veremos mais à frente que, se o golpe militar afasta de cena as possibilidades de expansão da segunda vertente, a luta pelos direitos do trabalho

⁸⁰ Conforme entrevista do Sr. V., trabalhador da usina desde os doze anos, hoje aposentado e meeiro, dirigente do PT local, em 10/06/90.

⁸¹ BASTOS, *op. cit.*

prossegue na prática, ainda que com maiores limitações, gestando novas relações de poder no campo.

Ao considerar as experiências cotidianas do trabalhador e os intercâmbios políticos que sua situação social permitia vivenciar nesse período, deve-se também assinalar suas relações com os operários das ferrovias, presentes no mundo rural a partir das exigências de transporte da cana. MEDEIROS comenta que, em Campos, durante uma ocupação de terras griladas por uma usina em 1963 (conduzida por José Pureza, dirigente da Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro e tesoureiro da ULTAB), os desempregados da cana no norte fluminense, que haviam feito a ocupação, foram perseguidos pela repressão policial que chegou a invadir o Sindicato dos Ferroviários de Campos, em busca de líderes do movimento⁸².

Essa interpenetração entre o universo do trabalhador dos canaviais e o do operário fabril deve ser entendida como uma via de mão dupla. LEITE LOPES assinala que a prática conciliadora dos sindicatos de operários do açúcar em Pernambuco, em vigor desde o Estado Novo, só teria sido rompida com a tomada do sindicato pela oposição, na conjuntura de 62/63, quando a entidade participou da greve geral da cana-de-açúcar em fins de 63, unindo operários e trabalhadores da parte agrícola, dotados de maior iniciativa⁸³. Da mesma forma, MEDEIROS refere-se à extensão da luta dos rurais aos trabalhadores fabris das áreas canavieiras fluminenses, na ocupação da fazenda já referida, unificando os trabalhadores do campo e da usina⁸⁴.

Esse tipo de articulação assume formas cada vez mais complexas, como veremos adiante, ao se expandir o processo de industrialização e urbanização do campo. A contiguidade entre o trabalho agrícola e o industrial, assim como o conhecimento das diferenças jurídicas que regulavam o trabalho dos operários do açúcar, ao mesmo tempo que excluía os da cana podem ter sido responsáveis, em parte, pelo surgimento dos reclamos e lutas ligados aos direitos trabalhistas desde os anos 30. Estes se definem mais claramente com a participação dos militantes políticos na década de 50.

De outro lado, o estatuto jurídico do trabalho rural e a estrutura sindical que os excluía foram utilizados pelos usineiros para conter e controlar o avanço dos

⁸² MEDEIROS, *op. cit.*, p. 69.

⁸³ LEITE LOPES, J.S. *O Vapor do Diabo: o Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.5.

⁸⁴ MEDEIROS, *op. cit.*, p. 69.

direitos e organizações, conforme já foi visto. É significativo o fato de que, no ano seguinte à greve de 58, a Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco tenha promovido solenidade para doar ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar local

“...uma magnífica sede (...) em esplêndido ponto (...) reconhecendo uma velha aspiração de todos os trabalhadores agora transformada em uma realidade, graças ao esforço e dedicação de sua Diretoria (...). O novo prédio, em seu primeiro pavimento, tem todas as acomodações para os serviços sindicais, inclusive para a instalação do SESI, aulas de corte e costura e futuramente um ambulatório”⁸⁵.

Na inauguração da sede, além de autoridades locais, esteve presente o deputado Santiago Dantas, do PTB, pronunciando discurso sobre “Sindicalismo, Nacionalismo e Previdência Social”, e um representante do Vice-Presidente da República, João Goulart, que enviou uma saudação ao sindicato.

Nos anos mais recentes, o enquadramento sindical tem sido um dos instrumentos utilizados pelos empresários rurais para esvaziar os sindicatos mais combativos. Isto ocorre naqueles setores de trabalhadores rurais que vem desenvolvendo lutas e pressões variadas sobre os empregadores, em benefício dos sindicatos controlados pela usinas e companhias extrativas.

Finalmente, devemos considerar, como SIGAUD⁸⁶, que todo esse processo prepara a grande mudança que se opera no mundo das usinas e no mundo do trabalhador dos canaviais a partir dos anos 60: a saída das fazendas, que não foi consequência das inovações tecnológicas poupadoras de força de trabalho, mas de modificações nas relações sociais entre proprietários e trabalhadores, manifestadas na liquidação da morada ou do colonato. Nesse momento, não se altera o trabalho propriamente dito; alteram-se as relações que há décadas o definiam. A antiga relação de dominação entre o trabalhador e o proprietário sofre um corte profundo quando o morador se transforma, fora das fazendas, em simples vendedor da força de trabalho, diferentemente da situação anterior, na qual toda a sua vida se passava dentro da propriedade, e se pretendia sua subordinação total.

⁸⁵ Conforme Jornal Visconde do Rio Branco, 21/06/59.

⁸⁶ SIGAUD, Lygia M. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1977, mimeo.

Capítulo 2: Os Canavieiros na Cidade

“O passarinho voa, voa, voa, mas sempre quer uma árvore pra sentar, porque ele não pode ficar só voando. E assim é o povo que sai da sua terra, caçando bondade e melhora”. Maria Barbosa Nunes da Silva, trabalhadora rural, migrante, 1992.

2.1 - A moradia e o despotismo do capital sobre o trabalho

As interpretações mais freqüentes acerca das relações que se estabelecem entre o morador das fazendas e o proprietário das terras nas regiões canavieiras enfatizam as formas de dominação pessoal, as prestações de trabalho gratuito, a lealdade política exigida do trabalhador e de sua família e a inexistência de contratos formais¹.

Tratada por vários autores a partir do conceito de dominação tradicional, originário da obra de Max WEBER², a situação do morador supunha, conforme essas visões, uma relação de residência e trabalho simultâneos nas terras de um “senhor”, sob o qual o trabalhador caía sob estrita dependência. Quem se apresentava ao senhor não pedia trabalho, pedia uma “morada” por não ter meios de organizar sua existência social. Os senhores, por sua vez, utilizavam seu patrimônio fundiário para constituir uma clientela de indivíduos submetidos à laços de dependência, na qual o morador ficava na condição de um devedor permanente, sem alternativa senão aceitar como seu o interesse de seu protetor. Dessa forma, estabelecia-se uma “comunidade de interesses”, a partir de uma dependência personalizada em que o interesse do dominante acabava por apresentar-se igualmente como interesse do dominado³.

Essa interpretação parece basear-se mais numa construção ideológica da relação paternal que no exame histórico e concreto de sua efetivação. Em resumo, ela supõe a eliminação permanente do dominado como sujeito e a permanência na condição de sujeitado, anulando-o na vontade do dominante a partir da idéia de um “*equilíbrio entre solicitações recíprocas*”⁴, na forma de troca de favores dentro dessa comunidade de interesses.

¹ SIGAUD, L. *Op. cit.*, p. 6.

² WEBER, M. *Economia y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Economica, 1969.

³ GARCIA JR., Afrânio. *O Sul. Caminho do Roçado*. São Paulo, Marco Zero/UNB/CNPq, 1980, p.4.

⁴ *Idem*, p. 42.

Tomar como real essa ideologização leva a elidir a resistência contínua à dominação, expressa das mais diferentes formas, algumas das quais vimos examinando até agora. De outro lado, supõe ver os trabalhadores permanentemente atomizados e, nesta situação, sujeitos às táticas do senhor, fiéis à sua pessoa, sem condições de refletir sobre os interesses do dominante, obscurecidos pelos seus “dons generosos”.

Esse tipo de interpretação, que procurou calçar-se na literatura da época⁵, corrobora o que já afirmamos: a contínua influência das análises e representações construídas dos anos 20 aos 40 acerca do povo brasileiro e, mais acentuadamente, do povo no mundo rural. Nelas este povo é visto como inorgânico, atraído por

“...uma espécie de força centrípeta pelo espaço dominado pelo poder do senhor [que] limita os horizontes mentais (uma “geografia mínima”) desviando-os e isolando-os do mundo mais abrangente”⁶.

Na verdade, o exame histórico das constantes lutas dos trabalhadores do final do século XIX e os anos 60 deste século demonstra a impropriedade da aplicação estrita do conceito weberiano. Além disso, as estratégias burguesas de controle do trabalho, adaptadas à realidade agrária que, conforme vimos no capítulo anterior, já se evidenciavam no mundo das usinas, devem ser levadas em conta ao avaliar esse conjunto de relações.

Se tomarmos como referência as observações de LEITE LOPES⁷ sobre o sentido de a indústria capitalista recriar a moradia operária nos domínios da fábrica, identificaremos práticas semelhantes também no caso das usinas canavieiras, constituindo as relações de subordinação do trabalho ao capital. Elas configuram relações de poder, às quais se devem acrescentar as que se estruturam fora do universo do trabalho, ou seja, no interior da cidade dominada pela fábrica rural. As relações entre o proprietário rural e o trabalhador que recebe a casa e eventualmente o acesso a uma área de plantio são, no entanto, tratadas normalmente como sobrevivências de formas camponesas de produção ou, no máximo, como trabalho familiar que é organizado em torno de um núcleo de moradores, sob o comando dos interesses da *plantation*. SIGAUD dedicou particular atenção à esse ponto,

⁵ Por exemplo em José Américo de Almeida, cujo romance *A Bagaceira*, de 1928, é utilizado como referência por GARCIA JR.

⁶ *Idem*, p. 46.

⁷ LEITE LOPES, J. Sérgio. *Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa* in *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

estruturando um quadro de relações de subordinação e de identidade dos trabalhadores, rompido quando são expulsos das fazendas e perdem o acesso à terra para o roçado e à moradia para a família.

Pensamos, entretanto, que há outros pontos importantes a debater, se tratarmos a família de trabalhadores rurais como um operariado rural em formação, simultaneamente à constituição do proletariado urbano-industrial. Essa formação deve ser entendida não apenas no sentido “estrutural” de uma classe derivada de certas relações de produção e de trabalho, mas também no sentido histórico e político de uma classe que se autoconstitui na luta, na oposição aos que a dominam e a exploram⁸. Isso não significa que inexista um problema camponês nessas regiões; significa que há também uma questão operária nascente, obscurecida pelo exame da questão da terra e da propriedade.

As usinas, como foi visto, subordinam colonos ou moradores no processo de produção de sua própria cana de açúcar, assim como utilizam a subordinação de outras formas do trabalho familiar, como aquela verificada na parceria. Os censos de 1940 a 1980 registram a presença de ambas as situações na região desta investigação:

EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE OCUPAÇÃO EM VISCONDE DO RIO BRANCO

Ano	Estab.	Pes. Ocup.	Resp/Fami.	Col/Emp.	Temp.	Parc.
1940	1.696	14.193	3.788	6.408	3.997	(1)
1950	956	6.047	2.457	1680(2)	1.910	1.285
1960	1.095	5.289	2.000	874	1.236	1.134
1970	1.208	3.806	2.267	527	323(3)	682
1980	976	4.474	1.759	908	860(4)	337

Fonte: IBGE - Censo Agrícola Agropecuário. 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

(1) O Censo de 1940 não registra a categoria “Parceiros”, que poderiam estar incluídos em “Responsável e membros da família” ou entre os colonos.

(2) Desde 50, os empregados rurais aparecem como “permanentes” e “temporários” e não mais como “colonos e empregados”.

(3) Em 1970, os operários aparecem agrupados na situação de contratados para serviços de empreitada, no ano, em 231 estabelecimentos; daí seu baixo número entre o pessoal ocupado nas fazendas.

(4) Em 1980, o Censo registra os empregados temporários nos meses de pico dessa modalidade de trabalho: agosto - 2.408, julho - 2.056, setembro - 1.239, junho - 1213.

⁸ THOMPSON, E.P. 1987, *op. cit.*, e STOLCKE, V. *Op. cit.*

Pela sua própria natureza e pelas deficiências de coleta, os dados censitários brasileiros tanto revelam quanto embaralham as relações existentes. No entanto, se examinados criticamente, podem ajudar a elucidar certas situações, numa série histórica.

De início, devem-se considerar as sucessivas alterações havidas na coleta e organização dos censos. Atende-se ainda para o fato de que o município, no caso em questão, sofreu desmembramentos administrativos ao longo destas décadas, sobretudo entre os anos 40 e 60, com inegável impacto nas informações referentes ao emprego rural. Também, deve-se observar que os dados não permitem separar o empregado das fazendas canavieiras daquele ocupado em outras atividades; no máximo pode-se distinguir, num censo como o de 1940, os estabelecimentos agrícolas com exploração em grande escala (10 estabelecimentos) dos que praticam a pequena agricultura (1.023), num total de 1.033 estabelecimentos dedicados apenas à agricultura no município. Ainda assim, não se consegue distinguir dos produtores de outras culturas, a parcela dos pequenos produtores de cana que eventualmente contratam trabalhadores assalariados.

Por outro lado, a tabela anterior permite visualizar com clareza o emprego do trabalho familiar independente (como o dos pequenos proprietários) e distingui-lo do trabalho de parceiros e colonos. Mas a eliminação do registro em separado desses últimos não permite discernir, entre os empregados permanentes das fazendas, aqueles que são puramente assalariados (que às vezes nem mais residem nas terras do fazendeiro) e os colonos remanescentes. Como se verá adiante, em certas regiões ainda é significativo o número dos que residem nas fazendas com suas famílias, nas antigas casas de colonos. Outro dado censitário expressivo é o que registra a vigência do contrato por empreitada, que era a saída mais comum, ao longo dos anos 60/70, para burlar os direitos do trabalho assalariado rural. Já em 1980, os empregadores admitem o emprego temporário, com suas variações ao longo do ano agrícola, o que demonstra não apenas as mudanças no registro e organização dos dados censitários, mas também as transformações sociais e políticas em curso no campo.

Um projeto de pesquisa recente sobre a situação dos assalariados rurais em Minas, desenvolvido com a participação do movimento sindical de trabalhadores rurais, mostrou a existência em diversas áreas canavieiras (e também em regiões cafeeiras), de moradores em colônias remanescentes nas usinas. Entre as formas de moradia listadas pelos sindicalistas encontrava-se, em 1991, a situação do

trabalhador permanente que recebia moradia gratuita em terras da usina, e a do que pagava aluguel na cidade ou possuía casa própria, enquanto aos temporários só se apresentavam as duas últimas opções. Havia também casos de trabalhadores habitando casas da empresa açucareira na cidade, e uma usina que descontava o aluguel da moradia nos salários pagos, assim como interditava qualquer forma de plantio: “...*não podem plantar nem o quintal*”, como registrou o sindicato de trabalhadores locais no levantamento de dados acerca das condições de vida do trabalhador.

Em Visconde do Rio Branco, esse levantamento registrou a existência de 175 trabalhadores morando nas fazendas com suas famílias; 50 residiam em casas da empresa dentro da cidade, enquanto os demais (do total de 1.094 canavieiros) se distribuíam na periferia urbana ou em cidades vizinhas. A mesma situação foi verificada em Guidoal, município vizinho onde há fazendas da mesma empresa açucareira, e também nas usinas de Monte Belo, Três Pontas e Japaraíba, na região sul do estado. Nesse último caso, tratava-se da maior e mais avançada usina mineira⁹.

Ao comentar as condições da moradia que recebiam, em certos casos os trabalhadores se referiam às condições precárias das casas: “...*são muito velhas, telhado furado, paredes descascadas*” (Visconde do Rio Branco); ou ao fato de as casas virem sendo demolidas ao longo dos anos. Também haviam ações de despejo e de usucapião tramitando na justiça, tentando expulsar as famílias ou reclamando o direito definitivo à morada. Após os anos 60, o acesso à casa tornou-se um dos *fronts* de luta dos trabalhadores, que resistiam como podiam à expulsão para a vida urbana, que significa o pagamento de aluguéis elevados para seus rendimentos precários. Essa luta nada tem a ver com a imagem da moradia cedida por uma relação de favor ou interesses partilhados entre trabalhadores e fazendeiros.

Também ao referir-se à sua situação pessoal, os próprios trabalhadores assinalam que em muitos casos havia um trânsito permanente da condição de assalariado para a de parceiro da usina ou de fornecedores de canas, como na entrevista já citada do Sr. V. e de A., presidente do sindicato dos trabalhadores rurais na época — junho de 1990 —, relatando a sua própria trajetória.

⁹ CER/UFMG/FETAEMG. *A Economia Canavieira em Minas Gerais*. Projeto: Situação dos Assalariados Rurais nas Culturas de Cana, Café e Reflorestamento em Minas Gerais. Belo Horizonte, relatório parcial, julho/92.

Examinando a forma de locação do trabalho nos casos da parceria e do colonato, veremos algumas diferenças básicas, que têm conseqüências imediatas para a instituição das lutas e do universo político do trabalhador rural dessas regiões. Os contratos de parceria pesquisados por GONTIJO¹⁰ e os relatórios da usina sobre a situação das fazendas, além dos contratos modelares de colonos citados no item 1.4, podem ser comparados com esse objetivo.

Na forma básica do contrato de parceria, o trabalhador é um produtor familiar que recebe a terra onde, no caso das regiões de *plantation*, deve cultivar a cultura principal, que combina com produção de cereais. As vezes recebe parte dos implementos necessários à produção e a casa para moradia. Deve pagar ao proprietário uma percentagem da produção ao final de um período estipulado, além de outras obrigações pessoais que possa ter com ele. Goza, portanto, de certa independência na definição e controle de seu processo de produção; seu problema maior é a delimitação da renda a ser paga pelo uso da terra que não lhe pertence.

Essa foi a forma predominante de encaminhamento do problema do trabalho livre na decadente lavoura cafeeira mineira e também na fluminense, como já se viu em capítulo anterior. Tratava-se de evitar os custos monetários representados pelo pagamento de salários e garantir formas de controle e permanência do trabalhador num momento de dificuldades para a expansão do café.

Já na forma do “colonato”, a base da remuneração do trabalho familiar é o cálculo de um salário, por produção, tarefa ou diária, sobre o qual incide a possibilidade de barateamento da força de trabalho pelo acesso ao cultivo de cereais e cessão da moradia. Nesse caso, todo o comando do processo de trabalho, ainda que baseado na produção pelos membros da família, obedece a um ritmo e exigências de produtividade ditadas pelas necessidades da fazenda cafeeira ou canavieira. O centro é o pagamento do salário e suas formas complementares, não a renda a ser paga pelo acesso à terra. Essa forma se viabiliza também nas atividades em expansão, que permitem maiores custos monetários e, assim, atraem trabalhadores fixos, sob controle mais estrito da produtividade do trabalho contratado.

As duas formas podem conviver e de fato convivem nas mais diferentes regiões, aparecendo combinadas ao trabalho temporário do jornaleiro contratado apenas em época de safra, às vezes trazido de regiões afastadas, e cuja situação de

¹⁰ GONTIJO, Romilda M. *A Parceria e o Café na Zona da Mata Mineira (1850-1906)*. DCP/UFMG, Tese de Mestrado, 1992, mimeo.

dependência e controle é, de todas, a mais severa. Todavia, distinguem-se do ponto de vista das conseqüências políticas que se evidenciam nas lutas sociais.

Ao passo que o parceiro vive a incerteza quanto ao valor da renda a ser retirada da produção, quanto à duração dos contratos que garantem sua permanência na terra e quanto às obrigações que deve prestar ao proprietário, o morador ou colono enfrenta problemas diversos. Entre esses encontram-se o rebaixamento dos salários nas crises de produção; a restrição aos cultivos intercalares que complementam sua renda; as mudanças na organização do trabalho, tendo em vista a elevação da produtividade e o controle maior sobre os trabalhadores; a delimitação da jornada de trabalho; as condições da moradia que lhe fora cedida e a definição de seus direitos em caso de dispensa.

São, portanto, bastante diferentes no que se refere à autonomia de seu trabalho e às formas possíveis de resistência à subordinação implícitas na natureza da própria relação de trabalho: não se tem notícia de uma greve de parceiros por motivo das rendas que lhes são cobradas. Quando se organizam em lutas é para garantir a margem de autonomia ou os valores a serem pagos ao proprietário¹¹. Não é esse o caso dos moradores nas plantações de cana e café, conforme vimos anteriormente.

As formas de remuneração e controle do trabalho familiar do colono passam pela definição da tarefa a ser cumprida e de seu preço, pela cessão da casa e a permissão do plantio do roçado, que como se viu, barateiam o custo da força de trabalho. Com a elevação da margem de apropriação do tempo de trabalho e a intensificação da produção, aqueles três elementos se tornam constantes pontos de atrito, multiplicando-se as lutas associadas às formas de pagamento, às condições de moradia (gratuidade, conservação da casa, exigências do proprietário etc.) e os acordos para o plantio de subsistência (localização, extensão, qualidade das áreas, etc.) além da própria garantia deste último direito.

A intensificação do trabalho, a extinção da morada, a perda do acesso ao “sítio” para o roçado são processos mais ou menos simultâneos na passagem dos anos 50 aos 60. Estão associados não apenas às transformações técnicas e organizacionais do trabalho, mas às lutas pelos “direitos” — salário mínimo, repouso

¹¹ BASTOS, E.R. *Op. cit.*, e WANDERLEY, M.N. *Op. cit.*

remunerado, férias, 13^o salário e ao cumprimento efetivo das condições estipuladas na contratação da mão-de-obra.

A transformação da morada numa base para reivindicações trabalhistas desfigura sua natureza original e anuncia novos problemas para os proprietários. É nesse ponto que muitos autores situam o rompimento da relação personalizada e o início da articulação horizontal, que alterava a atomização dos trabalhadores existente até ali, segundo eles. Além dos custos que tais direitos acarretariam, seria para o proprietário humilhação e desprestígio intoleráveis a obrigação de comparecer às Juntas de Conciliação e Julgamento, perante a autoridade do juiz, ou entender-se no sindicato com seus moradores, advogado e lideranças sindicais¹².

Em função das características descritas e de sua evolução parece-nos que, longe de ser uma manifestação das formas “tradicionais” de dominação sobre o trabalho e de manutenção do senhorio sobre terras e homens, a moradia nas fazendas das usinas canavieiras que estamos examinando refere-se ao padrão industrial da vila operária, utilizada em primeiro lugar nessas regiões para disciplinar o trabalho fabril do açúcar. Pode-se compreendê-la como a mesma lógica de subordinação, apenas com outra configuração espacial estendida ao trabalho agrícola. Esse trabalho, como assinalou WANDERLEY¹³, é dividido em duas partes, sendo a primeira executada por pequenos plantadores de cana que pagam rendas ao usineiro. A outra parte congrega os moradores das fazendas que atuam na condição de trabalhador coletivo, combinando-se uma relação monetária de compra e venda da força de trabalho com elementos não monetários de redução do custo do trabalho operário: a cessão da casa e do roçado como complementação do salário.

Aos pequenos lotes de subsistência concedidos ocasionalmente aos operários da usina de açúcar, LEITE LOPES se refere como manifestação da insuficiência do salário, espécie de “cambão invertido”, uma obrigação de trabalho para diminuir as privações familiares com as flutuações de salário. Ela agrava as extensas jornadas de trabalho dos “profissionais” e dos “artistas”, fazendo penetrar o trabalho pelo salário no interior da esfera doméstica da reprodução¹⁴. Em pesquisa posterior, aponta o controle direto da administração da fábrica sobre a moradia de seus operários como um controle político e ideológico fora da esfera da produção,

¹² SIGAUD, L. *Op. cit.*, STOLCKE, V. *Op. cit.*

¹³ *Op. cit.*, p. 69

¹⁴ *Op. cit.*, p. 116-122.

configurando uma “*forma específica de dominação do trabalho*” que é preciso analisar, a fim de se desvendarem suas conseqüências para o trabalhador¹⁵.

Não há distinção profunda entre o mundo fabril e o rural, nesse ponto. Um e outro são objeto de estratégias semelhantes, de imobilização do trabalho por meio de controles extraprodução, na vila operária urbana e na colônia agrícola; ambas são formas de rebaixar custos de salário e estender a jornada do trabalhador em busca da complementação salarial, e ambas são formas de controle político e ideológico do trabalhador e de seus familiares.

Além disso, devem-se acrescentar à organização do trabalho os demais instrumentos de disciplinamento introduzidos pelas usinas já nos anos 30 e 40: as escolas dentro das fazendas, as rádios pertencentes aos usineiros, as capelas que oficiam o culto semanal no interior das propriedades rurais, os times de futebol, as festas de conagração patrocinadas pela empresa.

Na geografia das cidades dominadas pela agroindústria, saltam aos olhos várias similitudes entre a fábrica de açúcar e o sistema fabril em geral. Em Visconde do Rio Branco evidenciam-se os traços que mostram a constituição do bairro operário pertencente à empresa, na área urbana, com suas casas típicas da arquitetura dos anos 40, em alvenaria e madeira, pequeno alpendre e um pouco afastadas da rua para dar lugar a um pequeno jardim, em que alguns degraus dão acesso à varanda. A avenida que leva à usina é margeada por essas pequenas casas, de aspecto semelhante àquelas que se vêem em cidades dominadas pelas siderúrgicas criadas nos anos 40-50 em Minas Gerais. Assim, o padrão da moradia operária urbana no segmento agroindustrial é o padrão de moradia da usina metalúrgica, assinalando as estratégias parecidas de imobilização e controle do proletariado.

Na colônia, a disposição das casas, hoje destruídas, obedecia à inserção da família no interior das plantações e às atribuições de cultivo, diferentemente do aglomerado operário urbano. Os trabalhadores identificavam-se como um coletivo delimitado pela fazenda em que se inseriam — eram “os da Santa Helena”, “da Santa Juliana” etc., conforme referências constantes nos depoimentos dos mais velhos. Os mais novos fazem sempre menção à “Usina” ou aos “particulares”; a separação entre o espaço de moradia e o de trabalho conduziu finalmente à uma identidade forjada nas turmas e não nas fazendas a que estavam circunscritos.

¹⁵ Idem, p. 164.

É interessante observar também que o aspecto das moradias urbanas difere, hoje, bastante daquelas da vila operária construída pela prefeitura no final dos anos 50. A abertura de ruas e o estabelecimento das condições urbanas não previam a construção das casas que, assim, não seguem padrão uniforme, salvo no seu aspecto de precariedade e de aproveitamento de todo o espaço dos pequenos terrenos de que dispõem, isto é, são de alvenaria, construídas à beira dos passeios, com tetos baixos e linhas simples e retas, semelhantes às casas encontradas nas cidades dominadas pela vida rural. O bairro resultou da compra facilitada de terreno, a partir da instalação da infra-estrutura urbana mínima para que as casas fossem erguidas.

Mais recentemente, parte da área, composta pelo bairro operário nascido nos anos 50 (o Barreiro), foi ocupada nos seus interstícios por áreas de favela, onde não há mais casas, apenas barracos improvisados em que moram os “bóias frias” dos anos 70 e 80. Nelas, o padrão da moradia, é o do cômodo baixo e estreito, quase não havendo distinção entre quarto de dormir, sala e cozinha, estando dispostos num mesmo espaço camas, fogão e utensílios da cozinha. A diferença com aqueles das favelas da cidade (no Filipinho, Caixa d'Água e Buraco Quente), é que estes barracos se mesclam no espaço urbano com as moradias típicas de operários resultantes de outras épocas, o que também significa o convívio cotidiano de experiências diversas da mesma classe.

O que importa assinalar aqui são as conseqüências políticas dessa situação e seus desdobramentos no tempo, no caso dos trabalhadores rurais: sendo o proprietário de terra e o empresário a mesma figura, a dominação da usina sobre o operário transcende o processo de trabalho e se estende a várias outras dimensões da sua vida. Pode estar presente uma situação de especulação imobiliária, estabelecida a partir do preço de monopólio do aluguel da casa, o desconto do aluguel nos salários como forma de obter ganhos seguros e adicionais com o controle das moradias; o uso do despejo como mecanismo de pressão política nos momentos de conflito ou greves; a retaliação ou pressão sobre o trabalhador e sua família com o corte da água, da luz ou do acesso à lenha, uma vez que estes recursos acessórios são controlados pela administração da fábrica.

É o que registra o depoimento de Dona C., moradora há dezenove anos numa fazenda, cujo administrador pretendia expulsá-la com medidas como a derrubada

das cercas e o corte da luz, na época da entrevista¹⁶. Também é o caso do sr. J., que resolveu abandonar a casa de colono, porque as condições de manutenção se degradaram a ponto de provocar perigo ou dano à saúde e segurança de sua família¹⁷.

Ao longo do tempo, as condições de acesso à moradia passaram pelo estabelecimento do preço da cana e sua relação com os salários, vigorando constante possibilidade de racionamento ou suspensão dos recursos acessórios. Desde os anos 40, em vários pontos do país foram registrados casos de greve de colonos em virtude de queda de salário e desconto de aluguel, nos períodos de baixo rendimento da lavoura principal.

Outra dimensão dessa relação é o controle sobre o tempo e a vida do trabalhador, sua pontualidade e assiduidade, seu lazer, sua vida cultural. Devem-se lembrar as cláusulas dos contratos de colonos antes citados, em que se estipulavam as condições de moralização do trabalhador aceito como colono, que não podia dar-se ao vício da bebida, ser arruaceiro etc. Assim, como assinala LEITE LOPES, esse trabalhador, supostamente livre, vive seu cotidiano cerceado pelo despotismo do capital, que ultrapassa os domínios do processo de trabalho e se estende sobre sua vida familiar e social, num processo de disciplinamento muito mais amplo¹⁸. A essas dimensões cotidianas, associa-se o poder político que se estabelece a partir da rede de relações existente na cidade dominada pela fábrica, constituindo uma forma de poder local não assentada sobre a oligarquia rural, mas sobre capitalistas agrários.

A moradia operária nos domínios da empresa — fábrica urbana ou a grande indústria rural — caracteriza-se, portanto, por significar uma restrição básica ao reconhecimento da cidadania do trabalhador, que se encontra todo o tempo sob o domínio do capitalista. Daí, LEITE LOPES falar em "*nova servidão burguesa*". Daí, também, a grande significação da mudança que se opera com a expulsão desses trabalhadores rurais para a cidade, ainda que suas condições de vida tenham piorado consideravelmente, já que passaram a pagar aluguéis extorsivos e a viver de empregos temporários, em condições urbanas precárias e insalubres.

¹⁶ Entrevista realizada em 06/06/90, em Visconde do Rio Branco.

¹⁷ Entrevista realizada em 08/06/90, em Visconde do Rio Branco.

¹⁸ Ver a respeito, no Anexo, cópia de trechos do *folder* de divulgação da Companhia Açucareira Riobranquense, no qual se destacam as funções sociais e culturais da empresa na vida da cidade e de seus trabalhadores.

Na passagem da condição de colono das fazendas à vila operária, a figura da família não desaparece abruptamente como um dos mecanismos de subordinação do trabalho, uma vez que a cessão da casa passa por critérios que permitem a incorporação de outros membros ao trabalho na empresa. A família funciona também como um aparelho ideológico, cujas relações internas reproduzem formas de autoridade em que homens, mulheres e crianças são submetidos à teia das relações previstas pela fábrica. A própria possibilidade de os filhos conseguirem morar nas casas da colônia e da vila operária, se prende a um comportamento adequado e à ausência de conflitos com a autoridade paterna, caso contrário, são obrigados a sair, buscando a migração ou as favelas da cidade. A entrevista com C., cortadora de cana, revelou que fora obrigada pelo pai a se mudar da antiga colônia após separar-se do marido, passando a viver com o filho pequeno numa das favelas locais e a trabalhar para fornecedores de cana às usinas, os “particulares”, como são chamados em Visconde do Rio Branco¹⁹.

O rebaixamento do custo da força de trabalho, assim como os possíveis resultados da cobrança de aluguel, venda no “barracão, apropriação de parte do obtido no roçado familiar e outros mecanismos de expropriação econômica do trabalho familiar — tudo isso são partes adicionais de um modelo disciplinar e de exploração do trabalho, que começa no século XIX. Tal modelo, inaugurado com a introdução do colonato, com suas formas próprias de elevação da produtividade do grupo familiar dentro do trabalho coletivo, é completado nas dimensões de controle cultural e ideológico dos trabalhadores, que já foram comentadas.

Esse sistema antecede e depois convive com o modelo da fábrica com vila operária, uma espécie de *continuum* seu. No caso brasileiro, sua generalização nas regiões que viverão o modelo da grande indústria em área rural, típico da economia açucareira, combina-se com práticas orgânicas e comunitárias recomendadas pela concepção corporativista, presente nas leis e regulamentos institucionais aplicados ao campo a partir da década de 30. A vila operária e a colônia, nascidas com a economia liberal nos campos e na indústria, prolongam-se nos estatutos corporativistas. Esse modelo de dominação sobre o trabalho é rompido apenas quando a luta de classes torna incontornável o problema da cidadania e dos direitos do trabalhador rural, em fins dos anos 50.

¹⁹ Entrevista realizada em 15/09/90, em Visconde do Rio Branco.

2.2 - Efeitos da expulsão dos moradores nas fazendas

A desqualificação do trabalhador rural, como ser político, não ocorre somente nas situações em que é possível reconhecer a existência da “dominação patrimonial”. Examinando a forma como os não-proprietários foram excluídos da cidadania na Europa do século XVIII, BRESCIANI mostra que todos aqueles que se encontravam imersos na esfera privada viviam a mesma menorização política. Esta era considerada como domínio da reprodução da espécie, no qual tinham de prover para si mesmos “*os meios do uso e do consumo*”, assim como para os proprietários que os dominavam. O lugar do trabalho e da vida de mulheres, servos e escravos, e dos operários segregados e escondidos da comunidade, ainda que fora da privacidade do lar, colocava-os não apenas como dependentes do homem livre e proprietário, mas também exigindo constante supervisão, como se fossem criminosos²⁰.

Dessa forma, a existência de uma liberdade aparente no caso do morador ou colono das fazendas, assim como a do morador da vila operária de propriedade da fábrica nos primórdios da industrialização, permitia o controle do patrão sobre toda a vida do trabalhador, num disciplinamento que se pretendia total, a partir da relação de trabalho. Estes trabalhadores não experimentavam a separação entre o mundo público e o privado, na afirmação de seus interesses e de sua liberdade na sociedade. Já de início, boa parte deles ficava afastada do exercício da política institucional, por sua condição de analfabetos, sendo também excluídos ideologicamente das decisões políticas, por não serem proprietários.

No caso específico dos canavieiros, mesmo que a usina fosse moderna, a relação de dominação sobre os trabalhadores não admitia o operário como sujeito autônomo, e menos ainda como cidadão dotado de direitos²¹.

A ruptura das condições de controle vigentes sobre toda a vida do trabalhador vai ocorrer com sua expulsão da moradia no interior das fazendas. Ela resulta das contradições internas à própria expansão do açúcar no país, conforme vimos, mas

²⁰ BRESCIANI, M. Stella. A mulher e o espaço público in BRESCIANI e outros, *Jogos de Política. Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero/Fapesp, 1992, p.69.

²¹ Numa das primeiras entrevistas realizadas na cidade, um médico, membro da elite intelectual e petebista histórico, quando perguntado a respeito dos movimentos de trabalhadores rurais disse, convicto, que estes eram incapazes de reação “...porque aqui só ficaram os piores; os melhores foram todos embora”(entrevista realizada em 27/03/90).

também se combina a fatores políticos nacionais, como a intensificação dos conflitos sociais e a extensão do movimento sindical às regiões canavieiras.

No caso examinado, os trabalhadores começam a penetrar no espaço da atividade política reconhecida quando o apelo populista se estende a eles, pela via da área urbano-industrial-operária. Isso se dá ainda nos anos 50, quando surge a contestação aos poderes locais, com a atuação do prefeito Jorge Carone e a propagação de novas experiências de luta, como as greves organizadas pelo PC em Campos, Rio de Janeiro, e Ponte Nova, na Mata mineira. Anos depois, já na década de 70, é a atividade dos militantes católicos que desempenha esse papel e, nos anos 80, o sindicalismo rural em expansão expressa as mudanças nacionais resultantes da maior liberdade política no país²².

Cabe lembrar, porém, que os trabalhadores procuravam desde muito antes seu reconhecimento jurídico-político, buscando estabelecer determinados “elementos de mediação” que intervissem na sua relação de subordinação despótica aos capitalistas agrários. Daí, seu apego à instância jurídica e, particularmente, àquela que se situasse fora dos limites do poder local. Vários entrevistados na pesquisa de campo assinalaram a demora excessiva das ações impetradas por advogados locais e a importância de recorrer à estratégia sindical de encaminhá-las através dos advogados da rede de sindicatos regionais, ainda que o Judiciário sempre estivesse sujeito à pressão dos usineiros.

A expulsão dos moradores, reação dos fazendeiros diante da vigência ainda que precária do direito, da aversão a serem chamados ao tribunal da Justiça do Trabalho face ao sindicato e à seus dependentes, além do *quantum* a ser pago, constitui a ruptura que vai possibilitar ao trabalhador transitar por outras esferas da vida pública. Ela é condição para a organização independente, seja em sindicato, associações populares e partidos, mesmo se o monopólio local do emprego e as redes de poder constituídas pela usina possibilitem a permanência de formas renovadas de controle.

Trata-se de uma mudança profunda que repercute em todas as esferas da vida do trabalhador. A primeira e mais evidente constatação desse fato novo refere-se ao impacto dessa população na estrutura urbana local, implicando uma nova organização do espaço, cuja dimensão os censos demográficos espelham muito bem.

²²MEDEIROS, L. *Op. cit.*, , p. 122 e segs.

População Rural e Urbana de Visconde do Rio Branco Entre 1950 e 1980

Ano	1950	1960(*)	1970	1980
População Rural	18.016	12.537	9.646	8.986
População Urbana	8.163	12.363	15.560	17.271
Total	26.179	24.642	25.206	26.257

(*) Em 1960 o município perdeu o Distrito de São José do Barroso
 Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1950, Série Regional, vol. XXI, Tomo 1, MG, VII Recenseamento Geral do Brasil - 1960: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico; VIII Recenseamento Geral - 1970, Série Regional, Censo Demográfico de MG, Vol. I, Tomo XIV, 2ª parte; IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980, Série Regional, Censo Demográfico de MG, vol. I, tomo 4, nº 16.

Como se pode ver, entre 1950 e 1960 a população rural decresce em termos absolutos e relativos, enquanto a população urbana cresce 51,45%. Em 1960, o número de habitantes do campo e da cidade já se equivalia e, nas décadas seguintes, a população rural continua a cair, enquanto a urbana cresce 39,6%. No entanto, grande parte da PEA (população economicamente ativa) continua desenvolvendo suas atividades no campo: em 1980, ela congregava 9.606 pessoas no município, das quais 3.048 estavam empregadas em atividade agropecuária, extração vegetal e pesca; 1.328 encontravam-se na indústria de transformação, 893 na indústria de construção e 118 em outras atividades industriais. As demais (5.387 pessoas) estavam no setor de serviços, atividades sociais e administração pública, em outras ocupações ou procurando trabalho, conforme os dados censitários²³.

Esses novos habitantes, de alguma forma, terão de ser admitidos na cidade. Assim, na estrutura urbana os novos bairros brotam como cogumelos para atender à demanda de habitação dos antigos moradores das fazendas. Não chegam a ser propriamente bairros urbanos, mas as chamadas "pontas de rua", já no início das estradas, ou favelas nos morros e interstícios dos bairros pobres, à beira de córregos e brejos, sem qualquer urbanização. É o início da favelização que passa a ocorrer em cidades pequenas e médias dominadas pela indústria rural e pela concentração da propriedade agrária.

Morar na cidade significa deslocar-se para as fazendas no caminhão de turma para ser trabalhador temporário, num primeiro momento, da usina e de seus fornecedores, e lutar para ser admitido no emprego permanente nas fazendas da usina principal. Pode-se circular por outras ocupações urbanas (operário da usina,

²³ IBGE: Censo Demográfico de 1980, Minas Gerais, Vol. 1, Tomo 5, nº 16.

fábricas e fabriquetas locais de móveis, oficinas, serviços, comércio e emprego doméstico) e, sobretudo, tentar manter-se em atividade autônoma no campo, em geral como parceiro de fornecedores de cana ou em lavouras de alimentos. Significa também o convívio cotidiano com os volantes vindos de municípios vizinhos para trabalhar nas fazendas da usina que unificam num único mercado e único patrão várias regiões adjacentes.

Outra consequência dessas mudanças é a intensificação da migração em busca de outros horizontes de trabalho. Há aqueles que migram para regiões agrícolas em expansão, como dona E., que chegou a morar temporariamente no Paraná como apanhadora de café, possivelmente nos anos 60, indo depois para o Rio de Janeiro como empregada doméstica, para voltar finalmente a Visconde do Rio Branco e à cana de açúcar. A experiência dessa trabalhadora é particularmente exemplar, no sentido de demonstrar as dificuldades em que se envolvem as mulheres dos canaviais²⁴.

Existem ainda aqueles que, não tendo saído do município, vêem seus filhos e maridos migrarem, em definitivo ou temporariamente, integrando a classe operária de outras regiões e outros segmentos dos trabalhadores nacionais. O sr. V., por exemplo, tem duas filhas operárias em São Bernardo; o pedreiro, marido de A., cortadora de cana, vai e volta do ABC paulista, trabalhando em obras da construção civil; o sr. J.C. tem um filho em Volta Redonda, e um pequeno produtor, que foi operário em Volta Redonda, hoje organiza uma chapa alternativa visando à direção da associação dos fornecedores locais para lutar contra o domínio da usina na definição de preços e condições da produção.

As famílias sempre têm algum membro que migrou em definitivo para estes centros, ou que volta temporariamente. As áreas urbanas de grande concentração operária são a referência mais recente, seja pela proximidade geográfica, como o Rio de Janeiro e Volta Redonda, seja pela expansão do emprego nas áreas mais modernas da indústria no país. Acontecimentos ou mudanças nacionais atuam fortemente nesses deslocamentos, como foi assinalado pelo próprio gerente da CAR, ao comentar o impacto do Plano Cruzado (1986) sobre o mercado de trabalho local:

²⁴ Ver, a respeito, Capítulo 4, item 3.

“O pessoal migrou para as grandes cidades em função da expansão da economia. [Ela] fez com que o pessoal fosse embora ou partisse para a iniciativa própria”²⁵.

A mudança para a cidade está, assim, associada à piora das condições de vida (especulação com aluguéis, ausência da roça como complemento da alimentação e do salário, insalubridade das moradias, perda das dimensões espaciais anteriores), e à piora das condições de trabalho (intensificação do ritmo de trabalho, exigências maiores de produtividade, menor domínio do processo de trabalho, ameaças de desemprego por mudanças técnicas que se operam no processo de produção ou por motivos políticos). Mas também abre outros horizontes para o trabalhador, associados à sua inserção na cidade por meio de novos mecanismos políticos (as associações de moradores dos bairros populares, as comunidades de base, o sindicato, os partidos políticos), além da entrada definitiva na cultura de massas acessível na pequena cidade, particularmente à televisão.

As perdas e ganhos de um e outro lado refletem-se diretamente no acirramento das lutas sociais e na modificação das formas de controle sobre o trabalhador no mundo do trabalho e na vida cidadina, que começam a emergir mais decisivamente nos anos 70. Há uma aceleração generalizada do tempo e das relações sociais e políticas, que acompanha o processo de urbanização da força de trabalho e a perda das referências centradas no antigo universo privado da fazenda de propriedade da usina.

2.3 - O império da usina e as transformações no trabalho

Os enfoques teóricos e de pesquisa predominantes na década de 70, que procuravam dar conta da grande mudança em curso nos campos, insistiram na emergência de um proletariado rural, como consequência das alterações na acumulação capitalista com a modernização agrária. Essas abordagens, configurando um campo de debates inteiramente novo a respeito dos trabalhadores no país, enfatizavam as mudanças estruturais na agricultura, mas não se preocupavam com as

²⁵ Entrevista realizada em 17/09/90.

manifestações “espontâneas e desorganizadas” de luta social dos trabalhadores, na forma de tumultos ou ações amotinadas, como a queima de canaviais, sabotagens e formas de protesto e resistência, que na vida cotidiana representavam acúmulo de força política e aprendizado da resistência para os envolvidos.

Na verdade, faltava às abordagens a sensibilidade para aquilo que SCOTT e KERKVLIEET chamaram “resistência cotidiana” que, nas suas variadas formas, constituíam uma subcultura de resistência e um confronto simbólico com a autoridade, e que cumulativamente teriam um impacto considerável nas relações de classe e poder no campo²⁶.

Certas ações de rebeldia e protesto — ou de exigência de reconhecimento, como quer SIGAUD²⁷, ao mencionar o acúmulo de 80.000 ações trabalhistas nos tribunais do trabalho pernambucanos, originárias de 23 municípios da zona canavieira entre 1978 e 1984 — foram tratadas na bibliografia brasileira como formas “atrasadas” de luta entre o capital e o trabalho no campo e, assim, pouco merecedoras de destaque nas análises um tanto normativas da época. A exigência de reconhecimento dos direitos foi muitas vezes dissolvida na crítica à tradição corporativista de parte do sindicalismo rural, perdendo-se com isso seu significado profundamente questionador da ordem agrária vigente²⁸.

Ademais, esse trabalhador era e ainda é visto na literatura quase sem identidade, como desenraizado, sem passado e sem lugar. Na verdade, falta reconstituir seus elos com o mundo anterior das fazendas que se estava desintegrando, e sobretudo sua história política progressiva. Nas abordagens da época, é como se ele começasse a nascer, como membro da classe operária, apenas no momento em que o capital o expulsou para as estradas e o caminhão de turma, na definitiva desqualificação de sua vida e de sua experiência. Se o engajamento futuro era dificilmente previsível, em consequência das condições criadas pelo regime político militar, e só se podia falar em grandes estruturas de classes se alterando no meio rural, o passado de lutas locais ou a experiência em curso, de resistências nas frentes de trabalho e nos tribunais do trabalho não eram sequer notados, em virtude da ênfase nos aspectos transformadores do capital agrário.

²⁶ SCOTT, J. e KERKVLIEET, B.(org.). *Everyday Forms of Peasant Resistance in South-East Asia*. Special Issue, *The Journal of Peasant Studies*, vol. 13, nº 2, jan. 1986, p. 1.

²⁷ SIGAUD, L. *A Presença Política dos Camponeses: uma Questão de Reconhecimento*. Anais do PIPSA, 1988.

²⁸ Por exemplo, em RIBEIRO, A.M., *op. cit.*

Assim, a usina e o capital “moderno” imperavam sob novas formas, também no imaginário acadêmico, tomados como objeto de estudo por seu papel transformador em aliança com o Estado autoritário, aparecendo quase como “demiurgos” da classe social. Assiste-se à uma construção semelhante àquela elaborada nos anos 50/60 face à industrialização urbana e ao papel do Estado Novo na formação das classes sociais²⁹.

Se examinado hoje, este período pode surgir sob novas luzes: um grande acontecimento em curso nos anos 60 e meados dos 70 é a desagregação dos pilares da dominação privada sobre o trabalho, nos setores mais capitalizados da agricultura, e sua substituição por outras formas de subordinação e controle do trabalhador rural assalariado. Essa transformação abrange cerca de quinze anos, do início dos anos 60 a meados dos 70, quando novas formas de produção, novas relações jurídicas e novos mecanismos de exploração do trabalho rural já estão assentados.

Esse novo patamar é atingido durante o período em que a repressão política impediu a ação organizada e generalizada dos trabalhadores, como se anunciava no final dos anos 50. Por isso, ainda que liberto dos condicionamentos que impunham resistências cotidianas limitadas aos conflitos locais, pela alteração das formas seculares de controle do trabalho e pelo estabelecimento de novas mediações institucionais, o trabalhador rural, como os demais, permanecerá restrito às formas locais de rebeldia ou à ação individual nos tribunais, apesar de algumas tentativas localizadas de movimentação mais ampla, como na greve do Cabo, em Pernambuco, em 1968³⁰.

As mudanças políticas também são flagrantes na emergência de novos espaços de organização e manifestação pública: as relações jurídicas que demarcam a relação capital-trabalho surgem como arena privilegiada dos conflitos, e a Igreja Católica como principal instrumento de organização. Simultaneamente, as lutas cotidianas no mundo do trabalho vão assumindo novas feições, associadas às transformações técnicas e políticas havidas no processo de trabalho, sobretudo a partir de meados dos anos 70.

Como já foi visto, em fins dos anos 50 a conjuntura internacional e interna, favorável à expansão da capacidade produtiva das usinas, levava à expansão das áreas de cana própria sobre as culturas alimentares do colono ou morador, bem como

²⁹ PAOLI, M.C. e SADER, E., *op. cit.*

³⁰ MEDEIROS, L., *op. cit.*

à mudança na organização do trabalho e no cálculo da produtividade. Esta passa da diária à tarefa, estabelecendo-se parâmetros de produção por área ou peso, para fazer jus ao salário. Com isso, eleva-se a produtividade individual sem aumento do custo do trabalho e sem maiores investimentos de capital, instituindo uma mudança que se encontra na origem de numerosas greves de fundo comum pelo país afora. Com base nesses procedimentos, expande-se enormemente a produção nacional, mas também se aguçam as lutas sociais nessas regiões.

SZMRECSANYI³¹ afirma que apenas na década de 50 o açúcar de usina se tornara realmente dominante no consumo interno, uma vez que até então os açúcares de engenho chegavam a corresponder a 30 a 40% do total produzido no país, determinando a evolução abaixo:

Evolução da Conjuntura Açucareira (1.000 sacas de 60 kg)

Safra	Produção Brasileira	Consumo Interno	Exportações
1939/40	14.406	11.552	782
1944/45	14.897	14.537	963
1949/50	21.140	21.962	942
1954/55	35.568	29.077	2.509
1959/60	50.864	37.211	10.098
1964/65	59.422	44.526	4.471
1969/70	72.216	56.659	18.044
1974/75	112.010	72.052	38.371

Fonte: SZMRECSANYI, Tamás - Agroindústria Canavieira - Avaliação do Planejamento no Brasil. *Cadernos UNICAMP*. Campinas, UNICAMP/Brasiliense, 1977, p.7.

Em 63/64, estabelece-se o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, cujo objetivo era aumentar a capacidade produtiva, a racionalidade e a produtividade, medidos pelos rendimentos agrícolas e industriais. Para tanto, pretendia-se modernizar as lavouras de cana, aumentar a escala de produção das usinas, estimulando as fusões de empresas e implantando novas usinas de padrão mais moderno.

³¹ SZMRECSANYI, T. Agroindústria Canavieira - Avaliação do Planejamento no Brasil. *Cadernos UNICAMP*. Campinas, UNICAMP/Brasiliense, 1977.

Em consequência das novas condições e da crise econômica vivida pelo país após 1964, houve aumento da escala de produção das usinas, enquanto seu número diminuiu em 10%. A produção industrial, por sua vez, cresceu 53% e a escala média de produção se elevou em 67%³². No entanto, o rendimento das lavouras ficara ainda muito aquém do previsto (60 TM/ha), pela ausência de medidas destinadas a elevar a sua produtividade, as quais só viriam nos anos 70, com a adoção do PLANALÇUCAR (Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar). Esse plano previa a pesquisa agrônômica de novas variedades de cana, um processo contínuo de inovações que promoviam melhoramentos genéticos da planta, fitopatologia (controle de doenças), entomologia (controle de pragas) e agronomia (melhoramento nas práticas culturais). Passa a haver ampla disponibilidade de recursos com o *boom* das exportações dos primeiros anos da década de 70 e expansão dos créditos para modernização das usinas, particularmente no Centro-Sul. Entre 1973 e 1975, os créditos concedidos se elevam de Cr\$ 770 milhões para Cr\$ 2.450 milhões, em valores correntes, conforme dados do IAA, compilados por SZMRECSANYI³³.

Nesse novo contexto, usavam-se as formas de exploração do trabalho tornadas possíveis nas novas condições legais, resultantes do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, que impulsionara o uso generalizado do trabalho temporário. A expansão desse tipo de trabalho rural, e não apenas na cana de açúcar, permitia aos empresários a adoção de novas formas de apropriação e elevação do trabalho excedente do assalariado. Contornavam-se os direitos que garantiam estabilidade e indenização ao morador, e estabeleciam-se contratos não anuais, em resposta aos picos de demanda de força de trabalho.

Conforme o Estatuto, mantendo-se o morador na fazenda, o patrão podia deduzir de seu salário a casa cedida, a título de aluguel, refeições e alimentos fornecidos, mas não podia descontar os cultivos que tivesse desenvolvido em seu proveito. Também não mais era facultada a remuneração por meio do contrato familiar, mas apenas o trabalho individual de cada membro envolvido na produção contratada. Portanto, as antigas formas de aumentar a lucratividade, assegurar a produtividade e controlar o trabalho tornavam-se inviáveis ou onerosas nesse novo contexto, além de ideologicamente irritantes para o fazendeiro.

³² *Idem*, p. 11.

³³ *Idem*, p. 17

Nessa nova situação, assume papel primordial o agenciador de mão de obra, que serve como mediador entre proprietários e trabalhadores. Pela condição de mero intermediário, que às vezes assume o papel de fiscal do trabalho e faz o pagamento dos salários, o turmeiro não é proprietário da fazenda empregadora e não assume responsabilidade legal pelos trabalhadores³⁴. Mais recentemente, esse intermediário aparece como funcionário das usinas, responsável pelo recrutamento do trabalho temporário dos “safristas” em certas épocas do ano. Essa situação já reflete alterações havidas nas relações de trabalho predominantes nas áreas canavieiras ao longo das duas últimas décadas, das quais se falará adiante.

Na medida em que esse indivíduo seleciona os trabalhadores a partir de suas aptidões físicas, de seu rendimento no trabalho e de sua maior ou menor docilidade às condições de exploração, ele funciona como uma das novas formas de controle do trabalhador, podendo eliminar de seu caminho aqueles que não se adequarem a seu objetivo e papel. Por outro lado, não pode apenas satisfazer as necessidades do patrão e agir como simples instrumento na coerção do trabalho, sob pena de não ser procurado por trabalhadores em busca de emprego. Deve ter autoridade sobre a turma, mas também ser respeitado. Em consequência, consegue manter turmas fixas de trabalhadores que são anualmente oferecidas às fazendas, proporcionando uma garantia de emprego, ainda que temporário.

Em 1971 tem início o Programa Nacional de Racionalização da Agroindústria Açucareira, visando à redução dos custos de produção e elevação da produtividade, em particular da produção agrícola, calcunhar de Aquiles do açúcar nacional na competição externa. Dois anos depois, num contexto em que a conjuntura de preços internacionais começara a ser desfavorável, surge o PróAlcool, gozando de diversos incentivos financeiros, como juros reais negativos e financiamentos à produção agrícola e à instalação de destilarias, que configuravam verdadeiras doações parciais do dinheiro público. O programa levou à uma enorme expansão da área cultivada com cana-de-açúcar no país, que saltou de 1.969.200 ha em 1975 para 4.310.400 ha em 1987. A produtividade, por sua vez, passou de 40 t/ha na década de 60 para 60 t/ha duas décadas depois.

As mudanças nas regras do crédito rural após 1983, e o agravamento dos problemas de caixa da Petrobrás, a partir de 1986, demarcaram seu período de

³⁴ STOLCKE, V. *Op. cit.*, p. 242 e segs.

declínio, expondo com particular intensidade os diferenciais de custo e produtividade entre as unidades produtoras mais bem situadas economicamente e as demais. Durante esse período, quando o estado de São Paulo consolidava sua posição de mais moderno produtor de açúcar e álcool no Brasil, a produção canavieira tornou-se ainda mais subordinada à seu setor industrial, que exigia produção contínua de açúcar e álcool. Já que sua matéria-prima não pode ser estocada, teve de ser estendido o tempo de produção da safra. Ele limitava o tempo de produção industrial à três meses nos anos 50, fato que onerava o capital investido nas instalações fabris com outros nove meses de ociosidade forçada. Assim, tratava-se de produzir mais cana por um período mais longo durante o ano, para fazer face à expansão da escala de produção, o que dependia das novas variedades a serem introduzidas no país.

Conforme mostra ALVES³⁵, na combinação das variedades de maturação precoce e variedades de maturação tardia, consegue-se estender a safra de cana para oito a nove meses no ano, contra quatro ou cinco vigentes nos anos 60. Um manejo mais adequado dos solos permitia realizar quatro a cinco cortes em média nos talhões, ao contrário dos índices anteriores, que exigiam réforma do talhão de cana após três cortes e mais um ano de plantio, na década de 60. Da mesma forma a melhoria das condições de fertilidade dos solos, e a adoção de variedades adaptadas a solos mais pobres permitiram elevar o tempo de vida útil dos canaviais, enquanto a pesquisa química possibilitou o uso de herbicidas que diminuíram as carpas manuais ou mecânicas, reduzindo os custos de produção nas fazendas mais avançadas, sempre a partir de um cálculo comparativo do capitalista em face dos custos do trabalho manual.

Além das inovações físico-químicas e biológicas, foram introduzidas inovações mecânicas que alteraram a fundo o volume de empregos e o processo de trabalho nos campos de cana, incidindo de forma variada sobre as fases de preparo do solo, plantio da cana, tratos culturais e colheita. Assim como nos setores fabris, certas atividades agrícolas tornaram-se independentes da habilidade e aprendizagem do trabalhador. Para isso concorreram a introdução do trator (para o preparo do solo,

³⁵ ALVES, Francisco J.C. *Modernização da Agricultura e Sindicalismo: a Luta dos Trabalhadores Assalariados Rurais da Região de Ribeirão Preto*. Campinas, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1991, mimeo.

antes feito através de tração animal) e as mudanças no plantio, que passou a ser feito com caminhões e tratores.

Dessas modificações resultaram a intensificação das atividades, exigindo menor número de braços, e a redução dos picos de demanda de trabalho aos períodos de plantio e colheita (mas sobretudo nesta última), a expansão da área trabalhada e a eliminação do pagamento por produção nas atividades que passaram a independêr da habilidade do trabalhador. Esta é mantida apenas nas tarefas que dependem de velocidade e destreza, como o corte manual da cana. Ao contrário da imagem usual que se faz do cortador de cana, associada ao embrutecimento do trabalho e à desqualificação do trabalhador, o corte exige aptidões de que nem todos são dotados. O próprio gerente da usina de Visconde do Rio Branco acentuou o fato, ao afirmar, em entrevista, que a usina procura manter permanentemente empregado um número médio de trabalhadores, deixando de usar os herbicidas que substituiriam a mão-de-obra na capina dos canaviais:

“Deste jeito já é difícil manter uma mão-de-obra satisfatória e treinada, porque exige um treino a mais para cortar cana, não é qualquer um na região que acha que sabe cortar cana, e para a gente é muito caro o custo de admissão e demissão, se considerar pessoas envolvidas na coisa, análise de passado da pessoa. Então este estudo é feito, empregado por empregado, em várias empresas para você saber se a pessoa foi bom. Então existe a rotatividade, mas não existe pico”³⁶.

A colheita se compõe de três atividades distintas: o corte, o carregamento e o transporte das canas até a usina, sendo que a mecanização atinge diferentemente as três fases. Nos anos 70/80 introduziram-se caminhões mais adequados ao transporte de cana. Esses veículos cresceram de tamanho e passaram a levar um ou até três reboques, sendo chamados de “treminhões” ou “Romeu e Julieta” pelos próprios fabricantes.

Num segundo momento, as inovações atingiram o carregamento da cana, antes feito pelos próprios canavieiros. Nos anos 60/70, separaram-se as figuras do cortador de cana e do carregador: até os anos 50, segundo ALVES, o trabalhador cortava e enfeixava os fardos de cana crua, e os levava nas costas até os pequenos caminhões ou carroças puxadas por animais. Nessa etapa, a tarefa exigia que fossem

³⁶ Entrevista com G., gerente da Companhia Açucareira Riobranquense, em 17/05/90.

menores os talhões a serem cortados, assim como o número de ruas e o tamanho dos grupos de colonos envolvidos. O ritmo menor da produção tornava o serviço menos estafante. Como mostrou “seu” J.C., 23 anos de trabalho no corte e transporte de cana até os caminhões da *Sucrière*, de 1946 à 1969, provocaram-lhe uma deformação no ombro direito, que o levou à aposentadoria por invalidez aos 49 anos de idade. Segundo conta:

“Era cinco homem pra fazer um carreto de caminhão de cana. Era um prá arrumá a cana e quatro pra carregá. E nós gastava menos tempo do que doze pessoas trabalhando porque nós ganhava muito dinheiro e não tinha costume de ganhar dinheiro”³⁷

Além das mudanças no carregamento, foi introduzida a queima da cana para facilitar o corte e elevar a produtividade individual, que passa de 2,5 t/dia para 4,0 t/dia, generalizando-se o pagamento por produção. Já no final dos anos 60, os carregadores são substituídos por carregadeiras mecânicas, que realizam o trabalho médio de 30 homens, transportando a cana do chão para caminhões cada vez maiores. Enquanto se mantém o corte manual, o trabalhador determina o ritmo e a intensidade do trabalho, conforme sua habilidade e destreza. Entretanto, a forma de pagamento condicionada à produção diária interfere diretamente no ritmo que ele vai imprimir ao trabalho, bem como a qualidade das canas a serem cortadas e do terreno em que se realiza o trabalho.

No Brasil, as tentativas iniciais de mecanização do corte de cana datam do final dos anos 60, sendo intensificadas no início da década de 70, com a previsão IEA (Instituto de Economia Agrícola-SP) e da Copersúcar de que haveria escassez de trabalhadores temporários em São Paulo, causando o encarecimento da força de trabalho disponível. Essa previsão não se realizou, em virtude da expansão do contingente de trabalhadores disponíveis em cidades dormitórias próximas às áreas canavieiras, tendo também contribuído a migração temporária de outros estados em direção àquela região. Com isso, a decisão de mecanizar o corte foi adiada para os anos 80, já então em consequência das transformações políticas na relação capital/trabalho no campo.

Entre o advento do Próálcool e os anos 90, a mecanização avançou com o desenvolvimento de máquinas capazes de atividades antes reservadas ao trabalho

³⁷ Entrevista já citada.

manual, como o corte da cana deitada. Além disso, trouxe a possibilidade de cortar mais rapidamente a cana crua, máquinas que já cortavam a cana e a depositavam diretamente nos caminhões, eliminando a carregadeira, e que melhoravam a compactação do solo e a sua produtividade. Tudo isso, juntamente com a duplicação da produtividade do corte mecânico por tonelada ao longo de dez anos, contribuiu para um expressivo diferencial de custos favorável à mecanização, trazendo a possibilidade de diminuição massiva do número de trabalhadores empregados também no corte, ainda nos anos 80³⁸. Todavia, a produtividade alcançada com esses processos só era acessível a um número restrito de grandes produtores de cana de açúcar, particularmente num período marcado pela recessão econômica e por mudanças nas regras do financiamento agrícola.

Em Minas Gerais, todo o processo de transformações vivido pela economia canavieira se evidencia pelo simples manuseio dos dados censitários em série histórica:

— Em 1960, portanto num momento em que a produção canavieiras nacional iniciava seu processo de expansão, ainda à custa da elevação da produtividade individual, os maiores produtores da cana-de-açúcar da região mineira da zona da Mata (onde se instalaram os primeiros engenhos centrais do estado, precursores da usina moderna) eram Visconde do Rio Branco, com 55. 428 toneladas anuais, e Ponte Nova, com 51. 575 toneladas. Aquela altura, a estrutura da produção ainda se caracterizava pelo grande número de estabelecimentos responsáveis pelo fornecimento de canas às usinas locais. Visconde do Rio Branco, por exemplo, tinha três usinas de açúcar e 515 estabelecimentos produtores de cana, em 2. 258 ha de cultivo. Já Ponte Nova apresentava 532 produtores de cana, em 2. 228 ha de terra³⁹.

— Dez anos depois, o Censo Agrícola de 1970 já registrava a profunda mudança ocasionada pela fusão e incorporação de usinas, ou o incentivo à formação de novas empresas, de perfil mais moderno, havendo um deslocamento geográfico em direção ao sul do estado e às áreas menos montanhosas. As cinco maiores áreas canavieiras do estado já eram a de Passos, com uma produção anual de 330. 479 toneladas de cana e apenas 80 produtores, seguida por Três Pontas, produzindo 217. 816 toneladas, com 39 produtores e, em terceiro lugar, o município de Monte Belo,

³⁸ ALVES, FLÁVIO. Op. cit.: p.82.

³⁹ Fonte: Censo Agrícola de 1960 VII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional vol. III, tomo IX, 2ª parte.

com 203. 647 toneladas por 40 produtores. As áreas de Ponte Nova, com 195. 110 toneladas e Visconde do Rio Branco, com 169. 613 toneladas, vinham em seguida, mantendo a mesma estrutura da produção agrícola, assentada em mais de 500 fornecedores de cana às respectivas usinas. Ainda assim, a produção desses dois municípios quase quaduplicara, em relação a seus índices de produção anteriores⁴⁰.

— Nos anos 80, consolida-se o deslocamento, com um perfil de produção inteiramente novo para o estado. Surgiram como maiores produtores canavieiros os municípios de Conquista, no Triângulo Mineiro, produzindo 927. 072 t/ano de cana em 35 estabelecimentos; Bocaiúva, com 457. 519 t. e 510 produtores (a antiga usina da região havia sido adquirida pelo grupo paulista Atalla, que procurava modernizar a usina, embora à custa de arcaicas formas de exploração do trabalho e, finalmente, os municípios de Tupaciguara e Lagoa da Prata, com modernas usinas produzindo acima de 350. 000 toneladas anuais de cana e apenas 39 fornecedores no primeiro caso, e 10 no segundo. Os municípios de Visconde do Rio Branco e Ponte Nova já haviam sido deslocados para posições inteiramente secundárias na produção canavieira estadual, situados em 9º e 10º lugar entre os produtores⁴¹.

— Em 1989, os dados da produção agrícola municipal coletados pelo IBGE demonstravam a consolidação das regiões do Triângulo Mineiro (municípios de Conquista, Iturama, Uberaba e Tupaciguara), juntamente com a região de Passos, no sul do estado, como as maiores produtoras no últimos anos, sendo que os três primeiros ultrapassam 1.100.000 toneladas anuais de cana produzida em cada município⁴². Deve-se observar que, sendo recortados por municípios, esses dados não refletem o fato de que a cana ultrapassa os limites geográficos municipais e tende a unificar numa única cultura uma região inteira, a qual vai sendo tomada pelos canaviais, que podem constituir a maior fonte de empregos regional.

Examinadas no plano local, verifica-se que as transformações nas regiões produtoras hoje mais importantes também ocorreram nas áreas mais antigas, apenas com menos intensidade e em menor grau de concentração, ocasionadas por fatores variados. Assim, o controle acionário da principal usina de Visconde do Rio Branco, a *Société Sucrière*, foi passado a vários grupos após 1960, chegando a ser objeto de

⁴⁰ Fonte: Censo Agropecuário de 1970 - MG, VIII Recenseamento Geral, Série Regional, vol. III, tomo XIV, 1ª parte.

⁴¹ Fonte: Censo Agropecuário de 1980. Minas Gerais, vol. 2, tomo 3, nº 16, 4ª parte.

⁴² Fonte: Produção Agrícola Municipal, 1985, IBGE, vol. 12, tomo 2, região Sudeste - Culturas Temporárias e Permanentes.

negociações com um grupo paulista de propriedade da família Street, que acabou por desistir da transação. Somente em 1973 seria definitivamente adquirida pelos proprietários da Usina São João I, existente em Visconde do Rio Branco desde 1919, estabelecendo-se um processo de fusão que significou ampliação do plantio e expansão para os municípios de Ubá, São Geraldo e Guidoal. Com financiamento do Próálcool, em 1979 foi criada uma destilaria anexa à Usina São João II para fabricar álcool anidro e hidratado.

A produção local de açúcar expande-se entre 1974 e 1980, passando de 403.000 para 712.800 sacas anuais. Apesar de ser uma usina de menores dimensões, a *Société Sucrière* acompanhava os processos de inovação adotados em outras regiões do país. Exemplo disso são as mudanças introduzidas no início dos anos 70, como a construção de barragens para armazenamento do vinhoto (altamente poluente dos rios, e seu uso na fertilização do solo) e a adoção da carteira de trabalho, assinada nos termos do FUNRURAL, para os 1.532 operários permanentes, já em 1976.

Em 1981, antes, portanto, do término do período de grande expansão da produção, a usina contava com 1.350 trabalhadores rurais, acrescidos de mais 400 temporários nos períodos de safra. Nessa época, seu quadro fixo de empregados registrava 1.600 “funcionários”, segundo publicação da própria usina, em comemoração aos 62 anos de existência do grupo, e 700 plantadores e fornecedores de cana, responsáveis por cerca de 65% da cana consumida pelo setor industrial⁴³.

Dados de 1990, fornecidos pela gerência, registravam, já num período de crise, a produção 1.100.000 sacas anuais de açúcar, e o acréscimo da Usina Paraíso, em Astolfo Dutra, fundada em 1982. Na indústria empregavam-se 840 trabalhadores; 2.310, na parte agrícola. Toda a região, na órbita das usinas do grupo Bouchardet, produzia então 650.000 toneladas anuais de cana, número inferior àquele já alcançado nos anos 80 pelos municípios de produção mais avançada, como foi visto. Segundo a mesma fonte, as usinas utilizavam, em empregos diretos e indiretos, cerca de 15.000 pessoas, o que dá a dimensão da influência que exerciam sobre o mercado de trabalho adjacente. Nessa altura, a cada safra produzia 1.200.000 toneladas de açúcar e 13.000.000 de litros de álcool. Suas plantações de cana alcançavam os municípios de Ubá, Miracema, Guidoal, Divinésia, Rodeiro, D. Eusébia, Sobral Pinto, Piraúba e Guarani, empregando trabalhadores vindos de Guiricema, São

⁴³ Cf.: *Companhia Açucareira Riobranquense: 62 anos de progresso valorizando o homem e seu trabalho*, publicação institucional, BH, 1981.

Geraldo, Pajuri, Coimbra, Guidoal, Ubá, D. Euzébia, Piraúba, Tocantins e Rodeiro⁴⁴.

Na segunda metade dos anos 80, o corte mecanizado surgiu como alternativa para igualar o número médio de trabalhadores utilizado nas diferentes fases do cultivo da cana, de maneira a possibilitar o contrato anual do trabalhador, e não apenas na safra. O raciocínio apontado por ALVES nas grandes empresas da região de Ribeirão Preto surgiu invertido na fala do gerente da Companhia Açucareira Riobranquense, sendo idêntica a motivação: enquanto as grandes usinas pretendiam nivelar o número de empregados aumentando a mecanização do corte, em Visconde do Rio Branco a usina, retardatária nos processos de inovação tecnológica, diminui o uso de insumos poupadores de mão-de-obra no plantio e nos tratos culturais, para aproximar o número de contratados permanentes nas primeiras fases do cultivo e o daqueles que serão necessários na colheita. Nesse caso, também se contratam trabalhadores para funções específicas de capina e adubação, entre os volantes provenientes de município vizinhos, como as turmas vindas de Coimbra e Carmo do Cajuru, transportadas pela própria empresa.

A preocupação de contratar um número médio de trabalhadores ao longo do ano surge, nas diferentes situações, impulsionada por outros motivos que não refletem a conjuntura e os interesses imediatos com que as usinas responderam à instituição dos direitos trabalhistas para os assalariados rurais, nos anos 60 e início dos 70. Tratava-se, então, de garantir trabalhadores aptos para o corte, que pode paralisar a usina em época de safra, e de montar estratégias de controle político.

Pretendeu-se reduzir os encargos com os contratos dos safristas, desde o momento em que estes conquistaram o contrato diretamente com as usinas, eliminado a figura do “gato” e exigindo indenização ao final da safra. Além disso, como bem expressou o gerente entrevistado, vigorava o interesse de contratar trabalhadores habituados ao ritmo do corte exigido pela dimensão das atividades da usina, e evitar o lumpenproletariado que se oferece nas turmas, durante o pico. Além disso, tanto as empresas das regiões mais modernas, quanto aquelas com perfil semelhante ao da área desta pesquisa, pensavam retomar em novas bases a moradia sob controle do capital. ALVES menciona esses planos em São Paulo, enquanto o gerente entrevistado em Visconde do Rio Branco afirmou a mesma intenção da

⁴⁴ CER/FETAEMG, op. cit.

usina, depois de lamentar a dificuldade de retirar os velhos habitantes das casas remanescentes da antiga colônia:

“Existem ainda aqueles que moram nas propriedades. Existem muitos morando e que não têm nada a ver com a empresa, foram funcionários, ou alguém da família foi funcionário e foi embora. Eles moram nas casas e aí e tem uma dificuldade muito grande de tirar estas pessoas da casa. Então, deixa de dar uma casa para a pessoa morar em função disso. A justiça é bastante lenta neste sentido. Então nós tínhamos até plano de construir vilas, agrovilas com toda estrutura possível. Então, o lucro da empresa esfriou e a receita; nós tivemos que desistir. Não temos dinheiro para investir nisto. Não temos de imediato. O que está acontecendo é que a casa que nós temos de funcionários nós estamos tentando reformar, manter e refazer algumas. Agora, construir agrovilas como era nossa idéia, isto ia diminuir a rotatividade da gente, nós paramos. Não temos recursos para isto. Como muitos outros benefícios também, nós ficamos sem realizar os projetos”⁴⁵.

O controle do trabalhador por intermédio da cessão da moradia coloca-se de novo como uma estratégia das usinas, já então visando não mais à família e ao processo de trabalho apoiado na unidade familiar, mas à possibilidade de eliminar a rotatividade e manter um controle mais estreito sobre os assalariados permanentes em todas as fases do cultivo, ao longo do contrato. Torna-se vital para as usinas controlar trabalhadores que, sem a mecanização, detém o poder de paralisar as usinas no pico de sua produção. Procuram também fazer retroceder o custo da folha de pagamento em vista das conquistas trabalhistas da década de 70 e, de acordo com o porte e a disponibilidade de capital, passam a buscar novas alternativas, que tendem a se generalizar no campo.

2.4 - As novas lutas operárias nos campos de cana

As diferentes abordagens das lutas dos assalariados rurais, elaboradas por sociólogos, economistas rurais e antropólogos ao longo das duas últimas décadas, caracterizam-se por serem fortemente marcadas ou até sobredeterminadas por visões estratégicas da transformação política da sociedade, tal como se dava nos anos 60,

⁴⁵ Entrevista já citada.

mas já em outro patamar. As análises aparecem mescladas a considerações a respeito da centralidade ou não da reforma agrária, do caráter radical ou corporativo das lutas sociais, da natureza mais ou menos “avançada” do movimento sindical, dos entraves representados pela estrutura sindical, etc.

Percebe-se, ao examinar diferentes estudos, o cruzamento incessante do alinhamento do pesquisador a um ou outro projeto político, assim como o fato de essa perspectiva orientar uma visão subjacente, de conteúdo normativo, que perpassa as análises. Algumas vezes explicitamente e, outras, veladamente, a abordagem tende a confundir a história dos trabalhadores com a história do sindicalismo naquele setor da sociedade e, finalmente com a história dos diferentes partidos e organizações políticas envolvidas. Reproduzem-se aqui as distorções teóricas e de método apontadas por HOBBSAWM⁴⁶ ao tratar da história do trabalho e de suas relações com a ideologia.

Pode-se dizer que as lutas que ocorrem ao longo dos anos 80 nos campos de cana refletem uma mudança política que não é peculiar ao campo “modernizado” mas, em primeiro lugar, resultante de um momento político nacional diverso. Como apontou STOLCKE⁴⁷, se dos anos 60 aos 70 assiste-se à expulsão dos moradores, à multiplicação dos conflitos jurídicos e ao avanço da exploração do trabalho nas suas formas mais aviltantes, podemos caracterizar esse período, no plano político, pela resistência dos trabalhadores dentro dos limites do possível àquela altura, com o emprego de formas de resistência individual ou coletiva não-organizada, embora às vezes ocorresse greves por melhores salários. A mesma autora chama atenção pelo fato de que é preciso entender a maneira como os trabalhadores percebem o poder à sua disposição para superar a opressão sofrida, uma vez que *“as formas de luta são modeladas não só pela posição estrutural que ocupam nas relações de produção, mas também pela sua percepção das relações dominantes de poder”*⁴⁸.

Além disso, deve-se atentar para as diferenças significativas entre as experiências políticas dos contingentes de trabalhadores rurais, conforme as regiões do país. Não é por outro motivo que as formas de luta organizada assumiram características tão diversas, se os canavieiros do nordeste, apoiados numa tradição

⁴⁶ HOBBSAWM, Eric - *História do Trabalho e Ideologia* in História - Cadernos de Pesquisa, nº 1, AUPHIB, São Paulo, Brasiliense, 1977.

⁴⁷ Op. cit.

⁴⁸ STOLCKE, V. Op. cit., p. 286.

que remonta aos anos 50-60 e à reorganização da CONTAG, forem confrontados com os do sudeste do país.

HOBSBAWM e RUDÉ, analisando os levantes rurais no campo inglês em 1830, abordaram as transformações no trabalho, mas também as relações sociais vivenciadas pelo pobre rural, o mundo da aldeia e as experiências de protesto social dos pobres, vinculando esses aspectos às específicas repercussões de política nacional e continental da época sobre o mundo rural. Imbuídos dessas preocupações, afirmaram não existirem respostas automáticas ou estandardizadas de revolta, pois suas reações à fome e à opressão dependem de sua cultura, tradição, experiência e, sobretudo, do conhecimento que têm a respeito de organizações coletivas e de formas de protesto⁴⁹.

As ações coletivas de assalariados rurais que começam a se desenvolver nos finais dos anos 70, resultaram da combinação de condições diversas ou na direção apontada por THOMPSON⁵⁰, decorrem do encontro de uma tradição que tende a desaparecer (apoiada na ordem anterior herdada dos anos 50, que se manifesta em motins ou levantes rurais localizados) e aquela que surge das profundas mudanças em curso nos campos, da expansão das ações sindicais e de outros processos institucionais.

O que se encontra por trás dessas ações, se tomarmos o impulso que move o trabalhador comum, é a luta contra a pobreza e a degradação, a desmoralização do trabalho rural e as humilhações cotidianas, como as que foram identificadas por HOBSBAWM e RUDÉ nos campos ingleses no século passado. Lá como aqui, trata-se do vínculo monetário e objetivo dos salários como organizadores da sociedade agrícola, ao invés da família, do patronato e do costume⁵¹. A crescente tensão entre os pobres rurais, trabalhadores ou não, decorre do desmoronamento da antiga ordem social e da desaparecimento dos direitos costumeiros que a tornavam suportável.

Abalado em definitivo o antigo modelo de dominação, baseado no paternalismo e nas estratégias de controle do trabalho familiar, diante do qual os trabalhadores tentavam há décadas instituir a idéia de direitos do trabalho, restam nos anos 70 as formas mais degradantes de exploração do trabalho, que fazem

⁴⁹ HOBSBAWM, E. E RUDÉ, G. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1982, p. 58.

⁵⁰ THOMPSON, E. P. Op. cit.

⁵¹ HOBSBAWM, E. e RUDÉ, G. Op. cit.: p. 39.

desaparecer toda idéia moral preexistente a seu respeito. A condição de “bóia fria”, “birolo”, “corumba”, “clandestino”, “morador da ponta da rua” e todas as demais denominações desqualificadoras expressam-no nitidamente e também o momento de desaparecimento do mundo idealizado da cana-de-açúcar, evidente nas manifestações folclóricas de diferentes regiões⁵². Os movimentos, no mais das vezes correndo por fora das instituições sindicais, pelo menos num primeiro momento, revelam a tentativa de reconstituir o sentido de legitimidade desse trabalho desqualificado. As ações ilegais e a forma não raro violenta que vão assumir aproximam-nos daqueles tumultos pela falta de alimentos e contra a especulação nos preços, analisados por THOMPSON no século XVIII inglês, ou das sublevações religiosas abordadas por DAVIS⁵³. Por meio de certos consensos comunitários, buscam estabelecer limites à exploração e formular um protesto visível junto à sociedade que os exclui ou impõe mudanças radicais.

Pressionados pelo aumento do desemprego e do subemprego rural, pela especulação com as moradias nas favelas recém-criadas, pelo preço dos alimentos e dos serviços urbanos (quando os têm), pelos descontos de transporte, ferramentas e baixa produção individual nos salários, os trabalhadores encontram diferentes maneiras de protesto e autodefesa, como a sabotagem nas máquinas, a queima dos canaviais, o bloqueio das estradas, os saques nas cidades, os “paradeiros” no trabalho, as greves “selvagens” ou auto-organizadas. O recurso sistemático ao fogo pode ter aqui vários sentidos: de um lado, deve-se lembrar que a memória coletiva guarda, nessas regiões de antiga escravidão, a queima de cartórios no período pós-abolição. Na zona da Mata mineira, em regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo, os recém-libertos tentavam dessa forma inviabilizar a identificação de seus ex-proprietários e o vínculo ao trabalho nas antigas fazendas⁵⁴. Além disso, na simbologia presente na cultura popular das regiões canavieiras, o fogo possui o sentido purificador da tradição mítica⁵⁵.

Tanto o fogo quanto as formas de violência praticadas por essas comunidades marcadas na sociedade pelo sentido negativo (são os “sem” direitos, “sem” trabalho,

⁵² Ver adiante, cap. 4, item 3.

⁵³ DESAN, Suzanne. *Massas, Comunidades e Ritual na Obra de E. P. Thompson e Natalie Davis*. In Hunt, L. (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

⁵⁴ STEIN, S. *Op. cit.*; JOSÉ, O. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia 1962; COSTA, Emília V. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1982.

⁵⁵ Ver adiante, Cap. 4, item 3.

“sem” lugar, “sem” qualificação para o trabalho, etc.) podem ser pensados a partir da mesma “*faceta normativa da violência*” encontrada por BACZKO nos levantes camponeses na França do século XVII e no “*grande medo de 1789*” que acompanhou a revolução nos campos e que carrega “*a idéia de uma certa justiça popular*”⁵⁶

Lá, a “*guerra contra os papéis*” que são queimados responde ao perigo imaginário que viria executar os impostos sobre o campesinato, e que aqui, no pós-abolição, viria impor sanções aos libertos. Hoje, o fogo funciona, diante da poderosa usina, como uma ameaça de inviabilização não apenas da colheita esperada, mas de danificação do cultivo e do solo, por calcinar os talhões e impedir a produção por tempo considerável. Esses atos violentos não são apenas a resultante da turba irracional reunida pela revolta contra as condições de vida mas, como apontou DAVIS “...*derivam de um estoque de tradições de punição ou purificação correntes*”. Não podem mais ser encarados como “*o monstro com cabeça de hidra*”, “*a ralé insana*”, mas como multidões inspiradas por tradições políticas e morais que legitimam e até prescrevem sua violência, praticadas por pessoas respeitáveis para seus vizinhos de todos os dias⁵⁷.

Os trabalhadores da cana não dispõem de direitos que os igualem aos demais. Ao contrário, a generalização da Carteira de Trabalho significa um enquadramento diferenciado dos da fábrica, no FUNRURAL, que determina aposentadorias menores e perda dos anos trabalhados sem carteira, em acordos espúrios feitos pelas usinas. Além disso, sabem da ausência de fiscalização das condições de trabalho pelas Delegacias Regionais do Trabalho, as quais, a não ser em casos excepcionais, não acompanham com regularidade o trabalho nos campos de cana, pressionadas pelos usineiros que tratam o mundo do trabalho como espaço de domínio particular.

As formas de proteção social somente são propostas no momento em que eclodem os conflitos sem controle. É, então, que as Secretarias Estaduais do Trabalho criam cestas de alimentos, enviam recursos aos sindicatos das regiões em greve e pretendem criar frentes de trabalho nas épocas de entressafra, propostas recusadas pelos trabalhadores como mais uma expressão da degradação do trabalho: “*Trabalhador não é vagabundo*”⁵⁸.

⁵⁶ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social in Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 319.

⁵⁷ DAVIS, Natalie Z. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 156.

⁵⁸ Conforme entrevista citada por ALVES, Francisco, *op. cit.*, p. 188.

Além disso, os momentos de explosão e multiplicação dos movimentos de assalariados rurais não podem ser avaliados apenas a partir do mundo do trabalho, mas, como sugerem HOBSBAWM e RUDÉ, também em sua relação com as mudanças políticas nacionais e sua repercussão específica nos campos e nas pequenas cidades dominadas pelo mundo rural. Nos anos 50-60 assistimos no Brasil à generalização dos movimentos contra a intensificação do trabalho nas grandes plantações, contra a perda dos direitos associados à moradia e a favor da efetivação dos direitos do trabalhador rural; eles situam-se no interior de um processo de mudança da política regional e local.

É o que se evidencia no Nordeste, com a eleição de setores antioligárquicos ao governo de Pernambuco, por exemplo, ou devido à presença de ativistas ligados ao PCB⁵⁹. Ou, ainda, pela atuação do PTB e seus assemelhados, como no caso de Visconde do Rio Branco, na eleição do prefeito populista Jorge Carone⁶⁰. As tensões derivadas do mundo do trabalho encontram o papel deflagrador ou de suporte dos “radicais de aldeia”⁶¹, que atuam como divulgadores dos acontecimentos nacionais, num contexto social dominado pela cultura oral e pelo analfabetismo, onde não se pode esquecer o papel destacado que já desempenham o rádio e o noticiário político. A “Hora do Brasil”, por exemplo, era ouvida regularmente pelos trabalhadores mais velhos que entrevistamos, sendo sua principal fonte de informação dos acontecimentos nacionais.

Nos anos 70, à época da primeira grande greve dos canaviais pernambucanos após o golpe militar, uma série de acontecimentos nacionais e regionais se encadeiam, permitindo a explicação dos acontecimentos locais. Conforme mostra SIGAUD, a grande greve dos canavieiros em outubro de 1979 é precedida pelo clima de maior liberdade de informação em vigor nos meios de comunicação e maior liberdade política em geral; pela generalização dos movimentos grevistas entre metalúrgicos, motoristas, peões da construção civil, professores, bancários, vigilantes, jornalistas, mineiros, costureiras e caminhoneiros, apenas entre janeiro e setembro de 1979, em todo o país. Em Pernambuco, especificamente, vivia-se um clima de vitória com a eleição de Jarbas Vasconcelos para o Senado pelo MDB, em

⁵⁹ Ver a respeito as memórias do militante comunista Irineu Luiz de Moraes in WELCH, C. e GERALDO, S. *Lutas Camponesas no Interior Paulista. Memórias de Irineu Luiz de Moraes*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

⁶⁰ Ver adiante, Cap. 3, item 4.

⁶¹ HOBSBAWM, E. e RUDÉ, G. *Op. cit.*

1978, e a expectativa do retorno de Miguel Arraes, àquela altura tornado uma figura mítica na política nordestina. Finalmente, deve-se considerar a mudança de rumos proposta pelo III Congresso da CONTAG, realizado em maio de 1979, que se refletiu diretamente sobre o movimento sindical pernambucano, gestando um modelo de greves dentro da lei hoje bastante debatido⁶².

Deve-se, no entanto, considerar o sentido diferenciado da greve para sindicalistas e militantes políticos, em face da interpretação que lhe dão os demais trabalhadores. Enquanto os primeiros lhe conferem um sentido estratégico associado ao processo de democratização geral do país, e debatem no seu interior diferentes perspectivas de organização dos trabalhadores nacionais, o trabalhador comum imprime à greve o sentido de seu protesto social contra a degradação do trabalho, como há pouco foi apontado, e não restringe suas ações aos momentos previstos nos dispositivos legais.

As ameaças de distúrbios coletivos, de atos violentos legitimados coletivamente, permeiam em geral esses movimentos e são cuidadosamente postas à margem pelo movimento sindical, pelo seu conteúdo ilegal e explosivo. Em entrevistas que realizamos com dirigentes sindicais, os acontecimentos desse tipo, como o incêndio de canaviais ou a sabotagem de máquinas são minimizados (apesar de se repetirem a cada safra e, sobretudo, nos períodos de grande tensão nas turmas) ou tratados nas dimensões de um inquérito policial.

Além disso, as avaliações desses movimentos sociais, inclusive por parte de pesquisadores da questão agrária brasileira, muitas vezes têm dificuldade de lidar com estas ações coletivas “selvagens” ou “arcaicas”. Atribuem-lhes também um cunho desqualificador: seriam o sinal do pequeno amadurecimento do movimento, que ainda não teria encontrado formas orgânicas adequadas, ou não se teria separado do movimento social ligado às condições de reprodução do trabalhador (moradia, acesso aos serviços urbanos, alimentação) para adquirir sua forma puramente sindical, ou de enfrentamento entre trabalho e capital⁶³. O fato é que os movimentos amotinados são responsáveis pela instituição de outra realidade nas relações sociais e políticas nos campos de cana, inclusive nas áreas mais modernas da economia rural. Esse é particularmente o caso das greves da região de Guariba,

⁶² SIGAUD, L., *op. cit.*; MEDEIROS, L. S., *op. cit.*; RIBEIRO, A.M., *op. cit.*; D'INCAO, M. Conceição. *Qual é a Questão do Bóia-Fria*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

⁶³ ALVES, F. *Op. cit.*, p. 124 e segs.

em São Paulo, a partir de 1984, cujo padrão de mobilização coletiva tendeu a se repetir em outras regiões de perfil semelhante no sudeste.

A greve deflagrada pelos canavieiros de Guidoal e de Visconde do Rio Branco em 1986, paralisando cerca de 1.500 trabalhadores, ocorreu num momento em que os meios de comunicação noticiavam o debate nacional proposto pelas centrais sindicais a respeito da necessidade dos reajustes trimestrais de salários, tendo em vista a aceleração da inflação e as enormes perdas dos trabalhadores. Simultaneamente, os jornais do estado e da Zona da Mata mineira noticiavam o bloqueio de estradas em região próxima, por pequenos produtores insatisfeitos com os juros bancários, na cidade de Matias Barbosa, próxima a Juiz de Fora.

O final da greve vai coincidir com a decretação do Plano Cruzado (27/02/86) pelo governo Sarney, como medida destinada a baixar os índices de inflação no país. Esses acontecimentos são acompanhados e comentados pelos trabalhadores rurais no seu cotidiano, sobretudo a partir do acesso à televisão, já que em sua maioria habitam as favelas, pontas de rua e bairros operários da cidade.

Por outro lado, a greve de Visconde do Rio Branco e Guidoal inscreve-se num conjunto de movimentos de assalariados dos canaviais mineiros, que se desdobram por toda a década de 80 e apresentam um sentido comum. Um levantamento feito a partir de dados fornecidos pelo próprio movimento sindical mineiro dá conta do número de greves na cana-de-açúcar noticiadas à Federação de Trabalhadores na Agricultura nestes dez anos, muitas delas à revelia do movimento sindical e até em áreas em que o movimento organizado institucionalmente inexistia:

1980/1990 - LUTAS NAS ÁREAS CANAVIEIRAS DE MINAS GERAIS

Ano	Município	Região	Tipo de Luta
1980	Fronteira	Triângulo	greve
	Ituiutaba	Triângulo	greve
	Tupaciguara	Triângulo	greve
	Uberaba	Triângulo	greve
	Passos	Sul	greve
	Guidoval	Mata	greve
	Visconde do Rio Branco	Mata	greve
1984	Conquista	Triângulo	greve
	Fronteira	Triângulo	greve
	Uberaba	Triângulo	greve
1985	Fronteira	Triângulo	greve
	Monte Belo	Sul	greve
	Passos	Sul	greve
1986	Guidoval	Mata	greve
	Visconde do Rio Branco	Mata	greve
	Bocaiúva	Norte	greve
1989	Lagoa da Prata	Sul	greve
	Cláudio	Sul	paradeiro
1990	Iturama	Triângulo	greve

Fonte: RODRIGUES, Otávia F. *As lutas sociais no campo em Minas Gerais. A Luta Trabalhista*. Belo Horizonte, 1991, mimeo.

De forma geral, o que pedem as greves dos canavieiros nesses diversos momentos, nas diferentes regiões do país? Como já foi dito antes, é preciso distinguir a fala não institucionalizada dos movimentos sociais daquela que se expressa nas pautas que são negociadas pelos sindicalistas com os patrões, uma vez deflagrado o movimento. Estas últimas manifestam de forma muito clara a evolução das modificações no processo de trabalho desde o final dos anos 70, mostrando a relação de forças estabelecida entre o capital e o trabalho nestas regiões da grande agroindústria. São também, evidentemente, o resultado da elaboração feita pelos dirigentes sindicais, em geral com o concurso das federações de trabalhadores rurais do estado, ou até da entidade nacional, com a participação dos advogados que assessoram essas entidades e dão forma jurídica aos pleitos e acordos celebrados. Assim, as pautas já são a expressão do amálgama dos anseios coletivos manifestos no movimento pelo trabalhador comum, com as estratégias e mecanismos institucionais do movimento organizado.

A greve dos canavieiros pernambucanos em 1979, por exemplo, propõe fundamentalmente aumento salarial, retomada do direito ao sítio que tinha sido objeto de luta nos anos 60, e uma tabela de remuneração estabelecendo equivalências entre as diversas tarefas no processo de trabalho, além do

cumprimento de aspectos óbvios da legislação trabalhista referentes à insalubridade, 13º salário, horas extras, contratação dos clandestinos, condições de transporte, fornecimento de instrumentos de trabalho, local de pagamento do trabalhador, direito ao delegado sindical⁶⁴.

A pauta dos trabalhadores de Passos, Minas Gerais, em 1980, exigia aumento salarial, transporte de ônibus para o trabalho, estabilidade para os negociadores, aumentos no preço da tonelada de cana cortada e da diária, fiscalização da medição e da pesagem, equipamentos adequados para os trabalhadores que manipulam defensivos agrícolas⁶⁵. Já a greve seguinte exigia o cumprimento do Contrato Coletivo e a fiscalização do Ministério do Trabalho sobre a regulamentação das carteiras, pedia reposição salarial e se posicionava contra o uso indiscriminado de defensivos.

A dos trabalhadores de Guariba, na greve de 84, exigia o retorno ao sistema de corte em cinco ruas, ao invés das sete introduzidas em 83, e que provocavam maior desgaste do trabalhador e perdas na produtividade individual, base de cálculo do salário. As mudanças haviam sido feitas para adaptar o trabalho às inovações técnicas e ao maior rendimento das máquinas carregadeiras. Além disso, incidiam sobre o sistema de medida da cana cortada, exigindo o recibo ao final de cada oito e o recibo mensal, a diferenciação do preço da cana nova e da cana de mais de 18 meses, o fornecimento de instrumentos de trabalho, os direitos trabalhistas, a proibição da cobrança de taxas pelos empreiteiros e o compromisso de assistência à saúde dos trabalhadores⁶⁶.

A greve de Visconde do Rio Branco, em 86, exigiu fundamentalmente, dentre os 23 itens da pauta, aumento salarial e correção trimestral dos salários, pagamento do piso ao trabalhador que não atingisse a produtividade exigida, sem sanção futura, proibição de descontos referentes a transporte, fornecimento de ferramentas; propôs cláusulas atinentes à jornada de trabalho, assistência aos acidentados e doentes, transporte adequado, período de negociação salarial e enquadramento dos trabalhadores rurais no sindicato da categoria e não da indústria alimentícia (ver ANEXO).

⁶⁴ SIGAUD, L. *Op. cit.*

⁶⁵ MULS, Nair Costa. A natureza e o limites das lutas dos assalariados rurais em Minas Gerais: as greves dos canavieiros de Passos. *Textos de Sociologia e Antropologia* nº 13. Belo Horizonte, UFMG, Julho/Agosto 1986, mimeo.

⁶⁶ D'INCAO, M.C., *op. cit.*, p. 85 e ALVES, F., *op. cit.*, p. 139-181

Mais adiante, o acordo coletivo firmado em 1989 não iria diferir, no fundamental, de uma série de cláusulas reivindicatórias daquele primeiro momento, atestando o não cumprimento ou a burla de um conjunto de direitos já acordados, mas registrando um lento avanço na direção da especificação das exigências do trabalho, como a elevação do piso além do mínimo nacional, adicional por tempo de serviço, aviso de férias, jornada semanal etc (ver ANEXO).

O que estas sucessivas situações expressam, além das variações regionais e do lento progresso na definição dos direitos do trabalho rural assalariado, é, sobretudo, a disputa em torno da produtividade e da natureza e organização das tarefas previstas no processo produtivo. Não é por outro motivo que o movimento nordestino retoma sua antiga tabela de referências, que o movimento de Guariba explode a partir do sistema de corte em sete ruas e que a questão de atingir ou não o parâmetro de produtividade exigido pela usina frequente sistematicamente a lista de exigências em Visconde do Rio Branco. O que está em questão é como se intensifica a exploração sobre o trabalho e como os trabalhadores reagem a ela, juntando-se aí o cálculo do que se produz, a maneira de calcular, o controle sobre a medição, a forma de registrá-la ou de burlá-la. E é nessa questão nodal que se insere o problema do controle sobre o trabalhador e as inovações técnicas na organização do trabalho. Os outros elementos exigidos são, na verdade, acessórios ou meios de complementar o núcleo central da forma de apropriação do excedente utilizada.

Essas formas são de duas naturezas. Primeiramente, aquelas que incorporam inovações tecnológicas ou de organização do processo de trabalho que, como em todo processo de produção capitalista, significam a elevação do capital constante em busca da elevação da produtividade do trabalho e da obtenção de mais valia relativa. Vimos como isso tem funcionado nos campos de cana ao longo das últimas décadas, assim como vimos as formas de resistência interpostas pelos trabalhadores à sua implementação. Também são generalizadas as formas de apropriação do excedente que significam o aprofundamento da exploração da mais valia absoluta, como a burla dos direitos e do cálculo da produtividade, além das condições indignas de trabalho que depauperam o trabalhador rural e elevam extraordinariamente os lucros obtidos na agroindústria, sem considerar aí as facilidades auferidas em consequência das relações entre estes capitalistas e o estado brasileiro.

No caso de Visconde do Rio Branco, desde meados da década de 80, quando emerge a crise do setor canavieiro em consequência da mudança nas facilidades de

financiamento, é sistematicamente utilizado um meio de ampliar a expropriação do excedente sem qualquer investimento adicional: a elevação do parâmetro de produtividade individual ou a fraude no cálculo do que foi produzido pelo trabalhador para alcançá-lo. Após três ocorrências, o trabalhador fica sujeito à suspensão e a perda do dia de descanso remunerado.

O uso desse estratagema tem sido tão generalizado nos últimos tempos que as ameaças de uma greve “selvagem” estão na boca de todos, além da sabotagem intermitente, como a queima dos canaviais. Além disso, aguçam ainda mais as condições de depauperação da saúde do trabalhador, que nesta região significam índices alarmantes de pressão alta e derrame cerebral, em virtude do *stress* do trabalho. Esta é a situação que nos foi relatada pelo sr. B, cuja entrevista, até então fluente, neste ponto começa a ser marcada pela voz entrecortada e pela dificuldade de expressar com clareza os processos de fraude usados pela usina:

“Eu não ia trabalhar...tô com negócio de pressão alta, então arrumaram aí um corte de cana por metragem, medida no chão. Arrumaram aí um botador de parâmetro na cana, a pessoa tem que fazer, mas não há cana mais enrolada de crescer. O que passava do parâmetro eles pagava. Mas eu não estava achando vantagem, então eu estava sofrendo de nervoso, a primeira folha que veio , veio com 400 de vantagem para mim. Eu falei - ‘vou trabalhar mais um pouquinho’. Aí eu que passei a vida inteira trabalhando, nunca dei motivo na lavoura pra sair, vou perguntar o que acha disso? Aí eu esperêi...que a gente fica parado duas horas até receber o pagamento. Nestas duas horas cortei 508 metros neste dia. Quando cheguei para o pagamento, na segunda folha, eu achei que ia render mais, ia dar uns oitocentos. Acabou que ficou cento e pouco. Quer dizer que a produção eles tava comendo ela. Aí eu fiquei nervoso e a gente com pressão alta ...fiquei ruim mesmo, fui parar na clínica e o doutor falou que eu não podia trabalhar mais não, que ia estourar. Tava com 69 anos, mas toda a vida lá na usina quem faz a produção era eu e um velho que trabalhava no alto da Boa Vista, o Camilo”⁶⁷.

Além da humilhação adicional imposta pela fraude (uma vez que o sr. B. era antigo trabalhador da maior fazenda de cana local, a Santa Helena, onde os

⁶⁷ Entrevista realizada em 13/09/90, em Visconde do Rio Branco.

trabalhadores eram mais rebeldes à ruptura das relações de reciprocidade estabelecidas com a usina), ele teve de se submeter a um acordo ilegal. Optou por deixar o emprego recebendo uma indenização que se baseava num cálculo arbitrário de seus direitos. O sr. B. desistiu afinal de lutar por eles em vista de seu estado de saúde, seguindo recomendação do médico da empresa.

Muitos outros casos de irregularidade no cálculo da produtividade do trabalhador em face do parâmetro exigido foram-nos relatados, muitas vezes envolvendo mulheres e trabalhadores mais pobres e marginalizados na vida urbana. Esse foi o caso de dona T., uma jovem mulher que mal conseguia articular as palavras, moradora de um casebre miserável que reclamava incessantemente do preço pago pelo barraco na favela, que a obrigava a trabalhar e a abandonar na rua os seis filhos pequenos.

As ações do sindicato, recorrendo à Delegacia Regional do Trabalho e exigindo a fiscalização das frentes, não eram suficientes para erradicar em definitivo uma prática tão lucrativa. Daí também os discursos revoltados que faziam os entrevistados ao comentar a situação local, que muitos acreditavam só possível de reverter com uma greve *"mais bem feita"*, isto é, que não fôsse na entressafra e que *"precisava se comunicar com a empresa e com o povo"*, conforme disse o sr. B.

O não cumprimento dos acordos coletivos, a recusa de colocar-se sob a racionalidade legal que prevê direitos, fiscalização, vigência e poder de determinados institutos legais e de instituições públicas nos campos é apenas a mostra da permanência do domínio privado sobre o interesse público e da pessoalidade das relações, atravessando as instituições estatais. De outro lado, a recusa em reconhecer os trabalhadores rurais como cidadãos dotados de direitos sociais e políticos se manifesta também na sistemática tentativa de desqualificar os movimentos como *"greves políticas"*, seja em Pernambuco, Guariba ou Visconde do Rio Branco, utilizando-se sempre o argumento de uma conspiração sindical ou de esquerda que ameaça a tranquilidade da produção e a passividade dos canavieiros.

Além dos poderes mais ou menos óbvios que exercitavam no plano local, estadual e nacional (pressões sobre juizes e advogados, corrupção de tribunais e órgãos públicos) os usineiros utilizavam também os argumentos da lei para impedir a organização dos movimentos, quando atingissem este estágio. Dependendo dos tribunais que acolhem o argumento, as continuadas polêmicas jurídicas a respeito do enquadramento sindical dos trabalhadores das agroindústrias são um meio seguro de

inviabilizar a representação autêntica e de impugnar os acordos feitos durante as greves, provocando em consequência o refluxo e desgaste dos sindicatos. Havia ainda as formas de coação e repressão diretas, sobre sindicalistas e trabalhadores comuns, estigmatizados (às vezes junto com seus familiares) pela condução e participação nos movimentos ou ações judiciais, e arrolados em “listas negras” que circulam entre os departamentos de pessoal das empresas de uma mesma região.

Capítulo 3: O Trabalhador Rural nas Redes do Poder

“...onde a sombra do patrão se reflete sobre todos os muros da cidade”. Ernest Labrousse, 1976.

3.1 - Um mundo de senhores e instituições modelares?

O imaginário intelectual a respeito dos trabalhadores rurais brasileiros, ou as “matrizes de representação”¹ que estão subjacentes à análise e que têm sua própria historicidade, reafirmam o que PAOLI e SADER já haviam dito sobre as representações dos trabalhadores urbanos: elas têm um ponto de partida finalista que se situa fora do exame concreto das camadas populares. As reflexões partem de um projeto de nação ou de uma revolução desejada, concluindo, afinal, que no conjunto do Brasil não há povo, assim como não há classe operária capaz de desempenhar um papel que lhe é reservado pela história. Suas práticas culturais surgem como obstáculos sociais e políticos que não geram política no sentido procurado, mas apenas dispersão e particularismo².

Essas teses, que marcaram o pensamento autoritário no Brasil nos anos 20, metarfosaram-se em diversas interpretações e atravessaram as décadas de 30, 40 e 50, chegando à produção das Ciências Sociais brasileiras nos anos 60. Combinaram-se a enfoques clássicos, com os quais se procura ainda hoje explicar a constituição da sociedade brasileira, suas classes sociais, suas características políticas e sua transformação com o processo de modernização. Produziram uma imagem dos trabalhadores industriais marcada pela negatividade, pela falta de identidade social e política coletiva, de coerência e racionalidade e, sobretudo, pela ausência de uma consciência adequada de classe e movimentação autônoma e solidária³.

A isso se somou a idéia da heterogeneidade das classes populares como obstáculo à sua constituição como classes reais. Sobre o campesinato, em particular, passou a pesar a culpa pelo conservadorismo e subordinação política de nosso

¹ LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

² PAOLI, M.C. e SADER, E., *op. cit.*, p. 45-46.

³ *Idem*, p. 49.

operariado recém constituído, responsável pelo atraso do processo de transformação democrática, tornada possível com a industrialização.

Toda uma vasta produção sociológica dos anos 60 aos 70 partilha esquemas teóricos pré-estabelecidos a partir de grandes generalizações a respeito do patriarcalismo constitutivo da sociedade brasileira e de seus desdobramentos patrimoniais; das dificuldades decorrentes da ausência da solidariedade horizontal entre os trabalhadores; da privatização das instituições públicas, resgatadas apenas pelo Estado autoritário. Se, no que se refere aos trabalhadores urbanos, a marca dos estudos é que são finalmente constituídos como classes homogêneas a partir da intervenção do Estado e de seu enquadramento institucional, no caso dos rurais o elemento demiúrgico é a modernização, que cria o proletariado rural, na passagem dos anos 60 aos 70. Mas, além disso, na análise da sociedade agrária, o movimento elíptico que produz a desaparecimento das classes reais com sua problemática específica combina-se com a preeminência do tema da democracia vinculado à questão da reforma agrária.

Quase toda a preocupação teórica, empírica e política, seja dos analistas, seja dos dirigentes políticos, toma os problemas referentes às classes sociais no campo sobredeterminados por esta exigência política. Perde-se aí boa parte dos elementos que apontavam para o surgimento de uma questão operária nos campos brasileiros, cujos indícios começam a aparecer no século passado, evidenciam-se nos anos 40-50 e surgem com toda clareza na década de 70. A questão operária não só apontava para a formação dessa classe na agricultura, como já demarcava os elementos que permitiriam pensar a problemática da democracia e da cidadania no campo também a partir dos não camponeses, ao longo do século XX.

Pesquisadora destacada nos estudos sobre a sociedade agrária brasileira, QUEIROZ funciona como figura emblemática da perspectiva dominante nos anos 60, tributária do pensamento que se desenvolvera desde os anos 20. Ao tratar das qualidades que “faltam” ao povo brasileiro, ela explica nossa vida política pela presença da “solidariedade vertical” em lugar da “horizontal”, que deveria basear a consciência das classes na luta por seus interesses⁴.

Duas linhas mestras atravessam os ensaios dessa autora a respeito do mandonismo na vida política brasileira e do coronelismo como sua manifestação

⁴ QUEIROZ, Maria Isaura P. *O Mandonismo na Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p. 18.

republicana: na primeira, observa-se a influência da abordagem do coronelismo feita por LEAL⁵. Esse autor centra sua análise no sistema representativo brasileiro, deformado pelo controle da vida pública exercido pelos grupos privados locais de coronéis, que seriam produtos da estrutura fundiária concentrada. Na segunda linha, QUEIROZ refere-se aos efeitos da passagem da sociedade agrária à sociedade complexa e urbano-industrial no Brasil.

Quanto ao primeiro argumento, tanto o sistema eleitoral quanto a organização municipal das funções públicas estariam entregues a esses grupos de parentela, de tal forma que o sistema político seria apenas a sobreposição dos interesses centrais à força local das oligarquias. O sistema representativo, em si mesmo, não mereceria qualquer reparo da autora; à moda de LEAL, também ela questiona a forma de adaptação do poder privado, herdado do período colonial, ao sistema político de extensa base representativa⁶. O problema aqui é a existência do voto como um “bem de troca” ou objeto de coerção (o voto de cabresto), ambos vinculados à presença dos grupos de parentela e ao exercício da proteção pelos coronéis, e não como manifestação desejável da opinião do votante.

A visão deste poder privado se caracteriza pela idéia de que há uma solidariedade presente entre os mandões e os seus dependentes, no interior da sociedade agrária, ou das estruturas municipais dominadas pelos interesses privados, de forma que a história da Primeira República é constituída muito mais pelas disputas entre os coronéis que pela opressão que exercem sobre seus inferiores⁷. A ruptura dessa estrutura vai-se dar com a diferenciação da sociedade resultante do crescimento demográfico, da industrialização e da urbanização. Nesse momento, rompe-se a solidariedade vertical que unira as camadas mais elevadas da parentela às camadas inferiores; em seguida, são os setores médios que se autonomizam por meio da luta pelo voto secreto.

As classes populares, no entanto, ainda não ocupavam lugar nesse processo. QUEIROZ chega a dizer que à medida que se dissociavam os aspectos econômico e político, as camadas de parentela procuravam construir formas alternativas e disfarçadas de exercício da dominação política, e que a essas estratégias corresponderia o surgimento de uma “consciência de classe” no país,

⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo. Alfa-Ômega, 1975.

⁶ QUEIROZ, M. I., *op. cit.*, p. 165.

⁷ *Idem*, p. 179.

“...que despontou quase exclusivamente, a princípio, ao nível das camadas superiores, mantendo-se ausente das médias e inferiores. Ela se exprimiu no aparecimento, ainda no início do século XX, de organizações patronais - Patronato Agrícola, Federação da Indústria Animal, Cooperativas de Cafeicultores, Associações Comerciais, Federação das Indústrias -, verdadeiras associações de classes superiores, nascidas do reforço da solidariedade horizontal. Seu aparecimento mostra como os antigos coronéis rivais passavam a colaborar, a fim de manter sua supremacia numa sociedade que se transformava; e um mesmo empreendimento podia reunir agora em sua diretoria indivíduos que outrora se digladiavam, unidos hoje para manter a hegemonia da classe”⁸.

É interessante observar que, apesar de apontar corretamente para o surgimento dessas formas de organização de classe por parte dos burgueses emergentes, QUEIROZ não se preocupa em nenhum momento com elementos que indicassem o surgimento de formas associativas próprias dos dominados, no campo ou nas cidades em expansão. Ao contrário, na Introdução de seu livro, após considerações esquemáticas e genéricas a respeito do desenvolvimento das cidades em diferentes regiões do país, refere-se apenas ao sistema partidário pós-45 como indicador de mudanças nas relações entre as diferentes classes sociais e o sistema político. Menciona também o surgimento de uma consciência entre colonos e operários de que seus interesses não seriam os mesmos que os dos patrões. Mas, apesar disto,

“...operário e colono não despertaram ainda para o fato de que fazem parte de uma classe. As possibilidades de ascensão social e de evasão da camada em que nasceu dificultam o aparecimento dessa consciência e favorecem o individualismo. Operários e colonos assumem atitudes de luta, que se revelam pela recusa em votar nos candidatos dos patrões, mas reúnem-se por outro lado, a legítimos representantes do capitalismo, desde que acreditem que estes estão empenhados em defendê-lo - daí as chances de partidos do tipo PTB e PSP, assim como a

⁸ Idem, p. 210.

formação de um outro tipo de coronelismo urbano fundado nos interesses industriais”⁹.

O que caracteriza em essência esse tipo de abordagem é a ênfase na relação entre estruturas sociais pré-industriais e o sistema de representação de fundo liberal, mas deformado, no qual as transformações se produziriam por diferenciação sucessiva de funções que atingiriam finalmente o sistema político. Estava excluída a possibilidade de as camadas populares constituírem seus mecanismos próprios de representação de classes, por sua inerente incapacidade e pela tendência a reproduzir, sob formas novas, a experiência de dominação conhecida na sociedade agrária.

Trata-se, de fato, da história de parte das camadas dominantes, segundo uma auto-representação construída a respeito de si próprias, do povo que dominam e dos embates com seus inimigos, os portadores da “tradição” coronelística no sistema político, apoiados na incompetência popular em perceber seus desígnios atrasados e antiliberais.

Nos anos 50, AZEVEDO se preocupou em estabelecer as relações do mundo dos engenhos de açúcar e fazendas de café com a vida política nacional. Apesar de circunscrever, de forma mais precisa, seu objeto no interior da sociedade agrária, chegara a algumas conclusões semelhantes às de QUEIROZ. Seu ponto de partida para analisar a “*vasta organização comunitária*”, estruturada em torno de canaviais e engenhos, é a idéia de uma identidade cultural (de língua, religião, tradições e costumes sociais) que corresponde à identidade de plano, organização técnica e econômica, configurando o regime patrimonialista em que a vida pública não é senão a extensão da vida doméstica¹⁰.

Assim, enfatiza os aspectos de coesão e solidariedade interna que “...*arrasta um equilíbrio exato de direitos e deveres*”¹¹, constituindo uma tradição hierárquica e aristocratizante, em oposição às tendências igualitárias da cidade. Entretanto, ao examinar mais detidamente a “sociedade patrimonial” das grandes plantações e, particularmente, suas transformações à época da transição do escravismo para o trabalho livre, AZEVEDO percebe a impossibilidade de analisá-la apenas à luz da

⁹ Idem, p.28.

¹⁰ AZEVEDO, Fernando, *op. cit.*, p. 17.

¹¹ Idem, p. 19.

idéia da família patriarcal e da marca de tradição e hierarquia impressa na economia e nas relações sociais. Destaca, então, as mudanças trazidas pelo advento da máquina e do progresso técnico, a passagem das grandes famílias patriarcais ao sistema de usinas, apontando o fato de que o senhor de engenho seria, naquele momento, não somente um chefe patrimonial, mas um empreendedor capitão-de-indústria, conforme a caracterização de SOMBART. Sua análise, por consequência, centra-se no deslocamento do poder do campo para a cidade, indicando a influência das práticas patriarcais sobre o mundo urbano.

Apesar disso, ainda uma vez estamos diante da análise circunscrita às transformações empreendidas pelos de cima, na direção da produção moderna, sem que se alterem as relações personalistas e patrimoniais entre as classes envolvidas, caracterizadas pela solidariedade e pelo paternalismo. Aos burgueses rurais e agroindustriais não correspondem, nessa visão, trabalhadores com qualquer identidade definida. As lutas sociais e políticas que AZEVEDO chega a destacar são aquelas que opõem industriais e bangüeseiros, ou fornecedores e usinas, isto é, entre os antigos senhores em decadência e os proprietários do capital moderno, ou ainda entre a “classe média”, ameaçada pela concentração de capitais no campo, e os usineiros que personificam a concentração.

Outro olhar se dirige para a sociedade agrária e as relações de dominação entre as classes sociais rurais, mas com o objetivo de compreender, a partir delas, a transição para a organização industrial, bem como as relações entre burgueses e operários no Brasil. São os estudos que fundamentam as análises a respeito das atitudes operárias e as práticas da administração empresarial, como os produzidos por RODRIGUES e, em particular, BRANDÃO LOPES¹².

Este último, em pesquisa realizada em 1958 em duas comunidades da zona da Mata mineira, pretendia analisar a quebra das relações patrimonialistas de trabalho em cidades industriais, como parte do processo global de desintegração da ordem tradicional no Brasil. Buscava mostrar, sobretudo, a permanência das relações tradicionais nas áreas industrializadas nos casos concretos analisados¹³.

Como destaca LEITE LOPES, é justamente o fato de inserir-se na tradição dos “estudos de comunidade” que constitui a força da sociologia do trabalho

¹² RODRIGUES, L. M. *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
BRANDÃO Lopes, J. R. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1967.

¹³ Idem, p. 12.

produzida por BRANDÃO nesta obra, junto à busca de um certo fio condutor que orienta teoricamente o recorte das relações encontradas em comunidades. Esse fio é, porém, sua força e sua fraqueza: BRANDÃO se apóia em categorias montadas a partir dos tipos ideais weberianos de autoridade e de dominação, através dos quais estuda o funcionamento da autoridade tradicional caracterizada pela pessoalização das relações, que constituiria a base da dominação patrimonialista, em que a administração é tratada como coisa particular do senhor. Esse tipo de relação estaria em oposição à autoridade legal, decorrente de um sistema de normas gerais que permite a previsibilidade, impessoalidade e racionalização burocrática no funcionamento das empresas capitalistas¹⁴.

Para ele, ainda que haja trabalho livre e vínculos monetários nas relações de trabalho no Brasil republicano e pós-abolição, a manutenção da grande propriedade é responsável pela permanência de um *modus vivendi* entre proprietário de terras e trabalhador rural, que se desvia muito pouco das condições rurais vividas anteriormente. Apoiando-se no estudo de STEIN sobre a sociedade do café no Vale do Paraíba¹⁵, BRANDÃO LOPES afirma que as relações de trabalho vividas pelo trabalhador rural são baseadas no contrato verbal, sem limitação de jornada ou determinação de prazos para o cumprimento das tarefas, por parte de parceiros ou colonos assalariados, moradores nas fazendas.

Essa caracterização do mundo agrário, que insiste na dicotomia tradicional-moderno, expressa em várias oposições duais como patrimonialismo X burocracia, tradicional X racional legal, deixa de lado uma série de indicações contidas nos materiais de referência ou nos dados empíricos levantados. Elas apontam para um processo concreto de subordinação do trabalho, que não pode ser diretamente derivado dos traços formais previstos na tipologia weberiana. Por exemplo, o papel desempenhado pela família operária, com suas hierarquias internas e modelos de autoridade, que justificam a penalização das mulheres e dos direitos do trabalho, ou a subordinação à autoridade masculina no processo de trabalho, como destaca ALVIM¹⁶. Ou, ainda, o papel da cessão da moradia na manutenção das formas de subordinação da família operária, renovando-se através de gerações, desde quando os camponeses migram em definitivo para as cidades.

¹⁴ Idem, p. 15-18.

¹⁵ STEIN, Stanley, *op. cit.*, p. 27-28.

¹⁶ ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Família e operários de origem camponesa: uma leitura da crise do Brasil arcaico in LEITE LOPES, J. S. (org.). *Cultura e Identidade Operária, op. cit.*

Na própria vida rural, já destacamos a lógica capitalista que rege o emprego do grupo familiar de colonos, quando se utiliza a emulação do grupo e o interesse em cumprir determinada tarefa mais rapidamente, como forma de preservar mais tempo para o trabalho autônomo em sua própria roça. O trabalho familiar funciona como um processo de pressão coletiva para o cumprimento mais produtivo de tarefas no processo de trabalho, sem a exigência do controle de apontadores ou feitores.

Em estudos mais recentes, evidenciou-se todo um movimento de mobilização dos proprietários rurais no sentido de estabelecer relações de trabalho previstas num arcabouço jurídico que inclui mecanismos de controle legal, mas também práticas políticas e culturais que permitissem subordinar, sob formas novas, o trabalho rural no período pós-abolição (ver cap. 1, item 3). Mesmo na zona da Mata mineira, uma pesquisa recente, utilizando fontes cartoriais na investigação dos contratos de parceria na economia cafeeira, demonstra que se estipulavam de forma clara e legalmente instituídas as relações de trabalho entre proprietários de terras e trabalhadores contratados¹⁷.

Em oposição ao trabalho citado de QUEIROZ, viu-se como esses proprietários se organizaram em instituições destinadas à defesa de seus interesses de classe, desde o início deste século, para fazer frente às greves de colonos empregados na economia cafeeira, como mostram os documentos arrolados por PINHEIRO e HALL¹⁸.

Portanto, apenas a pressão de um esquema teórico pré-estabelecido ao qual se procura ajustar o objeto construído através da pesquisa, da mesma forma que a idéia de uma debilidade constitutiva da classe operária em formação e também da burguesia que a domina justifica o teor das “descobertas” sobre as atitudes dessas classes. Como aponta ALVIM, a análise de BRANDÃO na verdade não consegue articular a origem rural com a particularidade desta população operária. Não porque inexistam dados coletados, mas porque busca na sua origem rural seu “*caráter tradicional*” e sua submissão às relações sociais tradicionais patrimonialistas.

Examinando o mesmo texto, LETTE LOPES comenta como o pesquisador da classe operária não consegue perceber que se depara com uma forma específica de dominação do capital, que se exerce sobre o processo de produção e sobre a

¹⁷ GONTIJO, R. M. *Op. cit.*

¹⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil. Documentos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, p. 118-127.

reprodução do operário por intermédio do controle da moradia, à medida que enxerga tais formas como deformações do processo de racionalização administrativa da empresa, ajustadas às tradições patrimoniais. Para BRANDÃO, apoiando-se em STEIN, fornecer casas aos empregados tornou-se natural numa sociedade em que a fazenda e a colônia eram onipresentes¹⁹.

Da mesma forma, ao enfatizar a natureza “pessoal” das relações de trabalho na fábrica, BRANDÃO deixa passar indícios que evidenciam a forma específica do conflito enraizado nas condições da vida cotidiana dos operários, e desloca toda possibilidade do conflito trabalho X capital para o âmbito da instituição sindical. De forma semelhante às generalizações produzidas por QUEIROZ, ao tratar da onipresença da solidariedade vertical e da dificuldade de camponeses e operários brasileiros construírem sua identidade e solidariedade de classe, BRANDÃO termina destacando a produção do consenso numa situação que expressa o conflito.

Para finalizar, tais abordagens sugerem ainda duas questões a serem tratadas, além da desqualificação dos trabalhadores a partir de sua experiência do mundo rural. Primeiro, a possibilidade de se construir uma periodização na formação da classe operária, que pode localizar semelhanças em sua formação e transformações no campo e na cidade. O controle sobre a moradia, assim como a emergência de certas lutas ligadas às condições de vida e trabalho são indícios de traços comuns, como também o papel das relações paternas transformadas pelas exigências da acumulação capitalista.

PAOLI, fazendo a crítica da versão da história que propõe que *“tudo começou em 30 por obra e graça do Estado”*, pretende contar a história de outro jeito, destacando

“...as transformações reais das práticas operárias fragmentadas, sobretudo a partir dos anos 20, onde fica visível o limite da negociação direta com os patrões e o desdobramento inevitável das reivindicações fabris para uma luta mais abrangente, como por exemplo a luta para que o direito de associação exista como interlocução e diálogo real”²⁰.

¹⁹ LEITE LOPES J. S. *Op. cit.*, p. 157.

²⁰ PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira in LEITE LOPES, J. S. (org.). *Cultura e Identidade Operária. Op. cit.*, p. 64.

Diferentemente da abordagem usual, PAOLI não propõe o espaço fabril como o lugar da fraqueza da classe e, sim, o contrário. É nele que se enraíza a experiência vivida da classe, que cabe tornar visível e pública nas suas condições de trabalho e de vida²¹.

Se comparada à realidade exposta pelas lutas sociais no campo brasileiro dos anos 40 aos 60, chama a atenção a similitude de processos e objetos de luta nas áreas de ponta da economia rural: as fazendas de café, de cana, de algodão, de cacau, onde se registram, por fazenda mas, em alguns casos, por região, as greves assentadas nas condições de vida e trabalho dos assalariados rurais. MEDEIROS registrou em 1949 cinco greves, na Bahia, Ceará e São Paulo, em torno de aumento salarial, salários atrasados e sistema de medição do produto. Em 1950, foram uma na Bahia e dez em São Paulo, envolvendo colonos, camponeses, camaradas, em torno de aumento salarial, repouso remunerado, aplicação de contrato já negociado e “greves de advertência”. Em 1951, os levantamentos da autora registram 16 greves, duas em 1952; três em 1953; treze em 1954; duas em 55; dez em 56; duas em 57 e uma em 1959²².

Ao relacionar o surgimento de 27 greves em 1951, mostra que giravam em torno do pagamento de férias; pagamento de atrasados; aumento nos contratos, nos ordenados; melhora nos contratos; contra o repasse gratuito do café; aumento no preço das colheitas; contra perseguições; direito de colher primeiro os mantimentos; aumento no preço da carpa; pela guarda de dia santo; contra o trabalho no sábado; pelo direito de usar varas na colheita.

Sintetizando os móveis das lutas no final dos anos 40 e anos 50, MEDEIROS enumera a carteira profissional, jornada de oito horas, pagamento de horas extras, férias remuneradas, salário mínimo, proibição de descontos (especialmente o da morada), pagamento em dinheiro e não em gêneros, descanso semanal remunerado, liberdade de organização. Os registros mais numerosos eram de São Paulo, mas as greves se estendiam pela Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio, Minas Gerais e Paraná.

É preciso assinalar o fato de que essa autora pesquisou a imprensa de esquerda ou ligada ao Partido Comunista, examinando os jornais Voz Operária e Terra Livre, além da Imprensa Popular. Certamente que levantamentos em relatórios de empresas rurais e agroindustriais, arquivos de associações patronais e

²¹ Idem, p. 97.

²² MEDEIROS, Leonilde V. *Op. cit.*, cap. 1.

memórias de trabalhadores rurais produziram novas evidências da extensão desses movimentos nas fazendas, antes da generalização dos sindicatos rurais, antes de qualquer legislação específica para o trabalho rural e antes da “modernização” subsequente ao golpe militar.

Nesse sentido, a constituição da classe operária no campo, a partir dos espaços de trabalho e em torno dos direitos públicos, faz-se de forma semelhante àquela registrada por PAOLI sobre os trabalhadores do setor têxtil, entre os anos 30 e 40. Da mesma forma que então, não são as leis do trabalho ou a instituição dos sindicatos que criam o movimento e a consciência de classe mas o contrário. E também no campo, as lutas vão anteceder, em mais de uma década, a adoção final da legislação referente ao trabalho rural.

Esses indícios permaneceram obscurecidos pela ênfase na dominação patrimonial e no paternalismo das relações sociais constituídas no campo, e também por generalizações pouco calçadas na pesquisa empírica. Como apontou THOMPSON ao analisar as relações entre a *gentry* e a plebe na sociedade inglesa do século XVII, o termo paternalismo, descritivo e impreciso, tende a oferecer um modelo de ordem social visto de cima, que confunde o real com o ideal²³. Mas, apesar do pouco valor que lhe tributa, THOMPSON sugere que o paternalismo pode ser uma componente profundamente importante em certas sociedades, entre as quais destaca a Rússia czarista, o Japão Meiji ou certas sociedades escravistas, onde seria parte importante da ideologia e da mediação institucional nas relações sociais.

Ao analisar a sociedade utilizando esse instrumento conceitual, procurou destacar aqueles elementos que já demonstravam a profunda transformação em curso, que impedia que fosse analisada genericamente como patriarcal: a expansão da mão-de-obra livre e as relações sociais e políticas mediadas pelo dinheiro. Destacou o fato de que a estratégia paternal de hegemonia se apoiava numa relação de reciprocidade entre a *gentry* e a plebe, e que a existência de certas formas de lealdade vertical não significava a permanência de um consenso com os dominantes.

Na situação específica que vimos examinando, pensamos ser necessário perceber, à luz dessas indicações teóricas e metodológicas, como os elementos do paternalismo vão sendo redefinidos pelas exigências da subordinação do trabalho

²³ THOMPSON, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Op. cit., p. 19-20.

rural nas plantações capitalistas e pelas pressões dos movimentos e resistências cotidianas dos trabalhadores. Nesse sentido, certos meios de subordinação (como a moradia ou a exclusão dos direitos do trabalho) passam a funcionar não apenas como meios de dominação, mas como objeto e campo de lutas concretas, até sua redefinição pela ruptura final das relações em que se assentavam, na virada dos anos 50-60.

Nos próximos itens examinaremos algumas dessas dimensões, percebidas nas relações de poder que se configuraram na região de Visconde do Rio Branco, no período abrangido por esta pesquisa. Destacamos três delas: a representação popular da lei e do direito, na qual se busca o reconhecimento do trabalhador na ordem burguesa e a configuração dessas relações no mundo público, o lugar da religião como instrumento de domesticação e seu deslocamento até o discurso de contestação construído dentro do universo religioso. E, finalmente, a relação entre os trabalhadores rurais e as instituições políticas, como partidos e sindicatos, através dos quais são demarcados certos espaços para sua presença e reconhecimento na vida pública.

3.2 - Entre o direito e a lei: um campo de lutas

Ao investigar a aplicação da pena de morte aos agricultores ingleses no século XVIII, E.P.THOMPSON demonstra como a lei e o direito se constituíram num complexo campo de lutas, de forma que não se poderia reduzi-los às *"funções classistas e mistificadoras da lei"*, ou à mera superestrutura determinada pela dominação de classe na sociedade liberal em processo de constituição²⁴.

Na situação específica da Inglaterra dos séculos XVI e XVII, em que se entrelaçavam as lutas pela propriedade e o poder, *"...a lei fora menos um instrumento de poder de classe do que uma arena central de conflito"*²⁵. Muitas vezes, o que estava em questão não era a propriedade, defendida pela lei contra a não-propriedade, mas as outras definições dos direitos de propriedade. Em torno delas, segundo THOMPSON, os dominados lutaram pelos seus direitos conforme lhes permitissem as brechas entrevistas que nos meios legais e os recursos materiais.

²⁴ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. São Paulo, Paz e Terra, 1987, p. 350.

²⁵ *Idem*, p. 355.

Também desenvolveram um senso de transgressão legal, que lhes possibilitava reconhecer a ilegitimidade de determinadas práticas dentro da ordem instituída.

Assim, o projeto da lei como defesa dos grandes contra o poder arbitrário, transformado numa apologia da propriedade frente aos despossuídos, criara raízes “*num solo mesmo que raso de realidade*”²⁶. Nela se inscreviam também os pequenos direitos de propriedade e uso agrários, cuja definição seria inconcebível sem as formas da lei, e que constituíram a base de muitos conflitos jurídicos, através dos quais os pequenos agricultores tentavam garantir sua sobrevivência e visibilidade jurídica nessa ordem social e política.

Nesse contexto, após reconhecer que a lei realmente mediava relações de classe em proveito dos dominantes, THOMPSON afirma a diferença entre a vigência de um poder arbitrário e o domínio da lei, dizendo que se buscavam restrições efetivas ao poder e defesa do cidadão frente às suas pretensões de total intromissão, que constituíam, afinal, “*um bem humano incondicional*”²⁷.

A percepção dessa diferença e a tentativa continua dos trabalhadores rurais de afirmá-la muitas vezes estiveram distantes das abordagens da maioria dos analistas brasileiros sobre a questão do trabalho no campo. Os que se debruçaram sobre o arcabouço legal construído no país para assegurar a dominação de classes no campo incorreram, geralmente, em vários dos reducionismos apontados por THOMPSON nos autores europeus. Por vezes, o exame dos dispositivos legais (ou de sua ausência) foi feito através de uma extensa cronologia de medidas, que vai da transição para o trabalho livre até meados dos anos 80 do século XX, tomando-as como uma sucessão de procedimentos explicados pelas mudanças estruturais na economia e no Estado²⁸.

Nessa perspectiva, são arrolados procedimentos legais desde o século XIX, tendo como fonte os próprios dispositivos legais ou as considerações de

²⁶ Idem, p. 351

²⁷ Idem, p. 357.

²⁸ É o caso, por exemplo, do trabalho de MORAES, Sonia H.N.G. *Notas Sobre a Legislação Fundiária e a Legislação do Trabalho Rural no Brasil*. Texto para discussão 17, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1982, que faz um levantamento da legislação agrária brasileira, entendendo que “...a análise da legislação tem a função de permitir estudos e avaliações mais concretas de lutas sociais e políticas, ajustes, pactos e contradições na evolução do desenvolvimento agrário do país. O processo de decisões políticas do Estado, via norma legal, incluindo os avanços e recuos da lei, pode mostrar claramente o dirigismo estatal, as respostas às pressões das classes, trazendo várias consequências para a estrutura agrária, à questão da terra e do trabalho rural mais especificamente” (p. IV).

determinados juristas a respeito de sua consistência, sentido e efetividade. A essa relação de dispositivos jurídicos, acrescentam-se comentários analíticos sobre o estágio do capitalismo no campo e no país, sobre a instituição do corporativismo estadonovista ou, ainda, o impacto político das lutas sociais no pré-64 ou nos anos 80.

Perdem-se, aí, dois aspectos essenciais. Primeiro, a relação de dominação entre capital e trabalho que vai sendo construída e redefinida através de suas tensões e conflitos a cada etapa dos confrontos cotidianos e das lutas sociais no universo do trabalho, da qual a lei é instrumento constituinte e expressão. Depois as similaridades entre o processo agrário e o industrial, que, como já apontamos em outras passagens deste texto, refletem-se na busca dos direitos trabalhistas desde as primeiras décadas do século, por parte dos trabalhadores rurais. Isto é, a expressão jurídica das lutas e o mundo real do trabalho cedem lugar à positividade das inexoráveis determinações estruturais.

Uma variante dessa perspectiva reducionista pode ser reconhecida no intenso debate travado nos anos 70 sobre a expansão da classe operária no campo, como resultante da transformação capitalista das estruturas de produção, gerando a figura do “bóia fria”, emblema de nossa modernidade rural. Entre os debatedores havia os que apontavam as relações de produção e propriedade transformadas como responsáveis pelo surgimento de tal figura, e aqueles que viam no universo político, e particularmente no advento do Estatuto do Trabalhador Rural (garantindo direitos nunca previstos para os moradores nas fazendas), a explicação para a proliferação desses trabalhadores. Em diversas abordagens, a lei era entendida como um epifenômeno, cuja explicação última se encontrava nas necessidades do capital ou nas manipulações de um estado populista²⁹.

Neste caso, perdia-se toda a dimensão da crise de uma hegemonia apoiada na dominação privada sobre o trabalho, que os trabalhadores rurais vinham contestando, ao exigir a extensão dos direitos do trabalho industrial ao campo. Além disso, as mudanças havidas no trabalho rompiam com os processos usuais de subordinação. Nessa perspectiva de análise, ficavam obscurecidos os efeitos

²⁹ Conforme D'INCAO, Maria de Conceição. *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. São Paulo, Vozes, 1973; GONZALEZ, Elvio e BASTOS, Maria Inês. O Trabalho volante na agricultura brasileira in PINSKY, J. (org.). *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo, Hucitec, 1977; BRANT, Vinícius. Do colono ao bóia-fria in *Estudos CEBRAP* nº 19, 1977; STOLCKE, Verena. *Caféicultura. Homens, Mulheres, Capital*. São Paulo, Brasiliense, 1986, entre outros.

legitimadores presentes nas representações jurídicas, mas também aqueles que contestavam a ordem social e política. Perdiam-se, enfim, a formação da classe operária rural real e os elementos reais que compõem seu universo político³⁰

Finalmente, pode-se apontar outra forma de redução do sentido da lei e da luta pelos direitos, presente na bibliografia brasileira sobre os trabalhadores rurais: aquela que pretende fazer a crítica do sindicalismo corporativista no campo e que, apoiada numa crítica política de certas práticas sindicais enraizadas no período getulista, acaba reduzindo a luta pelo direito do trabalho ao terreno circunscrito pelo Estado, sem perceber as demais dimensões nela implícitas³¹.

Também nesse caso, o direito é examinado sob uma perspectiva instrumental, e fica evidente o não entendimento da lei como expressão da busca de reconhecimento das classes populares em face da estrutura política instituída, bem como de sua inserção no mundo dos direitos previstos pelo Estado moderno, fosse ele liberal ou corporativista, como no caso brasileiro. Em certas circunstâncias, isso torna-se "*um bem humano incondicional*" para essas classes sociais, conforme a expressão usada por THOMPSON.

Do ponto de vista do trabalhador comum, trata-se de reconhecer seu "*direito a ter direitos*". Isto é, nas múltiplas falas e atitudes que encontramos no campo a respeito do recurso aos tribunais do trabalho, e no enunciado das lutas sociais afirmando as limitações a serem impostas legalmente à exploração, trata-se da fala que expressa os elementos mais comezinhos do ideal de relações civis no mundo burguês. Aqui, é mais que evidente a similitude com a situação inglesa examinada por THOMPSON: contra o poder que invade todos os domínios, contra o poder privado do proprietário sobre o trabalho rural, é exigido um patamar mínimo de impessoalidade da lei, junto com a noção básica de igualdade que subjaz qualquer sentido de cidadania.

No campo, esse desejo está expresso desde os anos 30, mas muitos só viram nele a vontade de submeter-se à nova ordem paternal do sistema corporativo. E

³⁰ LAMOUNIER, M. L., tratando da Lei de Locação de Serviços de 1879, lembra que "...a hegemonia de alguns grupos sobre o conjunto da sociedade pressupõe, para se efetivar, um nível de legitimação juridicamente fundada". Sua pesquisa apoia-se nas análises de Raymond WILLIAMS sobre a hegemonia como "...um sistema vivido de significados e valores, experimentados como práticas, e sentidos ativamente". Conforme *Da Escravidão ao Trabalho Livre*. Campinas, Papyrus, 1988, p. 17.

³¹ Por exemplo, RIBEIRO, Ana M. Motta. *Passeio de Beija-Flor: a Luta do Sindicato Pela Garantia Legal da Representação dos Canavieiros Fluminenses*. Tese de Mestrado, UFRRJ, 1987, cap. II.

também não perceberam os sinais de uma nova questão que esses projetos apontavam: se estavam tão dominados pela ordem paternal pós-escravidão, de onde os trabalhadores rurais tiravam tais representações de igualdade e afirmação do trabalho, tão semelhantes às dos operários urbano-industriais?

O que fica eclipsado é o que a análise circunscrita ao interior das correntes sindicais não permite visualizar: as práticas e representações efetivas dos representados não podem simplesmente ser condenadas em nome da "*verdadeira consciência de classe*" e das conveniências da estratégia política mais ampla. Estamos, de fato, no terreno concreto da luta cotidiana pela alteração das margens de dominação econômica e política sobre o trabalho, e como o homem comum a percebe enquanto luta cotidiana pelo seu direito e reconhecimento. Essa luta não é criação dos sindicatos, partidos políticos ou organizações de qualquer tipo: ela pré-existe a eles e, nos momentos em que a organização política é impedida pela repressão, subsiste como fronteira da resistência possível, como ocorrerá durante os anos 60-70, na vigência do regime militar.

Todo o período de cerca de cem anos que sucede a instituição do trabalho livre no Brasil, até os dias atuais, é marcado por este conflito entre a demarcação de um espaço público de reconhecimento do trabalhador rural e sua imersão completa no domínio privado. Não cremos que esse conflito seja expressão da modernização recente: ele aparece, por exemplo, na queima dos cartórios que guardavam os registros de propriedade sobre os escravos no período pós-abolição, e de cujos exemplos a zona da Mata mineira é pródiga³². Tratava-se, então, da combinação do antigo direito de propriedade com as novas obrigações paternas construídas dentro da ordem escravista desde o século anterior, como estratégia de hegemonia em face da crise do escravismo³³. Esses documentos eram a limitação efetiva da liberdade de circulação do liberto, se já não sujeito pelo escravismo, preso então pelos laços pessoais a um ex-senhor, com quem teria dívidas morais sancionadas pelo paternalismo.

A luta pela instituição e efetivação dos direitos dos trabalhadores rurais é constante, mas também a luta contra a lei instituída, como instrumento de domínio e limite à afirmação política das classes populares. Durante todo esse período

³² JOSÉ, Oíliam. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1962.

³³ A este respeito, ver a abordagem de GENOVESE, Eugene, *op. cit.*, cap. 1, tratando da experiência norte-americana.

histórico estamos diante daquilo que HOBBS genialmente pronunciava, no capítulo 14 do *Leviatã*, ao discutir a cessão do direito natural ao Estado, base do contrato liberal:

“Pois o direito consiste na liberdade de fazer ou de omitir, ao passo que a lei determina ou obriga a uma dessas duas coisas. De modo que a lei e o direito se distinguem tanto como a obrigação e a liberdade, as quais são incompatíveis quando se referem à mesma matéria”³⁴.

Ou, vendo de outra forma, segundo o ângulo apontado por CASTORIADIS ao distinguir a política como produção de novas significações ao longo do tempo, do poder político instituído, que tenta justamente estabelecer um padrão de fixidez, de controle do próprio evoluir da história. Trata-se da tensão entre a força instituinte do social histórico e a tentativa de controlá-la pelas formas histórico-sociais instituídas, entre o lugar da política, como “...coisa redobradamente contingente” e produto da autonomia³⁵, e o Estado, portador da heteronomia e da dominação.

Num certo sentido, estamos diante da mesma questão posta para os trabalhadores urbano-industriais brasileiros, com uma diferença: para a maior parte do trabalho rural, nem a inclusão no universo da obrigação legal se concretiza. Eles lutam então por sua inclusão nas leis, mas ao mesmo tempo contra elas, porque já servem para enquadrá-los e domesticar seus instrumentos de organização.

A bibliografia sobre o assunto aponta diversas confluências entre as duas situações. Em MUNAKATA³⁶, por exemplo, vamos encontrar uma série de observações a respeito da experiência dos trabalhadores brasileiros e sobre a edição da legislação trabalhista que podem ser estendidas ao campo e confrontadas às lutas sociais dos trabalhadores rurais. Da mesma forma, quanto às concepções reguladoras dos conflitos que surgem entre o patronato rural e os teóricos nos anos 20 e 30 deste século.

Esse autor aborda a teoria corporativista como remédio técnico para o caos da sociedade moderna, cujos pressupostos advinham das concepções durkheimiana e positivista acerca da divisão social do trabalho. Formulações políticas partidas de

³⁴ HOBBS, Thomas S. *O Leviatã*. São Paulo, Abril, Coleção Os Pensadores, 1979, p. 78.

³⁵ BRUM TORRES, J. C. História e política em Castoriadis in *A Criação Histórica*. Porto Alegre, artes e Ofícios, 1992, p. 61.

³⁶ MUNAKATA, K. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

técnicos especializados, isentos e competentes, em defesa da estrutura corporativista e não da representação burguesa clássica ou do enfrentamento no mercado, teriam por objetivo a busca da harmonia social, em lugar das tensões de classe³⁷. Como veremos adiante, neste contexto também se inserem determinados estatutos legais instituídos para o trabalhador das grandes lavouras - como o Estatuto da Lavoura Canavieira - e as determinações que prescrevem, tanto para as relações entre as facções do capital agrário-industrial, como para as relações entre os usineiros e seus operários agrícolas, na época moradores dos canaviais.

Quanto aos sindicatos e aos objetivos implícitos no seu reconhecimento dentro da legislação, tratava-se de buscar também a introdução de um ente coletivo reconhecido, que permitisse aos rurais transitar pelo mundo público e que extrapolasse o limite das fazendas em que sua vida se encerrava.

Neste caso, é interessante observar o que RIBEIRO³⁸ aponta a partir de suas pesquisas sobre o mais antigo sindicato de trabalhadores rurais brasileiro, justamente o da região canavieira de Campos, no Rio de Janeiro, criado em 1932. Sua instituição e reconhecimento se fez exatamente dentro da subordinação prevista pela lei, vinculando a ação sindical e política aos projetos do antigo PTB e às táticas conduzidas pelo PCB no período getulista. Aqui, é perfeitamente claro o sentido da afirmação de MUNAKATA, de que “...a legislação trabalhista carrega as marcas das lutas operárias ...mas também as de sua derrota”³⁹.

Pode-se eleger três grandes cortes no interior do período que vai dos anos que antecedem a abolição até os atuais anos 90, conforme muda a expressão jurídica das relações sociais e de trabalho no campo nas regiões em que vigora a economia agrícola mais desenvolvida das grandes plantações:

- do final da década de 1870 até os anos 20 do século XX;
- dos anos 30 ao início da década de 60;
- dos anos 60 aos dias atuais.

A primeira fase tem como marco referencial a lei de locação de serviços de 1878, que girava em torno do estabelecimento de um determinado sistema de

³⁷ Idem, p. 67 e segs.

³⁸ *Op. cit.*

³⁹ *op. Cit.*; p. 105.

trabalho livre, sua organização e seu controle, vinculando aí duas questões: a disponibilidade ou escassez dos trabalhadores nacionais e sua disposição ou não ao trabalho⁴⁰. As condições de trabalho em vigor nessas áreas deram origem a sucessivos conflitos que levaram à edição do decreto nº 979, de 06/01/1903, dispondo sobre a sindicalização rural. Nele se facultava a trabalhadores da agricultura e da indústria organizarem-se em defesa de seus interesses, prevendo liberdade sindical num contexto de intensa reclamação dos imigrantes em face aos maus tratos a que eram submetidos⁴¹.

Ainda que nenhuma associação deste tipo tivesse se organizado com base nessa lei, é significativo que no ano de sua regulamentação - 1907 - surgisse novo decreto regulamentando duas leis anteriores, de 1904 e 1906, referentes às dívidas provenientes de salários de trabalhadores agrícolas, enquadrando entre os operários agrícolas os "*jornaleiros, colonos, empreiteiros, carreiros, carroceiros, maquinistas, foguistas e outros empregados no prédio rural*"⁴². Na mesma direção, surgira em São Paulo o Patronato Agrícola, instituído pela lei estadual nº 1.299-A, de 27/12/1911, por meio do qual se pretendia "*...resolver, por meios suasórios, quaisquer dívidas que porventura surjam entre operários agrícolas e seus patrões*"⁴³.

A lei vinha consagrar a idéia de contrato livre entre as partes, responder à intensidade dos conflitos que surgiam na cafeicultura e fornecer a legitimação da relação entre as classes, constituídas por fazendeiros contratantes de trabalho livre e trabalhadores rurais, em suas diferentes formas de assalariamento.

Também o Código Civil de 1916, ao tratar em alguns artigos da regulamentação do arrendamento, da parceria e da locação de serviços, parte da premissa da igualdade entre os contratantes, e reafirma os princípios liberais e privatistas da Constituição de 1891, estipulando prazos de contrato que assegurassem o recebimento de aluguéis pela propriedade arrendada, ou locação de trabalho que garantisse a liberdade do trabalhador.

Em 1922 foram criados, também em São Paulo, Tribunais Rurais em cada comarca, cuja atribuição era conhecer e julgar questões até o valor de quinhentos mil reis (500\$000), decorrentes de ações relativas a contratos de locação de serviços

⁴⁰ LAMOUNIER, M. L. *Op. cit.*,: 19.

⁴¹ MORAES, S.H. N. G. *Op. cit.*,: 5.

⁴² *Idem*, p. 7.

⁴³ *Idem*.

agricolas. Como observa MORAES, as dificuldades do reclamante, o operário agrícola citado, para apresentar-se ao Tribunal e garantir a citação do reclamado por parte do oficial de justiça, além da rejeição explícita dos fazendeiros, tornaram inoperante tal legislação, da mesma forma que a lei nº 3.720 de 15/01/1919.

O arcabouço jurídico que acompanhava a idéia de contrato livre entre as partes nessas regiões de agricultura em transformação, em fins do século XIX e início do XX, expressava tanto a emergência de tensões e lutas abertas, quanto o suposto liberal e autoritário de que capital e trabalho se encontrariam livremente no mercado, sem a interferência de entes coletivos ou instâncias políticas ou jurídicas que regulassem a relação entre as partes. A presença da organização sindical, de resto inexistente como se viu, era admitida apenas em sentido negativo, isto é, num contexto de reclamações por maus tratos ou dívidas salariais flagrantes, comum naquela época.

Os primeiros esboços de intervenção do Estado na questão do trabalho surgem em São Paulo, em 1911, com a criação do Departamento Estadual do Trabalho (DET), reunindo vários órgãos ligados à imigração de trabalhadores rurais, na perspectiva de tratá-los não como problemas específicos do trabalho rural, mas demandando soluções globais que abrangiam o conhecimento do mercado de trabalho, o custo de vida, salários e acidentes de trabalho, além da divulgação da legislação trabalhista de outros países. O DET antecipa, portanto, funções que serão assumidas pelo Estado já no bojo dos deslocamentos e rearranjos dos postulados liberais que caracterizam os anos 10 e 20, no Brasil e em outros países⁴⁴.

Na segunda fase, a partir dos anos 20, o Congresso Nacional terá a competência privativa de legislar sobre o trabalho, e os deslocamentos no liberalismo levarão à edição da Lei Eloy Chaves, de 1923, criando as Caixas de Aposentadoria e Pensões, modelo do futuro sistema previdenciário nacional. Como foi visto nos relatórios da usina, citados no Capítulo 2, a existência de caixas e formas de pecúlio se evidencia também no campo, como demonstra o relatório da *Sucrière* Rio Branco de 1931.

A instituição de um ordenamento corporativo no campo vai-se dar com o ELC em 1941, no qual os contratos de trabalho e as exigências-padrão ao trabalhador canavieiro serão estipuladas. Esse estatuto legal enfatiza a necessidade

⁴⁴ MUNAKATA, K., *op. cit.*, 32.

de criar laços de solidariedade, harmonia e colaboração, sobretudo por ter em vista o medo à polarização social, enquanto se inspira numa concepção de igualdade jeffersoniana de defesa da pequena propriedade rural.

O mesmo argumento de “assegurar o império da moralidade, da solidariedade e da racionalidade” sublinhado por MUNAKATA⁴⁵, poderá ser vislumbrado nas páginas do ELC, resultado do mesmo empenho intelectual e político de ordenar e prever os desdobramentos do conflito social no mundo do trabalho, configurado nas usinas canavieiras.

No campo, como apontou MORAES, as políticas para o trabalho foram delineadas a partir de intervenções setoriais, das quais derivaram os institutos (como o IAA e o IBC), que se propunham a regular a produção, com reflexos nas relações de trabalho do setor⁴⁶. No caso do ELC, distinguem-se claramente os trabalhadores por salário e os empreiteiros por tarefa, dos fornecedores das usinas, sendo prevista no artigo 90 a fixação do salário mínimo para os primeiros. Mais adiante, o decreto-lei 6.969 de 19/10/1944 estabeleceu o direito ao sítio após um ano de serviço, concedendo “...a título gratuito, uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência de sua família”, origem da chamada Lei dos 2 Hectares, de 1965.

Em 1943, a CLT passou a regular o salário mínimo para os rurais, o direito a férias anuais remuneradas e ao aviso prévio, definindo normas gerais sobre remuneração e contrato individual de trabalho⁴⁷. A essa altura, o trabalho rural era regulamentado pelo Código Civil, por normas estatuídas no ELC e por alguns capítulos da CLT. A concepção corporativa das relações de trabalho ainda não se tornara tão abrangente para os rurais quanto para o trabalho urbano-industrial, mas já eram previstos determinados dispositivos na mesma direção.

As dificuldades para a organização e generalização das lutas sociais dos anos 20 aos 50 eram evidentes. Ainda assim, elas aconteciam no interior das fazendas, como as greves reivindicando a efetivação dos “direitos” previstos para os urbanos e industriais e, em certos casos, para o campo.

A organização sindical era dificultada pela peculiar relação de dominação e pelo controle privado dos patrões sobre o que se passava nos campos. Em 1932

⁴⁵ Idem, p. 69.

⁴⁶ MORAES, Sônia H.N.G. *op. cit.*, 31.

⁴⁷ Idem, p. 34-35.

conseguiu-se fundar o primeiro sindicato de trabalhadores rurais brasileiro, na região de Campos, após várias tentativas em municípios paulistas. RIBEIRO afirma que as bandeiras de luta dos trabalhadores rurais daquela região fluminense eram as mesmas dos operários urbanos: férias, jornada de oito horas de trabalho e aposentadoria, utilizando-se o mesmo instrumento legal para reivindicá-las: o Código Civil e a Constituição⁴⁸.

Como se procurou mostrar em capítulo precedente, as greves nas plantações de cana, café, algodão e cacau evidenciavam a contínua presença do trabalho operário nas grandes lavouras e sua afirmação de direitos elementares, particularmente entre os anos 40 e 60, conforme foi documentado por pesquisa específica de MEDEIROS, já citada. O fato de a legislação social para o trabalho derivada das concepções que nortearam a CLT somente ter sido estendida ao trabalhador rural em 1963, fez dos anos 30/60 um período de contínua disputa em torno do enquadramento ou não destes trabalhadores nos direitos instituídos para os da indústria.

Vê-se então nitidamente a diferença entre o direito que se quer fazer prevalecer e o que a legislação reconhece. Não são apenas os “pelegos” nascentes que reivindicam a CLT no campo, ela é uma fronteira de disputa, uma vez que assegura certos mínimos, dos quais os rurais estão excluídos, da mesma forma que impõe mecanismos de controle. A própria forma da organização corporativa dos sindicatos permite que os usineiros excluam os rurais, na medida em que parte dos trabalhadores não pode ser enquadrada como empregada do setor industrial. No entanto, a tentativa de fazer valer seus direitos na brecha da lei caracteriza a ação sindical nesse momento e condiciona, evidentemente, a aceitação dessa legislação, como instrumento de construção de uma certa hegemonia política, da qual há pouco se falou.

Em 1936, em Campos, por exemplo, a reivindicação do direito às férias resulta em que se aceite a exclusão dos rurais e a passagem do sindicato à condição de Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar do Município. São excluídos mesmo os que trabalhavam na lavoura de cana em terras de fornecedores para a usina, mas não na usina, não podendo, portanto, serem enquadrados como industriários, dificultando ainda mais a obtenção dos sonhados “direitos”⁴⁹.

⁴⁸ RIBEIRO, A. M. MOTA. *Op. cit.*, 220.

⁴⁹ *Idem.*

No mesmo sentido, as usinas sempre tentaram manter subordinados os sindicatos da indústria açucareira, como se evidencia em Visconde do Rio Branco no período posterior à greve de 1958, e como o demonstra o trabalho de LEITE LOPES sobre Pernambuco⁵⁰. Com a edição do ETR, essas práticas não desapareceram, mostrando a permanente dificuldade política de uma base sindical cindida, apesar de unificada pelo caráter agroindustrial da empresa (ver a seguir, item 3.5).

O início do terceiro período é caracterizado pela ruptura política e econômica com as formas privadas de dominação sobre o trabalho, no final dos anos 50, quando a mudança na forma de extração do sobretabalho (da diária para a tarefa) provoca o protesto generalizado dos assalariados e a multiplicação das greves de resistência (ver capítulo 2, item 2). A multiplicação das lutas sociais, a politização dos campos e a expansão das lutas pela redistribuição da propriedade levam finalmente à legislação trabalhista ao campo em 1963.

Conforme MORAES, "...trata-se do fruto quase direto do espírito da revolução de 1930", segundo palavras do autor da proposta, deputado Fernando Ferrari, do PTB do Rio Grande do Sul. "Tratava-se de atender ao meio rural da mesma maneira como se cuidou das cidades"⁵¹. A estrutura do ETR reproduzia, praticamente de forma literal, os dispositivos da CLT. Portanto, não apenas conteúdo e forma das duas legislações se assemelham, mas os contextos políticos em que são editadas uma e outra, quando ocorria a generalização das lutas dos trabalhadores e se abria a possibilidade de que eles passassem a controlar o mercado e as condições de trabalho.

A edição da lei, como já foi dito, torna intolerável para os proprietários a interpelação do capital pelo trabalho na justiça, encarece o trabalho assalariado e permite reivindicações antes não asseguradas legalmente. Daí, a generalização da expulsão dos moradores e colonos e a busca de formas de trabalho ao desabrigo da lei, como os temporários e "clandestinos".

Da parte dos trabalhadores, assiste-se à ênfase ainda mais acentuada na condição de portador ou excluído dos direitos. O termo "clandestino"⁵² e a multiplicação das ações na justiça demonstram a formação de uma cultura do direito

⁵⁰ LEITE LOPES, J. S. *O Vapor do Diabo: o Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

⁵¹ MORAES, S. H. N. G. *Op. cit.*, p.58.

⁵² Cf. SIGAUD, Lígia M. *Os Clandestinos e os Direitos*. USP, tese de doutorado, 197, mimeo.

no Tribunal Regional do Trabalho, por parte dos trabalhadores. Sob burlas, pressões, dificuldades materiais de deslocamento e de defesa por advogados e juizes, ou de pressões múltiplas sobre os sindicatos, o trabalhador recorre tenazmente a uma frágil justiça do trabalho.

A cultura desse direito limitado não resulta de seu respeito na relação de trabalho, nem da presença fiscalizadora do Estado, mas da contínua afirmação dos trabalhadores como indivíduos que exigem visibilidade e cidadania, e que assinalam sua condição de classe no mundo burguês. Onde é possível, essa cultura resulta da ação sindical, mas mesmo onde eles não existem ou são inoperantes, advogados e políticos divergentes instruem os trabalhadores para ações na justiça, com base no Estatuto do Trabalhador Rural. Noutros casos esse universo novo dos direitos é experimentado a partir da migração para outras regiões do país. Mesmo sem forma orgânica definida, estamos no terreno do confronto jurídico-político com os poderes da indústria rural.

Esse confronto apóia-se na idéia da dignidade do trabalho e do trabalhador e na existência de um limite para o aviltamento das condições de trabalho e da própria relação como o patrão, num sentido muito semelhante à "*economia moral da multidão*" apontada por THOMPSON ao tratar das resistências populares da plebe inglesa no século XVIII⁵³. As falas nessa direção são muito evidentes, nas entrevistas que realizamos sobretudo com trabalhadores mais velhos que vivenciaram as relações de trabalho dos anos 50 e a profunda mudança subsequente.

Entre 1963 e 1973 assistiu-se à pulverização do conflito trabalhista no campo e à interrupção do processo de organização autônoma do trabalho rural, enquanto no plano econômico se aprofundavam, desde o final da década de 60, as condições para a transformação nas formas de produção. Isso se deu num contexto de transferência dos trabalhadores do campo para a cidade, num processo de desenraizamento do trabalhador rural, não apenas no sentido físico e geográfico, como no sentido da instabilidade e incerteza do emprego temporário.

A partir de 1973, com a introdução do FUNRURAL, começa a expandir-se o uso da carteira assinada, o que não significa o fim do trabalho temporário ou "clandestino". Todavia, nas grandes usinas a contratação ao desabrigo da lei e intermediada pelos empreiteiros vai sendo substituída pelo controle legal, como

⁵³ THOMPSON, E. P. *Tradición, Revuelta... op. cit.*

forma de evitar os recursos jurídicos e como mecanismo de controle sobre o trabalho, que permite à usina conhecer sua força de trabalho e não ficar ao sabor de uma massa de trabalhadores oscilante, em boa parte proveniente do “lumpenproletariado” regional. Adestrar o trabalho operário e disciplinar o trabalhador e sua família depende da visibilidade permanente do contingente empregado, como foi bem sublinhado pelo gerente da usina de Visconde do Rio Branco, em entrevista citada.

Em Visconde do Rio Branco, a usina institui a carteira assinada para a maioria dos trabalhadores em 1976; os levantamentos junto ao movimento sindical nas principais usinas mineiras mostram que apenas uma pequena parcela dos trabalhadores nas maiores usinas não tem hoje esse direito concretizado⁵⁴. Isso não significa, porém, que os acordos firmados em contratos coletivos de trabalho ou resultantes de greves ou “paradeiros” sejam efetivamente cumpridos, ou que os direitos instituídos sejam integralmente respeitadas.

Os quase dez anos que medeiam este momento e aquele dos grandes conflitos assalariados no campo, que se irradiam a partir da Zona da Mata pernambucana e da região paulista de Ribeirão Preto, nos anos 80, constituem um período de profundos ajustes no sistema de produção, com grandes mudanças técnicas e concentração de capitais. Nele, é preciso adequar o trabalho ao novo ritmo da acumulação e à expansão de um proletariado agroindustrial nos campos e cidades das regiões dominadas pela indústria rural. Além disso, trata-se de um período de expressivas mudanças políticas no país e, em particular, nos movimentos sociais e de trabalhadores; alguns de seus aspectos serão abordados nos itens seguintes.

3.3 - Deslocamentos no campo religioso: a igreja radical e os trabalhadores rurais

Na experiência dos últimos trinta anos dos trabalhadores rurais brasileiros o discurso religioso radical é um dado constitutivo dos sujeitos políticos, tão

⁵⁴ CER-UFMG/FETAEMG— A economia canavieira em Minas Gerais, relatório parcial, Projeto *A Situação dos Assalariados Rurais nas Culturas de Cana, Café e Reflorestamento em MG*. Belo Horizonte, jul/92.

fundamental quanto nas cidades, em particular naquelas regiões onde se construiu uma organização e politização inteiramente diversa do universo antes existente.

Tomando como referência o recorte social e regional que orienta esta pesquisa, observam-se várias dimensões da questão: a primeira é a da religião como lugar de instituição de sujeitos políticos, na qual se adquire uma experiência de contestação e de autodisciplina exigidas pela prática política, expressas no discurso e na organização dos excluídos. Ocorre, aqui, a reelaboração de uma “matriz discursiva”⁵⁵ através da qual se representa a igualdade e um imaginário da mudança social. Esse acontecimento adveio da constituição de um espaço institucional de contestação, decorrente das transformações internas ao catolicismo, cujo surgimento configura um novo recorte nas redes de poder local.

No próximo capítulo, trataremos dos conteúdos desse imaginário religioso radical, buscando examinar como ele se cruza com as representações da religião oficial e da cultura popular. Os demais pontos, vistos neste tópico, são elementos decisivos para a compreensão da experiência política dos pobres e trabalhadores em geral, uma vez instaurado o corte social e político com a experiência de contestação e resistência que se gestava até os anos 60.

Três historiadores, preocupados com a compreensão do universo político popular, podem nos servir de apoio para o exame do radicalismo religioso na base da auto-instituição das classes populares na moderna sociedade capitalista: HILL⁵⁶, THOMPSON⁵⁷ e GENOVESE⁵⁸. De diferentes maneiras, os três apontam para o papel da matriz cultural instituída no campo religioso e sua reinterpretação pelos radicais, seja no espaço conquistado dentro da Igreja oficial, seja como dissidência claramente explicitada contra ela.

Por trás dessas abordagens, encontra-se uma releitura da religião como produtora de significado sobre a dominação para os agentes sociais, em particular numa situação de profunda mudança e atribulação subjetiva. Essa releitura parece derivar de um diálogo às vezes divergente com os textos de WEBER, e das análises de GRAMSCI (ele próprio tributário das teses weberianas, como aponta

⁵⁵ LEFORT, C. *Op. cit.*

⁵⁶ HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta Cabeça. Idéias Radicais Durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

⁵⁷ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

⁵⁸ GENOVESE, Eugene G. *Op. cit.*

ANDERSON⁵⁹), acerca dos mecanismos que presidem a construção da hegemonia e da identidade política dos grupos dominados.

Tendo estudado particularmente o discurso religioso radical de *quacres*, *levellers* e *diggers* no interior da revolução inglesa no século XVII, e observando como a energia do sagrado é infundida em todos os escaninhos da vida social, HILL tem sugerido analogias e diferenças entre aqueles processos históricos e o discurso político dos teólogos da Libertação na América Latina, nas últimas décadas⁶⁰. THOMPSON, por sua vez, lida com a formação da classe operária inglesa, entendida como formação cultural e social, e procura demonstrar como as experiências da classe, tratadas em termos culturais, se constituem em consciência de classe, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX. Também nesse caso, as dissidências religiosas constituem elementos chave na elaboração da experiência operária e no radicalismo político que precede o surgimento das tendências do movimento.

Na avaliação da experiência de classe que se encontra na base da formação do operariado inglês, THOMPSON combina três elementos: a tradição da dissidência religiosa e sua modificação pelo metodismo; as concepções populares expressas na idéia do “*direito de nascimento do homem inglês*” e a tradição da turba do século XVIII⁶¹.

Para o que nos interessa, é importante reter algumas observações chave desse autor. Primeiro, o fato de que são movimentos políticos de massa que não se expressam apenas através do racionalismo secular, rompendo com a religião tradicional. Isso ocorreu nas revoluções Francesa e Americana do século XVIII, que inauguraram algo que o movimento operário socialista, anarquista ou comunista levará ao extremo como indiferença religiosa.

No Brasil (e na América Latina) o discurso religioso radical surge como um conjunto de idéias que não se alimentam somente de uma releitura da religião tradicional mas de uma combinação dessas idéias com modernas interpretações racionalistas, provenientes das Ciências Sociais e do marxismo. Tal combinação era ausente nos pregadores radicais examinados por THOMPSON: eles se inspiravam em Payne e no ideário dos direitos humanos, já refletindo o impacto das

⁵⁹ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Porto, Afrontamento, 1976.

⁶⁰ HILL, Christopher. Entrevista ao Jornal do Brasil, 13/03/93.

⁶¹ THOMPSON, E. P. *Op. cit.*: Prefácio.

revoluções citadas. Os jovens ministros cultos das igrejas dissidentes construíram uma teologia racional aberta em luta pelas liberdades civis e religiosas sem, porém, constituir um corpo sistemático de doutrina, como será em nossos dias a Teologia da Libertação. Essa última, por sua vez, mantém-se no interior da religião oficial, sem assumir clara feição dissidente.

Em segundo lugar, THOMPSON ressalta a emergência de uma religião para os pobres, possibilitando a combinação nos seus núcleos de doutrinação de uma situação de democracia e disciplina. Na medida em que estimula uma participação intensa de caráter igualitário e o menosprezo pela hierarquia centralizada, com formas de disciplina, organização e oratória, o discurso religioso ensina os homens pobres a construir argumentos a partir das leituras bíblicas ou dos panfletos dissidentes, bem como a desenvolver sua afirmação como cidadãos e homens livres através da fala radical. Aqui THOMPSON identificava, nas rupturas com o estabelecido e nos ideais de autogoverno, um espírito democrata em gestação, que se transmite às sociedades operárias nascentes, como formas de organização (no caso, metodistas), que serão reapropriadas pelo movimento operário.

HOBSBAWM já chamara a atenção para essas dimensões ao tratar das “*seitas operárias de aldeia*” dos metodistas primitivos, que constituíam, na prática, uma escola de organização com um caráter pedagógico. Elas participavam do ideal de Renascimento do homem adulto e transmitiam esses ensinamentos como uma herança familiar, produzindo em face do “mundo exterior” uma atitude objetiva e disciplinada. Para esse autor, produz-se aqui um rompimento com o capitalismo como rompimento religioso, em que os Direitos do Homem trazidos pela revolução burguesa vitoriosa surgirão entre as massas, não sob a toga romana ou sob a prosa iluminista, mas sob a linguagem bíblica, através de um puritanismo igualitário⁶².

O terceiro aspecto ressaltado por THOMPSON será tratado no próximo capítulo, uma vez que se refere às dimensões da cultura popular e do imaginário político presentes nestes movimentos: a constituição de espaços coletivos a partir da convivência religiosa, as idéias milenaristas presentes e a construção de uma identidade de grupo através do conteúdo religioso.

⁶² HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 143.

GENOVESE⁶³ é também um historiador da mesma tradição e tem preocupações semelhantes, ao analisar a experiência dos negros americanos, na qual a religião aparece como espaço decisivo na auto formação política em condições de extrema opressão. Pode nos servir de referência não para interpretar os conteúdos religiosos do catolicismo sendo apropriados para a afirmação da indentidade negra na sociedade pós-escravidão, porque não foi isto que se deu nestas áreas, mas o contrário, aspecto que também examinaremos no capítulo referente à cultura popular. Mas suas concepções, que também partem das idéias gramscianas a respeito da hegemonia e da resistência política através da cultura, podem auxiliar num sentido mais geral, à medida que sublinham as relações entre religião, resistência e acomodação.

Para GENOVESE o ponto de partida é justamente a crítica a NIETZSCHE, legítimo representante das idéias do século XIX, quando enfatiza que o cristianismo é sacrifício, sujeição, escárnio e automutilação. Segundo ele, trata-se de um julgamento unilateral, pois o cristianismo é, também, portador de idéias de igualdade da vontade e da liberdade da vontade e da alma, que em última instância negam a Igreja como consolidadora da ordem social, afirmando a ira dos visionários do apocalipse e os profetas de reino de Deus na terra⁶⁴.

Tais idéias estavam presentes no cristianismo das religiões protestantes na América, com mais vigor do que no catolicismo institucionalizado há séculos e, além disso, combinavam-se com os princípios do liberalismo político. Assim, até que na Igreja Católica latino-americana se tornasse possível uma tal proposição política, houve um longo trajeto de transformações na doutrina e nas práticas religiosas, que marcam as relações entre clero e leigos, entre catolicismo e classes populares.

Entre o período pós abolição e os anos 20, no qual deitam raízes as questões pesquisadas nessa tese, a Igreja exerceu um papel diretamente associado à disciplinarização do homem livre pobre, ainda que sua força no plano institucional estivesse debilitada pelas relações com o poder republicano e pela concorrência de outras religiões, a exemplo do espiritismo e do protestantismo, que começavam a crescer no país nas primeiras décadas do século XX.

⁶³ *Op. cit.*

⁶⁴ *Op. cit., p. 260.*

Como aponta MAINWARING⁶⁵, durante o século XIX a Igreja Católica trabalhou principalmente junto às elites, “fornecendo escassa educação religiosa aos camponeses e operários”. Sua relação com o universo popular neste momento se fazia pela preocupação de controlar a religiosidade popular, debitando à “ignorância” e ao “primitivismo religioso” do povo as debilidades do catolicismo.

Como assinala DELLA CAVA, propostas como as do padre Júlio Maria (filiadas à intenção renovadora que foi inaugurada por Leão XIII com a *Rerum Novarum*, e que tentavam responder à tendência à secularização e à perda dos espaços ideológicos da Igreja) exigiam um contexto social e político mais avançado que aquele em que a Igreja brasileira se inseria, de uma sociedade rural recém saída da escravidão⁶⁶. Anos mais tarde, o que vai vingar no Brasil é uma concepção oposta de renovação católica, proposta por D. Sebastião Leme, cujo modelo da “neo-cristandade” propunha reeducar a nação através dos ensinamentos do catolicismo, ocupando maior espaço nas relações com o Estado e buscando um controle efetivo da religiosidade popular. Com ele, forma-se um núcleo de pensadores católicos gravitando em torno do Centro D. Vital, cujas idéias se inspiraram no cristianismo fascista da Action Française, preocupado com o reforço da ordem. Mais adiante, em 1935, no período Vargas, esse núcleo inspira o nascimento da Ação Católica Brasileira, de caráter corporativista, e que mantém a postura excludente e elitista em relação às classes populares.

Nas áreas rurais, como a que investigamos entre os últimos anos da escravidão e a década de 30, o clero desempenhara um papel importante na constituição do universo paternalista assentado na pregação da moderação e tolerância entre senhores e escravos. Chegara mesmo, ao final do período escravista, a fazer o discurso contrário à escravidão na presença do imperador D. Pedro, como demonstra a fala de D. Benevides, bispo de Mariana, na instalação do Engenho Central em Rio Branco, em 1883. Nessa época, na antiga região mineradora a campanha abolicionista alcançara um grande número de adeptos, incluindo parte do clero, que em algumas localidades já alforriara seus escravos, como no Convento de Macaúbas, em Santa Luzia. Em 1885, tinha sido criada a

⁶⁵ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 50.

⁶⁶ DELLA CAVA, Ralph. *Igreja e Estado no Brasil no século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916-1974*. *Estudos CEBRAP*, nº 12, 1975.

Associação Marianense Redentora dos Cativos, enquanto alguns bispos e padres se dedicavam a pregar a emancipação em dioceses paulistas, fluminenses e mineiras da região cafeeira⁶⁷.

Tais propósitos, porém, não significavam qualquer processo de radicalização católica contra a ordem dominante ou favorável a autonomia dos trabalhadores negros ou pobres em geral. A Igreja era também parte do poder municipal, inclusive detendo cargos políticos seculares e sendo grande proprietária de terras nestas regiões. Consumada a abolição, busca completar o processo de controle cultural dos libertos, não apenas assumindo o discurso da subordinação e da disciplina, como também oficializando as festas comemorativas da abolição através da incorporação definitiva das festividades ao seu calendário religioso, nas paróquias mais importantes da época.

Já nos anos 30, o modelo de organização social das regiões canavieiras proposto pelo Estatuto da Lavoura Canavieira, de intenções corporativistas, como prevenção dos males da proletarização generalizada, adequa-se perfeitamente a esse figurino religioso. As fazendas canavieiras, mesmo que modernas, conforme a organização técnica mais avançada do setor agroindustrial de então, terão em seus domínios a infalível capela, para as missas e celebrações locais.

Até a década de 60, a moradia no interior das fazendas facilitará o controle da religiosidade popular nestas regiões assim como a permanência marginal da religiosidade negra, e de um certo estigma vivido pelo protestantismo trazido pelos colonos europeus, além do mais muito minoritários. Como nas áreas urbano-industriais do sudeste, a maior liberdade religiosa e a expansão das confissões evangélicas sucederam a acelerada urbanização, após a expulsão dos moradores nas fazendas açucareiras. Foi também o momento em que as religiões negras adquiriram especial vigor.

No plano nacional e internacional, depois de mais de um século de combate à modernização, com o fim da II Guerra Mundial começaram a se distinguir claramente um catolicismo tradicionalista, que retoma os temas antimodernistas, e um movimento de transição em direção a uma religião institucionalizada, mas que *“...compete com valores profanos, modernizantes e com as religiões de massa”*. Busca-se com isso *“...reavivar a consciência*

⁶⁷ JOSÉ, Oiliam. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1962.

*religiosa, voltando-a para valores da sociedade moderna, entendidos e vividos como expressão da mensagem cristã*⁶⁸. Em consequência, são reformuladas a teologia e as concepções éticas e pastorais pela adoção de interpretações e categorias da Psicologia e das Ciências Sociais.

A politização da pobreza, já nos anos 50, vai provocar o surgimento de movimentos leigos e de base, que renovam a prática da Igreja desde 1958, e o desenvolvimento de uma postura anticomunista mesclada às relações entre fé e justiça social. Muda também o papel do laicato e ocorre uma extensa renovação paroquial, precursora das práticas e tensões que emergirão nos anos 70 com a multiplicação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

Na região que estamos examinando, todas essas tendências se manifestarão conjuntamente ao longo dos anos 50 até meados dos 80: tanto vai-se estabelecer na Diocese de Campos um movimento integrista que é solidário à movimentos leigos tradicionalistas, (como a criação do “Tradição, Família e Propriedade” e o integrismo do padre Lefebvre na França), como se mantém uma Igreja avessa às transformações modernizantes da instituição e alinhada às estruturas de poder, a partir da Diocese de Mariana. Esta abrange a região da Mata mineira em que se encontra o município de Ponte Nova, e explica a inexistência ali de uma renovação do movimento de trabalhadores após a repressão dos anos 60, ao contrário do que se deu em outras áreas da zona da Mata. Também se vão estruturar práticas inteiramente novas de participação dos leigos e de renovação pastoral e litúrgica em áreas abrangidas pelas dioceses de Leopoldina e Caratinga, que abarcam as paróquias que estamos examinando.

O recorte institucional e de poder da própria igreja produz um campo religioso inteiramente diferenciado, mesmo que as relações econômicas e sociais aproximem os numerosos municípios pertencentes a tais dioceses. Isso conduz à resultados políticos diversos, seja no engajamento dos leigos originários da classe média que se radicaliza em direção ao discurso social da Igreja, seja em relação à abertura de um espaço de participação e politização dos mais pobres, em período mais recente.

A experiência nacional de radicalização que deriva da Ação Católica desemboca na constituição de uma “esquerda católica” e, mais adiante, na

⁶⁸ CAMARGO, Cândido Procópio F. (org.) *Católicos, Protestantes e Espíritas*. Petrópolis, Vozes, 1973, p. 81-84.

organização política de esquerda Ação Popular, refletindo-se diferentemente nas regiões do país. Na zona da Mata, na diocese de Caratinga já se iniciara nos anos 60 um trabalho pastoral de formação de comunidades, de acordo com o Plano de Emergência da CNBB, constituindo comunidades de culto. Realizavam-se cursos, encontros destinados a debater as novidades do Concílio e a leitura da Bíblia era tomada como fonte e apoio da renovação⁶⁹. Nessa diocese houve um trabalho continuado com cursos regulares que se transformaram no “Movimento Boa Nova” - MOBON, no final dos anos 60, com ênfase numa pedagogia pastoral mais religiosa que política, respondendo a um contexto mais conservador e fundamentalmente rural.

Conforme assinala PAIVA, nessa região a criação futura das CEBs vai-se apoiar em três elementos: as Conferências Vicentinas, que buscavam exercitar a solidariedade com os pobres; os cursos promovidos pelo MOBON, tendo por objetivo a “promoção humana”, e o ambiente rural. Inspirados pela ACR - Animação dos Cristãos no Meio Rural, de Recife, leigos e clérigos procuravam conjugar as dimensões religiosa e política, levando à formação de sindicatos e ao debate político das relações de trabalho, dos problemas econômicos e do cotidiano.

Numa região como a Mata mineira, conviviam tanto essas novas formas do catolicismo, quanto o catolicismo conservador que durante os anos 60 recebera influência dos setores comandados pelos cardeais D. Jaime de Barros Câmara e D. Vicente Scherer, do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Católicos se engajaram na cruzada anticomunista a partir de cursos promovidos pela Ação Católica e viveram a influência dos padres Nobre e Vidigal, que participaram diretamente das articulações golpistas em Minas durante o governo Goulart⁷⁰.

O exame de jornais riobranquenses da década de 50 e início dos anos 60 mostra a transcrição de palestras sobre o “clima de desordem no país”, junto a notícias que davam conta das paralisações em usinas canavieiras pernambucanas, notícias em destaque acerca do “fuzilamento de jovens católicos em Cuba”, falas do bispo Vicente Scherer alertando para o “comunismo nas brigadas sul riograndenses”, matérias sobre o ateísmo na Rússia, repulsa e deboche em

⁶⁹ PAIVA, José Maria de. Comunidades Eclesiais de Base in POMPERMAYER, Malori J. (org.). *Movimentos Sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1987.

⁷⁰ STARLING, Heloisa M. M. *Os Senhores das Gerais*. Petrópolis, Vozes, 1986.

editorial denominado “*Barbas de Molho*”, a propósito da visita da comitiva de Fidel Castro ao Brasil, bem como notícias sobre as estreitas relações entre a atividade política e as campanhas eleitorais do Padre Vidigal, mais o trabalho desenvolvido pelas Conferências de São Vicente de Paulo⁷¹.

A difusão das idéias e práticas religiosas conservadoras na região era bastante extensa, mas ao mesmo tempo, o tipo de trabalho de renovação que se desenvolveu ao longo dos anos 60 conviveu e se aproveitou desta rede de entidades e sobretudo, das relações interpessoais que nelas se haviam estruturado, para basear um forte trabalho pastoral de recrutamento de leigos, com o desenvolvimento de iniciativas sob a forma de comunidade. A.F., um pequeno produtor que é hoje a maior liderança local entre os trabalhadores que passaram pelas CEBs, lembra o nascimento do movimento sindical após a experiência do MOBON, em que “...as pessoas se emocionavam com a leitura do evangelho e criavam relações entre si”⁷².

Pela fala do atual presidente do Partido dos Trabalhadores em Visconde do Rio Branco (um ex-empregado da usina, que hoje divide pequena propriedade rural com quatro outros trabalhadores), toda a sua vivência se estruturara entre os Vicentinos, e na primeira metade dos anos 70 tomou contato com as CEBs, a partir do trabalho desenvolvido por freiras na região. Conta “seu” V. que a princípio estranhou muito e reagiu ao fato de se “...colocar a Igreja, uma coisa santa, numa coisa suja” como a política, mas que depois se convenceu de que “...a Igreja tinha de escolher entre o lado dos mortos e o dos vivos”⁷³. “Seu” V. relata ainda o conflito interno nas conferências Vicentinas, quando tentaram mudar seu conteúdo, antes dedicado ao auxílio de velhos e carentes.

Essas peculiaridades, decorrentes do enraizamento no catolicismo tradicional, trouxeram tanto a força quanto a ambiguidade para o trabalho das CEBs e da Igreja “progressista” na região, garantindo adeptos e a multiplicação dos núcleos, mas também atitudes dúbias em face do poder temporal. Em certos momentos, a Igreja vacila na definição quanto à política local, gerando conflito e afastamento dos antigos militantes, depois transformados em líderes sindicais e políticos.

⁷¹ Conforme Jornal Visconde do Rio Branco: 11/01/50; 16/06/57; 22/03/59; 22/10/61; 17/12/61; 28/08/63; 15/03/64.

⁷² Entrevista realizada em 08/06/1990.

⁷³ Entrevista realizada em 07/06/1990.

Como resultado das ações pastorais que se voltam para o mundo do trabalho e o cotidiano, cerca de quatorze sindicatos foram fundados na região cafeeira e canaveira da zona da Mata, abrangendo os municípios de Visconde do Rio Branco, Guidoal, Rodeiro, Astolfo Dutra, Muriaé, Miradouro, Vieiras, Espera Feliz, Carangola e Tombos, entre outros, entre 1983 a 1985. Essa rede de entidades desenvolve até hoje um trabalho conjunto no interior do movimento sindical mineiro⁷⁴.

Diferentemente do período de hegemonia da Ação Católica, a participação que se desenvolve nos anos 70/80 na Igreja tem um conteúdo menos elitista, mas também será tributária do papel dos jovens radicais, dos chamados bispos progressistas e dos leigos progressistas nas bases, atuando não contra a Igreja e sua hierarquia, mas dentro de estruturas que pretendem alterar. Com isso, abre-se espaço para que as tensões sociais em curso nestas regiões em transformação, assim como nas grandes cidades, possam expressar-se através do discurso religioso e, mais que isso, possam contribuir para um movimento de educação política assentado numa interpretação do mundo que combina elementos da fé cristã com uma certa compreensão da história e da dominação social.

As CEBs, ao valorizarem o papel do leigo, fazem com que os agentes pastorais, padres, freiras e leigos, adquiram certa autonomia, embora estejam sob o controle formal da hierarquia; em consequência, influenciam a Igreja e exercem um efeito independente na política⁷⁵. Constrói-se um movimento não dissidente, do ponto de vista religioso, e autônomo, do ponto de vista político. O não rompimento com a estrutura formal permite que as novas formas de participação sejam legitimadas e não se transformem em foco imediato de tensões, apesar de, em algumas paróquias e em certas situações, isso ser inevitável.

Ocorre também o ressurgimento de um discurso profético, que ultrapassa as normas e práticas reconhecidas e a rotinização do carisma que acompanha a instituição estabelecida. Além disso, o recrutamento social na Igreja Católica vinha-se redefinindo há décadas, de tal forma que a origem social de clérigos e freiras, assim como a adesão dos leigos, se aproximou de camadas sociais menos elitistas na sua origem.

⁷⁴Entrevista realizada em 10/06/1990, com A., jovem meeiro e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Visconde do Rio Branco na ocasião.

⁷⁵MAINWARING, S. *Op. cit.*, p. 28.

Quando a Igreja se dirige aos trabalhadores, urbanos ou rurais, encontra uma realidade conturbada e ao mesmo tempo contida pela repressão política, e vai permitir espaços de reflexão e ação a partir da representação de uma “*comunidade de iguais*”. Como assinalou SADER, revivem-se nesse espaço flexível as relações primárias entre seus membros, acolhendo formas de religiosidade popular não reconhecidas até então⁷⁶. Emoções e idéias serão organizadas numa perspectiva de libertação mediada pela tomada de consciência coletiva, calcada na releitura dos textos e da mensagem sagrada⁷⁷.

Como relata o primeiro presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Guidoal, H., pequeno produtor originário das CEBs, assim como toda a diretoria da entidade fundada em 1986, a propósito da greve contra a usina Visconde do Rio Branco:

“A conscientização começou com o movimento das CEBs, onde a gente se reunia, discutia, celebrava, até que vimos que precisava agir contra a miséria e exploração”⁷⁸.

A.F., fundador do sindicato de Visconde do Rio Branco e também dirigente da mesma greve, conta que sua militância começou nas CEBs, em 1971. Eram discriminados na cidade entre os próprios católicos e chamados de “crentes”, por lerem e debaterem a Bíblia. Dez anos depois, até mesmo a usina chegou a patrocinar cursos de evangelização, com o objetivo de amainar brigas e conflitos entre colonos, “*pensando que enquanto mexessem com religião ficariam quietos, mas isto evoluiu para a conscientização*”. Por fim, foi proibida a organização de CEBs nas fazendas⁷⁹.

“Seu” V., presidente do PT local, já mencionado, lembra os que aprenderam a ler através da Bíblia e as condições difíceis de funcionamento de muitas comunidades; há CEBs rurais “*...que se reúnem debaixo de uma mangueira, sob a luz de lamparinas*”. Assim, a própria dificuldade material assume um valor simbólico e identifica os militantes com figuras emblemáticas da história do

⁷⁶ SADER, E. *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1991, p. 156.

⁷⁷ MACEDO, Carmem Cinira. *Tempo de Genesis. O Povo nas Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 223.

⁷⁸ Entrevista realizada em 06/12/1989, em Belo Horizonte.

⁷⁹ Entrevista realizada em 08/06/1990.

cristianismo. Relatando seu funcionamento, disse ainda: “...*Participação igual é bom quando todos se manifestam*”, e destacou a importância de ter participado de encontros regionais, como na Diocese de Duque de Caxias, e de conhecer experiências de militantes de outras regiões⁸⁰.

Além do sentimento comum de exclusão, e do processo de educação e disciplina, em que são introduzidos, o cotidiano das CEBs permite que os laços de identidade comunitários sejam estreitados em atividades festivas e de solidariedade, como os forrós com o objetivo de angariar fundos para campanhas, a cozinha comunitária em que se divide o trabalho de assistência aos mais pobres, ou os encontros gerais. Há uma preocupação em dessacralizar a Igreja e seus rituais, apoiando-a, às vezes de forma tensa, na participação do leigo, política que responde à escassez de padres na Diocese de Leopoldina, onde, até a chegada de um bispo renovador de nome D. Reis, durante dezoito anos não houvera qualquer ordenação⁸¹.

Em seu estudo sobre as experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo durante a década de 70, SADER⁸² aponta a emergência de novos significados atribuídos às experiências cotidianas dos trabalhadores, e o fato de que nesses espaços ocorre a elaboração de representações sobre o cotidiano e sobre si mesmos decisivas na instituição dos movimentos sociais. Segundo ele, matrizes discursivas constituídas no interior da cultura dominante, como a religião católica, têm seu sentido redefinido, de modo que experiências até então silenciadas se expressem ou sejam interpretadas de outro modo.

É o que se verifica nas comunidades eclesiais de Visconde do Rio Branco e região, uma vez que aqui a experiência pregressa de autoconstrução dos trabalhadores como sujeitos políticos foi abortada pelas novas condições vividas nos anos 60: silêncio político e mudança na condição social. Erradicada a experiência embrionária de lutas abertas e a sua presença na política local, resta o discurso do direito do trabalho e o aproveitamento do espaço que se abre nos anos 70 para a politização através da religião. Diferentemente da situação examinada por SADER na Grande São Paulo, na zona da Mata mineira a esquerda marxista organizada no trabalho rural era pouco significativa, e na verdade seu centro gravitacional eram outros municípios, justamente em consequência da cultura política conservadora

⁸⁰ Entrevista já citada.

⁸¹ Entrevista com o Padre E., vigário da paróquia de Visconde do Rio Branco, 09/06/90.

⁸² *Op. cit.*

dessas áreas. Também não havia estrutura sindical constituída no campo; os sindicatos, como vimos, serão fruto do trabalho pastoral das CEBs e da Comissão Pastoral da Terra, emergindo já nos anos 80. Portanto, mais que naquele caso, a base disponível para o discurso religioso radical distingue-se pela maior facilidade de implantação, já que, segundo o autor citado, tem raízes mais fundas na cultura popular.

PAIVA, pesquisador da constituição das CEBs na zona da Mata, descreve seu funcionamento cotidiano, baseado em grupos de pessoas cuja liderança, em geral, foi escolhida pelos próprios pares e cuja função de coordenação se exerce nas reuniões que obedecem ao “*método Ver-Julgar-Agir*”, herdado da Ação Católica. O método prevê a construção de um roteiro baseado num “Caso de Vida” e um “Caso da Bíblia”, por meio dos quais os fatos são apresentados. A partir deles, faz-se uma reflexão e finalmente uma “Oração de Compromisso”.

Essa atividade adquire dimensão maior porque significa um processo de apropriação da Bíblia, como palavra divina, pelo pobre, dando-lhe um significado utópico, e porque na simbologia da celebração, ponto alto do encontro, situa-se sua dimensão sacralizada. As ações coletivas que são promovidas a partir das deliberações das CEBs, abrangendo desde formas imediatas de solidariedade, de organização, de bem-estar e saúde coletiva, mutirões e até movimentos reivindicatórios e de afirmação de classe, como o 1º de Maio, surgem aos olhos dos militantes sob a chancela da religião profética e do papel do “novo povo de Deus”⁸³.

Inegavelmente, as CEBs desempenharam um papel decisivo na retomada dos movimentos sociais nessas regiões e atribuíram à experiência dos trabalhadores um novo significado. No entanto, é preciso distinguir a auto-representação daquilo que efetivamente são, extrapolando a construção supostamente igualitária em que se baseiam e a interpretação maniqueísta do mundo que tendem a produzir. Em Visconde do Rio Branco, um limite claramente delineado passa pela diferenciação de classe dos próprios trabalhadores rurais que as integram: são majoritariamente camponeses, isto é, pequenos proprietários rurais, meeiros, parceiros. Entre os atuais operários rurais que entrevistamos, nenhum, fosse trabalhador jovem ou mais velho, participava delas. A explicação pode ser encontrada no reconhecimento do próprio fundador do sindicato:

⁸³ PAIVA, José Maria. *Op. cit.*, p. 152-153.

“...o bôia fria, que tem a panela chiando no fogão às 3, 4:30 da manhã, à noite está um bagaço e então é muito difícil participar de atividades à noite”⁸⁴.

Além disso, por sua condição de assalariados, são os que têm maiores dificuldades de aparecer como líderes em movimentos organizados. A maioria das direções sindicais é constituída por pequenos produtores, em geral egressos das CEBs, apesar de a maioria local dos trabalhadores ser composta por proletários rurais. Portanto, a clivagem social entre os trabalhadores se manifesta no recrutamento religioso e influi diretamente no discurso político: as CEBs se dedicam, entre os rurais, a conduzir um trabalho que associa a evangelização à difusão de tecnologias alternativas para a sobrevivência da produção camponesa, introduzidas por uma ONG (organização não-governamental) que desenvolve trabalhos na região. Da mesma forma, busca-se uma aproximação com práticas da medicina popular, já legitimadas pela ênfase da Igreja Popular na cultura do povo.

Disso resulta um discurso contra a cana-de-açúcar, responsável pela ruína material e física dos trabalhadores. Esta fala registra a superação da idealização do mundo do trabalho, mas ao mesmo tempo sublinha o estigma daqueles que são obrigados a se manterem nele. Há aqui também uma distinção de cor, entre os pequenos produtores e os operários da cana-de-açúcar, entre os quais se encontra o maior número de negros e descendentes de escravos.

Finalmente, há que destacar as ambiguidades desta Igreja face às estruturas de poder local, sobretudo na fase mais recente, quando, a partir de meados dos anos 80, a Teologia da Libertação perde espaços e legitimidade dentro da estrutura de poder do catolicismo brasileiro (e internacional) e no contexto mais geral da política no país. O momento de maior destaque em sua atuação, como espaço de politização da questão local da pobreza, parece ter sido justamente aquele em que o movimento social começa a correr em seu leito leigo: durante a greve de 1986, a organização da solidariedade e do apoio material aos grevistas teve na Igreja local, na de Muriaé e na Diocese de Leopoldina espaços fundamentais⁸⁵. Após esse

⁸⁴ Entrevista já citada.

⁸⁵ Conforme boletins do Bispado, carta do padre Agostinho, de Muriaé, e jornal Tribuna de Minas, de Juiz de Fora, 16/02/1986.

período, os trabalhadores organizados em sindicato passaram a atuar no quadro da instituição própria e a se ver às voltas com as malhas das instituições jurídicas do trabalho e com as correntes do próprio sindicalismo.

Além disso, em determinados momentos emergiram conflitos entre a Igreja local e os dominantes, em que a Igreja assumiu atitudes de recuo: em relação ao conteúdo das transmissões radiofônicas, emitidas na rádio de propriedade da usina, ou em face das alianças políticas nas disputas eleitorais locais, que envolvem partidos e coligações às vezes esdrúxulas.

A campanha para as eleições presidenciais de 1989 foi um desses momentos: o candidato Luiz Inácio Lula da Silva vencera o primeiro e o segundo turnos da eleição no município, mas houvera também uma aliança política com o PRN. O presidente desse partido recomendara o voto em Lula, por ser inimigo pessoal do prefeito “collorido”, e adversário de seu padrinho eleitoral, o usineiro Bouchardet, deputado cassado por sua quase completa ausência durante os trabalhos da Constituinte de 88. Assim, as querelas paroquiais se misturavam ao fato de que a expansão das CEBs e o movimento sindical produziam novas relações de poder no município e na região, sem, contudo, superar por completo as formas características de política local⁸⁶.

3.4 - Partidos e sindicatos: os espaços do possível na política institucional

a) A experiência com partidos políticos

Os trabalhadores desta região canavieira defrontam-se com instituições representativas (como os partidos políticos) ou de recorte classista (como os sindicatos), em diferentes momentos históricos. O que chama a atenção no exame desses períodos, em primeiro lugar, é o fato de a experiência política vivida por eles não diferir qualitativamente daquela conhecida nas regiões urbano-industriais. Evidencia-se, aqui, mais uma diferença de extensão dos processos, no sentido do

⁸⁶ Jornal do Brasil, 04/12/1989 e Nota do Diretório Municipal do PT, 07/12/1989.

alcance que adquirem e da profundidade das mudanças que provocam, que da natureza ou qualidade das práticas políticas experimentadas.

No primeiro período em que se configurou a dominação das usinas de açúcar sobre esse operariado nascente, entre os anos 20 e 40 deste século, o conflito trabalhista interno às fazendas, (como se observou no Capítulo 2) não adquiriu expressão na vida política local ou regional; era circunscrito às relações privadas de dominação e não assumia forma institucional partidária ou sindical.

O tipo de conflito emergente na Zona da Mata mineira, assim como em outras regiões onde se constituíra uma pequena burguesia composta por profissionais liberais e bacharéis, a partir da expansão da economia cafeeira ou das atividades industriais que a sucederam, opunha os bacharéis locais e os antigos coronéis em torno da direção política regional. Em Visconde do Rio Branco esse conflito, apelidado de disputa entre “canelas lisas” e jagunços, vai-se expressar na edição de diferentes jornais locais e na busca de identificação com a mística liberal da Revolução de 1842, que teve impacto e adeptos nos municípios da região. Durante os anos 20, foi controlada pelos bacharéis liderados por Raul Soares de Moura, depois governador do estado, e outros membros do Partido Republicano Mineiro, mas se tratava de um universo político em que a questão do trabalho não tinha lugar, e muito menos os trabalhadores rurais.

Na década seguinte, quando as atividades eleitorais foram restritas, surgiram novas lideranças políticas locais que, após o Estado Novo, desembocariam na polarização entre o PSD e o PR, em disputa acirrada entre 1945 e 1954⁸⁷. Assim como o Partido Social Progressista, que em São Paulo tinha uma expressão significativa e se agrupava em torno da direção de Adhemar de Barros, em Minas o Partido Republicano era o terceiro partido mais poderoso e seguia a liderança de Arthur Bernardes (nascido nesta região da Zona da Mata), até sua morte, nos anos 50. Apesar de as forças políticas estaduais se distribuírem por quinze partidos em 1945, a quase totalidade do eleitorado mineiro (no mínimo, acima de 83,4% dos votos) fixou-se em quatro partidos: PSD, UDN, PR, PTB⁸⁸. Conforme os levantamentos de CARVALHO, PSD, UDN e PR configuravam-se como

⁸⁷ JOSÉ, Olliam. *Visconde do Rio Branco. Terra, Povo, História*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982, p. 387 e segs.

⁸⁸ CARVALHO, Orlando de. Os partidos políticos em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* 1(2), UFMG, 1957, p. 105.

“... partidos de centro, conservadores, chefiados por fazendeiros e comerciantes na proporção de 70%...[seriam] partidos de base rural. Já o PCB e o PTB seriam partidos urbanos, orientando-se segundo a experiência citadina de chefes provenientes do artesanato e do comércio das cidades e vilas, na proporção de 79% e 60% respectivamente”⁸⁹.

O mesmo autor assinalava a tendência do eleitorado, “...quer em Minas, quer no Brasil, para afastar-se dos grandes partidos de centro”⁹⁰, pelo fato de repousarem em elementos conservadores e terem a força de seu eleitorado na população rural, num momento em que se aceleravam a urbanização e a industrialização. Segundo ele, entre 1940 e 1954, quase 10% da população do campo vieram para a cidade, enquanto a votação nacional daquelas agremiações declinara de 70% para 58%; em Minas, baixara de 82% para 73%, no mesmo período. Tomando por referência o exemplo do Partido Democrata americano, recomendava:

“Não há razões que impeçam um partido de fazendeiros e operários de funcionar bem no Brasil, procurando adaptar a estrutura partidista à realidade social da urbanização e da industrialização.

Com uma corajosa reforma de base, os partidos centristas do Brasil, que ainda acolhem sob suas bandeiras a maioria do eleitorado nacional, realizariam obra de disciplina social que afastaria, por muito tempo, os riscos de uma divisão de partidos segundo as classes a que se filiaem os eleitores”⁹¹.

Essa ação auto-reformadora e a perspectiva da “disciplina social”, preocupada em afastar a polarização de classes, manifesta-se de forma evidente na Zona da Mata mineira no surgimento de uma sorte de “populismo municipal”, expresso em vários municípios dominados por atividades agroindustriais e em processo de expansão urbana. Em certos casos, essa ação é empreendida pelo PTB, em outros, pelo PR, e até mesmo pelo PSD. É assim que despontam figuras como a do prefeito Jorge Carone Filho, eleito em 1954 pelo Partido Republicano em

⁸⁹ Idem, p. 109.

⁹⁰ Idem, p. 113.

⁹¹ Idem, p. 115.

Visconde do Rio Branco, o prefeito de Ponte Nova, Sette de Barros, do PTB, e José Pires da Luz, prefeito de Ubá, do PSD⁹².

Aqui, importava menos a filiação partidária de cada um, e mais um tipo de atuação política que marca o advento simbólico da população trabalhadora e pobre dessas localidades, estruturando a “nova fala” dos dirigentes políticos. Esses candidatos deslocavam do poder local os representantes diretos de proprietários rurais e usineiros, dirigindo-se à população pobre e operária desses municípios, ou à parcela jovem do eleitorado, com “ações de impacto”⁹³, como a construção de bairros operários nas cidades, a implantação de serviços de saneamento e atendimento médico às camadas populares e programas de lazer e esportes destinados a essas populações.

Além disso, inauguraram um estilo de relacionamento com os setores populares e com a política institucional calcado na extroversão, na irreverência, no paternalismo e, às vezes, no misticismo. São traços que se assemelham em tudo ao estilo desenvolvido por João Goulart à frente do Ministério do Trabalho desde 1953, com a tarefa atribuída por Getúlio de aproximar-se dos trabalhadores através do diálogo preventivo e das concessões possíveis, buscando neutralizá-los e apaziguá-los⁹⁴. Conforme depoimento colhido por DELGADO, Jango desmistificou a função de ministro, recebendo sindicalistas e promovendo audiências públicas massivas a qualquer hora⁹⁵.

Cumprido o mandato na prefeitura de Visconde do Rio Branco, Jorge Carone Filho elegeu-se deputado estadual, e em seguida tornou-se prefeito de Belo Horizonte nas eleições de 1962. Sua escolha marcou a ascensão de um “representante identificado com as correntes populistas” ao centro do poder no estado, num momento de declínio dos partidos centristas e de repulsa ao governo estadual⁹⁶. Eleito contra um candidato da UDN, que se encontrava no governo do estado, ambos apresentavam perfis e estilos políticos radicalmente distintos, conforme observações que antecipavam as preocupações atuais com o “marketing eleitoral”:

⁹² Jornal Voz do Rio Branco, 11/08/1991.

⁹³ JOSÉ, Otiliano, *op. cit.*, p. 389.

⁹⁴ DELGADO, Lucília de Almeida N. *PTB do Getulismo ao Reformismo*.sp, Marco Zero, 1989, p. 133.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ LEÃO, Aniz José. Comportamento do eleitorado de Belo Horizonte nas eleições de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, UFMG, nº 16, 1964.

“O sr. Jorge Carone é um homem de sorriso largo, veemente, que espalha os braços e vende promessas e esperanças. Exuberante organização humana, é capaz de deter-se em meio ao povo, nas ruas e nas praças, conversar demoradamente, infiltrar-se nas mais diversas camadas sociais. Desportista antigo, amigo dos funcionários públicos, faz largo uso do sistema de relações humanas. Começa sua prosa sempre dando razão ao interlocutor, abre o coração do semelhante para nêle enfiar sua semente política, faz-se de mal informado das coisas, para dar importância à surrada informação do companheiro de discussão. Traz a acessibilidade interiorana em todos os setores. Tem escritório na rua, onde dá audiências a quem quer que o procure. E, para usar a expressão americana, é filosoficamente, um man in the street.

O sr. Nylton Velloso é homem fechado, circunspecto, inabordável para o lado da massa, insondável, do lado de fora. Rígido em seu porte, tem fisionomia severa, sendo pouco provável que se dê bem no contágio, trato e manipulação das multidões. Suas aparições nos canais de televisão, em face da descrição aqui lançada, seriam sempre estrategicamente irrecomentáveis. Apesar de ter falado de coisas sérias, não era seriamente escutado, porque havia, entre sua marcante e inflexível personalidade e a incontrolável emoção popular, uma espécie de muralha de indiferença”⁹⁷.

Assim, não apenas se assemelhavam o populismo de pequena escala do município agroindustrial e aquele da grande área urbana, ou até interlocutor da nação, como um mesmo indivíduo podia transitar de um universo geográfico e social a outro, “costurando” uma certa experiência política popular própria dos anos 50.

Na cidade de Visconde do Rio Branco, a segunda metade dos anos 50 e início dos 60 assinalam a consolidação dessa atuação política do PR, sempre polarizando com o PSD. Nas eleições municipais de 1962, o PSD elegeu para prefeito um dos usineiros locais, Rui Bouchardet, numa articulação das “elites” municipais que buscavam reocupar o espaço antes garantido. Ainda que parte significativa do eleitorado potencial entre os trabalhadores rurais estivesse excluída do voto pela condição de analfabetos, deve-se lembrar que os anos 56-58 foram marcados por

⁹⁷ Idem, p. 296.

greves significativas de canavieiros na Mata mineira, envolvendo o conjunto das fazendas das usinas, e não apenas restritas a uma ou outra, como se viu no Capítulo 2. Portanto, esse populismo se assenta tanto nas exigências de auto reforma dos partidos ditos de centro, quanto na emergência do trabalhador rural e urbano como força política e social. Um exemplo mais evidente pode ser apontado na experiência dos canavieiros de Campos, Rio de Janeiro, onde tanto a ação sindical já se instituíra mais de duas décadas antes, como a vinculação do sindicalismo ao PTB e ao PC se consolidara ao longo dos anos 50, projetando certos políticos no plano estadual⁹⁸.

A utilização do conceito de “populismo”, para analisar determinadas manifestações da política brasileira em vários momentos, exige ainda alguma discussão, uma vez que, como já apontaram diferentes autores, o termo abriga imprecisões teóricas e processos totalmente distintos, registrados desde os finais do século XIX⁹⁹. Na maior parte das vezes, “populismo” aparece associado à emergência das classes populares na vida política do país, analisada como um processo de manipulação, no qual passariam a agir como “massas”, cujo comportamento seria explicado pelo seu atraso político ou pelo oportunismo dos líderes que buscavam dirigi-las. Trata-se do procedimento analítico já apontado, que procura desqualificar esses setores sociais, definindo-os por algo que sempre lhes “falta” e por um papel negativo que cumprem na história. Como assinalou DEBERT, não existe preocupação em perceber esse período pelo que poderia ter significado de abertura de espaços à participação política popular, ou de satisfação de interesses reais destas camadas.

Na situação descrita até aqui, não se pode falar simplesmente na passagem da vida rural à urbana e na impossibilidade plena de integração dos trabalhadores no sistema industrial como operários, conforme o esquema clássico de análise construído por WEFFORT. Não se trata de “...*dissolução dos padrões tradicionais de submissão aos potentados rurais*”¹⁰⁰. Afinal, os usineiros de que falamos não são propriamente “potentados rurais” no sentido que usualmente lhes é conferido nas análises da sociedade brasileira; são burgueses industriais cuja indústria se desenvolve no campo, com métodos de subordinação e controle social que combinam práticas burguesas a um paternalismo reelaborado.

⁹⁸ RIBEIRO, Ana Maria M. *Op. cit.*, cap. IV.

⁹⁹ DEBERT, Guite Grim. *Ideologia e Populismo*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

¹⁰⁰ WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 149.

Na direção apontada por DEBERT, que retoma as colocações de WEFFORT, o populismo é, no essencial, a exaltação do poder do Estado, e o próprio Estado se colocando, através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa¹⁰¹. Nesse sentido, trata-se de uma concepção autoritária da política, sobre a qual é preciso indagar como responde à experiência popular ou, conforme MONTES, “em que sentido é popular o discurso populista?”¹⁰². Se tomarmos esse discurso, não somente da ótica do Estado que o enuncia, mas dos destinatários que nele se reconhecem, conferindo legitimidade a este Estado, precisaremos pensar no “como” e no “porque” desse reconhecimento popular. E assim, perceberemos que este discurso se constrói a partir de elementos presentes no universo popular, e que são redefinidos num espaço propriamente político, em que a identidade outorgada ao “povo” pode ser manipulada pelos que a outorgam.

Esse poder encarnado no Estado, cuja legitimidade se enraíza na esfera dos valores morais e assume uma forma pessoalizada, precisa reconhecer direitos que cabem ao “povo”, responder às suas aspirações e reivindicações de alguma forma. Os valores éticos que colocava na base das relações de poder substituem aqueles do mundo das fazendas, que se encontrava em desagregação; porém, ele permite que, mesmo doada, a identidade deste povo e seu direito a ter direitos sejam estabelecidas no mundo público. Por isso, tratava-se de uma nova experiência política, diversa do mundo das usinas e vivenciada num momento em que a convivência idealizada e as formas de subordinação instituídas com a fábrica rural, desde os anos 20, estavam sendo substituídas por outras.

Além do mais, num plano mais concreto, estes chefes do executivo reconheciam necessidades imediatas da “vida nova”, ao construir bairros operários, sistemas sanitários para a população recém-chegada à vida urbana, serviços de atendimento à saúde e projetos destinados ao lazer popular. Os trabalhadores das fábricas rurais iam sendo admitidos na vida pública como objeto de legislação e de obras públicas que lhes conferiam “um lugar” na cidade, como espaço mais arejado de liberdade e de uma nova ordenação social. Nada disso eliminava o componente autoritário dessas práticas, mas demonstrava que as passagens de um processo de subordinação à outro eram mais complexas que usualmente se supõe. Da parte dos

¹⁰¹ DEBERT, Guita G. *Op. cit.*, p. 2.

¹⁰² MONTES, Maria Lúcia. O discurso populista ou caminhos cruzados in MELLO, José Marques de. (coord.). *Populismo e Comunicação*, São Paulo, Cortez, p. 63.

trabalhadores, a adesão a esses projetos apontava para o aproveitamento de todas as brechas que iam sendo abertas, pelo desenvolvimento do conflito social no mundo rural-urbano-industrial.

É preciso destacar também um ângulo obscuro da experiência política popular dos anos 50 nestas regiões: a presença, ainda que indireta, da orientação comunista nos movimentos de assalariados rurais.

A partir de entrevista com o secretário regional do PCB em Minas durante os anos 50 e do exame de documentos nacionais e estaduais cedidos por esse ex-militante, foi possível estabelecer três níveis de observação da questão. Primeiro, a orientação nacional a respeito da política comunista para as áreas de usinas canavieiras e de presença operária nos campos; segundo, a avaliação que se fazia da estrutura empresarial mineira na primeira metade dos anos 50 e da constituição da classe operária no estado, onde se destacava sempre a importância das usinas canavieiras de Ponte Nova e Visconde do Visconde do Rio Branco; terceiro, a presença de militantes comunistas e de “assistentes” da direção regional entre os trabalhadores dessas regiões.

Quanto ao primeiro nível, a intervenção de um membro da direção nacional do partido durante a realização do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, em 1954, destacou os pontos que orientavam toda a prática política nas regiões de indústria rural: antes de mais nada, a *“formação da aliança operário-camponesa, base indestrutível da frente democrática de libertação nacional”*. Essa preocupação tinha levado o partido a multiplicar sua ação entre os camponeses durante o período de existência legal, organizando *“centenas de ligas camponesas em todo o país”*. Assim, conforme a fala deste dirigente:

“Os anos de 1948, 1949 e 1950 assinalam um ascenso nas lutas camponesas, sob a direção de nosso Partido. Dezenas de greves de colonos de café e de assalariados agrícolas, inúmeras e combativas ações de arrendatários e meeiros, revelam que os camponeses e trabalhadores agrícolas não estavam dispostos a aceitar passivamente a exploração a que os submetiam os latifundiários. Neste período, destacam-se as lutas de Fernandópolis, de Canápolis, de Santo Anastácio e das usinas de açúcar

*da Bahia. Em outubro de 1950, teve início a luta armada dos posseiros de Porecatu em defesa de suas terras*¹⁰³.

Duas Conferências Nacionais de Trabalhadores Agrícolas e Camponeses, realizadas em 1953 e em 1954, marcaram um traço importante na extensão das bandeiras operárias e trabalhistas do campo à cidade: sindicatos operários urbanos ajudam materialmente na preparação da II Conferência, cujo manifesto foi assinado por *“...cerca de 500 dirigentes de mais de 100 dos mais importantes sindicatos operários do país”*¹⁰⁴.

*“Muitas conferências regionais e locais foram realizadas nas próprias sedes dos sindicatos operários. Inúmeras caravanas de líderes sindicais compareceram às assembléias realizadas no campo, levando não só a solidariedade da classe operária, mas também as experiências de luta e de organização dos trabalhadores das cidades. Toda a II Conferência transcorreu sob o signo da amizade e da fraternidade entre operários e camponeses. Ao local onde se realizou a conferência, no parque Ibirapuera em São Paulo, compareceram mais de uma centena de delegações sindicais e de delegações operárias das maiores fábricas da capital paulista, levando mensagens e presentes aos delegados camponeses de 16 estados do Brasil. Ao mesmo tempo, delegações de camponeses visitaram os seus irmãos operários nos sindicatos e nas fábricas”*¹⁰⁵.

No balanço geral dessas atividades, a intervenção assinala que foram criadas dezenas de associações camponesas e sindicatos rurais, sendo que o maior avanço ocorreu entre operários e assalariados agrícolas dos engenhos e usinas de açúcar, particularmente em São Paulo e Pernambuco, maiores centros açucareiros do país. Em consequência, foram desencadeadas greves em engenhos e usinas daqueles estados, com a participação de dezenas de milhares de trabalhadores, sendo que a maior parte delas reivindicava principalmente o pagamento do salário mínimo sem qualquer espécie de desconto, tendo sido vitoriosas.

O que essas colocações sublinham - a importância da relação direta entre operários urbanos e trabalhadores do campo, em particular os assalariados, já vimos

¹⁰³ SANTOS, Oto. Intervenção no IV Congresso. *Revista Problemas*. 1956.

¹⁰⁴ Idem, p. 249.

¹⁰⁵ Idem, p. 249-250.

assinalando ao longo deste texto. Esta contigüidade, que é fonte de transmissão de experiências de reivindicação e organização, foi claramente estimulada como forma de fazer avançar o movimento social. Havia toda uma orientação, que se generalizou ao longo da década de 50, no sentido de organizar legalmente camponeses e assalariados rurais em associações e sindicatos rurais. Mais que isso,

“... a criação dessas organizações tem frutificado quando são auxiliadas pelos sindicatos operários. Muito positivas tem sido as experiências quando se inicia por organizar os trabalhadores das cidades do interior, admitindo a inclusão dos camponeses, para depois, a partir das organizações de ofícios vários, criar as organizações específicas dos camponeses”¹⁰⁶.

Além disso, enfatizava-se a necessidade de trabalhar em todas as organizações existentes, onde estivessem os trabalhadores rurais, fossem cooperativas, sociedades de auxílio mútuo, associações rurais etc. Assim, a intervenção política dos comunistas, de um lado, promovia a aproximação com a experiência urbano-industrial que, como vimos, já existia há décadas, impulsionada pela própria configuração das fábricas rurais. De outro lado, admitia a existência prévia de formas de organização dos trabalhadores do campo, nas quais também deveriam procurar atuar.

Quanto ao segundo nível da observação proposto, é possível identificar a avaliação que os comunistas mineiros faziam da realidade das usinas canavieiras no estado e as orientações políticas que definiam, através de um documento denominado *“A Importância de Minas Gerais na Luta pela Independência Nacional”*. Produzido na primeira metade dos anos 50, diz, no item VIII - *“Onde construir o Partido”*:

“O proletariado do campo é imenso no Estado. Precisamos avaliar sua força. Mas dois pontos são para nós desde já decisivos: são os assalariados do açúcar, as grandes usinas de Visconde do Rio Branco e

¹⁰⁶ Idem, p. 253.

*Ponte Nova, na Mata; e os assalariados do arroz: meia dúzia de latifúndios em Canápolis e Capinópolis*¹⁰⁷.

No item seguinte, “*Principais organizações operárias e camponesas*”, referia-se à importância dos sindicatos de trabalhadores do açúcar de Visconde do Rio Branco e Ponte Nova, entre aquelas organizações decisivas no estado para a condução do trabalho na frente sindical.

Na mesma direção, o secretariado regional havia produzido um levantamento das principais empresas e municípios do estado no tocante ao número de operários que congregavam, com o objetivo de subsidiar o traçado de sua política de mobilização. Entre as empresas e fábricas com mais de mil operários em Minas Gerais, a Sucrière, usina açucareira de Visconde do Rio Branco, situava-se em 13^a lugar com 1.500 operários, entre as 15 maiores empresas estaduais (ferroviárias, mineradoras, siderúrgicas e têxteis), sendo a única empresa ligada diretamente à atividade industrial no campo. Já entre as empresas com mais de 500 operários, listavam-se duas outras usinas de açúcar, localizadas no município de Ponte Nova (ver a relação completa no Anexo).

Conforme entrevista do Secretário Regional do Partido na época, o PCB contava com núcleos organizados na região cafeeira e canavieira da Zona da Mata, em Ubá, Visconde do Rio Branco, Caratinga e Ponte Nova, sendo que em Ponte Nova e Visconde do Rio Branco eram dezenas de militantes, parte deles localizada nas fazendas canavieiras de propriedade das usinas de açúcar locais. Para assisti-los o partido deslocava principalmente um militante de nome Militão José Soares, “*um cozinheiro negro, careca e de óculos*”, bastante culto que, tendo sido preso certa vez no sul do estado, logo fora identificado como comunista. Naquela altura, sendo negro, mas ao mesmo tempo fino e educado, não havia outra explicação para sua formação a não ser a militância, conforme concluíram os advogados do partido que foram socorrê-lo em Pouso Alegre¹⁰⁸.

Ainda segundo o relato do ex-secretário regional, ele mesmo teria assistido trabalhadores rurais em fazendas desta região nos anos de 1952-53, ocasião em que dormia em casas de moradores nas fazendas, em “*verdadeiros catres infectos, cobertos de percevejos*”. Isso demonstrava as condições de moradia que eram

¹⁰⁷ p. 9.

¹⁰⁸ Entrevista de Luiz C. Bicalho, em Belo Horizonte, 24/05/1994.

fornecidas aos trabalhadores rurais nessas empresas, que faziam parte do rol das maiores indústrias do estado.

A presença comunista também era registrada nos períodos eleitorais, com a indicação de candidatos que se identificavam com as propostas partidárias, como registram volantes distribuídos no município de Ponte Nova¹⁰⁹.

O golpe militar de 64 viria eliminar da vida pública não apenas os espaços de organização das camadas populares e os projetos de reforma social, como também a própria prática autoritária do populismo, substituída pela ação estatal de corte tecnocrático e pela mudança profunda na representação política institucional. Assim, todos os “populistas municipais” conhecidos na Mata mineira foram cassados e sua organização partidária desaparece com o Ato Institucional nº2, de 1965.

Examinando os dados disponíveis no cartório eleitoral de Visconde do Rio Branco, entre 1962 e 1988, complementados por informações do Tribunal Regional Eleitoral-MG, é possível perceber a nova forma assumida pelo conflito político-institucional nestas regiões. Os dados mostram, em primeiro lugar, a continuidade da atitude oposicionista vigente nos anos 50, nas eleições para governador do estado em 1965 e nas eleições municipais de 1966, quando predominam por ampla margem os votos contrários ao partido do regime. Na década de 70, elegeu-se um jovem prefeito do PMDB, herdeiro político do antigo PSD local, com um discurso de oposição aos usineiros e de críticas democrática ao regime militar. Durante a greve de 1986, seria um dos políticos regionais que mais daria apoio ao movimento.

Nas eleições de 1982, a herança populista do prefeito Carone seria retomada com a eleição à prefeitura de seu irmão Júlio Carone, e o discurso oposicionista ganhou fôlego no novo contexto político-partidário do país. Esse período marcou as tentativas iniciais de organização do Partido dos Trabalhadores na região, sendo que suas bases, no conjunto da Mata mineira, estavam assentadas em parte na chamada “esquerda católica”, resultante dos movimentos de evangelização dos anos 60-70, e na extensa rede de Comunidades Eclesiais de Base constituídas nos anos 70-80, como se viu anteriormente.

¹⁰⁹ Camaradas de Ponte Nova! *Boletim Eleitoral do PCB*. Eleição municipal de 1956.

Também elegeu-se deputado pela região Jorge Carone Filho, que desenvolvia prática inspiradas nas de pai, tanto na capital quanto no interior, e oposicionistas moderados, com vínculos com o grupo mineiro polarizado por Tancredo Neves.

Nas eleições de 1988, elegeu-se prefeito o candidato do PDC, espécie de linha auxiliar mais clientelista do PMDB mineiro, enquanto o primeiro presidente do sindicato de trabalhadores rurais tinha grandes chances de tornar-se vereador pelo PT. Mas a existência do voto vinculado foi utilizada para inviabilizar sua eleição: muitos eleitores seus e do prefeito do PDC foram induzidos a votar na legenda do prefeito, anulando o voto que se destinava ao sindicalista. Já para deputado federal, com votação maciça no município e apoio pessoal do governador do estado, elegeu-se o proprietário da usina, Mário Bouchardet, cassado mais adiante por sua ausência nos trabalhos da Constituinte.

Nas eleições presidenciais de 1989, sob o impacto da cassação de Bouchardet e vivendo os reflexos da politização das camadas populares pelos movimentos sociais e pela Igreja, a região apresentaria um quadro muito diverso da tradição: o candidato Luís Inácio Lula da Silva foi vitorioso nos dois turnos da eleição presidencial, com 31,84% dos votos no primeiro turno, seguido por Collor de Mello, com 25,93% ; em terceiro e quarto lugar ficaram Leonel Brizola com 10,23% e Mário Covas, com 6,13%. No segundo turno, Lula obteve 53,19% dos votos e Collor, 41,61%. É significativo também que a votação tenha-se concentrado, em primeiro lugar, nos dois candidatos que foram identificados com o “novo” na política brasileira, ainda que inadequadamente, como no caso de Collor, da mesma forma que nas grandes regiões urbanas do país, mas também o fato de que, entre os demais, foram mais votados os candidatos que personificavam, de alguma forma, projetos de mudança social.

Nas eleições seguintes, tanto se elegeram candidatos ligados aos grupos conservadores locais e estaduais, quanto começavam a aparecer como alternativas de voto para o governo estadual, senado e congresso nacional, os candidatos do PT. Já para a Assembléia Legislativa, a votação se concentra num parlamentar ligado aos usineiros da Mata mineira, seguido à distância pelo ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, cuja votação e recursos materiais, muito concentrados no município, foram insuficientes para elegê-lo.

Portanto, a representação político-partidária configura um quadro em que a velha polarização reaparece, fragmentada entre as várias opções conservadoras que

se alternam conforme as articulações de grupos regionais ou locais, enquanto fica mais definida a votação em candidatos que abraçam projetos de mudança social. Se não se pode falar apenas de dominação tradicional e poder patrimonial, é certo que recursos financeiros, pressões, ameaças e fraudes limitam o alcance do voto popular que, nas eleições municipais, é marcado permanentemente pela tendência de pessoalização das relações, esmaecendo as distinções partidárias e os projetos políticos.

Nas entrevistas com trabalhadores rurais, evidenciaram-se posturas e representações da política semelhantes àquelas registradas por estudos feitos entre assalariados rurais em condições semelhantes¹¹⁰ e entre operários urbanos da periferia de São Paulo¹¹¹. Em primeiro lugar, assume realce a diferenciação das falas a partir de vivências populares bastante distintas da política institucional. Como já assinalara CALDEIRA, percebe-se uma nítida diferenciação entre os trabalhadores mais participantes hoje, ou aqueles que participaram de lutas sociais no passado e os que não tiveram essas experiências.

Mas também é muito marcada a afirmação da enorme distância entre as necessidades e interesses dos indivíduos das camadas populares e estas formas da política, mesmo entre os mais politizados. A fala mais comum destaca, em tom mais ou menos agressivo ou de deboche, este distanciamento:

“Não tem melhora não. Melhora vai ter só quando acabar esta geração e vim outra. Que agora tá cheio de ladrão, só rouba...Já tomei nojo já . Tudo que entra lá é uma merda só. Hoje faz tudo [referia-se à campanha eleitoral em curso]; entra lá , ninguém faz nada...No ano passado votei no Sarney. No Sarney não, nesta coisa que tá lá , no Collor...O Collor não tá ruim não, mas consertar este mundo ninguém conserta não. Ele quer uma coisa lá , tem mais de cinquenta em cima dele, como é que ele vai arrumar? Ele tá de cima né, a qualquer hora vai ter um arranco do dinheiro outra vez...Nunca participei deste negócio de política não. Prá quebrar a cabeça? Nada. Vai prá lá , vai prá cá é a mesma coisa. Obrigação eu fazia. Quando tá no dia de votar, via aquele que tava mais ou menos, votava nele e pronto...Época do trabalhador

¹¹⁰ MARTINEZ-ALIER, Verena e BOITO JR., A. 1974: enxada e voto. In LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H.(org.). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

¹¹¹ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A Política dos Outros*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

mesmo foi do Getúlio. Do Sarney prá cá não teve ruim não, depois dele avacalhou tudo também. Vamos ver este lá agora”¹¹².

Ou na fala de C., uma animada cortadora de cana de 35 anos, um filho, separada do marido e expulsa da colônia pelo pai:

“Isto [material de propaganda eleitoral de um candidato local, empresário português que veio para o Brasil com a Revolução dos Cravos] é os menino que vai no comício. Eles pega na rua. Prega na roupa dele. Pode por mãe? Falei: Pode por que a gente não desfaz de ninguém, não ... Ainda não tenho candidato. A gente fica aí pensando em Deus que lá não tem um bão pra gente. Ano passado [na eleição para presidente] votei nesta merda que tá lá ... Vem os outros que fala que é bão, que dá idéia para a gente e a gente vai... Aqui é assim. Eu peço idéia os outros. Aí todo mundo aqui foi ele, falei: com certeza todo mundo virou assim, às vezes presta, né! Aí a gente vai lá, engole merda. Pra prefeito votei naquele, tão bonzinho, como é que chama gente? Iraní [o candidato eleito em 88]... A gente não ganha nada, mas a gente tem que votar, porque se não votar... Deus é que tem o poder e que é bão prá gente mesmo... Teve uma vez que teve um bem bão lá, nem vi ele mais. Tabelou as coisas e ficou naquilo. Não sei se foi um que morreu [Refere-se ao ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro]. Foi bem bão mesmo. Que congelou e ficou naquilo muito tempo. Ajudou a gente um bocadinho. Os de agora só vão subindo as coisas. Hoje vai lá, compra uma coisinha, amanhã já é o dobro daquilo”¹¹³.

Como notou MARTINEZ-ALIER, em pesquisa feita ainda nos anos 70 entre trabalhadores rurais paulistas, há uma reflexão muito clara, subjacente à consideração negativa dos efeitos do voto; essas pessoas têm certeza de que não são representadas neste processo, de que ele não modifica, em geral, as condições de sua existência.

Um outro operário, cuja família era toda composta de trabalhadores da cana, mas já tendo ele próprio abandonado esse trabalho pelo de operário na construção civil, e que se empregava eventualmente em São Paulo, falou:

¹¹² Entrevista com o Sr. A., 78 anos, trabalhador aposentado aos 58, depois de trabalhar na cana-de-açúcar e na parte industrial da usina, realizada em 13/09/90.

¹¹³ Entrevista realizada em 14/09/90.

“No primeiro turno eu votei no Lula. No segundo eu votei no Collor, porque ele falou umas proposta muito boa, eu achava que ia melhorar. Muitas coisas melhoraram, muitas coisas piorou. De maneira que a vida não tá ruim não. A gente tendo saúde pra caminhar...”

Momentos antes, na mesma entrevista, dissera:

“Melhorou nada, piorou foi tudo. Tá cada vez mais pior. E na pior a gente vai vivendo na paz...Piorou no salário, em grana. Paralisou tudo. Enquanto ele não tava mantendo esta atitude, a grana ficava mais fácil. Todo mundo negociava com mais vontade. Agora, depois que ele entrou, tudo ficou mais parado. O povo tem medo de ir tocando o serviço. O lugar que cabe assim umas cinqüenta pessoas, ali já cai para umas vinte pessoas para fazer aquilo tudo. Porque o dinheiro tá pouco. Por isto eu não fui para São Paulo ainda. Eu estou esperando melhorar. Pra ir lá e ganhar salário, não dá ...Eu não tenho candidato não. Qualquer um que for lá, tá tudo certo. Eles não fazem benfeitoria mesmo. Só querem pegar posição, eles esquecem tudo que eles prometem”¹¹⁴.

Ao final da entrevista, a mãe e o filho mais velho, ambos trabalhadores nos canaviais, quando perguntados sobre o que melhoraria suas vidas, depois de afirmarem que pensavam “igualzinho ao pai” a respeito das eleições, disseram:

“A gente precisa de mais serviço... Mais trabalho na cana também”¹¹⁵.

“Mais firma pros filhos trabalhar, porque meus filhos tão tudo criado, né. Ter um lugar prá eles trabalhar com INPS, assim direitinho, não precisa d’eu trabalhar prá ajudar eles não. Eu fico em casa, cuidando da casa, deles mesmo, né? Porque chega e não encontra nada pronto, nem uma água quente para tomar banho, nem jantar, nem um café. Chega aqui tá uma bagunça, aquela revirada danada. Ela chega mais cedo que eu [refere-se à filha, também canavieira], aí ela vai ajeitando aí prá mim. O dia que eu chego muito tarde, eu não agüento ajudar nada não. Porque lá eles não carrega cana”¹¹⁶.

¹¹⁴ Pedreiro, pai de uma família de canavieiros, em 13/09/1990.

¹¹⁵ Ad., rapaz de 18 anos.

¹¹⁶ D.A., canavieira que trabalhava para “particular”, como chamavam os fornecedores da usina, 39 anos.

Já um velho trabalhador aposentado após 50 anos de trabalho para a usina, afirmou:

“Pra presidente, votei foi no barbudo... Achei que o Partido do Trabalhador podia melhorar pra nós. Mas acaba, coitado, ele não ganhou. Se ganhasse também, às vezes! Vai que sempre tem algum que a gente simpatiza demais neles, é de mais idade, né?...Eu nunca participei de movimento. Agora, eu gosto de comentar, sempre nós fala lá- O Partido do Trabalhador vai ajudar os trabalhador, né? Então eu votei nele. Ganhou muito voto mas o outro deu mais sorte que ele...Eu achava que aqui em casa todo mundo votou nele...Aqui o povo não entende. A senhora votou no Lula?...[pergunta a outros por perto].Ele não deu sorte, não deu sorte, que ele não ganhou, e a gente vai levando, coitado, da maneira que der”¹¹⁷.

O senhor B., antigo morador da Fazenda Santa Helena (onde se encontravam os trabalhadores mais ativos e politizados, desde os anos 50), na ocasião da entrevista tinha 70 anos e, apesar de aposentado, trabalhara até recentemente na cana e participava de todos os movimentos. Sua fala demonstra a clara percepção de classe projetada no processo eleitoral mas, ao mesmo tempo, um sentido de debilidade e de dificuldade sempre enfrentadas. Entrecortando a fala incisiva, o termo “coitado” referia-se ao mesmo tempo a Lula e a eles próprios, diante das vicissitudes da política institucional.

O senhor J.C., 70 anos, também aposentado e ex-morador da Santa Helena, foi ainda mais incisivo:

“A política da usina aqui, eu acredito que é forte, mas sabe por causa de que que é forte? Porque ela tapeia, porque a maioria dos eleitor de Rio Branco é bobo. Eu falo contra mim, que sô muito bobo. Eles não tem a noção porque eu sou um analfabeto muito, muito vivo que tem noção das coisa. Eu conheço o que me faz bem e o que me faz mal. E eles sabem o que que vai fazê mal, mas eles é bobo, eles entra. Porque aqui a usina tem uma mania de as vez chega na época de política, eles fazem curral lá , leva esses coitado desses bobo tudo pra lá e chega lá , passa um pão com salame na boca deles, uma garrafinha de guaraná , um cafezinho

¹¹⁷ Entrevista realizada em 13/09/1990.

e dá a ceda a eles e vai vota . “Me dá aqui” e são bobo, vai votá no que mandá . Agora eu falo com sinceridade, eu nunca votei num candidato da usina, nunca. Esse prefeito agora, eu sei que ele tá fazendo alguma coisa, mas com meu voto ele não foi. Eu tenho até arrependimento de ter votado, porque eu não achava que elei ia ser tão honesto como tá sendo...Ele tá fazendo bastante coisa. No lugar de casinha de pobre lá pra cima, que nunca existiu água, ele colocou água, quer dizê que ele tá fazendo um trabalho bom, mas eu não votei nele...Nessa eleição agora eu vou votar no partido do PT...Eu votava sempre no PMDB. Agora eu não voto mais. O PMDB acabou com a gente...Eu tô com 60 anos e só votei num partido, no PMDB, e no PT eu comecei no ano passado”¹¹⁸ .

A respeito do candidato local do PMDB a deputado federal, empresário português dono de abatedouros de aves na Zona da Mata e no Rio de Janeiro, apoiado extra-oficialmente pela Usina, “seu” J.C. dizia:

“Tem muita gente boba, eu no meu modo de pensar, eu não votava em ninguém igual seu Avelino, não...Porque que agora ele tá fazendo campanha, fazendo vale pros outro, fazendo proposta...Porque há mais anos atrás aí, ele era o chefe do abatedouro, ele não fazia assim uma campanha sem ser política, falava assim: olha, eu tenho 40 anos assim, assim, no sindicato dos empregados, eu estive lá em Belo Horizonte... Mas só agora é que fiquei fazendo campanha pra poder ganhá ?...Eu não concordo com isso não. Eu acho que o candidato, ele devia ter o prestígio dele e não querer tapear o povo. O povo já tá muito suficiente na tapeação que tá havendo neste país nosso”.

Depois de comentar as dificuldades que vinha enfrentando para plantar à meia num pequeno roçado por causa do preço do adubo, afirmou:

“Então, não tem condição. Eu acho assim, que quando cair na realidade, que conseguirem apoiar o PT. Que o povo eles tão sabido, mas não façam eles de bobo, porque eu acho assim, que este ano todo mundo devia de apoiar o PT. Pra colocar o PT lá em Minas, lá na Bahia, no Rio, em São Paulo, no Paraná , né? Pra ver o que que vai fazer. Agora de tudo se ele não fizer nada, aí vem outro ano, vão mudar, vão passar pra outro...Eleição é pra isso, pra vê. Mas o povo mesmo, fica naquela dúvida. Eu não sei se aquele vai fazer, se aquele não vai...Não gente, eu acho que o

¹¹⁸ Entrevista já citada.

povo devia conscientizar assim pra colocar uma coisa...Se o PT não fez, vai lá pro PDS, vão vê o que o PDS vão fazer; se o PDS não fez, vão lá pro...pro...pro PJ, pra vê o que o PJ vai fazer; se ele não fez, vão tentar, vamo pro Partido Liberal, vamo vê o que ele vai arrumar. Esse negócio de ficar dividindo gente é que é ruim. Tinha que apoiar uma turma só...Porque é que a coitada da Erundina lá em São Paulo, quase que ela era cassada? Quem que apoiava a coitada daquela mulher lá, cê via? Todo mundo fazia crítica, só metia o pau...Entretanto que ela era uma mulher tão honesta, que não achava jeito de forçar ela. Se o governo lá fosse do PT, se o Lula por exemplo tinha uma força e apoiar o governador de São Paulo, o prefeito de São Paulo aí, ia fazendo uma corrente, reforçava, né? Porque aí, dum lugar que tinha muito tirava um mucadinho daquele lugar pro que não tinha nada, ajudando, ajudando, semeando aqueles mais pequeno, né? Mas assim não, do jeito que tá, aqueles maiores dos outros partido, vai ver se panha um cadinho do outro que tá disputando. É isso que tá acabando com o país, é isso...De vez em quando a gente fala com os outros, mas não convém falar com eles que a vista da gente cresce, que é gente muito boba..."

"Seu" J. C. estrutura todo o seu raciocínio em torno da idéia de não ser enganado, de não ser "bobo", mero instrumento da manipulação eleitoral. A partir desse raciocínio básico, vincula suas necessidades imediatas de sobrevivência, como trabalhador e cidadão, à política local e à nacional. Pela experiência e sagacidade, define sua idéia de liberdade de voto: experimentar, mas com uma estratégia que fortaleça as opções que se toma ao votar.

Afirma também que o prestígio eleitoral do candidato deve ser calçado num trabalho anterior de representação de interesses que ele tenha desenvolvido, e não se apóie na mera compra de votos ou no clientelismo. Além disso, demonstra acompanhar a política nacional e não desconhece os partidos. Ao mesmo tempo, estabelece com a política local a relação pessoal que a diferencia das estratégias que traça para o país. Nesse caso, a política institucional é claramente vinculada à vida imediata dos pobres, e nela não importam os partidos ou a representatividade anterior do candidato.

A experiência de trabalhadores mais jovens com a política partidária pode ser ilustrada por duas falas, ambas com um sentido nítido de classe: a do jovem D., 18 anos, canavieiro e chefe de uma família hoje composta pela mãe e a irmã mais nova, e a de J.G., presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais, militante das CEBs e

do PT, pequeno produtor e filho do fundador do sindicato no município, na ocasião candidato a deputado estadual pelo PT. Ao falar das melhorias que poderiam ser provocadas pelo governo em sua vida, D. afirmou:

“No meu caso, eu acho que ele ajudasse mais um pouco, aí ficava mais melhor...Vamos supor, aumentando mais um pouco o salário, congelando mais as coisas”.

Perguntado se achava alguma diferença entre os políticos, respondeu:

“Quer dizer, pra mim, eu acho que faz [diferença]. Porque tem uns que é melhor que os outros. Tem uns que entra e faz alguma coisa. Agora, outro vai, quer fazer só pra ele. Não pensa nas pessoas. Então, eu acho que entrando um, saindo outro, melhora mais um pouco...Eu ainda não participei desses movimentos da Igreja, do Sindicato. Meus colegas já...Acho bom porque o pessoal fala muita coisa que é preciso falar, que acontece também. Então eu acho bom. Então eles vai pensar mais no trabalhador, não vai fazer tudo como eles quer não, como eles acham que as pessoas querem também. Acho que é bom”¹¹⁹.

Já a fala do presidente do sindicato pode ser tomada em vários sentidos: primeiro, pelo que sugere enquanto politização do trabalhador rural, como fala articulada e competente na análise da realidade local; segundo, nos elementos que fornece a respeito dos mecanismos de funcionamento da política institucional nas regiões dominadas por grandes usinas, nos tempos atuais:

“A pressão aqui em época de eleição é coisa de doido. Em 88, quando teve eleição para prefeito, foi uma coisa horrorosa. Ficou um estado tenso mesmo. Tanto o pessoal da esquerda quanto o pessoal da direita tava todo mundo tenso...Trabalhando tenso o dia inteiro porque tava o maior conflito. Chegou a dar briga mesmo, revólver, aqui num bairro, o Barreiro. Numa seção lá, uns dois cabos eleitorais de um candidato da direita chegou a arrancar o revólver mesmo. Dentro da seção. Teve que chamar a polícia e era só para pressionar. Estava funcionando os dois currais da usina que é esta aqui e da usina lá de baixo. Inclusive o

¹¹⁹ Entrevista realizada em 14/09/1990.

pessoal da esquerda neste período juntaram a fiscalização; PDT, PTB e o PT. O PDT aqui em Visconde do Rio Branco é hem esquerda, o PTB e o PT também. Então eles juntaram para fazer a fiscalização junta, uma vez que o quadro dos fiscais era muito pequeno. Nós tentamos fazer um documentário no dia da eleição, em cima dos currais da usina e o pessoal foi recebido com violência na usina de baixo. Tomaram as máquinas fotográficas deles, tomaram filmes e aí depois teve que chamar o juiz. E aí o juiz foi lá e o pessoal devolveu. Assim, o juiz estava vendo, a polícia estava vendo e não fazia nada. Carro buscando eleitor. De manhã cedo, eu saí cedinho, a gente tinha uma reunião antes da eleição para acertar os detalhes da fiscalização, era cinco horas, já estava cheio de carros no asfalto e de casa em casa um carro esperando o trabalhador acordar, colocar ele dentro do carro e trazer para a usina e depois levar ele para a seção”¹²⁰.

As práticas de aliciamento do voto, segundo vários depoimentos, pressionavam o trabalhador e sua família com a possível perda do emprego ou da moradia, caso a votação do candidato da usina, em sua seção, estivesse abaixo do esperado. Portanto, não se tratava de troca de favores, mas efetivamente do cerceamento da liberdade de escolha por coação econômica. Já a fala de J.G. demonstrava a polarização local contra os usineiros, mas também a dificuldade de transformá-la em oposição eleita, em virtude do domínio daqueles sobre os mecanismos jurídicos e policiais que pudessem coibir o abuso de poder. Somados aos erros na contagem de votos, e ao uso do voto vinculado, contribuíram para fraudar a escolha do candidato sindicalista a vereador.

Em 1989, a eleição presidencial refletiu uma reversão nesse quadro, com a vitória de Lula nos dois turnos, assim explicada pelo mesmo J.G.:

“Primeiro, o próprio fato do Bouchardet ter sido cassado. Fato mais impressionante na cidade. Apesar que tem muita gente ainda que dá apoio a ele, porque ele alegou aí na rádio dele, que foi cachorrada, ele não estava lá, que a Constituição já estava pronta...O Paulo Delgado esteve aqui e falou que a Constituição já estava preparada, que o avanço do trabalhador foi muito pequeno. Ele aproveitou este discurso e foi para a rádio e usou o discurso do Paulo Delgado a favor dele. E o pessoal, muita

¹²⁰ Entrevista realizada em 14/09/90.

gente concordou com ele. De qualquer forma, eles tiveram um descrédito muito grande aqui... Também teve o próprio fato que era eleição para presidente. O presidente está lá em Brasília. E é interesse deles aqui o domínio da cidade. Então, se você joga uma nota, tendo em vista que no próximo ano tem eleição para deputado e a coisa é muito mais próxima, gasta uma nota para comprar voto para uma eleição de presidente, no outro ano, gasta uma nota, deste jeito eles vão ficando sucateados também. Acabam quebrando".

Na compreensão do dirigente sindical, contavam mais como fatores explicativos da votação em Lula, certos fatos ocasionais, como a desmoralização do usineiro-deputado federal cassado por ter sido gazeteiro na Constituinte, que o trabalho de politização desenvolvido pelas CEBs, por exemplo. Havia também o conflito local, interno ao partido de Collor de Melo, que opunha duas facções rivais, tendo uma delas feito campanha para Lula. De todo modo, a eleição revelava o efeito da politização num contexto de descrédito e de afrouxamento dos mecanismos de coerção do voto popular.

Para finalizar, pode-se resumir alguns elementos gerais sugeridos por essas diferentes falas de trabalhadores rurais a respeito de suas representações do processo político-institucional. Em primeiro lugar, evidencia-se o não reconhecimento deste processo como algo que lhes diga respeito, de fato, e possa alterar sua vida; aquilo que já foi notado por diferentes autores, a representação dessa política em termos de "nós e eles", sendo "eles" os ricos, os não trabalhadores, os privilegiados que utilizam a política para seu proveito, mas não para os pobres ou para o povo. Assim, a política institucional delimita um lugar que não lhes diz respeito, que nada diz a respeito deles e que não os respeita (o sentimento de serem usados, manipulados, de serem feitos de bobos). Essa representação aparece, com matizes variados, na fala de todos os não militantes de sindicato ou partido.

Em segundo lugar, é muito marcado o vínculo entre a política institucional e a vida imediata, seja para dizer que eleições não mudam o viver do trabalhador, seja para afirmar as mudanças que possam ter ocorrido e afetado seus direitos, seu cotidiano. Fala-se, por exemplo, de direitos trabalhistas ao tempo de Getúlio, de mais ou menos emprego, de congelamento de preços. Um sentido mais abstrato transparece na referência à uma identidade de "trabalhador" para ser representada ou para serem ouvidos por "eles", os profissionais da política. Na mesma direção

aparece a representação da política local e nacional: na primeira, identificam-se pessoas, indivíduos conhecidos que podem ou não se interessar por suas vidas marginalizadas. Na política nacional, a regra é a abstração dos partidos, a indiferenciação dos perfis, o distanciamento.

Quanto aos acontecimentos marcantes, a periodização que fazem da política nacional também vem marcada por aquilo que afetou diretamente sua vida; são insistentemente lembrados os tempos do congelamento dos preços e, para os mais velhos, os tempos de Getúlio e do reconhecimento dos “direitos”. É bom lembrar que, diversamente da pesquisa feita por MARTINEZ-ALIER entre trabalhadores temporários paulistas, e mesmo de CALDEIRA entre operários da periferia de São Paulo, tratamos aqui de um momento político muito distinto. Esses trabalhadores estão de alguma forma imersos no turbilhão de acontecimentos que caracteriza a política nacional após o fim do regime militar, e submetidos a uma circulação de informações políticas, antes muito mais limitada. Discutem acontecimentos nacionais noticiados pela TV e pelo rádio, trocam impressões com filhos e outros parentes que trabalham no ABC paulista ou em Volta Redonda, por exemplo, centros de efervescência política do movimento sindical. Portanto, sua informação política não aparece filtrada pelo controle do patrão ou do senhor; nessas regiões, a cultura política é muito mais permeável e aberta a múltiplas influências. O que é restrito nesse contexto é a possibilidade de exercer seus direitos políticos - de voto, de expressão, de organização - com autonomia e liberdade.

b) Os limites da ação sindical

No que se refere à organização sindical, a experiência dos trabalhadores rurais desta região apresenta momentos diferenciados, mas também paralelismos com a experiência do operariado urbano, e especificidades resultantes das estratégias adotadas para desqualificar direitos políticos e sociais do trabalhador do campo.

Assim, na década de 50, as lutas sociais dos canavieiros foram travadas em torno dos direitos do trabalho previstos na CLT que poderiam ser estendidos a eles, enquanto assalariados da indústria. Ao desenvolvê-las, enfrentam dois problemas: tanto quanto os sindicatos de operários urbano-industriais, os sindicatos da agroindústria nascidos neste contexto serão dominados pela prática sindical atrelada

ao varguismo-petebismo, como mostra RIBEIRO¹²¹, pesquisando a experiência de Campos. No plano local, são instrumentalizados pela cooptação por parte das usinas, como atesta a experiência de Visconde do Rio Branco, após a greve de 58 (ver capítulo 1).

Além do mais, a forma de organização sindical por município determinará que os não assalariados das usinas, ou que constituam outras categorias de trabalhadores rurais, encontrem-se fora do sindicato original, que congregará, na prática, operários fabris e rurais de uma ou várias agroindústrias locais. O arcabouço jurídico-político da legislação do trabalho instituído em 37 delimita uma certa inserção e identidade para esse trabalhador rural; é assim que muitos trabalhadores mais velhos disseram, em entrevista, serem portadores de carteira de trabalho assinada já nos anos 50. Quando eclodem os movimentos do final da década, procura-se restaurar o discurso paternal-assistencialista-populista, e simultaneamente, cuida-se de excluí-los dos direitos, mudando seu contrato para a forma do cálculo por tarefa e não pela diária, que constituía a base do salário mínimo que recebiam.

Essas várias possibilidades só se alteram quando, em 1965, o governo definiu legalmente o que constitui “atividade rural” para fins de organização profissional, tratando também da organização sindical. A herança dessa ambigüidade (o chamado “enquadramento” sindical da categoria) se manifestará ainda mesmo nos anos 80, quando os rurais deflagram as novas greves: os patrões tentarão desqualificar, na justiça, os sindicatos novos e combativos constituídos em anos recentes e colocar como seus interlocutores legalmente instituídos os sindicatos da indústria, cujas diretorias controlavam diretamente. Foi o que aconteceu na greve de 86, em Visconde do Rio Branco: uma longa e desgastante batalha jurídica pelo reconhecimento dos novos sindicatos (fundados em 1983 em Visconde do Rio Branco e em 85, no município vizinho de Guidoal), como representantes dos canavieiros grevistas.

Com o prosseguimento da politização no final dos anos 80, constituiu-se uma visão estratégica acerca da organização entre os novos sindicalistas, que apontava para a necessidade de ganhar as eleições no sindicato da indústria, o que pretendiam conseguir nas eleições de 1990. Um dos candidatos era um ex-operário em Volta

¹²¹ RIBEIRO, Ana Maria M. *Op. cit.*

Redonda, que retornara a Visconde do Rio Branco e que adquirira experiência nas greves metalúrgicas recentes. A nova situação possibilitaria articular movimentos conjuntos de trabalhadores rurais e fabris, ultrapassando os limites impostos pela estrutura sindical.

Além disso, buscava-se influenciar a ação sindical da associação de plantadores, fornecedores de cana à usina, privilegiando uma aliança com os pequenos produtores também em luta com ela em torno dos preços pagos pela cana. Os preços baixos terminavam se refletindo nos salários e condições de trabalho dos assalariados rurais dos “particulares”, enaquanto a usina, “inimigo comum”, beneficiava-se com a superexploração do trabalho temporário e incerto, difícil de ser mobilizado.

Dois ângulos devem ser considerados na experiência recente do sindicalismo rural desta região, que poderia perfeitamente ser enquadrado nas formas do “novo sindicalismo” surgido no Brasil a partir dos anos 70, como se verá a seguir: primeiro, a constituição do sindicato como um sujeito coletivo que institui novas relações políticas no interior destas localidades, destacando-se aí as “matrizes discursivas” expressas por suas lideranças; em segundo lugar, a representação construída pelo trabalhador comum acerca do sindicato e de seu papel nesse contexto social e político.

As novas matrizes discursivas configuraram rupturas com o modelo sindical que se expandiu a partir da criação do FUNRURAL, em 1972, destinando-se a promover serviços de previdência social no campo, cujo órgão executor seriam os sindicatos rurais. Essa função, segundo FERRANTE¹²², busca manter o sindicato sob controle, transformado em “comitê burocrático gratuito”, à medida em que responde a uma necessidade real dos trabalhadores do campo e à representação dos direitos sociais do trabalho, levando a rápida multiplicação dos sindicatos. As novas entidades apresentavam um perfil puramente assistencialista, num contexto de ausência de liberdades políticas e de profundas redefinições nas condições de trabalho.

A partir de 1979, algumas situações novas começaram a se produzir no plano nacional e local, de forma a definir outro perfil dentro do movimento sindical, que desloca as práticas instituídas: nas águas da “abertura democrática” e sob o impacto

¹²² FERRANTE, Vera Lúcia B. *O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL. Ideologia e Realidade*. Anais do PIPSA, Ano I, vol. 1, 1976.

das greves do ABC paulista, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) realizou o III Congresso Nacional, no qual se define uma série de novas diretrizes para o movimento sindical, que terão grande impacto na deflagração de campanhas salariais e de grandes greves que se iniciavam pelo Nordeste do país. Decidiu-se incentivar a luta pelo Contrato Coletivo de Trabalho, procurando romper o controle exercido pelos fazendeiros sobre o mercado de trabalho e acumular forças com a união de vários sindicatos de uma região, organizados pela base e em mobilização crescente¹²³.

Como princípio geral, tais redefinições se somaram às críticas à cultura sindical clientelista e assistencialista predominante no sindicalismo rural, provenientes sobretudo dos militantes católicos ligados à Teologia da Libertação. Em certas regiões, isso resultará na constituição de oposições sindicais que disputariam a direção das entidades; em outras, na fundação de sindicatos novos, dentro de uma nova cultura política e de uma nova prática sindical, muitas vezes apoiadas no trabalho anterior das Comunidades Eclesiais de Base.

Conforme se viu no item anterior, o sindicato de Visconde do Rio Branco, à medida em que expressava a radicalização católica proveniente das CEBs, tinha um enraizamento muito mais profundo entre os pequenos produtores (parceiros, pequenos proprietários e arrendatários), parte deles fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas locais. Num contexto social em que a grande maioria dos trabalhadores era constituída por operários rurais, as direções sindicais eram completa ou majoritariamente compostas por camponeses.

Em 1992, dez anos depois de sua fundação, contava em sua diretoria com cinco pequenos produtores, três parceiros, quatro assalariados e dois aposentados. Do total de 1.064 associados, 48% eram assalariados, 39%, pequenos proprietários e 13%, parceiros. No município vizinho de Guidoal, no sindicato fundado em 1985 e que atuava em conjunto com o de Visconde do Rio Branco, havia seis pequenos produtores e três assalariados como membros efetivos da diretoria¹²⁴. À época da greve de 1986, os sindicatos só contavam com camponeses na sua direção, o que não impediu que assumissem a direção do movimento uma vez deflagrado, já que a greve não tinha sido convocada pelos sindicatos locais. Portanto, a legitimidade de sua

¹²³ SGRECCIA, A. e GADELHA, E. Movimento Rural, 1970-85 in POMPERMAYER, M. J. (org.). *Movimentos Sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG, 1987.

¹²⁴ CER - UFMG/FETAEMG, *op. cit.*

representação, antes da greve e desde então, não estava fundada em sua origem de classe, mas na postura política igualitarista que assumiam a partir do catolicismo progressista: todos os membros da direção tinham sido militantes das CEBs e nelas tinham-se formado politicamente.

Várias conseqüências derivaram daí: em primeiro lugar, durante pelo menos dez anos, ainda que o principal problema nestes municípios estivesse no âmbito das condições do trabalho assalariado, as direções sindicais foram marcadamente camponesas, mas levaram adiante o confronto com os usineiros. Do movimento de trabalhadores resultou a constituição de um pólo alternativo de poder no plano local, que levou o fundador do sindicato de Guidoal à condição de dirigente no movimento sindical do estado, na FETAEMG, enquanto o pioneiro no sindicato de Visconde do Rio Branco torna-se candidato a vereador e a deputado estadual. Ambos eram pequenos proprietários, e sua inserção social no movimento os levou a abraçar projetos de organização camponesa, com base em tecnologias alternativas e políticas agrícolas específicas para a pequena produção.

Todas as avaliações do desempenho dos sindicatos da região destacavam sua combatividade perante os usineiros. Um dos responsáveis pelo departamento de assalariados da federação estadual sublinhou, porém, que sua ação se caracterizava por haver *“muita politização e pouca organização”*¹²⁵. Por “organização” subentende-se aqui o molde do sindicalismo desenvolvido pela CONTAG, que se reapropriou do modelo corporativista e o conduziu durante o regime militar dentro das brechas possíveis na lei.

Os sindicalistas da região de Visconde do Rio Branco, além de desenvolverem uma ação sindical que procurava alinhar as diferentes faces do trabalho ligado à produção açucareira, rechaçando o modelo assistencialista do FUNRURAL, pretendiam desdobrar sua ação política no plano partidário e institucional. Nas palavras do presidente J.G.:

“Alguns perguntam [pela assistência] mas é raro, a coisa mais rara que tem. Há pouco tempo teve uma senhora que perguntou se não teria um oculista no sindicato. Eu falei que não. A gente não trabalhava na área de saúde. O sindicato era simplesmente uma organização dos

¹²⁵ Entrevista realizada em Belo Horizonte, com J. R., dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais, em 06/12/89.

trabalhadores para defender os direitos do trabalhador. Reivindicação mesmo dos trabalhadores não tem. Quando começou também muitos trabalhadores vinha com esta intenção. Aí foi cortado, de início foi cortado. Então o trabalhador não criou aquele hábito. O maior problema é se a gente tivesse começado com este trabalho e depois cortar; suspende o trabalho e aí o pessoal fica naquela, aí começa realmente a reivindicar, não entende...Foi uma opção mesmo. Também porque sindicato não é para isto. Acho que saúde tem que ser com o poder público”¹²⁶.

H., primeiro presidente do sindicato de Guidoal, afirmara coisa semelhante em entrevista anterior, e acrescentara que, além de a assistência à saúde ser dever do Estado, o sindicato não assistencialista evitava que os diretores “...ficassem cuidando só disto e não tivessem tempo para a mobilização”¹²⁷. A recusa do modelo FUNRURAL de sindicato em nada contribuía para o desgaste da entidade junto a seus associados, que somavam 1.064 trabalhadores em Visconde do Rio Branco e 842 em Guidoal, abrangendo camponeses e operários rurais. Mas a forma heterogênea de composição da base sindical tinha-lhes custado alguns conflitos internos nos momentos de eclosão da greve e de negociação salarial:

“O pequeno produtor é o que está mais presente no sindicato. É o que mais senta nas reuniões para discutir. E o que a gente discute mais é a situação do assalariado, principalmente da usina. Na greve de 86, muitos pequenos produtores que participavam do sindicato, largaram o sindicato. Saíram daqui e não voltaram mais. Justamente porque a greve reivindicava um aumento de salário. Se aumentava o salário da usina, automaticamente o fornecedor ia ter que pagar mais também pelo cortador de cana particular. Agora, hoje os pequenos produtores, alguns acabam reconhecendo que na realidade não é o trabalhador cortador de cana a pessoa que explora ele, é a usina. A usina explora ele, explora o empregado dela e indiretamente acaba explorando o cortador particular”¹²⁸

¹²⁶ Entrevista já citada.

¹²⁷ Entrevista realizada em 06/12/89.

¹²⁸ Idem.

Mais adiante, afirmava a rejeição de parte dos pequenos produtores ao próprio sindicato:

“Alguns pequenos produtores não aceitam de forma alguma. Não é só o fato do sindicato trabalhar com bóia fria, não, é com o sindicato mesmo. Eles não concordam com o sindicato, ignoram a gente, conversam com a gente assim...Isto é por causa das leis do trabalho. Por causa que a gente leva na justiça. Então, quando a gente começa a entrar no próprio partido de esquerda, aí eles não gostam também. Falam que é colocar o empregado contra o patrão e nunca patrão contra empregado. Que iria tomar as terras deles. Que eles tem hoje o que tem porque trabalharam para ter aquilo. Então o discurso deles é sempre este”.

O sindicalista H., na mesma entrevista já citada, lembrou que quando foi fundado o sindicato, a FAEMG (Federação dos Agricultores do Estado de Minas Gerais - a federação dos proprietários) tentara cooptar os pequenos produtores presentes na direção sindical, para transformá-los em Sindicato dos Produtores e não de trabalhadores. O sindicato nascera de uma crítica radical à desigualdade social e se inserira nas lutas surgidas a partir das diferentes situações de trabalho. No entanto, estava sendo testada sua capacidade de organização e de conciliação política entre trabalhadores de inserção social diversa. Além de buscar politizar as diversas categorias, propunha-se uma estratégia de ação política que pudesse, mais adiante, unificar os diferentes tipos de interesse contra o inimigo maior, que seriam as usinas canavieiras.

A legitimidade sob críticas também se registrava entre os canavieiros; reconheciam a importância do sindicato e dos movimentos porque, segundo D., jovem trabalhador que nunca participara do sindicato,

“... o pessoal fala muita coisa que é preciso falar, que acontece também. Então eu acho bom. Então eles vai pensar mais no trabalhador, não vai fazer tudo como eles quer não, como eles acham que as pessoas querem também”¹²⁹.

¹²⁹ Entrevista realizada em 13/09/90.

Isto é, o sindicato é o instrumento necessário para o reconhecimento da sua fala de trabalhadores, que deve ser legitimamente reconhecida. Mas ocorre também a exigência de maior eficiência nos confrontos, ou maior presença diante das formas exorbitantes de exploração que estavam vivendo:

“Este ano, com as suspensões parece que a coisa está muito pior. Tem de fazer alguma coisa. A greve passada foi bobagem, porque foi na entressafra. Tem de ser organizada antes, poucos dias antes do corte, para pressionar a usina. Mas falta mais união entre os trabalhadores da usina”¹³⁰.

Este tipo de proposição surgira na fala de vários trabalhadores experientes, e mostrava uma disposição que ultrapassava a capacidade momentânea de mobilização do sindicato, talvez repetindo o sentimento que impulsionara a greve de 86. Outro trabalhador, já aposentado e conhecedor das histórias das lutas locais, diria:

“O pessoal nunca foi unido...Eu sempre acompanhei o sindicato, inclusive eu não era nada do sindicato, mas a turma gostava de mim e me convocava prá toda reunião. Toda reunião eu ia. Eles gostava muito de mim lá, mas uma vez eu comecei a revoltá com os próprios companheiros meu, porque eles não insistem, eles não acode, eles não procuram ajudá, eles não querem melhorá... Chegou a ponto de dois falá com o presidente do sindicato que ele tava exigindo, mas que os trabalhador tavam satisfeitos, sem reclamar. Pode sê uma coisa dessas? Isso é uma coisa horrível. Eu tive dó do presidente do sindicato, aguentá uma coisa dessas...Agora, esse sindicato da indústria aqui, é o sindicato mais sem vergonha que existe. Mais eu, presidente nele, fazia alguma coisa prá cima da lei. Ele atingia tudo, sabe? Os industriais e os rurais, arrecadava de tudo, mas ele fazia alguma coisa. Eles trazia aí o presidente da Federação de Belo Horizonte, o Delegado Regional do Trabalho...Fazia festa e eles fazia alguma coisa e inda conseguia algum estímulo positivo lá pros trabalhador... Agora tamos aguentando o Júnior lá, que só visava dinheiro, gostava de cerveja, então não fazia nada pros trabalhador não... Agora ele

¹³⁰ Entrevista com o sr. J., 49 anos, cuja mulher tinha sofrido várias suspensões por não atingir a produtividade exigida, em 08/06/90.

tá agarrado lá, né, cê sabe?... Agora, o sindicato rural trabalhou muito com o pessoal daqui, mas o pessoal é muito tapado, ele não enxerga não...Acho que eles tem medo, medo de perder o serviço. E não precisa ninguém ter medo de perder o serviço porque aqui, quem é empregado da usina, ou do abatedouro, não é empregado de ninguém. Se eles cismar de mandar embora, eles manda mesmo, não quer nem saber se é bom ou se é ruim”¹³¹.

Assim, para esse velho trabalhador, já aposentado mas ainda reivindicante, todos os instrumentos são válidos para se lutar pelo trabalhador; o que falta é romper o medo do arbítrio dos patrões e a acomodação de dirigentes sindicais e trabalhadores, atitudes imperdoáveis na sua visão. Sua fala se assenta num sentido de moralidade e dignidade do trabalho que prevê limites para o aviltamento e que experimentou no passado relações mais pessoais com a usina (seu J.C. se referiu várias vezes ao tempo dos franceses, às formas do trabalho na cana durante os anos 50). Também aponta para a contínua recriação dos espaços possíveis para o reconhecimento do trabalhador rural; à medida que sua vivência não é a do militante sindical ou partidário, sua crítica não se dirige às instituições sindicais corporativistas, mas à pessoa do dirigente que a ocupa, e aos dirigidos que aceitam sua prática limitada. Para o trabalhador comum, os espaços de luta são muito mais amplos que as escolhas dos mais politizados, e todas as “brechas” merecem consideração, assim como na vida cotidiana.

Para os patrões, no entanto, a instituição sindical e a legislação do trabalho, se tem de existir, não devem ser instrumento de autonomia e confrontação, mas de subordinação e segmentação dos trabalhadores. Assim, nos anos 50 o reconhecimento do sindicalismo sob a chancela da indústria é um meio de domesticação: garante os direitos previstos na CLT, mas faz do sindicato uma extensão da vontade privada dos patrões, com o que as formas populistas de cooptação podem ser acionadas contra a rebeldia dos trabalhadores.

Quando se separa o estatuto legal do trabalho rural do fabril, a ambigüidade deste operariado nascente no campo é sempre usada para rechaçar todas as tentativas de confrontar a exploração do trabalho de forma coletiva e organizada. Ao primeiro sinal de greve e de negociação junto à Justiça do Trabalho, tentar-se-á

¹³¹ Entrevista já citada.

desqualificar os novos sindicatos de base rural como interlocutores do capital agroindustrial no campo. Instituiu-se a desgastante batalha do “enquadramento sindical”, responsável por meses de paralisação nas negociações salariais até o reconhecimento do sindicato de trabalhadores rurais como legítimo representante dos grevistas.

Vencida essa etapa, os acordos resultantes das greves vão passar por outros processos de desgaste: primeiro, o cumprimento efetivo daquilo que foi firmado, uma vez que a fiscalização do trabalho não existe, ou não assegura efetivação dos direitos instituídos¹³² e, segundo, o direito ao pagamento dos dias parados (entre 1986 e fins de 1989 nem sequer havia sido julgado, em função do recurso da empresa junto aos tribunais superiores).

O desgaste político que se procura imprimir ao sindicato é, no entanto, compensado pela legitimidade conquistada por uma postura intransigente com a usina, mesmo sob pressão, e que se materializa em conquistas que, comparadas aos ganhos de operários de setores mais avançados da indústria nacional ou mesmo da agroindústria, parecem irrisórios à primeira vista. Além do salário mínimo assegurado como piso, 10% de produtividade, quinquênios, transporte dos trabalhadores por ônibus gratuito, esmeril para afiar as ferramentas de corte, livre acesso dos dirigentes sindicais às turmas na empresa, equipamento de proteção para os que lidam com agrotóxicos, lanche fornecido pela empresa durante o trabalho. A cada dissídio coletivo, a usina recorria com recursos de não cumprimento, adiando assim a efetivação de novos ganhos e mantendo em vigor apenas os acordos passados.

A existência de uma cultura política de oposição que não se assentava apenas sobre a estrutura sindical, mas a alimentava com novos quadros e com um discurso de contra-hegemonia em relação aos usineiros, que se estendia pelo cotidiano fora do trabalho, permitia que o sindicalismo se mantivesse coeso e legitimado, mesmo com todas as estratégias de desgaste. Em outras localidades de Minas Gerais, a prática sindical, diante de processos de produção e trabalho mais avançados e após greves e mobilizações muito mais poderosas, refluíu e entrou em

¹³² Vide, em anexo, o acordo firmado em 1986.

sucessivos impasses e desmobilização, como no município de Passos, no sudoeste de Minas Gerais¹³³

¹³³MULS, Nair C. A natureza e os limites das lutas dos assalariados rurais em Minas Gerais: as greves dos canavieiros de Passos. *Textos de Sociologia e Antropologia*. Belo Horizonte, UFMG, n.º 13, julho/agosto, 1986, mimeo.

Capítulo 4: Cultura Popular e Imaginário Político Entre Trabalhadores Rurais

“A cultura aparece sempre como uma terra de encontro com outros homens, para uma classe dobrada sobre a matéria, segregada como se fora uma outra humanidade”. Éclea BOSI, 1988.

*“De maneira que agora tem um furacão, assim, aqui dentro”
(D. Eva, 80 anos, canavieira aposentada, cega).*

4.1 - Sobre cultura e política

Ao longo dos capítulos anteriores foram feitas considerações sobre as relações de poder construídas através da cultura, em diferentes dimensões. Neste capítulo pretendemos precisar certos referenciais teóricos subjacentes à análise até aqui procedida, e destacar algumas dimensões peculiares que constituem o campo de forças culturais em que estas populações estão inseridas.

Quanto aos pressupostos teóricos, a discussão que se segue estrutura-se em torno de duas “chaves” : os conceitos de Hegemonia e de Cultura Popular, elaborados por alguns autores a partir do referencial gramsciano, e o conceito de Sujeito autoinstituído a partir da Experiência, que se constrói na cultura e no Imaginário social. O uso de um quadro conceitual estabelecido a partir de vertentes tão distintas inspira-se nas possibilidades de análise apontadas por SADER, ao examinar a emergência de novos sujeitos políticos no Brasil dos anos 80, pesquisando movimentos sociais na cidade de São Paulo¹.

No que se refere à hegemonia, parto das considerações de CHAUI, quando aponta a “*novidade gramsciana*” ao demonstrar que na cultura se estruturam

¹ SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1991, cap. 1.

relações de poder, e que representações, normas e valores são práticas sociais no interior das ações de dominantes e dominados. Além do mais, trata-se de um complexo de experiências que se altera com as condições históricas para que a dominação seja mantida, de forma que a subordinação seja interiorizada e imperceptível².

CHAUÍ apoia-se em Raymond WILLIAMS para mostrar que a hegemonia tem de ser continuamente recriada em face das alternativas e oposições que questionam e desafiam sua dominação. É nesse contexto que faz sentido o exame da Cultura Popular como “conjunto disperso de práticas dotadas de lógica própria”, e não como um todo orgânico em oposição à cultura dominante; suas ações e representações construídas por dentro dela, em busca de resistência, podem não ser explícitas, mas silenciosas e invisíveis³.

Na mesma direção, ARANTES⁴ observa que as manifestações da cultura popular constituem um sistema de significados como parte da ação social organizada de determinado grupo. Sua possibilidade de existência deve-se ao fato de que mesmo sociedades relativamente homogêneas comportam incoerências em seus sistemas culturais, permitindo articular o desacordo nos termos próprios a um mesmo sistema simbólico.

Assim, com base nessas propriedades dos sistemas de significação, que são parte da ação social, criam-se espaços e falas alternativas, ao mesmo tempo fragmentários e dispersos. A inexistência de uma dualidade cultural que opõe e separa, de forma estanque, as manifestações de dominantes e dominados, discursos eruditos e populares, oficiais ou marginais, sugere a proposição de BAKHTIN⁵ e GINZBURG⁶ de uma relação circular em que a cultura do dominante e seus processos de dominação se alimentam das expressões dos dominados, e vice-versa. Essa dialética aponta para o caráter contingente dos processos de resistência, para a impossibilidade de determinar de antemão que tal ou qual combinação trará a contestação política articulada e explícita ou o conformismo à ordem social.

² CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1987, Introdução.

³ Idem, p. 25 e 33.

⁴ ARANTES, Antônio Augusto. *O Que é Cultura Popular?* São Paulo, Brasiliense, 1986, cap. 40.

⁵ BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo, Hucitec/UNB, 1987.

⁶ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

Por outro lado, DESAN⁷, abordando os trabalhos de E. P. Thompson e Natalie Davis, que se ocupam da análise cultural do comportamento e das atitudes populares, em particular no que se refere à violência da massa, procura mostrar que processos vistos como não políticos devem ter seus rituais e formas de teatralização dos poderes na sociedade compreendidos dentro de uma legitimidade comunitária, dotada de um significado simbólico coerente. Trata-se, portanto, de analisar os tumultos de massa como eventos dotados de lógica e sentido, nos quais é necessário perceber os significados e a validade que lhes são atribuídos pelos participantes.

Assim, o conformismo ou a resistência, a internalização da subordinação e da obediência ou a enunciação de uma fala rebelde, não constituem meras derivações das posições ocupadas por dominantes e dominados na estrutura social. São construções culturais no campo da hegemonia que se alimentam da lógica cambiante da cultura popular. E são construções operadas por um sujeito coletivo que, conforme SADER, desempenha um papel criador no processo histórico, que não se consegue compreender por simples dedução das condições objetivas em que se acha envolvido. Suas orientações e comportamentos passam por mediações simbólicas que instituem as “necessidades sociais” como tais, não como objetivação inscrita em certa configuração das estruturas econômicas e sociais⁸.

Isso não significa que tais sujeitos coletivos constituam “vontades” descoladas das estruturas objetivas da sociedade, mas que as experiências vividas pelo grupo, determinadas por sua inserção social, são vividas como cultura. THOMPSON chama a atenção para o lugar da experiência humana nesse processo, quando relações produtivas determinadas são tratadas na consciência e na cultura e em seguida transformadas em ação. Diante disso, o problema é como passamos da percepção dos circuitos do capital, a abstração teórica, para os modos concretos de realização do capitalismo, e como construímos nossos conceitos de junção nessa passagem, através do exame dos sistemas culturais densos, complexos e elaborados que estruturam a vida familiar e social, onde a consciência social encontra expressão⁹.

Assim, experiência não significa apenas idéias e procedimentos racionais, mas sentimentos expressos na cultura como normas, obrigações familiares e de

⁷ DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis in HUNT, L. (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

⁸ *Op. cit.*, p. 42.

⁹ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Terra*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 182.

parentesco, reciprocidades e valores evidenciados na arte ou na religião, enfim, uma “consciência afetiva e moral”.

Neste texto, ao fazer a crítica radical do economicismo no interior do marxismo, assim como de seus reflexos na compreensão do ativismo político de massas e na formulação dos conceitos de classe social e de luta de classes, THOMPSON está recuperando dimensões da vida coletiva que ficaram esquecidas ou desqualificadas pela pretensão objetivista de tudo desvelar pelo método científico e de separar rigorosamente a vida material da mental. Na sua preocupação de entender a constituição histórica de sujeitos coletivos que sejam contingentes, e não produtos de leis ou determinações estruturais, ele se aproxima de CASTORIADIS, para quem é preciso resgatar as “significações imaginárias” da sociedade como produtoras radicais da história dos homens.

CASTORIADIS pretende justamente afirmar a capacidade de criação do imaginário instituinte, fornecendo respostas à perguntas postas pela exigência de definir uma identidade e uma articulação para a sociedade (ao responder ao “*quem somos?, que queremos?, que desejamos?, o que nos falta?*”, por exemplo), resposta que é dada no fazer de cada coletividade¹⁰. Tais sistemas de significações que a sociedade se dá são um produto social, assim como os homens que os utilizam; da mesma maneira, a “realidade objetiva” que os produz não é exterior aos homens, mas está impregnada dos significados das ações. Sendo assim, o imaginário não constitui um epifenômeno, mas uma condição de existência da própria realidade social¹¹.

Por outro lado, diz CASTORIADIS, as significações imaginárias produzidas são, desde muito cedo, acompanhadas pelo surgimento da contestação e da oposição no interior da sociedade, a partir da existência das classes e de sua luta. Assim, o conjunto supostamente homogêneo torna-se “*totalidade dilacerada e conflitual*”, expressa num imaginário que a simboliza para os oprimidos. Mesmo que permaneçam tributários do imaginário que combatem, muito cedo os oprimidos respondem com a negação desse imaginário opressor, propondo uma igualdade essencial entre os homens, ainda que sob uma vestimenta mítica¹².

¹⁰ CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 177.

¹¹ SADER, Eder. *Op. cit.*, p. 45.

¹² CASTORIADIS, Cornelius. *Op. cit.*, p. 187.

Portanto, alterações nas práticas coletivas são condicionadas por reelaborações do imaginário constituído: novas experiências produzem outras falas e deslocamentos de significado, e práticas instituintes de novas relações políticas na sociedade¹³.

Neste capítulo, examinamos alguns processos culturais em que pensamos reconhecer essas reelaborações ocorrendo ao longo do período histórico que esta pesquisa abrange. Procuramos mostrar a dominação racial sendo teatralizada e condenada através da religião popular, e os limites institucionais desta crítica; as representações positivas e negativas do mundo do trabalho que acompanham a transformação social e a consciência política; a maneira como se constroem relações baseadas numa certa moralidade paternal e num ideal de reciprocidade que é rompido com o profundo aviltamento do trabalho assalariado; os variados processos de transmissão de experiências e representações no interior da cultura popular, e a vivência peculiar de cada geração nesse domínio. Por fim, analisamos alguns elementos do imaginário milenarista cristão que alimenta as idéias de igualdade radical e a recente prática política dos trabalhadores na região pesquisada.

4.2 - Domesticando o negro e o pobre no campo

Um traço que, à primeira vista, chama a atenção no município de Visconde do Rio Branco é a presença da população negra na cidade, descendente do contingente de escravos que foi mobilizado para o plantio de café, no final do século XIX. Seu predomínio se evidencia entre pobres e trabalhadores em geral a partir de um simples olhar de visitante, num dia útil qualquer, sobre a praça principal da cidade. Nela se encontram pessoas aguardando os ônibus para os bairros e municípios vizinhos, ou simplesmente dispersas pelos bancos e sob as árvores: desempregados, aposentados, biscateiros. Parte da população pobre local, cujo tipo racial denota a ascendência negra.

A vinda de imigrantes como colonos para essa área não foi muito expressiva, o que é atestado pelos estudos sobre o tema, como o de LANNA¹⁴ e o de

¹³ SADER, Eder. *Op. cit.*, p. 46.

¹⁴ LANNA, Ana Lúcia. *Op. cit.*

MONTEIRO¹⁵. À época do Recenseamento de 1920, o município contava com 1.105 estrangeiros numa população de 53.381 habitantes, sendo 598 italianos, 236 portugueses, 50 espanhóis, 175 turcos, 16 vindos de outros países da Europa, 2 norte-americanos e 28 originários de outras procedências, quando a expansão açucareira começava a se estruturar.

Os Censos de 1940 e 1950, por registrarem a cor dos habitantes da localidade, permitem perceber que, no total de 39.867 habitantes em 1940(após desmembramentos de distritos e perdas populacionais), 10.004 eram pretos, 5.796 “pardos” e 28 “de cor não declarada”. Portanto, a população de origem negra constituía praticamente 40% da população total. Em 1950 essa participação caíra a 36%, com 5.582 negros e 4.062 pessoas que se declararam pardas num total de 26.179 habitantes. A medida que as formas de trabalho foram-se modificando, sobretudo da década de 60 em diante, e que o acesso à terra tornou-se mais difícil, a presença da população negra fica mais evidente na cidade e na composição étnica da população global. Esse fenômeno também ocorre, nas últimas décadas, em outras regiões mineiras que tiveram número expressivo de escravos, na mineração ou na economia cafeeira.

Essa presença notória indicará várias questões em que pensar: em primeiro lugar, a maneira como essa população foi incorporada ao trabalho livre, tema já tratado no Capítulo 1, e como foi integrada política e culturalmente à sociedade do açúcar, levando em conta a construção da hegemonia política dos fazendeiros, as formas de dominação e moralização do trabalho, as resistências e a tentativa de autonomia e preservação da identidade dos trabalhadores nesse contexto. Duas dimensões do processo de legitimação da dominação sobre esses trabalhadores, construídas no plano da cultura, podem ser examinadas: as relações paternalistas e o lugar da religião popular, particularmente das manifestações afro-brasileiras.

Vimos anteriormente o papel do paternalismo, enraizado ainda no final da escravidão, na construção das formas de controle do trabalho, e como as estratégias de legitimação da dominação puderam ou não assegurar espaços para a autonomia cultural e psicológica dos dominados. Pesquisando situação semelhante no sul dos EUA, GENOVESE mostrou que o paternalismo surgiu da necessidade de disciplinar e justificar moralmente um sistema de exploração, estimulando a bondade e a

¹⁵ MONTEIRO, Norma de Goes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais. 1889-1930*. Belo Horizonte, Co-edição da Prefeitura Municipal e Imprensa Oficial, 1974.

afeição, e simultaneamente, a crueldade e o ódio¹⁶. Ele também contaminava as relações entre brancos pobres e ricos que viviam nos interstícios das áreas de *plantation* como sitiantes, parceiros, diaristas, dependentes dos senhores no acesso à terra, no processamento e comercialização do que produziam e na obtenção de salários pelo seu trabalho. As relações se estruturavam, portanto, a partir da “generosidade” do grande proprietário. Como assinala GENOVESE, todos eram levados a ver no paternalismo uma forma normal e adequada das relações de classe.

Dessa maneira, o trabalho escravo e o trabalhador sujeitado do período pós-abolição existiam como uma retribuição à proteção e à direção que davam os senhores a seus dependentes, criaturas inferiores que lhes pesavam “*como um dever e um fardo*”¹⁷. A relação de dominação e a exploração econômica aparecerão revestidas por um discurso moral e religioso que as tornava legítimas social e politicamente, e cuja eficácia dependia da internalização das representações construídas sobre o negro e o pobre pelos próprios dominados.

Se a história do sul dos EUA até a guerra de Secessão é uma “*história gloriosa de uma auto-reforma sábia da perspectiva da classe senhorial*”, no Brasil também tivemos reformadores que objetivavam uma transição suave para novas relações, de modo a garantir a reprodução dos seus dependentes sem ameaças de qualquer natureza aos senhores. Eles pregavam o condicionamento ao trabalho pela manutenção das relações paternas e de favor, ao mesmo tempo combatendo a festa, os “desregramentos” e os perigos da religião popular. Sobre as vantagens do favor e dos laços de dependência entre as partes envolvidas, já em 1824 um deles exortava:

“Sejamos, pois, justos e benéficos, senhores, e sentiremos dentro da alma que não há situação mais deliciosa que a de um senhor carinhoso e humano, que vive sem medo e contente no meio de seus escravos como no meio de sua própria família; que admira e goza do favor com que esses desgraçados advinham seus desejos e obedecem a seus mandos, observa com júbilo celestial maridos e mulheres, filhos e netos, sãos e robustos, satisfeitos e risonhos, não só cultivam suas terras para enriquecê-lo, mas

¹⁶ GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida. O Mundo que os Escravos Criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 22.

¹⁷ Idem.

*vêm voluntariamente oferecer-lhe até as premissas dos frutos de suas terrinhas, de sua caça e pesca, como a um Deus tutelar*¹⁸.

Oiliam JOSÉ, historiador riobranquense, estudando a abolição em Minas Gerais aponta alguns exemplos na mesma direção, como o do fazendeiro Justino de Souza Duarte, (de Barbacena, terra dos mesmos Andrada e onde predominavam os escravistas), que se constituiu num *“notável exemplo de amparo aos libertos”*. A cada um de seus escravos doou um alqueire e meio de terra, com escritura passada a filhos e netos, sem poderem vender a terceiros, *“para evitar maus vizinhos”*, conforme noticiou A Província de Minas, jornal de Ouro Preto, em seu número de 25 de maio de 1888¹⁹.

Em Visconde do Rio Branco, nesta ocasião, houve ruidosas manifestações de alegria promovidas por negros libertos, sendo que

“...quase todos os ex-escravos abandonaram as fazendas em que viviam, só voltando ao trabalho meses depois, premidos pelas necessidades e e já convencidos de que eram livres mas não isentos de trabalho.

*Pequenos grupos, entretanto, mais prudentes e amigos de seus senhores, recusaram-se a deixar as lavouras, passando à condição de assalariados. Foi o que aconteceu nas fazendas do Coronel Fortunato José Pereira e D. Maria Joana de Souza, em Visconde do Rio Branco, e de Francisco José Pereira, em Guiricema. Seus escravos não deixaram as propriedades e os acompanharam dedicadamente até a morte*²⁰.

Em São João Nepomucemo, cerca de 150 proprietários reuniram-se no salão do Fórum logo após a abolição para tomar duas medidas: *“o amparo efetivo aos libertos para que solucionassem do melhor modo possível seus problemas e a formação de uma sociedade que protegesse o trabalho livre no município”*²¹.

Tais procedimentos se deram num contexto em que se registravam fugas, recusa ao trabalho e desorganização generalizada das lavouras, além de violências e

¹⁸ José Bonifácio de ANDRADA, citado por FRANCISCO, Dalmir. *Negro, Afirmação Política e Hegemonia Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG-Tese de Mestrado em Ciência Política, 1992, mimeo, p. 91-92.

¹⁹ JOSÉ, Oiliam. *A Abolição em Minas*, op. cit., p. 19.

²⁰ Idem, p. 147.

²¹ Idem, p. 145.

queima de cartórios por toda a zona da Mata e outras regiões da província. Assim, ostentar e difundir o ideal das boas relações e da submissão dos libertos aos antigos senhores tornou-se uma necessidade premente, que se combinava a outras estratégias de controle e subordinação pré-existentes, destinadas a coibir a vadiagem, reprimir as “*práticas perigosas e suspeitas*” e circunscrever um lugar subalterno para o negro na vida social.

Era necessário tornar pública a adesão simbólica à nova condição dos negros, ostentando também a manutenção da subordinação e das relações hierárquicas anteriores: o mesmo JOSÉ descreve os festejos da abolição em Leopoldina, onde o 2º Barão do Bonfim, Jeronymo de Mesquita, em 15 de abril de 1888, alforriou seus 182 escravos e à frente deles entrou na cidade, indo todos assistir à missa na igreja matriz. Em seguida, houve entusiástica manifestação dos abolicionistas locais e do povo, discursos do presidente da Câmara, do vigário e do Juiz Municipal²².

Os libertos vão aparecer no noticiário e nas preocupações dos dominantes como sempre o foram: como ameaças à ordem pública. Segundo cálculos de SENNA²³, com a abolição Minas ganhava 230.000 negros livres, e em muitas localidades este contingente não se inseriu pacificamente nos festejos oficiais. Em Tremedal, por exemplo (hoje o município de Monte Azul, no norte do estado), os ex-escravos comemoraram ruidosamente, por dias e noites seguidas, sua emancipação. Houve uma sucessão de festas e matrimônios e as colheitas e plantações não foram realizadas regularmente; perderam-se cereais no ponto de serem colhidos, comidos por animais, roubados ou simplesmente apodrecidos nos campos. “A Província de Minas” vai registrar o “*aumento da vagabundagem e a desorganização do trabalho*” de forma generalizada, atingindo não só os libertos, mas também camaradas contratados para a lavoura²⁴. Mas o fato mais preocupante nesse contexto foi o surgimento da chamada Guarda Negra, constituída por

“...negros recém libertos, afastados ainda do trabalho livre e vivendo de expedientes ou à custa de seus antigos senhores. Mediante pequenas gratificações, promoviam arruaças ou empreitavam assassinatos de tocaia. O fenômeno aconteceu em quase toda a província e chegou a

²² Idem, p. 139.

²³ SENNA, Nelson de. *A Terra Mineira: Chorografia do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922.

²⁴ JOSÉ, Oiliam. *Op. cit.*, p. 149-150.

*alarmar os proprietários e as autoridades, que se confessaram incapazes de se oporem às ameaças e desmandos dessas turbas desorientadas*²⁵.

Desde o ano anterior, o problema já preocupava as autoridades mineiras, e uma das formas de diminuí-lo foi o recrutamento obrigatório de negros para servirem no Exército e na Armada, medida vivamente aplaudida pela imprensa mineira:

“Em verdade, no conceito de qualquer observador do que se passa no paiz, mormente depois da lei de 13 de maio, o aumento da vagabundagem, em progressão constante e perigosa, constitue reclamo vivo e continuo a medidas de prompta execução e de efficacia exemplar...

*Com a libertação em massa, pela lei de 13 de maio, pode-se dizer que as centúrias (de vagabundos) tornarão-se batalhões e, assim, que ha em cada comarca da província uma legião de vadios*²⁶..

O jornal registra ainda o desespero dos fazendeiros com a desorganização dos trabalhos rurais e a impossibilidade de obterem dos camaradas e libertos o serviço ajustado, arruinando-se as lavouras. A polícia mineira expedia circulares, de que JOSÉ transcreve trecho, datado de julho de 1889, portanto mais de um ano após a abolição, registrando a preocupação com o recrutamento de libertos para manifestações favoráveis à monarquia, que constituíam “*um perigo para a ordem pública*”. O fenômeno da Guarda Negra e da desorganização do trabalho também foi apropriado no sentido contrário à expansão da causa republicana na província, tendo ocorrido manifestações e agressões em vários municípios da zona da Mata (Angustura, Muriaé, Além Paraíba), na passagem de Silva Jardim pela região, em campanha pró-Republica²⁷.

Os dez anos finais do século XIX e a primeira década do século seguinte são cruciais no campo, para a domesticação de negros libertos e brancos pobres, no sentido de inseri-los de forma segura nas relações de trabalho livre e assegurar a ordem pública na região mais desenvolvida economicamente das Minas Gerais de então.

²⁵ Idem, p. 123-124.

²⁶ A Província de Minas, nº 549, 29/09/1888, citado por JOSÉ, O., *op. cit.*, p. 149.

²⁷ Idem.

A aristocracia mineira reúne-se na capital em eventos, como o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial Mineiro, de 1903, visando discutir o disciplinamento da mão de obra e a educação para o trabalho do trabalhador nacional. O abandono do serviço era preocupação freqüente nesses debates, nos quais se propunham multas vultosas para o trabalhador, “*em quantia correspondente ao salário que deveria receber se não abandonasse o serviço*”, processos e prisão em colônias correccionais, ou educação, formação profissional e doutrinação ideológica “*contra os ideais socialistas*”²⁸.

A adoção da parceira como principal alternativa ao trabalho escravo após a abolição, como estratégia econômica e relação de trabalho, já foi examinada no Capítulo 1. Resta assinalar ainda sua dimensão de subordinação pessoal, num contexto de reestruturação da acumulação capitalista, independentemente da cor e da nacionalidade da família envolvida. Mesmo tendo existido anteriormente na história agrária do estado, a parceria só se tornou predominante ao final da escravidão, e prevendo, em contratos firmados em cartório como aqueles estudados por GONTIJO²⁹ na zona da Mata, condições da meação, prazos, direitos e obrigações dos proprietários e penalidades em caso de transgressão. Assentados no trabalho familiar, os contratos previam envolvimento hereditário dos outorgados, e alguns definiam prestações pessoais entre os contratantes.

Portanto, no momento em que se instituíram as formas de moradia nas fazendas canavieiras de Visconde do Rio Branco, Ubá e adjacências, tendo em vista a produção de canas para as usinas nascentes, a parceria, mais monetarizada que nos demais municípios cafeeiros, conforme a pesquisa documental citada, já se encontrava enraizada na região, e será estendida a certas condições de fornecimento de cana, perdurando até os anos recentes.

A domesticação e a resistência desse trabalhador supostamente livre das amarras da escravidão, são particularmente visíveis no conteúdo político de suas manifestações religiosas. Mas deve-se assinalar que a cultura popular negra ultrapassa largamente as manifestações de religiosidade, e implica formas múltiplas de expressão evidentes na linguagem, nos jogos e festejos

²⁸ Fala de João Alves, em 20/03/1903, Congresso das Classes Produtoras, citado por FARIA FILHO, Luciano M. A República do trabalho: a formação do trabalhador-cidadão em Minas Gerais no alvorecer do século XX. *Revista do Departamento de História* nº 10. Belo Horizonte, UFMG, 1990.

²⁹ GONTIJO, Romilda Mourão. *Op. cit.*

profanos, nos ritos que acompanham a vida cotidiana. Nessas manifestações variadas, vamos encontrar no país o que MARTINS denominou “*formas teatralizadas da cultura negra*”: os congados e reinados, escolas de samba, jogos corporais como a capoeira, ritos africanos, a expressão brejeira do olhar e a ginga da postura, o uso permanente do duplo sentido e a comicidade irônica da linguagem, de forma que:

“Nos espaços permitidos pelos brancos, nos vazios considerados inofensivos pelo sistema escravocrata, os negros reviviam clandestinamente os ritos, cultuavam deuses e retomavam a linha do relacionamento comunitário, numa estratégia africana de jogar com as ambiguidades do sistema, de agir nos interstícios da coerência ideológica”³⁰.

Dessa maneira, constituía-se um teatro popular, pela via da simbolização coletiva, que permitia retomar a herança africana em seu diálogo com o universo ocidental, sob o signo do ritual e do jogo.

A manifestação livre e pública dessas formas esteve, porém, desde sempre limitada por interdições de toda ordem, como as Leis Provinciais e as Posturas Municipais, a repressão policial e a perseguição católica. JOSÉ, referindo-se especificamente à Visconde do Rio Branco, lembra as Posturas da Câmara Municipal, de 1853, que proibiam jogos e permitiam “*tocar, cantar e dançar nas ruas e praças das povoações, mas sujeitos às restrições que conviessem aos sub-delegados e à Câmara*”, e a permissão dos quimbêtes ou reinados das Irmandades do Rosário, desde que não ocorressem à noite³¹.

Em janeiro de 1888, outras posturas interditavam o batuque, tido como “*dança desonesta*”, ou de qualquer outra dentro das povoações, se realizadas com algazarra, fosse de noite ou de dia. À mesma época, proibia-se e perseguia-se em Visconde do Rio Branco o “*canjerê*”, que consistia numa “*reunião de negros para a prática de feitiçaria*”. O termo também se referia ao tapuia “*canjire*”,

³⁰ MARTINS, Leda Maria. *A Cena em Sombras. Expressões do Teatro Negro no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte, Faculdade de Letras/UFMG, Tese de Doutorado, 1991, p. 48

³¹ JOSÉ, Oíliam. *Visconde do Rio Branco. Terra, Povo, História*. *Op. cit.*, p. 193.

denominação de uma “dança bárbara de extrema violência existente na região”³².

Com relação a essas práticas mágicas, pode-se lembrar as referências de STEIN³³ acerca do papel do “feiticeiro” africano (o quimbandeiro, cangirista, curandeiro ou benzedor) fonte de conselhos para os escravos; ponto focal de resistência à escravatura, por ser o intermediário mortal por meio do qual se estabelecia contato com entidades sobrenaturais capazes de influenciar as atividades humanas; o guia espiritual que possibilitava quebrar a severidade do senhor ou evitar o castigo corporal por ele ordenado, e ao qual os próprios senhores recorriam quando se tratava de questões amorosas.

Assim, ao lado de um sistema rígido de exclusão, controle e hierarquização social, desenvolvia-se um conjunto de práticas comuns, na franja das camadas populares mais desqualificadas pela dominação social. Nesse lugar, a influência da cultura negra e particularmente de suas práticas propiciatórias, teve enorme importância na constituição do universo popular, influência que se desdobrou ao longo do tempo e, como veremos adiante, chega a nossos dias com grande força de atração. Por outro lado, aparecem permanentemente como práticas “desterradas”, realizadas no meio do mato ou nos terreiros da periferia urbana. Mesmo aqueles ritos que resultaram da reforma do culto e do mito africano pela ação do catolicismo como as congadas, ou as organizações destinadas à solidariedade entre os negros e à retomada dos laços que compunham as nações dispersas, como as irmandades de negros, sofreram restrições públicas por longas décadas, após a Abolição.

É nesse ponto que se enraízam as principais questões postas pela instituição de uma identidade do trabalhador rural nestas regiões: a dominação social e o controle da população pobre surge entretecida com uma profunda e extensa desqualificação do homem resultante da escravidão. Nesse contexto, a identidade negativa que se instituiu socialmente sequer pôde beneficiar-se de uma auto-representação estruturada a partir da religião oficial, tal como aconteceu no sul dos EUA, conforme demonstram os estudos de GENOVESE acerca das relações entre as formas de resistência negra e o protestantismo batista naquele país.

³² *Idem*, p. 239.

³³ STEIN, Stanley. *Op. cit.*, p. 239.

Podemos tomar as manifestações da cultura negra mais perenes na região pesquisada e procurar entender seu sentido, sua reelaboração em face das pressões do catolicismo e do poder institucional, de forma a entender como o discurso político do trabalhador tem de surgir de outro lugar (os direitos do trabalho em geral, já a partir dos anos 30 e até os 50) e mais adiante, como discurso religioso católico sobre as desigualdades (nos anos 70), mas nunca explicitamente posto ou reconhecido como fala dos negros trabalhadores.

Em Visconde do Rio Branco, duas formas da cultura popular negra provêm do século passado e se mantêm vivas, em meio a dificuldades de toda ordem: as festas de Congada e o Candomblé. Mais recentemente, difundiu-se a religião umbandista, adaptação contemporânea dos cultos negros ao mundo dos brancos, conforme a interpretação desenvolvida por ORTIZ³⁴, que endossamos.

Segundo indicações de JOSÉ³⁵, no município vizinho de São Geraldo, até a década de 30 sobrevivera também nas comemorações do 13 de maio o “Boi da Sá Rosária”, uma variante do Bumba-meu-boi que em seus cantos expressava “o horror à escravidão e aos que a mantiveram”. MERCADANTE³⁶ faz menção à existência, em Visconde do Rio Branco, de festas e jogos populares com características portuguesas, como as cavalhadas, que ocorriam por ocasião das festas do Divino, e cujas últimas danças foram registradas entre 1900 e 1910. O mesmo autor lembra também a existência da dança de “caboclinhos”, originária da tradição indígena, que desapareceu por volta de 1948. Dessa riqueza inicial permaneceram portanto as duas práticas citadas, apesar dos percalços que mostraremos a seguir.

O Congado praticado em Minas, na descrição do antropólogo SABARÁ³⁷, constitui um sistema religioso afro-brasileiro, possuindo vários grupos rituais, sendo os principais o reinado, o congo e o moçambique, os dois últimos como grupos dançantes. As figuras místicas representadas nas pessoas dos reis que compõem o Reinado podem ser Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e outros santos, e seu calendário de festas coincide principalmente com

³⁴ ORTIZ, Renato. *A Morte Branca do Feiticeiro Negro*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

³⁵ *Op. cit.*, 1982, p. 177

³⁶ MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de Uma Região: a Mata Mineira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

³⁷ SABARÁ, Romeu. Libertação e celebração: o 13 de maio e a Princesa Isabel no congado mineiro in *Comunicações do ISER*, ano 9, nº 35, 1990, p. 65.

o mês de outubro, considerado o mês do Rosário de Nossa Senhora. Entre os ritos, constam a abertura e o fechamento do reinado, a coroação dos reis congos, desfiles, banquetes, promessas e levantamento de mastros.

Compõe-se dos seguintes elementos: um grupo predominantemente negro, irmandades religiosas de negros muitas vezes originárias do período escravista, igrejas, principalmente as de Nossa Senhora do Rosário, e um conjunto de mitos que explicam o festejo. Os fundamentos do Rosário e de suas festas em Minas Gerais são interpretados muito diferentemente se estudados por antropólogos como o citado SABARA, ou como a equipe de pesquisadores e folcloristas que nos anos 70 produziu um significativo estudo sobre as congadas mineiras, na Universidade Católica do estado, se comparados à perspectiva de pesquisadores católicos, ligados à Teologia da Libertação³⁸. Nesse último caso, toda a ênfase da pesquisa e da análise se concentra nos elementos católicos que devem ser reconhecidos na manifestação popular negra, sancionados pela recuperação que essa vertente do catolicismo tenta fazer da cultura popular, situando-a no campo da religiosidade cristã.

O estudo produzido pela PUC-MG aponta o auto dos congos como

“...uma sobrevivência histórica de antigas epopéias angolano conguesas, que reportam-se ao início do século XVII, rememorando coroações de antigos reis da África, sendo calcadas sobre velhos autos populares ibéricos”³⁹.

Seriam danças dramáticas, reproduzindo costumes e atos da vida tribal e as lutas entre cristãos e maometanos. Para realizá-las, cada sede de comarca ou paróquia do Brasil colonial instituía seus reis congos, acompanhados de seu cortejo, em festas organizadas pelas irmandades. A organização civil da Igreja Católica no período colonial previa a existência das confrarias, inspiradas nas organizações medievais das corporações de ofício, e assim as irmandades religiosas de negros brasileiros dispuseram de um espaço na institucionalidade oficial a partir do século XVII. Na verdade, elas representavam um contínuo de

³⁸ VAN DER POEL, Frei Francisco. *O Rosário dos Homens Pretos*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981.

³⁹ Universidade Católica de MG/Centro de Extensão - *Introdução ao Estudo do Congado*. Belo Horizonte, agosto de 1974, mimeo, p. 15.

sua devoção à Nossa Senhora do Rosário e a outros santos da África portuguesa, reforçados no país como instrumento contra o regime de escravidão⁴⁰.

A narrativa expressa no congado constitui um claro mito de origem das populações vindas escravizadas para a América, através do qual se busca explicar sua identidade tribal num contexto em que se procurava dispersar as nações para enfraquecer as resistências coletivas e individuais. Além disso, procura distinguir os povos negros diante da divindade e da crença, enaltecendo-os perante o senhorio branco.

São também expressões evidentes do efeito da catequese católica sobre os cultos africanos, à medida que os símbolos nativos - os orixás - são redefinidos no interior da simbologia católica, tornando-se aceitáveis às autoridades religiosas e políticas e aos senhores. Além disso, ao se organizarem na forma de irmandades, ocupavam um espaço definido (as igrejas de pretos), numa hierarquia sancionada e controlada pela Igreja Católica, dentro de determinados limites estatutariamente estabelecidos. Seu reconhecimento garante não apenas a liberdade de reunião, mas a legitimação das práticas de solidariedade entre escravos e também alforriados, que às irmandades cabia exercer. Aqui se configura nitidamente a relação entre conformismo (à ordem católica e branca) e resistência (resgate do sentido de identidade originária, um discurso anti-escravidão, práticas de ajuda mútua, falas disfarçadas de rebeldia), apontadas por CHAUI ao definir a cultura popular.

GOMES e PEREIRA, pesquisando a cultura popular em Minas, dirão que

“Integrar a cultura afro-brasileira aos padrões da cultura dominante significou encaixá-la num outro modelo, mas destituindo-a de sua identidade e significação”⁴¹.

Para comprovar tal afirmação, procuraram demonstrar, especificamente no caso da congada, como seus cânticos reproduzem afirmações sobre o negro que configuram demonstrações de fé associadas a ditos que refletem a auto discriminação, como :

⁴⁰ Idem, p. 16.

⁴¹ GOMES, Núbia Pereira M. e PEREIRA, Edmilson A. *Mundo Encaixado. Significação da Cultura Popular*. Belo Horizonte, Mazza Ed./UFJF, 1992, p. 34.

“Benedito é preto

mas ele é santo”

Para esses autores, a congada possibilitaria a inserção de representações da cultura marginalizada na cultura dominante, com o catolicismo fornecendo o modelo para o culto. Nesse movimento, seus praticantes tanto mantêm o estigma da autodiscriminação, quanto constroem o discurso da auto-estima, uma vez que a santificação da imagem negra se torna um mecanismo de ascensão social simbólica do discriminado e de afirmação da identidade afro-brasileira⁴².

A partir da instituição das confrarias ou irmandades religiosas de negros no Brasil, no século XVII, os padres passaram a coroar reis e rainhas escolhidos entre os escravos mais categorizados das comunidades e no século XVIII a devoção aos santos alcança ampla divulgação. Como assinala o referido estudo da PUC-MG, certas confrarias funcionaram efetivamente como sociedades secretas, cujo objetivo era a cotização dos escravos para a compra da carta de alforria. De qualquer forma, o espaço religioso na vida da sociedade colonial constituiu o único lugar onde, sob a aparência de festa religiosa e dança tradicional, buscava-se reconstituir a unidade tribal. É assim que, mesmo em suas formas mais reduzidas e primárias, os cortejos das congadas sempre aludem a práticas religiosas, trabalhos, festas da coletividade e guerras, repondo a tradição e os mitos de origem junto a cenas da escravidão na América, usando para isso o dialeto africano intercalado ao português. O cortejo acompanha os reis negros, dança diante das igrejas e casas de pessoas importantes da comunidade e executa as embaixadas, que representam a paz ou a guerra⁴³.

Os grupos que integram as congadas são denominados ternos ou guardas, e estabelecem íntima cooperação e associação para a realização da festa. O reinado se compõe de reis, príncipes, princesas e reis brancos (que podem ter a pele escura), escolhidos pela guarda, ou sendo reis de promessa, isto é, oferecem-se para a função em paga de alguma graça concedida pelo santo. Já os reis brancos escolhidos têm o papel de festeiros, devendo oferecer alimentos às guardas e seus

⁴² Idem, p. 34-35.

⁴³ PUC-MG, *op. cit.*, p. 18.

reinados. Devem, portanto, ter melhor situação econômica dentro da comunidade para serem homenageados dessa maneira.

As cabeças coroadas são as dos reis Congos, dos reis perpétuos e dos reis do ano, das rainhas de Santa Isabel, Nossa Senhora Aparecida, Santa Efigênia, Nossa Senhora das Mercês, Santa Bárbara e do rei de São Benedito. Assim, o reinado prevê toda uma hierarquia de poderes, deveres e funções na festa e na comunidade, como exercer a soberania, receber obediência, zelar pelas práticas da religião, exercer funções administrativas no grupo, entre outras atribuições.

A cerimônia constitui um ato sagrado mítico e simbólico, na qual o grupo se põe em contato com as divindades, reproduzindo atos da vida tribal e costumes das cortes de reis africanos. Os ritmos ou “toques” incluem várias categorias de bailados, como o candombe, o moçambique, o marujo, o caboclinho, o catopé e o vilão, variando regionalmente seu uso, de acordo com a origem africana do grupo local. O ritmo é marcado por tambores com a forma de atabaques, e esses instrumentos são considerados sagrados, isto é, deles emanam forças sobrenaturais. Utilizam-se também caixas, violas, sanfonas, pandeiros e reco-recos, além de outros instrumentos incluídos numa ou noutra região.

A fé em práticas propiciatórias se entrelaça com a comemoração religiosa e a manifestação da identidade originária. Assim, a congada é também um momento para pedir a intervenção do sobrenatural contra perigos que ameaçam algum membro do grupo. Os poderes dos santos, e em particular de Nossa Senhora do Rosário, bem como a afirmação da distinção religiosa do negro e de sua auto-estima, evidenciam-se na narrativa mítica que explica o surgimento dos congados e no seu papel posterior de resistência, ainda que passiva diante da adversidade da escravidão. Transcrevemos o relato do mito conforme aparece no estudo já referido da PUC-MG, pela clareza da exposição de um praticante entrevistado pela equipe. Trata-se do mesmo conteúdo expresso pelo sr.O., congadeiro em Visconde do Rio Branco, sob forma diferente, como veremos adiante:

“...Conta a lenda que o congado nasceu na África com a aparição de Nossa Senhora do Rosário, em Luanda. Uma crioula de nome Maria das Dores - Mãe Maria - estava fazendo comida para os

lavradores escravos irem para a roça, quando viu uma senhora muito bonita em cima de um muro. E disse:

- Aquela senhora tão linda, está olhando para mim. A senhora olhou e riu. É Nossa Senhora! Correu e contou ao senhor.

- Oh, crioula, está contando bobagens, vai tomar couro! e deu-lhe umas pancadas.

- Vai assar os cubus para os negros irem para a roça! Naquele tempo, cada negro recebia uma xícara de café, um pedaço de cubu, uma chicotada e ia para o serviço. A crioula, muito sentida, disse:

- Oh, senhor, não devia bater, porque a senhora ainda está lá.

O senhor olhava e não via. É que não aparecia para ele, era para ela. Então quando foi levar o almoço contou a história para diversos negros, entre eles Virgulino, Matias, Belchior. Os negros disseram - é Nossa Senhora do Rosário, "uanta mangará de Rozandaro". Começaram a cantar no eito as suas cantigas. Ensaíram e vieram para a senzala. Continuaram cantando. Perguntaram: - Mãe Maria, vê se vê Nossa Senhora. Ela disse: Não está lá mais. Tinha saído para a encosta do mar. Então, Virgulino, Matias, Belchior, Jerônimo e Baltazar fizeram o CANDOMBE.

Nesse tempo não havia couro, porque o senhor não dava tempo para que tirasse o couro de uma res ou cabrito para fazer as caixas. Então, eles usaram umas cabaça, marimba, uma folha de inhame amarrada em cima da lata para bater. Batendo e cantando foram tirar Nossa Senhora do mar. O poder dos negros era tão grande que batiam na folha de inhame amarrada na boca da lata, e ela não furou. Foram ver nossa Senhora, cantando. Nossa Senhora saiu do mar satisfeita. Antes, magistrados, bandas de música, frades, tinham ido buscar Nossa Senhora e ela não saiu. Não veio. Depois ela veio acompanhando os negros, andando em cima das águas. Chorava de alegria. As lágrimas caíram no chão e nasceu um ramo chamado "lágrimas de Nossa Senhora": é onde aparece essas continhas para o povo rezar. Ali nasceu o congado. Os cinco negros que conseguiram trazer Nossa Senhora correspondem aos cinco instrumentos do Candombe: Santana, Santaninha, Santa Maria, Tiburcinho, Regressa. Os nomes da lenda são esses. Hoje, cada um chama de um modo

[...] Francisco da Anunciação era chefe de uma tribo de negros da África. Vindo escravo para o Brasil, prometeu fundar aqui o Reinado de Nossa Senhora. Foi trabalhando, libertou-se, uns libertando os outros. Disse: - Fui rei na minha terra, serei Rei no Brasil. E fundou a festa de Nossa Senhora do Rosário...”⁴⁴.

“Seu” O. refere-se à mesma origem mítica e reforça o papel propiciatório da Virgem na relação com o povo escravo:

“...a congada saiu já há muitos anos e é de um tempo em que os escravos não sabiam rezar o Pai Nosso, a Ave Maria. Então, eles cantavam: - Ave! Ave Maria cheia de graças, de graças cheia”. Principalmente quando estavam nos troncos, na senzala tomando chibatada. Tem até a zuela, o verso em que se diz: “No tempo do cativo, quando o senhor me batia, eu chamava Nossa Senhora, quando a pancada doía”. Era a confiança que eles tinham no Rosário. Hoje é muito difícil rezar o Rosário. São cinco mistérios juntos [...] Ali cantamos igual se diz:

-“As contas do meu rosário são balas de artilharia, elas venceu todas batalha, mas andou Ave Maria”.

[...] Então no Rosário não pode ter tristeza. Na morte, na alegria, com fome ou com sede, eu tenho que ser filho de Nossa Senhora, com força e vontade”⁴⁵.

A evolução das festas de Congada mineiras e das Irmandades do Rosário expressa de forma muito nítida a repressão à identidade afro-brasileira no interior da sociedade pós-Abolição. Durante longo tempo, os cultos são francamente desestimulados ou até perseguidos. Pesquisando a cidade de São Paulo nesse período, AZEVEDO mostra uma estratégia abrangente de higienização do espaço urbano, visando combater o curandeirismo e as práticas afro-brasileiras que se combinavam ao deslocamento dos negros das áreas centrais da cidade, onde ainda resistia a igreja da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, a despeito de seu cemitério já ter sido desapropriado, bem como as moradias

⁴⁴ Idem, p. 36-37.

⁴⁵ Entrevista realizada em 09/06/1990, em Visconde do Rio Branco.

circundantes de negros⁴⁶. No caso de Visconde do Rio Branco, a igreja da Irmandade, segundo relato de historiadores⁴⁷ ruira no Natal de 1898, e desde então nunca foi reconstruída. Aqui cabe lembrar a fala do congadeiro O:

“Não tem São Benedito, nem Nossa Senhora do Rosário. Só no lugar tem o cruzeiro oferecido, o terreno isolado com o cruzeiro de Santa Efigênia. Ali fez a capela. Até este ano, 13 de maio, nós passamos dançando um pouquinho em sua causa, em homenagem à Santa Efigênia.

(...) Porque esta seita de Nossa Senhora do Rosário, essa congada, é uma dança que se diz que foi muito mais realizada pelos pretos; que hoje muitos padres fala, muitas pessoas fala e até brancos estão no meio, então ela foi muito reparada e muito assim, tinha muito fundamento, era uma dança que não cabia dentro do catolicismo. Então, pelos padres muitos, elas foram renegadas...achavam que este ensino não fazia parte do catolicismo...Aqui em Rio Branco, graças a Deus e à Nossa Senhora do Rosário e as boas vontades dos vigários [nomeia algumas igrejas em que são recebidos], a gente vai lá dentro da igreja com os instrumentos. Mas ainda não está bem no ritual da gente mandar celebrar uma missa de Ação de Graças, ir dentro da igreja assistir a missa, limpo. Porque congada, desde 1970 que estou dançando congada pelo diretório de Belo Horizonte e tenho aprendido muito, porque nós temos aulas, temos perguntas, temos reuniões, temos a sociedade, temos fiscais que vigia também, sobre como tá correndo as festas.

Então eu tenho visto que, como se diz, certos preceitos não podem ter dentro do Rosário. Igual depois que a gente pegou o manjar, fez o jejum, você toma o café na quitanda, na casa da rainha e do rei, ou depois que terminou a festa, teve o jantar e tudo, bom, tirou a toada, a coroa, acabou a obrigação da congada com Nossa Senhora, se diz “mais uma missão feita”, aí, sim, a pessoa pode sair, dançar, tomar seu gole, mas que eu aprendi que dentro da congada, dentro do Rosário não pode entrar bebida alcólica. A senhora pode ir a Belo Horizonte, acompanha, vá ao diretório e procura saber se eles vão dançar alcoolizados. Pode acontecer que se encontra, mas daí de 10 a 15 dias

⁴⁶ AZEVEDO, Célia M. Marinho. *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites no Século XIX*. São Paulo, Paz e Terra, 1987, p. 19.

⁴⁷ JOSÉ, Oiliam. *Op. cit.*, 1982 e MERCADANTE, Paulo. *Op. cit.*

chega uma carta pra gente avisando, desliga a gente...Entrou bebida alcólica no Rosário, na Congada, um irmão começa a criar um casezinho, um cansa do instrumento, um quer ir embora. Num instante aparece ziquizira”.

Nessa fala encontram-se vários indicadores diferentes das limitações e da reforma impostos à manifestação popular: o primeiro deles é a interdição católica, que só será suspensa no país após as redefinições propostas pelo Concílio Vaticano II (1962-65) em face da cultura popular profano-religiosa, ou com a redescoberta da cultura popular a partir dos encontros de Medellín (1968) e Puebla (1979). No caso de Visconde do Rio Branco, a mudança de atitude da instituição Igreja só ocorrerá com a presença do Padre Raimundo Nonato, um negro que durante os anos 70 iniciou um trabalho de renovação católica na paróquia, e que segundo o congadeiro entrevistado,

“...compreendia um pouco mais [pois] estudou no Seminário de Nossa Senhora do Rosário ou de São Benedito, [...] tem alguma coisa a ver com estes dois”.

Na mesma época, ocorreu o reconhecimento da festa negra pela oficialidade política, uma vez que o prefeito Júlio Carone, do MDB, ao retomar certas práticas políticas populistas utilizadas por seu irmão nos anos 50 e 60, estimulou a comunidade a reinstaurar publicamente a congada. Além disso, ele próprio era praticante da religião umbandista.

Conforme relato de JOSÉ, a congada chegou a sobreviver em Visconde do Rio Branco até a década de 40, dirigida por um filho de escravos, “seu” Dodô. Dificuldades de toda ordem, inclusive materiais, fizeram-na praticamente desaparecer, até sua retomada oficial nos anos 70. É então que o pai-de-santo O., congadeiro em Belo Horizonte, tendo estabelecido relações com o “irmão espiritual” e prefeito Júlio Carone, é convidado a “reerguer” o festejo na cidade.

“Então vim, mas trouxe um documentozinho como eu ia apresentar para dona Maria [viúva do mestre Dodô, atual Rainha Conga] pra dançar. Tive lá com ela, ela: - “Fala com meu filho”. Fui, falei com o filho e chegou lá eles me estranharam...branco no meio de

preto, em festa de congada o que que é? Ou ele é filho do Rosário, ou do contrário, ele vem fazer hora no Rosário. Ai cheguei, falei tal e tal, fiquei de lado, eles cantaram o primeiro verso eu respondia, no coralzinho. Eles foram conhecendo, muita gente que tava ali me conhecia, falou: - "Ele dança congada sim"- Fui e dancei pra ela. Até hoje estou.

[...] Tudo encaminhado por Nossa Senhora. Acaba que eu venho pra cá com minhas bandeiras. Agora eles me ajudam a levantar minhas quatro bandeiras aqui em casa. Eu danço pra eles. Quando eu não faço minha festa junto com a deles, eu marco depois uma data para fazer a minha separada. E aqui quem ficou como Rainha do Império em Visconde do Rio Branco foi a Dona Maria e vem passando a coroa para filhos, netos e bisnetos dela. A Irmandade aqui permaneceu nesta família. Inclusive eu faço parte da família agora. Sou branco mas faço parte da família".

Mais adiante, o relato de "seu" O. é enriquecido por outros elementos explicativos de seu lugar na família extensa dos congadeiros e na oficialização da festa: conta que se transformou em "rei festeiro", como paga de uma promessa feita à santa numa época em que, por problemas de saúde, sua perna quase foi amputada.

Prometeu então que, caso não perdesse a perna, durante o tempo que vivesse dedicaria a vida ao Rosário. Assim, providenciou coroa, roupa, capa, o que era materialmente necessário à realização da festa. Seu O. foi então festeiro por sete anos, e realizava penitência de joelhos até a santa na Igreja, "...sete idas e sete voltas, uma vela na mão e um copo de água. A última vela...ela deu meu pé esquerdo com os dedos direitinho".

Depois disso ganhou a confiança da família e se integrou à festa em definitivo, na qual mantém um papel especial: por seus contatos em Belo Horizonte, onde tem um terreiro, ele é responsável por "ajudar nos fogos, no manjar, nos mantimentos" que obtém comprando a prazo na Ceasa, ou conseguindo lenha com carroceiros amigos. Assim, mesmo aceito na Irmandade, "seu" O. mantém uma função auxiliar na congada, que obedece a uma hierarquia baseada na tradição.

Ele relata ainda as muitas viagens que fez pelo estado, e até a São Paulo e Aparecida do Norte, com Mestre Dodô, para se apresentarem em festas de outros

municípios ou presenciar as festas de outras Irmandades. As festas constituem assim uma rede de transmissão de ensinamentos sobre a tradição e suas variações, e mantêm também o papel de ajuda mútua, através da caixa da Sociedade: os donativos que sobram dos festejos são utilizados na ajuda aos irmãos em dificuldade, na compra de barracos, medicamentos, realização de enterros. Finalmente, “Seu” O. descreve os passos que é preciso cumprir para a festa ser “legalizada”, aceita pelas autoridades policiais e políticas locais:

“Agora aqui é o seguinte: quando vai sair com Guarda daqui, a gente tem que ir na Delegacia pedir licença, ir na Prefeitura, bater carimbo, voltar lá, pra depois sair. Isto é para o 13 de maio. Se eu for sair, igual eu faço a minha festa, eu tenho que voltar lá, arrumar outra licença para poder sair...A bandeira nacional aqui, para carregar ela, tem que ser homem de branco e de luva. A partir de 18 horas você não pode deixar o pano dela aberto, tem que enrolar no mastro. Tem a bandeira nacional, a bandeira da liberdade e a bandeira branca da paz”.

Assim, a regulamentação e o controle oficial se confundem, na expressão do entrevistado, com os rituais definidos pela Associação dos Congados nos seus estatutos, prevendo o funcionamento da festa e as necessárias interdições. A sistemática referência ao uso da bebida, por exemplo, demonstra a dificuldade de domesticar em definitivo a manifestação.

Falta mencionar, finalmente, a presença em Visconde do Rio Branco das variantes religiosas do Candomblé e da Umbanda, suas relações com a cultura branca e a identidade negra. O estigma do candomblé permanece, e suas manifestações estarão associadas a habitantes da favela do Fidelcim, gente muito pobre que vive numa área tida como “barra pesada” na cidade, onde se misturam trabalhadores da cana, biscateiros, traficantes e marginais, conforme relata a professora de folclore do Conservatório de Música local. É onde reside a família de seu Dodô, Rei Congo já falecido, cuja mãe “era tida por feiticeira”⁴⁸.

Simultaneamente à marginalização do Candomblé, a Umbanda se expandiu no município, sendo suas práticas reconhecidas e adotadas por membros das camadas dominantes. Este *status* diferenciado das duas vertentes religiosas

⁴⁸ Entrevista realizada em 28/03/1990.

reflete, como menciona ORTIZ⁴⁹, os dois pólos dentro do universo religioso afro-brasileiro: o que se propõe como conservação da memória coletiva africana no solo brasileiro — caso do candomblé — e o que surge como religião brasileira que busca a integração de sua cosmologia à sociedade urbano-industrial e de classes. No interior da cultura popular negra, encontram-se possibilidades distintas, postas pela relação com a dominação simbólica do branco e com o fato de os valores tradicionais negros “caducarem” no novo contexto social. Num mesmo terreno encontram-se o candomblé e a macumba, sendo que essa última, ao invés de dividir-se em nações, quebraria os laços étnicos para substituí-los por uma solidariedade de cor, “...mantendo para a comunidade negra e mulata um cosmo simbólico coerente, diante da incoerência da sociedade”⁵⁰.

Já a Umbanda seria o resultado da reinterpretação da tradição afro-brasileira por intelectuais brancos ou mulatos de “alma branca” que, dentro da estratégia de embranquecimento da população e da cultura no final do século XIX e início do XX, construíram uma demarcação social entre o espiritismo Kardecista e as práticas mágico-religiosas negras⁵¹. Com o “empretecimento” do kardecismo, construiu-se uma religião calcada num discurso científico e cultivado, explicativo do mundo dos espíritos, configurando “...a busca de uma ideologia espiritual mais elevada do que os estreitos e grosseiros círculos da magia negra”⁵².

Em Visconde do Rio Branco, é significativo que a procissão de São Jorge⁵³ (realizada com muita pompa em 23 de abril de 1991, dia votivo do santo, com acompanhamento da Filarmônica municipal e “esperada de portas abertas na igreja matriz”), tenha feito uma parada de cordialidade diante da Tenda de São Jorge, onde os devotos umbandistas condecoravam os eleitos Pai e Mãe Umbandista do ano. Assim, as duas crenças se confraternizam, tendo a festa umbandista recebido o apoio oficial da Prefeitura e do Rotary Club, em cujo salão foi realizado o banquete que coroou os festejos dirigidos pelo Centro Espírita São Jorge de Angola, “com o apoio de casas comerciais e amigos dos dirigentes

⁴⁹ ORTIZ, Renato. *Op. cit.*

⁵⁰ *Idem*, p. 29-30.

⁵¹ *Idem*, p. 46.

⁵² *Idem*, p. 49.

⁵³ Entre os orixás do Candomblé. São Jorge é Ogum, deus da guerra, do fogo e da tecnologia, protetor do trabalho.

religiosos”⁵⁴. A referida Tenda de São Jorge foi erguida num lote doado pelo prefeito Jorge Carone Filho, na segunda metade dos anos 50, quando estava sendo traçado o bairro que leva o nome daquele santo.

Para refletir a respeito da resistência e da dominação sobre o trabalhador negro nas áreas rurais brasileiras, e seus desdobramentos no universo político popular ao longo do século XX, podemos recorrer a GENOVESE e às comparações que ele propõe entre diferentes países. Segundo ele, as relações entre religião popular e religião oficial no Sul dos Estados Unidos e no Brasil evoluíram de forma substancialmente diferente, no sentido de permitir ou não a instituição de um discurso diferenciado do homem negro, herdeiro da escravidão. GENOVESE aponta o fato de que

“...a utopia cristã sempre conteve implicações políticas radicais, mesmo em suas facetas mais conservadoras, conciliatórias e transcendentais. Porém, como diz Gramsci, esta utopia foi uma tentativa colossal, em forma mitológica, de conciliar as contradições da vida neste mundo. Ao proclamar uma única natureza para todos os homens, dada por Deus, proclamou também que todos os homens são irmãos. Mas ao fazer isto, apesar de todas as tentativas de separar o Reino de Deus do reino dos homens, evidenciou o abismo existente entre a igualdade dos homens perante Deus e a crueldade do homem perante o homem”⁵⁵.

Nesse sentido, a força coletiva constituída pela religião, cuja base original é uma idéia essencialmente tribal de Deus, vai ser reapropriada pelos escravos afro-americanos e combinada às suas idéias, tanto nos EUA quanto no Brasil, numa expressão que ultrapassa a pura docilidade e submissão. Todavia, nas circunstâncias históricas norte-americanas, os negros puderam apropriar-se da Palavra, através de seus próprios pregadores, a partir do momento em que determinadas correntes do protestantismo, como a dos Batistas, manifestavam certa independência perante os senhores, possibilitando que se constituísse uma “consciência negra protonacional”.

⁵⁴ Jornal Voz de Rio Branco, 26/05/91.

⁵⁵ GENOVESE, Eugene. *Op. cit.*, p. 264.

Não foi o que se deu no Brasil, em consequência do enraizamento medieval do Catolicismo e de suas estreitas relações com os senhores nas *plantations*. Ao professar idéias pré-modernas a respeito da hierarquização da sociedade e constituir-se como um poder político que só muito tardiamente se separa do Estado, essa Igreja Católica jamais dispôs de pluralismo religioso ou capacidade de abrigar forças contrárias ao regime escravista⁵⁶.

Esse discurso de contestação à ordem social a partir do Catolicismo só vai surgir no Brasil depois de uma longa evolução, na segunda metade do século XX, e nele a religiosidade negra é subordinada à interpretação católica, da mesma forma que em suas práticas o homem negro, trabalhador rural, ocupa menor espaço que o campesinato branco, como ficou evidente no Capítulo 3, item 3.3. Assim, a cultura afro-brasileira que se expressa no interior da religião oficial é sempre residual e obrigada a lidar com o enunciado de duplo sentido, referido por MARTINS. Nesse contexto, a manutenção do particularismo religioso torna-se uma estratégia de sobrevivência de sua individualidade e de autonomia do grupo, sem chegar a constituir um discurso político de rebelião⁵⁷. O mesmo ocorreu no sul dos EUA, mas ali a emergência de uma fala em torno dos direitos civis, enraizada nas idéias e práticas protestantes das comunidades negras, demonstra a enorme diferença que um e outro domínio religioso constituíram nos dois países, no século seguinte ao fim da escravidão.

Por outro lado, é conveniente observar, a partir das indicações de MAZZOLENI⁵⁸, que a representação branca e européia do negro, que se encontra na base do racismo e da exclusão, sofreu transformações que, se possibilitaram reconhecer a religiosidade do negro, nem por isso estiveram desprovidas de uma essência desqualificadora. Na perspectiva da Antropologia Histórica, ele mostra como o europeu, entre os séculos XVI a XVIII, sentindo o negro como oposto a si mesmo, conferiu-lhe o mais elevado grau de potencialidade animal e, em seguida, passou a distingui-lo do índio: este poderia aproximar-se do civilizado europeu, enquanto o negro seria incapaz de cultura. Já no século XIX, um novo modo de realizar a diferença vai-se estabelecer: o negro será o portador da mais autêntica “alma cristã”, o melhor intérprete do espírito do

⁵⁶ Idem, p. 276.

⁵⁷ Idem, p. 271.

⁵⁸ MAZZOLEINI, Gilberto. *O Planeta Cultural*. São Paulo, Edusp, 1992.

cristianismo, em oposição ao branco em processo de laicização, positivo, experimentador, eficiente. Poderia assim “viver na luz do senhor”, apesar de desprovido dos graus mais elevados de desenvolvimento da cultura⁵⁹.

Se tomarmos o campo da cultura popular como lugar onde se disputa a hegemonia na sociedade, veremos que, mais além dos movimentos de repressão, controle, hierarquização e desqualificação da cultura destes segmentos dominados, temos vários movimentos de “reforma” ou reestruturação, no sentido que lhe confere BURKE⁶⁰. Segundo esse autor, este processo depende da intervenção de pessoas cultas (da intelectualidade ou do clero), no sentido de modificar atitudes e valores do restante da população, “aperfeiçoando-os”, sendo que os receptores dessa reforma entre os segmentos populares não são propriamente passivos.

Assim, encontramos “reforma” quando, no período colonial, as manifestações tribais e da identidade africana eram aceitas nos limites das Irmandades e festas do Rosário. Nelas, como vimos, se constitui um duplo movimento: de expressão sob controle dos cultos africanos e adaptação à tradição católica, mas também de teatralização da escravidão e da origem comum, e afirmação da cultura afro-brasileira. Além disso, trata-se de uma manifestação partilhada por indivíduos brancos e inclusive das camadas dominantes, atraídos por algumas de suas práticas. Os segmentos envolvidos estão, também, procurando reelaborar a história nacional, ainda que de forma mítica, a partir de sua perspectiva e de sua necessidade de reconhecimento.

Também encontramos “reforma” da cultura popular quando intelectuais brancos e negros de classe média constroem uma religião - a Umbanda, que constitui uma reelaboração que se pretende erudita e depurada dos “aspectos grosseiros” dos cultos africanos, em resposta a seu próprio processo de branqueamento. Constroem, então, instrumentos de organização institucional e códigos de comportamento que prescrevem e interditam práticas, em busca do reconhecimento da sociedade branca de classes, como assinalou ORTIZ⁶¹.

Por fim, também presenciemos a “reforma” da cultura popular quando são aceitas as manifestações religiosas negras pela chamada Igreja Católica

⁵⁹ Idem, p. 68.

⁶⁰ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

⁶¹ ORTIZ, Renato. *Op. cit.*

progressista, que disputa com os cultos e religiões alternativos ao Catolicismo um espaço que vem sendo perdido desde inícios do século. No entanto, reconhecer a presença histórica da religião africana e sua legitimidade não significa adotar sua perspectiva na leitura dos fundamentos e preceitos do catolicismo, mas sutilmente contar a história da religião negra a partir de um catolicismo que se propõe dos pobres em geral.

Tudo isso demonstra o vigor destas representações religiosas populares num contexto secular de controle e descaracterização. E aqui cabe apontar seus processos peculiares de transmissão, que podem constituir sua força e sua fraqueza: essas formas de religiosidade se apoiam numa tradição fundamentalmente oral e numa circulação no interior da sociedade e da cultura a partir de redes de contato e convívio que, mesmo institucionalizadas, alimentam-se mutuamente por uma intensa perambulação de seus praticantes de uma localidade à outra. Além disso, apresentam variações religiosas e de identidade étnica regionais muito numerosas, que não são redutíveis umas às outras. Mais que qualquer coisa, são a expressão concreta da afirmação de GRAMSCI acerca da cultura como um *“aglomerado indigesto de fragmentos”*⁶².

4.3 - Doce e amargo: idealização e estigma do trabalho na cana-de-açúcar

As mais diversas dimensões da atividade produtiva e das relações sociais construídas com a produção da cana de açúcar se expressam no folclore regional: a cana, o plantio, a colheita, a cachaça, o engenho, a casa-grande, o trabalhador do eito, a usina, etc.. Os temas sugeridos pela vida material surgem nas mais diferentes manifestações folclóricas, sob a forma de contos, adivinhas, mitos, folguedos populares, música, danças, cancionero, poesia popular, superstições, romanceiro, anedotário, culinária, e outras. Eles expressam a constituição do mundo da cana-de-açúcar, descrevem relações, anseios, crítica social e mesmo

⁶² GRAMSCI, Antônio. Observações sobre o folclore in *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, [s.d.].

estratégias de resistência, e situam as grandes transformações vividas nesse universo.

Três grandes períodos podem ser destacados conforme as expressões encontradas na cultura popular. O primeiro abrange a organização e a herança colonial resultante da “plantation” açucareira, chegando até o período final da atividade pré-industrial em fins do século XIX e inícios do século XX. Em seguida, as manifestações culturais já registram elementos de descrição e crítica referentes ao mundo das usinas de açúcar. Mais recentemente, em torno dos anos 70, desaparecem as representações festivas e lúdicas do trabalho na cana, dando lugar a um ritmo de vida e trabalho dominado pela cultura da empresa. As festividades tem um traço oficial e produtivo dentro do calendário das empresas, e as falas não registram a idealização do mundo da cana mas, ao contrário, acentuam o estigma do trabalho duro e da realidade social adversa.

Entre os pesquisadores e folcloristas que se dedicaram à questão, destaca-se RIBEIRO⁶³, que reuniu grande número de evidências e formas de expressão do mundo da cana-de-açúcar na cultura popular de diferentes regiões do Brasil. Entre elas, encontra-se a grande área que se irradia da economia canavieira fluminense até a Mata mineira, onde se situa a região de Visconde do Rio Branco.

Nos levantamentos deste e de outros autores, observa-se que nessas manifestações populares registram-se temporalidades cruzadas, com conteúdos procedentes dos imaginários indo-europeu, indígena e africano, que alimentam as dimensões lúdicas associadas à cana e ao açúcar, às atividades de trabalho, a festas propiciatórias e a mitos que narram acontecimentos ou possibilidades daquele universo. Destacamos dois grupos de manifestações: alguns registros que mostram a crítica social ao mundo da cana-de-açúcar e formas de resistência no trabalho, como também mitos, festejos e cantos associados aos cultivos.

RIBEIRO aponta a relação entre “*o folclore e os meios de produção*”, conforme denomina, e chama a atenção para o impacto da usina nas condições de remuneração do trabalho e no aumento do latifúndio no nordeste, mostrando em seguida seu reflexo na poesia popular, citando a quadrinha recolhida por um folclorista nordestino, em 1928:

⁶³ RIBEIRO, Joaquim. *Folclore do Açúcar*. Rio de Janeiro, FUNARTE/LAA, 1977.

Os cassacos da Usina

Só comem carne de boi;

Trabalham a 1500,

*Recebem cruzado e dois*⁶⁴

Nela a ironia constitui a arma da crítica social expressa de duas formas: primeiro, ao mostrar como se propagandeava um mundo de benesses e fartura e como efetivamente se pagava o trabalho; segundo, pela associação do trabalhador nordestino ao “cassaco”, corruptela de cossaco, o trabalhador rural russo, num momento histórico em que ainda era grande o impacto da Revolução de 1917, e em que, ao mesmo tempo, se configurava a “época heróica” das greves operárias nas usinas pernambucanas⁶⁵. Outra passagem do cancionero popular nordestino, publicada na mesma época, ironiza a riqueza duvidosa e arrogante do “senhor de engenho” como parâmetro de distinção da sociedade:

Pelas ruas da cidade,

Tu me vês muito gamenho,

Qual rico Senhor de Engenho

*Ostentando a probidade*⁶⁶.

O cancionero popular nas regiões do Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco e Sergipe também exibia suas manifestações expressivas da cana-de-açúcar. Eram numerosas as variações dos cantos de trabalho, que assumiam a forma chamada “pé de cantiga”, originária das regiões vinícolas de Portugal, e que começavam pela expressão “Eu plantei um pé de cana”. Segundo RIBEIRO, a estrutura do pé de cantiga retrata, na atitude rural, o gesto bíblico do semeador. No cancionero popular, o “pé de cantiga” expressava críticas às formas

⁶⁴ Idem, p. 13.

⁶⁵ LEITE LOPES, 1976, *op. cit.*, p. 4.

⁶⁶ RIBEIRO, Joaquim.

de dominação do proprietário de engenho, em que as quadrinhas registravam medidas tomadas pelo senhor com o fim de punir, premiar, proteger, fazer a plantação, ordenar o trabalho, tomar as terras dos moradores, agradar a seus amores, etc. Segundo RIBEIRO, as quadrinhas indicavam o conhecimento popular acerca do “mandonismo patriarcal” que caracterizava os proprietários de engenho dessas regiões, como nos exemplos seguintes, recolhidos em Pernambuco:

Senhor de engenho mandou

prender o mestre da banda

porque foi tocá na festa

da muié de seu Holanda.

Senhor de engenho mandou

benzé de novo a capela

toda gente tinha medo

de rezá sozinho nela.

Senhor de engenho mandou

dar três tiros no feitor.

Dos três tiros que foram dados

nenhum no homem pegou.

Senhor de engenho mandou

todo mundo se mudá

pramode vendê as terra

a seu doutô generá.

Senhor de engenho mandou

queimar a cana caiana

para tirar mau olhado

que lhe puseram na cana.

Ou ainda no Rio Grande do Norte:

Senhor de engenho mandou

dar uma sova de pau

pramode negro safado

não tocar mais berimbau⁶⁷.

Um pequeno estudo sobre o folclore da cana na região de Visconde do Rio Branco registrou práticas e representações semelhantes às aquelas recolhidas por RIBEIRO, transcrevendo antigos cantos de trabalho, cantados nos anos 60, que tinham a função de emular os trabalhadores e avisá-los da chegada do administrador, como uma espécie de senha:

Folga nêgo

Branco num vem cá

Si vié

O diabo há de levá⁶⁸.

A autora lembra que os cortadores ficavam muito tempo nessa toada, mas se o administrador era avistado, o ritmo tornava-se mais enérgico, ritmando o corte da cana:

Vamo logo p'ro campo

⁶⁷ Idem, p. 182-183.

⁶⁸ DUARTE, Ceima Áurea. O folclore da cana in *Brasil Açucareiro*, 1969.

Aí vem o batedô

Debaixo da gameleira

Na maiada ele achô.

O verso dizia que o administrador (o batedô) achara um grupo reunido (a maiada) sob uma árvore (a gameleira), e continuava:

Meu amigo e companheiro

Eu num posso ti valê

Eu tô na mesma sorte,

No perigo de morrê.

Atestando a semelhança entre as manifestações desta região e aquelas da área canavieira de Campos, DUARTE mostra que também se praticava a dança popular chamada “Caninha Verde”, na verdade originária da região do rio Minho, em Portugal. Em Visconde Rio Branco, nos anos 60, havia se transformado em cantiga que pontuava o trabalho nos eitos, além de aparecer nos bailes locais:

Prá cantar caninha verde

Bis

Primeiro canta o violeiro

Chora morena!

Primeiro canta o violeiro

Depois que o violeiro cantá

Canta os ôtro campanheiro.

A minha caninha verde

A minha cana madura

Da cana faz o melado

Bis

Quanto aos mitos populares, RIBEIRO demonstra como o engenho de açúcar aparece na cultura popular como o castelo das histórias européias, signo da riqueza e da abundância, através do qual se configura um “mito econômico” recontado nas histórias de contadores e contadeiras tradicionais, como transfiguração de uma “estória de acumulação” muito antiga. Sua origem seria encontrada na Índia, na tradição brâmane, reaparecendo depois em versões européias populares e eruditas. Trata-se do devaneio de um rapaz que ganhou um ovo, e com ele pensa chocar uma pinta, que se faz franga, que vira galinha, que enche o terreiro de criações. O menino cresce, vira homem e vende as galinhas, compra um porco, mata-o e com o dinheiro conseguido, compra uma bezerra que vira vaca e produz tanto que o dono chega a possuir uma fazenda de gado. Vendido o gado, compra um engenho de verdes canaviais e muitos escravos.

Conforme observa o autor, o conto recolhido em Pernambuco é associado ao tema da ambição humana e da desilusão que a acompanha, como uma fábula moralista. É uma estória que aparece também em Minas Gerais, com pequenas variações, e no folclore português, como foi registrado por Gil Vicente; na obra de Bonaventure Desperriers, no século XVI, e em La Fontaine, no século XVII, ambos na França, e ainda nos contos dos Irmãos Grimm, na Alemanha. Trata-se, na verdade, de variações locais sobre uma mesma estrutura mítica, na qual o “Engenho do Ovo” nordestino se refere a um lugar imaginário que é a configuração da abundância material, para os que estão inseridos no complexo econômico e social dele resultante.

Também certos mitos florestais ressurgem, reelaborados, nos mitos agrícolas (como a serpente dos canaviais), expressando combinações da mítica ameríndia, dos cultos ofiolátricos dos povos negro-africanos e da tradição semítica, remota e distante, trazida por cristãos novos, principalmente por judeus portugueses. A serpente é a guardiã da lavoura, sendo suas variantes, na tradição indígena, as personagens da Cobra Grande, o Boiúna e a Cobra Norato do folclore amazônico. Entre os negros, os jejes, na África, praticavam o culto de Danh-gbi, a

cobra-deus, enquanto entre os povos semitas a serpente era símbolo da astúcia e da sabedoria, conforme demonstram passagens do Velho Testamento, Gênesis, III, 1⁶⁹.

O autor registra, ainda, a existência das festas de celebração à natureza, com função hierática e lúdica, nas quais os trabalhadores uniam a oração à cantiga, a fé à recreação. Ocorriam nos períodos de corte e início da moagem e, com o advento da usina, foram desaparecendo ou sendo recuperadas como festas da empresa, dentro da feição corporativa analisada no Capítulo 1. Originalmente, as festas da época do corte da cana ocorriam no mês de maio, e contavam com cerimônias litúrgicas (como a bênção dos canaviais) e profanas. A festa da moagem comemorava a fartura da colheita e era subordinada à Igreja, com rezas próprias, mas também tinha seus rituais profanos, com o uso de fogos, danças populares, comida e bebida, namoros e prendas, que remontavam às vindimas, às ceifas nos trigais e às esfolhadas dos milharais portugueses⁷⁰.

Outra herança do folclore lusitano e greco-romano associada à cana-de-açúcar foi o culto do fogo representando bons e maus agouros, conforme os diversos sinais que as chamas emitiam. É interessante lembrar a permanência da queima de canaviais, não apenas como parte do ciclo da produção, mas como gesto de rebeldia dos trabalhadores nas épocas de grande tensão nas turmas, como um aviso simbólico da sua resistência, que é utilizado até os dias atuais (ver a respeito Cap. 2.4).

Por outro lado, o folclore campista registrava o êxodo para a grande cidade, em trovas que relatavam, de forma lírica, o adeus do imigrante, e também abordavam os indivíduos móveis, adventícios e estrangeiros, como os mascates, incorporados sobretudo na figura do “turco”, ridicularizado nas anedotas. Tratava-se de uma sociedade agrária já permeada pela mobilidade que o desenvolvimento vizinho do mundo urbano-industrial possibilitava.

DUARTE, que à época de sua pesquisa era professora de uma escola mantida nas fazendas da usina de Visconde do Rio Branco para filhos de canavieiros, registra também passagens do cotidiano local, saudando a importância da usina e o caráter simplório do trabalhador, para finalizar com uma observação acerca do ritmo do tempo local:

⁶⁹ RIBEIRO, Joaquim, *op. cit.*, p. 30 e segs.

⁷⁰ *Idem*, p. 76 e segs.

“As chaminés das usinas, de certa forma, norteiam a vida da cidade: pela madrugada, um apito característico, demorado, chamando o povo à lida do dia que começa; depois outros apitos ou sons convencionados anunciando a hora do almoço, do café e finalmente o aviso de apressem-se...é hora de “largar” o serviço.

Chaminé da usina...relógio da cidade...quantas vezes os que não mourejam nos canaviais também se guiam pelos avisos das chaminés”.

Além de marcar os tempos da jornada de trabalho, a autora lembrava que outros apitos, em ocasiões especiais, serviam para anunciar acontecimentos importantes na localidade, como a chegada de um governador, uma inauguração oficial, uma procissão religiosa e outros eventos⁷¹. Assim, evidenciava-se aqui a relação apontada por THOMPSON⁷², entre o tempo social, os ritmos naturais e a situação de trabalho. A presença da fábrica rural criara uma nova disciplina do tempo que não mais dependia apenas do ciclo da natureza governando as tarefas agrícolas, mas da delimitação da jornada de trabalho e da internalização de uma nova forma de divisão entre trabalho e vida. Além disso, o tempo da fábrica não somente ordenava a vida de seus trabalhadores, servindo de referência à toda a vida da cidade, simbolizando sua hegemonia inclusive nos aspectos político e cultural.

Nas décadas mais recentes, as representações idílicas ou lúdicas do mundo da cana-de-açúcar foram cedendo lugar a outros enunciados: a cana aparece como daninha à terra e aos homens, pelo empobrecimento do solo causado pela monocultura, sobretudo para o pequeno fornecedor da usina, pela poluição industrial dos rios e do ar pela fuligem; pelos danos ocasionados ao corpo do trabalhador, seja pelo ritmo do trabalho, seja pelo uso de agrotóxicos altamente nocivos à sua saúde.

Além disso, o aviltamento do trabalho é constantemente lembrado, por referência ao passado, que surge idealizado pelos mais velhos como “...no tempo dos franceses”, um tempo em que o trabalhador era mais respeitado, e menos miserável e marginal à sociedade local, em que as relações de reciprocidade,

⁷¹ DUARTE, Celina A. *Op. cit.*

⁷² THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial in *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, E. Gribaldo, 1984.

assentadas no paternalismo, pareciam definir um limite para a dominação dos patrões. Ou por referência ao futuro, uma vez que todos aqueles que pensam melhorar de vida associam a melhora à busca de outro trabalho, muitas vezes fora da região. São idéias que não se restringem aos assalariados da cana, e que aparecem sistematicamente na fala dos camponeses que procuram a todo custo, livrar-se das formas de exploração da usina, e também alimentam o discurso político contra ela, e a própria luta sindical.

O exame do mundo das usinas ao longo do século XX revela uma intensa mobilidade espacial e cultural, que permite a transmissão de experiências políticas e que se combina com uma permanente busca do trabalho assalariado ou da autonomia, seja em áreas rurais, seja nos pólos industriais da época. Longe de configurar a existência de um tempo imóvel, ou de uma população isolada e fixa, ocorre uma permanente migração demográfica e uma migração de conteúdos da cultura popular.

A imigração definitiva ou temporária de trabalhadores para outras regiões agrícolas ou industriais do país produziu experiências diversas não apenas para o migrante, mas também para a comunidade de origem. Nos anos 50 e 60, muitos trabalhadores rurais migraram em direção à fronteira agrícola em expansão, no Mato Grosso ou no norte paranaense, em busca de terra ou de melhores salários na lavoura do café em expansão, e houve os que retornaram à origem, como Dona E., que chegou a ser doméstica no Rio de Janeiro, e sempre voltava aos canaviais. No passado, muitos foram atraídos pela condição operária em Volta Redonda, experimentando a vivência política daquela região, principalmente nos anos 50 e 60. Mesmo recentemente, essa experiência continuava a ocorrer, como demonstra a trajetória do candidato a diretor do Sindicato dos Trabalhadores da usina, que abandonara a situação de metalúrgico para voltar à condição de trabalhador do açúcar em Visconde Rio Branco, levando sua bagagem de lutas operárias urbanas.

Além disso, nos anos 40 e 50, apesar de não contarem com meios escritos de divulgação e transmissão de experiências (apenas cartas trocadas entre parentes distantes, ou um ou outro boletim expedido pelo PC ou pelo PTB), os trabalhadores nas colônias eram ouvintes diários do rádio, em particular da Hora do Brasil, conforme relato de alguns entrevistados. Portanto, seu contato com o mundo além das fazendas estava assegurado por esse meio, afora outras formas

de circulação de idéias que dependiam das redes de circulação dos indivíduos nos campos. Deve-se lembrar a importância deste meio de difusão de informações, dos anos 40 aos 60, no que se refere aos direitos do trabalho e à relação entre o poder de estado e o mundo do trabalho. Numa comunidade atraída pelo trabalho industrial em Volta Redonda e pela proximidade regional, podem ter sido especialmente influentes os pronunciamentos de Getúlio Vargas e os festejos de institucionalização do 1º de Maio no Brasil.

No plano local, deve-se lembrar ainda os locais de troca de experiências e de reunião cotidiana dos trabalhadores, em diferentes momentos históricos. Na fala dos mais velhos, é comum a referência à fazenda como local de constituição de uma certa identidade de trabalhadores. Assim, são “os da Santa Helena” frequentemente referidos como os mais combativos, ou como grupo com certa organicidade definida pelos padrões que imprimiam à produção ou à relação entre os trabalhadores e os administradores.

Por outro lado, a greve dos final dos anos 50 recebe o impulso de um comerciante local, que na sua “venda” fornecia mantimentos às famílias de trabalhadores locais, e que lhes chamara a atenção para a mudança nas formas de cálculo do trabalho⁷³. A “venda” funcionava como local de encontro e confraternização extra trabalho, da mesma forma que hoje, habitando a periferia das cidades, os trabalhadores fazem dos botequins lugares de encontro e de arregimentação. Na forma contemporânea, a identidade no trabalho é constituída na “turma”, onde se trocam experiências e onde o sindicato faz o seu trabalho de mobilização, quando necessário.

Em anos mais recentes, as formas de contato com o mundo urbano e industrial, com as experiências dos trabalhadores e a política nacional se alteraram em muitos aspectos. Assim, as migrações definitivas ou temporárias passaram a ser dirigidas para o ABC paulista, ou para a cidade de São Paulo, ainda que a busca de trabalho em Volta Redonda se mantivesse como alternativa secundária; muitos tinham familiares empregados naquelas localidades, mantendo contatos frequentes por carta ou em visitas eventuais. Seu V., ex-operário da cana, onde começou com 11 anos de idade, hoje meeiro, dirigente local do PT, tinha duas filhas trabalhando em São Bernardo e militando no mesmo partido. A., ex-cortador de

⁷³ Entrevista do Sr. J. C., já citada.

cana em Visconde do Rio Branco, fez um curso no SENAI paulista e permaneceu por doze anos na construção civil, por empreitada ou por salário, eventualmente voltava para rever a mulher e os filhos adolescentes, todos trabalhando na cana-de-açúcar.

Além disso, outros canais, antes inexistentes, tornaram-se formas regulares de contato e transmissão de experiências: os encontros regionais das CEBs, que chegavam a extrapolar as fronteiras do estado de Minas Gerais, contribuíam para o alargamento da experiência do trabalhador que nelas se engajava. Da mesma forma, o movimento sindical, com seus encontros regionais, estaduais e nacionais e sua imprensa própria, ainda que mais irregular e tosca que a do operariado urbano industrial. As redes do movimento sindical contribuíam para aproximar categorias distintas e promover a troca de experiências, às vezes a partir de laços pessoais de seus militantes. Assim, o principal jornal local, que se opunha à usina, abria páginas em apoio ao movimento dos rurais e, num domingo de 1989, em matéria de página inteira, destacava uma entrevista reunindo quatro sindicalistas originários da cidade⁷⁴.

Um deles era diretor do Sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e o outro, do Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora; os demais militavam no sindicalismo rural. Na matéria “Quando líderes de trabalhadores se encontram”, debatiam vários assuntos do interesse dos trabalhadores e apareciam para a pequena cidade como lideranças políticas significativas, cujos pontos de vista sobre a vida do país contavam tanto quanto os de outros segmentos sociais.

Também de importância fundamental na vida cotidiana de muitos é a televisão, e para os homens, o noticioso com as informações do país deve ser acompanhado com atenção. Os canavieiros mais pobres, moradores nas favelas mais precárias, não tinham mais que um rádio como veículo de informação e entretenimento. Mas muitas casas, no bairro operário e em pontas de rua, dispunham de uma velha TV em preto e branco, centro das atenções noturnas de toda a família. A esse respeito, é bom lembrar que a greve deflagrada em 1986 ocorrera às vésperas da decretação do Plano Cruzado, em período de aceleração da inflação, quando cresciam as lutas sociais e era intenso o debate

⁷⁴ Jornal Voz de Rio Branco, 06/08/1989.

sobre a situação nacional dos salários. Na própria zona da Mata, àquela época, ocorreram bloqueios de estradas por pequenos produtores insatisfeitos com a política agrícola, que foram fartamente noticiados pelas TVs regionais, com intensa repercussão naqueles municípios agrícolas.

Existiam ainda os canais culturais que funcionavam como redes de resistência ou conscientização e troca de experiências: nesse caso encontram-se os mecanismos de difusão religiosa, como o espaço desfrutado pelo padre local na rádio de propriedade da usina, em que, além das questões sacras, tratava-se de problemas sociais na perspectiva da Teologia da Libertação. Conforme relato do padre, várias vezes tais programas se constituíram em fonte de atritos políticos com a usina, que não podia simplesmente lhes negar o espaço radiofônico, tendo em vista a tradição estabelecida, desde os anos 50, de estreitas relações com a Igreja na construção da hegemonia cultural local. Também os encontros e festejos de que participavam os negros congadeiros em outras localidades e estados, para troca de experiências, demonstrações e “ensino”, como frisou o Pai O., em entrevista mencionada no item 4.2, desempenhavam papel importante na resistência cultural e na difusão de idéias e atitudes entre os setores populares.

Portanto, a comunidade de trabalhadores rurais, além de não poder ser restrita à experiência do mundo rural e local, era atravessada por várias redes institucionais e populares, de trocas culturais e políticas, possuindo meios diversos de difusão de notícias e de boatos, que têm poder efetivo de mobilização das consciências e do imaginário, como demonstram vários estudos aqui assinalados sobre o mundo da cultura popular.

Deve-se ainda destacar a diferenciação das experiências geracionais no interior da mesma categoria social. Nesse sentido, foi possível recortar nas falas de parte dos entrevistados mais velhos uma memória política associada à resistência nas fazendas e à vida nas colônias, com uma clara noção de dignidade do trabalho, de afirmação dos direitos do trabalhador rural e de respeitabilidade da sua pessoa, na relação com apontadores, fiscais, gerentes, médicos da empresa e usineiros⁷⁵. Nessas falas também se expressava de forma nítida um sentimento de humilhação e desqualificação pessoal nas condições vividas nos últimos anos de

⁷⁵ Entrevistas já mencionadas dos srs. J.C., J., B. e de Dona C., todos com mais de 50 anos.

sua vida de trabalhador da cana de açúcar, como assalariado ou antigo morador dos canaviais.

Parte da geração intermediária manifestava um discurso e uma experiência política construídas nas CEBs e no sindicato de trabalhadores rurais, expressando o aprendizado da identidade de classe característico do período entre meados dos anos 70 e final da década seguinte. Tinha também uma visão extremamente crítica das suas perspectivas de vida, se atreladas apenas ao trabalho como canavieiros.

Já entre os mais jovens (moças e rapazes entre 16 e 20 e poucos anos), tanto se encontravam os herdeiros da tradição religiosa radical e da militância sindical, como os que participavam das turmas de cortadores ainda como uma experiência nova, que lhes abria perspectivas de um trabalho remunerado num mercado local, sabidamente estreito. Alguns desses jovens viam o trabalho como experiência lúdica de convivência nas turmas, do companheirismo e do aprendizado, apesar de reconhecerem o serviço pesado e mal pago. Mas nessa faixa etária, também encontramos posturas de rejeição aberta e envergonhada da experiência proletária dos pais, por parte de jovens que, sendo brancos e herdeiros da primeira geração acima citada, e tendo conseguido algum estudo e emprego de escritório, viam com aversão a situação dos que ficaram reduzidos à condição de marginais à sociedade urbana local, recusando-se até a falar sobre a questão.

Uma experiência que chamava a atenção, em virtude das mudanças operadas na família e na cultura popular, foi a das mulheres canavieiras, também elas provenientes de diferentes gerações. Encontramos relatos de vida impressionantes pela dureza das condições vivenciadas por mulheres sem marido, viúvas, com maridos alcóolatas que não trabalhavam e com maridos que ganhavam salários miseráveis, e que as obrigava ao trabalho em condições de exploração ainda piores que as deles. Assim, Dona E., uma velha trabalhadora negra, de 80 anos, aposentada, contava sua vida e suas andanças pelo mundo:

“Eu levantava às três horas da madrugada, filha. Tinha dia que eu chegava lá e não tinha nem ninguém na turma, não. Sozinha, pelejando com os meninos. Que eu fiquei viúva cedo. Fiquei pelejando com esta reca de menino pequeno, o mais novo com uma operação na cabeça. Ele estava com três meses. Então, eu ia lá para o canavial, eu levava cobertor para forrar para ele, levava comidazinha dentro de uma

latinha, que quando ele pegasse a chorar, para mim dar debaixo da moita e por lá perto dele...No mesmo tempo que nós tava trabalhando numa turma, nós já tava lá pra longe afora, de São Geraldo pra lá. Nós trabalhava pra todo lado (...) Eu tive empregada no Quindinho. O Quindinho já morreu, só a mulher dele é que é viva. De maneira que depois disto eu já tive no Paraná, eu já tive no Rio de Janeiro (...)

O dia que dava para pegar o caminhão, eu pegava, e o dia que não dava para ir de caminhão eu ia de a pé. No caminhão, se tivesse lugar para sentar, a gente ia sentado, se não tivesse, segurava naquela berada, né. Inté teve uma ocasião que eu fui, morreu uma colega minha. Caiu do caminhão. Desde esta ocasião pra cá, eu já não fui em pé mais, fui sentada. E aquelas coberturas que eu levava pra forrar pra este menino meu que tava internado, eu forrava no caminhão e punha ele, ficava sentada perto dele. Porque o caminhão, quando ele sortô ela, que o caminhão disparou, sortô ela como daqui lá pra igreja de São Sebastião afora. E por lá caiu ela, caiu o caldeirão de comida dela junto. Indeus daquele dia pra cá, eu fiquei impressionada com aquilo, com aquele negócio e já as outras tudo que estava em pé não ia em pé mais. E vai dessa ocasião pra cá eu fiquei sofrida com isto, Nossa Senhora, meu Deus. Ela era muito colega minha também”⁷⁶.

Dona E. está hoje praticamente cega pelo efeito de uma catarata em estado avançado, segundo ela provocada por “*umas folhas de cana que cortaram meus olhos*”. Deitada na cama de um barraco situado na parte mais pobre do antigo bairro operário, sua fala é marcada por relatos trágicos de acidentes de trabalho com outros colegas, pelas enfermidades graves de filhos e dela própria, pela dispersão, ao longo do tempo, de sua “*reca de meninos*”, pela morte dos contemporâneos e pelo apego à religião como fonte de resistência e de vivência coletiva.

C., uma mulher de 35 anos que corta cana para “particular” (os fornecedores da usina), trabalha na cana desde os dez anos. Saía para o trabalho às 5:40 da manhã, com o filho de 13 anos, também cortador, ambos sem carteira assinada ou direitos garantidos. Conta que morava numa espécie de comunidade

⁷⁶ Entrevista realizada em 13/09/1990.

constituída pelos parentes, até que, não agüentando mais os maus tratos do marido, saiu em definitivo de casa:

“Nóis brigava muito. Eu separava, ia pra casa de mãe, morava por lá mesmo. A mamãe: — “Ah, minha filha, casou tem que tolerar”. Falei: — “Tem que tolerar!?” Não podia se olhar para ninguém, não podia ter amizade com colega nenhuma. Era só serviço e ficar dentro de casa. Se saísse fora um bocadinho, ó, o tapa tava feio mesmo...Aí eu larguei ele e vim para cá. Depois, Murilo nasceu de 7 meses. Ele quis voltar, voltou. Nóis morou lá, depois mudou ali para a colônia e vivi mais quatro anos com ele. Só assim. Ele podia ir. Tudo quanto era baguncinha ele tava. Eu não, só de cachorro dele. Aí eu fui umas três vezes pra casa de mamãe, ela falou assim comigo e eu falei: - “Tudo bem. O dia que eu separar eu não volto pra casa da senhora não, eu vou em frente”. E assim fiz. Larguei ele e andei pra cá.”

Relatando as condições em que trabalha, diz a canavieira:

“Ontem nós tomou chuva o dia inteiro, Nossa Senhora! Enchendo caminhão e água caindo, que pingava nas roupas da gente. Oh, esses meninos, tudo clamando dor de dente. Se começa a doer um bocadinho, taca comprimido dentro deles...Sempre é uma dor de cabeça, uma dor de dente, uns de repente fica ruim, desanda, dana a vomitar. A gente entra lá praqueles mato afora, pega uma folha de chá. Eu mesmo, há pouco tempo, fiquei ruim pra desgramar. Enchi três mercedes já, quando tava acabando de encher a última, eu só virei assim de repente. Nossa Senhora, mas como eu vomitava, que nada cortava. As meninas desce na casa de uma mulher lá, faz um chá de boldo...então foi pior. Eu não vi vir embora pra casa... Eles não dá assistência nenhuma. Nem liga. Se morrer, que morra tudo mesmo (...) De tanto vomitar, eu fiquei fraquinha. A gente fica trabalhando muito, vai juntando aquilo tudo”⁷⁷.

Na mesma favela morava E., jovem de 19 anos, mãe de um bebê, cortadeira de cana desde os 16. Ela estava feliz por trabalhar na usina, com

⁷⁷ Entrevista concedida em 13/09/1990.

carteira assinada e fazendo apenas o serviço de corte, quando antes, como operária de “particulares”, era obrigada a cortar a cana e encher os caminhões, além de não ter “os direitos”. Quando perguntada sobre o trabalho do marido, disse:

“Vou falar a verdade que eu não gosto de mentir, porque é muito ruim falar mentira. Eu que trabalho, ele não trabalha não. Ele não trabalha em lugar nenhum. Se eu não trabalhasse, como é que eu vivia com ele mais a menina? Preciso do remédio, tenho inflamação no útero. Eu estava internada, saí hoje. Eles me deu até sábado. Segunda feira eu vou ter que trabalhar...Pra mim tá bão, né. Pra mim tá muito bom trabalhar (...) Quando eu tava grávida eu não trabalhei não. Aí ele tava trabalhando. Aí depois ele perdeu a vergonha na cara e não trabalhou mais. E eu estou trabalhando. Tava muito nova e com esta enxaqueca toda (...) Pago aluguel, pago os outros pra olhar esta menina, pago leite, pago um monte de coisa, sabe? Pra mim mesmo, não fica quase dinheiro nenhum”⁷⁸.

Para essas duas últimas trabalhadoras, C. e E., apesar de fazerem parte de gerações distintas, o trabalho na cana, em condições muito duras, era visto com otimismo porque representava sua possibilidade de autonomia diante dos maridos, isto é, permitia romper a condição de subordinação familiar ao homem que a maltratava (caso de C.), ou fazer frente às necessidades básicas de vida que o marido se recusava a cumprir (caso de E.). As duas tinham uma experiência precisa das condições de opressão doméstica e familiar da mulher e das dificuldades do trabalho feminino; nesse contexto, as precárias condições geradas pela cana-de-açúcar eram vistas como manifestação de uma liberdade possível.

Não era o caso de outras mulheres, que expressavam um sentimento de intensa opressão ou revolta com as condições em que trabalhavam. T., mãe de três crianças, a mais velha com onze anos, dizia que seu salário e o do marido não eram suficientes para o aluguel e alimentação das crianças, que ficavam soltas pela rua da favela, enquanto ela “ia nas turmas da usina” para o trabalho de corte. Reclamou todo o tempo do fato de que não conseguia dar a produção estabelecida

⁷⁸ Entrevista realizada em 13/09/1990.

pelo feitor, de forma que seu salário, apesar de todo o esforço despendido no corte, ficava reduzido ao mínimo:

“Quase não tira produção. Não dá pra tirar não. As vezes tira, e tem alguém que não tira não. A pessoa fica devendo a suspensão ainda”⁷⁹.

A desolação e a apatia de T. se deviam ao mesmo problema que provocava a revolta e a agitação de dona M.G. e seu marido, “seu” J., ambos cortadores de cana. A mulher havia sido suspensa por estar abaixo da produção, e com isso perdera o direito ao descanso remunerado no domingo. O trabalhador que sofresse cinco suspensões poderia ser demitido por justa causa, situação que se repetia nos últimos tempos⁸⁰. O aumento do parâmetro e a exigência de que voltassem a carregar o caminhão constituem mecanismos utilizados recentemente pela usina para elevar o nível de exploração, alterando as tarefas, mas também provocando a perda dos direitos, conforme o processo descrito por M.G. e T. Nesse caso, as mulheres eram as vítimas preferenciais dos feitores e apontadores, que contavam com a maior submissão e com o argumento da maior debilidade física das trabalhadoras para cumprir o exigido como produtividade.

A vida cotidiana das mulheres trabalhadoras rurais de Visconde do Rio Branco sofreu enormes mudanças nos últimos trinta anos. De uma situação em que a existência familiar se estruturava em torno do trabalho do grupo na cana-de-açúcar, combinado com a produção doméstica da subsistência, passou-se a um universo de relações inteiramente novas, se olhado da perspectiva feminina. É o que atesta a pesquisa de NORONHA, sobre esta mesma região:

“A transição para a “rua” introduz mudanças profundas na vida das mulheres trabalhadoras da cana: em seu modo de trabalhar, em seu cotidiano, seu espaço, tempo e ritmo de distribuição de atividades. Com isso, a sua reprodução enquanto trabalhadoras fica comprometida e passa a se dar em condições piores que as anteriores.

⁷⁹ Entrevista realizada em 13/09/1990.

⁸⁰ Entrevista concedida em 08/06/1990.

Elas não possuem mais espaço para uma horta, nem para morar com certo conforto; têm de buscar água longe de casa e, muitas vezes, de favor; têm de se levantar mais cedo para arrumar o almoço para si e para os filhos e o marido; são obrigadas a sujeitar-se ao horário de transporte fixado pelo trabalho, e não mais pelas necessidades cotidianas; têm de andar em cima de caminhões, sujeitas à intempéries e perigos, suportar gracejos dos homens, deixar os filhos à mercê de outras pessoas e expostos às formas de sociabilidade próprias ao ambiente urbano, sobre as quais elas não têm controle. E, sobretudo, são obrigadas a submeter-se a novas formas de relações de trabalho, de disciplina, de controle, de hierarquia”⁸¹.

A ruptura entre a morada e o trabalho torna mais difícil a combinação entre a esfera doméstica e a do trabalho produtivo. Assim, as novas relações de trabalho exigem desta mulher que se coloque como negociadora de sua força de trabalho diretamente com um patrão ou com a usina, ou que compareça a um tribunal como reclamante de seus direitos. São vivências inteiramente novas em face do antigo universo feminino, em que o contato com o mundo do trabalho externo à família se fazia através do homem, chefe da casa. Apesar disso, o trabalho da mulher continua a ser visto, por ela e pelo marido, como uma “ajuda” na sobrevivência familiar, a não ser nos contextos que antes relatamos, em que a mulher aparece sozinha e, por isso, mais segura de sua capacidade, mas também mais penalizada pelo esforço solitário de manutenção da família.

NORONHA sublinha o fato de que o espaço doméstico não é totalmente apropriado pelo capital, restando possibilidades de relações afetivas e formas de cooperação mais vividas pela mulher que pelo homem, como o cuidado dos filhos, a feitura da comida etc. Daí, o imenso sacrifício representado pelas situações em que as dificuldades materiais e a precariedade da vida doméstica impõem a perda dessas dimensões às trabalhadoras mais miseráveis, como o caso de T., há pouco citado, ou durante toda a vida adulta de Dona E. que, tendo cuidado dos próprios filhos, que se foram dispersando, ainda criou netos e filhos de amigos. Finalmente, a entrada das mulheres na força de trabalho assalariada dos canaviais tem significado, conforme depoimentos de administradores e

⁸¹ NORONHA, Olinda Maria. *De Camponesa à “Madame”*. Trabalho Feminino e Relações de Saber no Meio Rural. São Paulo, Loyola, 1986, p. 84-85.

advogados citados por essa autora, que as mulheres, por sua condição de “mais faladeiras”, apesar de sua docilidade manifestam mais rebeldia e discutem mais que os homens em face das prescrições disciplinares, ou são mais persistentes na busca de seus direitos legais⁸².

4.4 - O imaginário da igualdade e o milenarismo cristão

Ao criticar os discursos das Ciências Humanas e das correntes de pensamento que, a partir da segunda metade do século XIX, analisaram o imaginário social como “ilusório”, “quimérico”, reflexo de uma vida material considerada como a única “real”, BACZKO procurou apontar, no campo teórico e em diversas situações históricas, o papel constitutivo do imaginário nos processos políticos instituídos e nos movimentos instituintes de novas configurações de poder. Afirma ele que as imagens exaltantes e magníficas dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória não podem ser separadas dos agentes e que guiam efetivamente suas ações, modelando comportamentos, mobilizando energias e legitimando violências⁸³. Os percursos imaginários produzem significados e têm funções reais ao construir sistemas de orientações expressivas e afetivas dos indivíduos quanto ao seu grupo social, dos grupos perante a sociedade e da sociedade perante seus “outros”.

É nesse sentido que julgamos necessário analisar o imaginário cristão que se institui como discurso da igualdade e da mudança social nas comunidades rurais, a partir da simbolização construída nas Comunidades Eclesiais de Base. Ele constitui não apenas uma forma de interpretação do mundo mas, sobretudo, uma força motora do movimento social.

HOBBSBAWM, em texto comentado no Capítulo 3.3, lembra que o igualitarismo das seitas operárias de aldeia, no nascimento do movimento operário inglês, produzia um rompimento com o capitalismo como um rompimento religioso processado através da linguagem bíblica. Trata-se do mesmo efeito político produzido pelos enunciados trabalhados nos encontros e

⁸² Idem. p. 87-88.

⁸³ BACZO, Bronislaw. Imaginação social in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 298.

cartilhas das CEBs. Em espaços coletivos constituídos através da religião, reafirmavam-se idéias milenaristas originárias da leitura bíblica, que são utilizadas para interpretar o mundo contemporâneo e construir a identidade e a coesão do grupo comunitário ali reunido, na sua luta contra a injustiça social.

No caso das CEBs rurais na Mata mineira, nas cartilhas que informam a prática popular, através das quais a Bíblia é reapropriada para a leitura da realidade social, distinguem-se claramente três fontes do imaginário: o imaginário bíblico, com um sentido milenarista subjacente, adaptado às características e linguagem da sociedade moderna; uma leitura popularizada das concepções sociológicas correntes acerca da desigualdade social e política no Brasil e, por fim, as imagens da vida rural que suportam a aplicação daquelas grandes generalizações ao cotidiano dos indivíduos envolvidos.

Não se trata de um processo de “*transferência de sacralidade*” - uso de um modelo religioso ao qual é dado outro conteúdo⁸⁴. Trata-se da sacralização da política mesma, uma vez que, após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, é uma parcela da própria Igreja que se coloca como Igreja de Libertação, contestadora mas imersa no discurso religioso. Surge assim a possibilidade de retomada da Igreja como transgressora da ordem, expressando-se “*através da ira dos visionários do apocalipse e dos profetas do Reino de Deus na Terra*”, conforme lembra GENOVESE⁸⁵ ao tratar da linguagem bíblica no protestantismo negro norte-americano. PAIVA, que investigou especificamente as CEBs da zona da Mata mineira afirma:

“A proposta de salvação é veiculada em linguagem utópica, traduzível pela categoria bíblica do Reino. Mensagem e instituição portadora da mensagem (a Igreja) gozam de uma influência incomensurável junto ao povo, definindo, em última instância, seus valores, suas opções, seu comportamento. No dia a dia, as atividades feitas em direção à transformação da sociedade se amarram numa só unidade, fornecida pela microvisão da utopia religiosa(...) Tudo isto se passa através de uma linguagem própria, codificada, que é a linguagem bíblica, palavra do Deus garantidor das promessas de

⁸⁴ PERROT, Michelle. L’imaginaire social au XIX e siècle in CAZENAVE, M. *Histoire et Imaginaire*. Paris, 1986.

⁸⁵ GENOVESE, Eugene. *Op. cit.*, p. 260.

salvação(...) o uso da Escritura marca o modo de ser das CEBs. Em termos de método de conscientização, os casos de vida são sempre confrontados com os casos da Bíblia e, na reflexão, o que pesa é a Palavra. Ela se põe como a motivação primeira e última do encaminhamento da transformação social e se derrama em celebração, conjugando o vivido com o esperado, na perspectiva certa da consumação perfeita do real. Linguagem e celebração convencem o povo mais que qualquer outro tipo de discurso e atuação (o político, o sociológico, etc.)⁸⁶.

O conteúdo dessas imagens, que produzem orientações expressivas e afetivas para os indivíduos, pode ser vislumbrado em materiais recolhidos em campo, no discurso político dos militantes que se formaram nesses processos, e mesmo em outras situações semelhantes no campo brasileiro hoje. Mas antes, pode ser útil à análise o resumo de um par de considerações teóricas a respeito da tradição milenarista cristã nos movimentos populares do ocidente.

Um clássico desse debate é o livro de COHN, em que o autor começa afirmando que o cristianismo sempre teve uma escatologia, uma doutrina sobre os “últimos tempos”, ou “os últimos dias” ou o “estado final do mundo”, expressa no Apocalipse e associada à fundação do reino messiânico que duraria mil anos, até o Juízo Final, após a segunda vinda de Cristo à Terra⁸⁷. HOBSBAWM, baseando-se nas idéias de COHN, dirá que a essência do milenarismo, “a esperança de uma modificação completa e radical do mundo, que se refletirá no milênio”, está presente em todos os movimentos revolucionários, desde que tenham ideais⁸⁸.

A salvação prevista nesses movimentos, na sua forma antiga, aparece como coletiva, terrena, iminente, total, transformando toda a vida na Terra, que se aproximará da perfeição, e será miraculosa, porque realizada com a ajuda de seres sobrenaturais. Segundo COHN, não eram os pobres os criadores de suas próprias crenças milenaristas; eles as recebiam de pretensos profetas ou messias que muitas vezes eram membros do baixo clero que buscaram suas idéias nas fontes as mais diversas. Em situações de ansiedade e desorientação das

⁸⁶ PAIVA, José Maria de. *Op. cit.*, p. 166.

⁸⁷ COHN, Norman. *Na Senda do Milênio. Milenaristas, Revolucionários e Anarquistas Místicos da Idade Média*. Lisboa, Editorial Presença, 1980, p. 11.

⁸⁸ HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 64.

massas, essas antigas crenças sobre uma futura idade de ouro ou sobre o reino messiânico tendiam a reaparecer e a servir de veículos a aspirações e tensões sociais⁸⁹.

A diferença da situação que estamos examinando encontra-se num fato fartamente assinalado, de que a Teologia da Libertação, ao recorrer a este antigo fundo de crenças judaico-cristãs, faz no interior da Igreja um movimento inverso ao que esta fizera ao se institucionalizar, quando substituiu a escatologia coletiva das origens por uma escatologia da alma individual. Esse movimento, como aponta COHN, expurgara a tradição apocalíptica da doutrina oficial, mas ele persistiria “no submundo obscuro da religião popular”⁹⁰. Assim, na tentativa de retomar seu espaço no campo das crenças populares e adequar-se de forma crítica às situações emergentes com a modernidade, a Igreja produz uma politização da pobreza, que desemboca na retomada da simbologia presente no Antigo Testamento que, por sua vez, alimenta uma mítica milenarista da mudança social. LOWY chama a atenção para esse ponto ao dizer que os teólogos da Libertação são fascinados pelo Antigo Testamento, em razão de seu caráter histórico e social, “enquanto testemunho da presença de Deus na história”, e destacam três momentos da mensagem bíblica: a palavra dos profetas enquanto crítica dos poderosos e denúncia da injustiça social; a promessa messiânica do Reino de Deus; o Êxodo⁹¹.

A idéia da caminhada do povo eleito aparece sucessivamente nas significações imaginárias construídas pelo catolicismo das CEBs, e talvez sua maior expressão nos movimentos rurais seja a simbologia do movimento dos “Sem Terra”. Este se reproduz de forma concreta na sua representação da busca pela “terra prometida”, contando com uma iconografia (cruzes, mastros, bandeiras), hinos e procissões que lembram o episódio bíblico.

Encontramos a idéia da caminhada na zona da Mata expressa em cartilhas de orientação de cursos realizados durante o Natal e a Semana Santa, como momentos em que a reflexão e o aprofundamento no conhecimento da Bíblia e sua aplicação à realidade social aparecem como ocasião para “cursos de reforço de caminhada”. Neles se busca aprofundar as crenças e motivar as comunidades para

⁸⁹ COHN, Norman. *Op. cit.*, p. 12.

⁹⁰ *Idem*, p. 23.

⁹¹ LOWY, Michel. O catolicismo latino-americano radicalizado in *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, 3(5), jan/abr., 1989, p. 55-56.

o trabalho futuro. Num desses materiais, transparece nitidamente a reelaboração desse imaginário para as condições brasileiras. Seu núcleo são as profecias de Amós, transcritas e reinterpretadas num livrinho editado pela Diocese de Caratinga, em 1988. Diz a cartilha:

“Amós, como todo profeta, alerta o povo para o que está acontecendo e busca caminhos de conversão, de mudança...É filho do povo, a quem dá a voz. Outro motivo que nos leva a tomar a companhia de Amós nos trabalhos deste ano é que sua situação é bem parecida com a nossa. No tempo de Amós, a situação social, política e religiosa não ia bem. Aconteciam injustiças de todo tipo. Uns suavam, outros comiam. O rei da época, Jeroboão II, para realizar seus planos esmagava o povo. Os santuários da época de Amós anestesiavam o povo.

Amós, cumprindo sua missão de profeta, denunciou os desvios de seu tempo e reorganiza o povo para sermos profetas no meio de nossa realidade. A existência de profeta nas comunidades é sinal de que ela estão vivas. Ai da comunidade que não desperta mais profetas! Deus fala, o povo clama e quem não profetizará?”⁹².

A cartilha situa o profeta no seu tempo e na ordem social: Amós era “...um trabalhador da roça, e quase sempre os profetas estão entre os trabalhadores e operários”⁹³; vinha do reino de Judá, e foi chamado por Deus para pregar no reino de Israel, situado ao norte. Nele, a maioria das pessoas vivia nas vilas do campo, e a família era a base de tudo, constituindo um sistema tribal. Essa realidade é oposta à da cidade, onde viviam poucos, em palácios ou como funcionários, sacerdotes, comerciantes e o exército. Também ali viviam escravos e empobrecidos que trabalhavam para os outros. O povo das cidades era mais individualista. O rei de Israel, Jeroboão II, queria aumentar as fronteiras e expandir o comércio; para isso, precisava de exércitos fortes e, portanto, de aumentar a arrecadação, cujos gravames maiores caíam sobre o povo da roça que era fonte da produção. Nesse ponto, o texto compara o projeto político e comercial de Jeroboão à realidade de penúria dos pequenos produtores rurais brasileiros,

⁹² Conforme *O Profeta Amós*. Cartilha de orientação das CEBs, Diocese de Caratinga, Ed. O Lutador, 08/08/88, p. 3-4.

⁹³ Idem, p. 15.

mostrando que os Jeroboões de hoje também protegem os interesses de uma pequena parcela da população, sendo insensíveis aos clamores populares.

Analisando a situação da religião, o texto mostra como a palavra profética tinha-se acomodado a um Santuário do rei e aos interesses do Estado. *“Amós diz que o culto virou transgressão. E celebrado em cima da miséria dos outros (...) em vez de ser o lugar da promoção da vida, se torna lugar de morte”*⁹⁴. Nesse ponto, a cartilha faz o elogio da liberdade da Igreja em face da oficialidade, para que ela possa ser fiel ao povo, diante do qual os profetas não podem calar-se.

Ao assumir sua vocação de profeta, Amós *“faz uma leitura da realidade...que aparece em forma de visões, que focalizam a vida no campo e na cidade”*. No primeiro, o povo se achava sob ameaça de fome e sede, mas Deus atuaria a seu favor. Para os da cidade, Amós se refere a um fio de prumo e a um cesto cheio de frutas maduras. Ele quer dizer que

*“Deus vai correr um fio de prumo em tudo isto e vai notar muitas diferenças, muitas barrigas nos muros da cidade e nas paredes dos santuários. E aí a visão do cesto cheio de frutas maduras vem nos explicar que esta situação não se sustenta mais. Estava caindo de madura. Não dava mais. Não tem conserto. Esta situação leva à morte.”*⁹⁵.

*(...)Vai acontecer uma reviravolta. Javé não falha. Para os opressores que fizeram de suas coisas o seu Deus, as coisas vão se fechando até caírem de podre. É claro que tudo isto vai acontecer não como uma mágica ou como um simples milagre. Se Amós pôs o dedo nas feridas, não se incomodou com expulsão, temos que imitar sua atitude. Deus está nos chamando, tomando pela mão. Qual a nossa atitude? Deus está nos falando, porque não estamos profetizando o suficiente para mudar o rumo das coisas? Será o medo ou conveniência? Porque temos medo de bater o martelo em cima da cabeça do prego? É necessário que surjam profetas com coragem de correr o fio de prumo em nossa sociedade”*⁹⁶.

(...)“Hoje, um dos alvos de nossas denúncias devia ser o capitalismo selvagem que com todas as suas manifestações é fonte de

⁹⁴ Idem, p. 13.

⁹⁵ Idem, p. 16.

⁹⁶ Idem, p. 17.

tanta opressão. Por isto mesmo os bispos em Puebla disseram que o capitalismo é pecaminoso. Pelo capitalismo, quem tem o capital e os meios de produção controla tudo. O trabalhador simplesmente vende seu trabalho ao dono do capital. Isto favorece um grupinho nadar nas maiores mordomias e o resto do povo ir se achatando cada vez mais. Um profeta hoje, que luta pela realização do projeto de Deus, não pode deixar de denunciar um tipo de sistema que põe o lucro, o dinheiro, acima da pessoa humana....Será que os membros das comunidades já perceberam que este sistema é realmente pecaminoso e que não tem conserto? O reformismo muda as aparências, mas o cerne fica o mesmo. E com isto os fortes, os que controlam o capitalismo nunca serão tomados de medo, como dizia Amós⁹⁷.

Desse ponto em diante, o texto fala particularmente dos pobres no tempo de Amós, esmagados, e os compara aos pobres atuais; fala em organização do povo empobrecido e nas tarefas do profeta hoje, na necessidade da evangelização, que é denúncia fundamentada na palavra de Deus, na exigência de mergulhar na realidade do mundo do trabalho, nas relações capital/trabalho e na situação “na roça” e termina abordando a atuação no mundo da política partidária.

Ao final, introduz uma espécie de exercício, na forma de uma entrevista com o profeta, com orientação para leitura de seus livros e versículos, a fim de se elaborarem as respostas. Seguem-se cânticos que falam da trajetória de Amós, cantados sobre melodias conhecidas.

Não é necessário prolongar a análise desse ponto, uma vez que as evidências contidas no texto falam por si. Toda a montagem é feita no sentido de transformar a Palavra divina, portanto atemporal, em explicação para a rebeldia política, diante do quadro social e da iminência dos novos tempos. Não há mediações entre o cotidiano dos tempos bíblicos e o cotidiano dos pobres de hoje; todos expressam a mesma relação, que exige a ação dos profetas como portadores da vontade de Deus. Nesse ponto, é interessante lembrar que a coordenadora das CEBs de Visconde do Rio Branco, em entrevista, afirmou seu contentamento pelo fato de Luiz Inácio da Silva, o Lula, não se ter candidatado a

⁹⁷ Idem, p. 19.

deputado nas eleições de 1990, já que ele “*tem um papel profético a cumprir*”, que seria dificultado pela atuação parlamentar⁹⁸.

Para terminar, pode-se lembrar os limites impostos pela situação histórica ao poder desse imaginário milenarista na época atual: COHN chama a atenção para o fato de que o milenarismo revolucionário que ele estudou, registrado entre os séculos XI e XVI, era proveniente de uma população que vivia à margem da sociedade, “*uma massa amorfa do povo que além de pobre era incapaz de encontrar um lugar assegurado e reconhecido na sociedade*”⁹⁹. A vinda do profeta, para essa gente vivendo em “*cenários de desastre*”, era um elemento capaz de constituí-los como grupo específico, com sentido e identidade.

Nas condições que examinamos, como naquelas tratadas por PERROT, no século XIX, ou HOBBSAWM, na virada dos séculos XIX e XX, o imaginário milenarista constitui uma passagem, através da qual se responde às ansiedades coletivas, se constrói uma comunidade muito mais vasta que seu lugar social imediato, se manifesta um desejo de transcendência e a produção de um sentido, recorrendo a significações imaginárias instituídas ou presentes na cultura popular, na fundação de uma nova prática social. Ele reveste concepções e práticas sociais e políticas que se inscrevem num outro sentido, como um fundo de crenças que, apesar de recalcado, reemerge em frestas, descontinuidades e fissuras do “moderno”.

Não é uma experiência arcaica ou que tende a ser soterrada pela história; na verdade, ela reaparece sob formas novas em muitos contextos, reelaborada pelo poder instituído ou pela cultura popular, o que comprova as considerações iniciais deste item sobre seu papel decisivo no mundo real. No caso que examinamos, à medida que seus portadores estão imersos no “mundo desencantado” da racionalidade capitalista, inserem-se no universo das formas seculares da política, em partidos políticos, sindicatos, associações de diversas naturezas, e tendem a deixar de lado a linguagem bíblica que lhes explica o mundo e legitima a experiência popular. Adquirem outras formas de expressão e explicação de seu papel social, passando a partilhar outras “*matrizes discursivas*” que permeiam a sociedade e a desenvolver práticas de resistência e

⁹⁸ Entrevista realizada em 06/06/90.

⁹⁹ COHN, Norman. *Op. cit.*, p. 72.

projetos de ruptura em que o político se constitui por outras vias, nem sempre avessas a novas formas do milenarismo, como bem lembrou HOBBSAWM.

Conclusão: Através da História, Novas Possibilidades

Ao final da tentativa de examinar a história de um segmento dos trabalhadores rurais, como se procurou fazer neste trabalho, verifica-se as enormes possibilidades de elucidação proporcionadas por novas perspectivas na historiografia, diante das generalizações antes predominantes. O travo autoritário, desqualificador e excludente do “trabalhador comum” pode desfazer-se, conforme se construa este “sujeito” de uma outra maneira. Mesmo diante das dificuldades resultantes de uma vida social dominada pela cultura oral, existem fontes diversas que podem ser percorridas na reconstrução do passado encoberto. No caso examinado, a história das lutas e resistências dos trabalhadores em face das novas formas assumidas pelo trabalho rural pôde ser rastreada desde os anos 30, por meio de documentos escritos e depoimentos orais. Pôde também ser vinculada à história dos escravos libertos, que constituíam boa parte da força de trabalho regional.

Por outro lado, trata-se de pensar o mundo agrário não como homogeneidade e repetição, mas como composto por experiências muito diversas, se examinarmos o tecido das categorias sociais de trabalho - camponeses, semiproletários, operários rurais - e o universo de relações mais amplas que as constitui. Destaca-se aqui o peso das diferenças históricas na conformação das regiões agrárias do país, exigindo um exame mais detido das grandes matrizes de interpretação com que sempre lidamos. Deve-se ressaltar a peculiaridade da região que examinamos, onde a atividade agrícola de grande porte na produção canavieira nasce sob o signo da produção industrial, o que se faz notar nos discursos que a instituem, na organização da produção, nas lutas dos trabalhadores pelo seu reconhecimento, na constituição da relação campo-cidade.

Além disso, evidencia-se que o extenso hiato no conhecimento do trabalhador rural brasileiro, entre o momento da abolição da escravatura e os anos 50/60 deste século, pode ser preenchido pela descoberta de uma história de resistências localizadas e fragmentadas, mas permanentes. Essa história aponta para a semelhança com as demandas do trabalho urbano em certos momentos

históricos, e não para uma visão estanque das duas condições de trabalho - urbano e agroindustrial - tomadas como avessas, ou cada uma delas, como “específicas”.

No que se refere aos direitos do trabalho, ao reconhecimento de si como sujeito no plano jurídico, ou à sua entrada no universo das lutas políticas institucionais, a história do trabalhador rural é antiga, tenaz, permanente e multiforme. Mas o reconhecimento desse sujeito só é possível se nos desfizemos da perspectiva que circunscreve o político ao campo das instituições reconhecidas e examinarmos suas outras formas possíveis: as resistências cotidianas, as linguagens da cultura popular, as fontes não imediatamente políticas que alimentam o discurso da dignidade do trabalho e da igualdade social.

Percebe-se assim um mundo muito menos uniforme, permeado pela circulação cultural de indivíduos, idéias e práticas diversas, onde antes se enxergava apenas a fixidez. Nesse ponto, destaca-se particularmente o impacto da migração e da vizinhança do mundo urbano-industrial.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que a combatividade e o radicalismo dos movimentos não estão necessariamente determinados pela maior modernidade das estruturas de produção, mas por um conjunto muito mais complexo de elementos que estruturam os discursos dos sujeitos políticos e sua ação.

Olhando o presente, vê-se como possibilidades novas apontam para que os trabalhadores tenham uma aguda consciência de si, como seres sociais excluídos, paralela à valorização do sindicato, mesmo se pobre e fragilizado pelo despotismo do capital agroindustrial. Mais que qualquer outra forma de organização e representação (partidária, religiosa, de moradia ou outra qualquer), o sindicato assume a face institucional dos trabalhadores no interior da cidade dominada pela agroindústria, e é tomado, na prática, pelas aflições de seu cotidiano e por sua exigência de reconhecimento, empurrando os pequenos proprietários à aceitá-los como objeto central de sua atuação.

Porém, o aguçamento recente das lutas e contradições resulta também da desagregação do mundo das antigas usinas, herdeiras do padrão montado a partir dos anos 30, que perdurou até a década de 60. Desde então, elas se mativeram como área secundária na produção estadual. A partir dos anos Collor (que não foram objeto desta pesquisa), a reestruturação capitalista e a desregulamentação da economia colocam em xeque seus pilares de sustentação. Assim, a uma

consciência mais aguda de classe, construída pelos trabalhadores, corresponde um processo de decomposição do mundo do trabalho, que aponta para um período de penosa expoliação e decadência, cujo término não se sabe como será.

Bibliografia

A) Livros, artigos e teses:

- ALVES, Francisco J.C. *Modernização da Agricultura e Sindicalismo: a Luta dos Trabalhadores Assalariados Rurais da Região de Ribeirão Preto*. Campinas, UNICAMP, tese de doutorado, 1991, mimeo.
- AMARAL, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Col. Brasiliana, vol.160-A, 1940.
- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. Porto, Afrontamento, 1976.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *História das Usinas de Pernambuco*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, ed.Massangana, 1989.
- _____. *Aspectos Geográficos da Região de Ubá*. São Paulo, Relatório à XIV Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1961.
- ARANTES, Antônio Augusto. *O Que é Cultura Popular?* São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.
- AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites no Século XIX*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Fernando. *Canaviais e Engenhos na Vida Política do Brasil*. São Paulo, Ed.Melhoramentos, 1958.
- AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BACZKO, Bronislaw. A Imaginação social: in *Enciclopédia Einaudi*. vol. 5, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. São Paulo/Brasília, Hucitec/UnB, 1987.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.

- BASTOS, T. e WALKER, T. Partidos e forças políticas em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* nº 31, UFMG, maio de 1971.
- BLASENHEIM, Peter L. *A Regional History of the Zona da Mata in Minas Gerais, 1870-1906*. Stanford University, 1982, Tese de PhD, mimeo.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo, T.A. Queiróz/EDUSP, 1987.
- _____. Problemas ligados à cultura das classes pobres in *A Cultura do Povo*, São Paulo, Cortez Ed., 1988.
- BORGES, Elisa Linhares. *Utopias e Contra-Utopia: Movimentos Sociais Rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, tese de mestrado em Sociologia, 1988.
- BRANDÃO LOPES, Juarez. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.
- BRANT, Vinícius Caldeira. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, jan/fev/mar. 1977, nº 19.
- BRAUDEL, Fernand. *A Identidade da França. Espaço e História*. Rio de Janeiro, Ed. Globo, 1989.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Lógica e Dissonância a sociedade do trabalho: lei, ciência e resistência operária. *Revista Brasileira de História*, 6, 11, 1985/86.
- _____. A Mulher e o espaço público, in BRESCIANI e outros, *Jogos da Política. Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo, ANPUH/São Paulo/Marco Zero/FAPESP, 1992.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). Canavieiros em greve. Campanhas salariais e sindicalismo. *Caderno nº 14*. São Paulo, dez. 1985.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A Política dos Outros. O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CAMARGO, Cândido Procópio F.(org.). *Católicos, Protestantes e Espíritas*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- CAPRI, Roberto. *Minas Gerais e Seus Municípios - Zona da Mata*. São Paulo, Pocaí Weiss & Comp., 1916.
- CARVALHO, José Murilo. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* nº 20. Belo Horizonte, UFMG, 1966.

- CARVALHO, Orlando de. Os partidos políticos em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1 (2). Belo Horizonte, UFMG, jul. 1957.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- _____ e outros. *A Criação Histórica*. Porto Alegre, Ed. Artes & Ofícios, 1992.
- CHALOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- COHN, Norman. *Na Senda do Milênio. Milenaristas, Revolucionários e Anarquistas Místicos da Idade Média*. Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- _____. Estrutura versus experiência. Novas tendências da História do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha; in *BIB nº 29*. Rio de Janeiro, ANPOCS, 1990.
- COSTA Filho, Miguel. *A Cana-de-Açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. Rio de Janeiro, ed. Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- DEBERT, Guita Grim. *Ideologia e Populismo*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- _____. A questão do populismo. Populismo e participação política, in MELLO, José Marques de (coord.). *Populismo e Comunicação*. São Paulo, Cortez, 1981.
- DE DECCA, Edgar. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil no século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916-1974. *Estudos CEBRAP*, nº 12, São Paulo, 1975.
- DELGADO, Lucília de Almeida N. *PTB: Do Getulismo ao Reformismo*. São Paulo, Marco Zero, 1989.
- DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis, in HUNT, L. (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

- D'INCAO, Maria da Conceição. *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Petrópolis, Vozes, 1973.
-
- _____. *Qualé a Questão do Bóia-Fria*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DOIMO, Ana Maria. Igreja e movimentos sociais pós-70 no Brasil, in SANCHIS, P. (org.). *Catolicismo: Cotidiano e Movimentos*. São Paulo, Loyola, 1992.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- DUTRA, Eliana Regina F. República e Trabalho no Registro da Burguesia. *Revista do Departamento de História*, nº 10. Belo Horizonte, UFMG, 1990.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- EISNER, Nicole e HERVIEU, Bertrand. *Anciens paysans, nouveaux ouvriers*. Paris, Ed. L'Harmattan, 1979.
- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos*. São Paulo, CEBRAP, 4(2), out. 1984.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1958.
- FARIA, Maria Auxiliadora. *A Política da Gleba: As Classes Conservadoras Mineiras. Discurso e Prática na Primeira República*. Tese de Doutorado em História, USP, 1992.
- FARIA FILHO, Luciano M. A república do trabalho: a formação do trabalhador-cidadão em Minas Gerais no alvorecer do século XX. *Revista do Departamento de História*. nº 10. Belo Horizonte, UFMG, 1990.
- FERRANTE, Vera Lúcia B. *Passo a Passo em Descompasso, os Caminhos do Sindicalismo Rural Paulista*. Belo Horizonte, PIPSA, 1989, mimeo.
- FRANCISCO, Dalmir. *Negro. Afirmção Política e Hegemonia Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política, UFMG, tese de mestrado, 1992, mimeo.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ática, 1976.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. INL/MEC, Rio de Janeiro/Brasília, 1980.
- GARCIA JR., Afrânio. *O Sul. Caminho do Roçado*. São Paulo, Marco Zero/UnB/CNPq, 1990.
- GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida. O Mundo que os Escravos Criaram*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1988.
- _____. *Fábrica, Convento, Disciplina*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1991.
- GNACCARINI, J.C. & MOURA, M.M. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate, in *BIB* nº15 a 19, ANPOCS, São Paulo, Cortez ed., 1990.
- GOMES, Nilcéa M. *Sobre Camponeses e Política*. Campinas, 1987, mimeo.
- GOMES, Nilcéa M. e LOPES, Raquel M. *Formação da Estrutura Agrária Mineira*. Belo Horizonte, FAPEMIG/UFMG, 1989, mimeo.
- GOMES, Núbia Pereira M. e PEREIRA, Edmilson A. *Mundo Encaixado. Significação da Cultura Popular*. Belo Horizonte, Mazza ed./UFJF, 1992.
- GONTIJO, Romilda M. *A Parceria e o Café na Zona da Mata Mineira (1850-1906)*. Departamento de Ciência Política/UFMG, tese de mestrado, 1992, mimeo.
- GONZALES, Élbio e BASTOS, Maria I. O trabalho volante na agricultura brasileira; in PINSKY, J. (org.). *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, Hucitec, 1977.
- GRAMSCI, Antônio. Alguns temas da questão meridional; in *Revista Temas*, nº 1, São Paulo, 1980.
- HALL, Michael M. *História Oral: Os Riscos da Inocência*. Campinas, UNICAMP, 1992, mimeo.
- HALL, Stuart M. Notas sobre la desconstrucción de lo popular; in SAMUEL, R. *História Popular y Teoria Socialista*, Barcelona, Ed. Grijalbo, 1984.
- HARDMAN, Francisco F. *Trem Fantasma. A Modernidade na Selva*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta Cabeça. Idéias Radicais Durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- HOBBS, Thomas S. *O Leviatã*. São Paulo, Abril, Col. Os Pensadores, 1979.
- HOBSBAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- _____. História do Trabalho e Ideologia; in *História Cadernos de Pesquisa*, nº 1, AUPHIB, São Paulo, Brasiliense, 1977.
- _____. e RUDÉ, George. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves ed., 1982.

- HOGGART, Richard. *As Utilizações da Cultura*. Lisboa, Ed. Presença, 1973.
- IANNI, Otávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- JOSE, Oiliam. *Visconde do Rio Branco. Terra, Povo, História*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982.
- _____. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1962.
- _____. *A Propaganda Republicana em Minas*. Belo Horizonte, ed. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.
- _____. *Historiografia Mineira*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1987.
- JUNGMANN, Raul. *O Direito da Agro-indústria Canavieira*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1971.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. Porto, Portucalense, 1971.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre*. Campinas, Papirus, 1988.
- LANNA, Ana Lúcia. *A Transformação do Trabalho*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1988.
- LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz Terra, 1988.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LEÃO, Aniz José. *Comportamento do eleitorado de Belo Horizonte nas eleições de 1962*. Belo Horizonte, UFMG, nº 16, jan.64.
- LEFEBVRE, Georges. *O Grande Medo de 1789*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *História*; in *Enciclopédia Einaudi*. vol. 1. Porto, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.
- LEITE LOPES, José Sérgio. *Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa*; in LEITE LOPES e outros. *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. *O Vapor do Diabo: o Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- _____. (Coord.). *Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional/PROED, 1987.
- _____. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo, Marco Zero/ed.UnB/CNPq, 1988.

- LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais. 1870-1970*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- LOWY, Michel. O Catolicismo latino-americano radicalizado; in *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, 3, (5), jan/abr.1989.
- MACEDO, Carmen Cinira. *Tempo de Genesis. O Povo nas Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- _____. *Todo dia é dia*; in SANCHIS, P.(org.). *Catolicismo, Cotidiano e Movimentos*. São Paulo, Loyola, 1992.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- MANOEL, Álvaro. *Política Agrícola, Eficiência e Concentração na Agricultura Brasileira: um Estudo do Setor Canavieiro Paulista*. São Paulo, IPE/EDUSP, 1986.
- MARTINEZ-ALIER, Juan. *La Estabilidad del Latifundismo*. Madrid, Ed. Ruedo Ibérico, 1968.
- MARTINEZ-ALIER, V. e BOITO JR., A. 1974: enxada e voto; in LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H.(orgs.). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- MARTINS, Araguaya Feitosa. Alguns aspectos da inquietação trabalhista no campo; in *Revista Brasiliense* nº 40, mar/abr. 1962.
- MARTINS, Leda Maria. *A Cena em Sombras: Expressões do Teatro Negro no Brasil e nos Estados Unidos*. Faculdade de Letras/UFMG, Tese de doutorado, 1991.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo, Hucitec/INL, 1987.
- MAZZOLENI, Gilberto. *O Planeta Cultural*. São Paulo, EDUSP, 1992.
- MEDEIROS, Leonilde S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
- MENEZES, Maria Aparecida (org.). *Histórias de Migrantes*. São Paulo, Loyola, 1992.
- MERCADANTE, Paulo. *Os Sertões do Leste. Estudo de uma Região: a Mata Mineira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- _____. *Crônica de uma Comunidade Cafeeira. Carangola: o Vale e o Rio*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1990.
- MONTEIRO, Norma de Goes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais, 1889-1930*. Belo Horizonte, Co-edição da Prefeitura Municipal e Imprensa Oficial, 1974.

- MONTES, Maria Lúcia. O discurso populista ou caminhos cruzados; in MELLO, José Marques de. *Op. cit.*
- MORAES, Sônia H.N.G. Notas sobre a legislação fundiária e a legislação do trabalho no Brasil. *Texto para Discussão* nº 17, IFCH/UNICAMP, 1982, mimeo.
- MULS, Nair Costa. A natureza e os limites das lutas dos assalariados rurais em Minas Gerais: as greves dos canavieiros de Passos. *Textos de Sociologia e Antropologia* nº 13, julho/agosto 1986. Belo Horizonte, UFMG, mimeo, 1986.
- _____. *Trabalho, Consciência e Luta. A Formação do Proletariado Rural em Minas Gerais.* São Paulo, PUC, Tese de doutorado, 1989.
- MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1981.
- NEVES, Delma Pessanha. *Engenho e Arte.* Rio de Janeiro, Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1988.
- NORONHA, Olinda Maria. *De Camponesa à "Madame". Trabalho Feminino e Relações de Saber no Meio Rural.* São Paulo, Loyola, 1986.
- OLIVEIRA VIANNA, F.J. *Populações Meridionais do Brasil.* São Paulo, [s.e.], 1938.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. Estruturas de Igreja e conflitos religiosos; in SANCHIS, P.(org.). *Catolicismo: Modernidade e Tradição.* São Paulo, Loyola, 1992.
- ORTIZ, Renato. *A Morte Branca do Feiticeiro Negro.* São Paulo, Brasiliense, 1988.
- PAIVA, José Maria de. Comunidades Eclesiais de Base; in POMPERMAYER, Malori J.(org.). *Movimentos Sociais em Minas Gerais.* Belo Horizonte, Ed.UFMG, 1987.
- PAOLI, M.C. e SADER, E. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes); in CARDOSO, R. (org.). *A Aventura Antropológica.* São Paulo, Paz e terra, 1988.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira; in LEITE LOPES, J.S. *Cultura e Identidade Operária.* Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero/PROED, 1987.
- PEDROSA, Manoel Xavier V. Zona silenciosa da Historiografia Mineira - a Zona da Mata; in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, out/dez, 1962.
- PERROT, Michelle. A mulher popular rebelde; in *Os Excluídos da História.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- _____. L'imaginaire social au XIX^è siècle in; CAZENAVE, M. *Histoire et Imaginaire,* Paris, 1986.

- PINHEIRO, P.S. e HALL, M.M. *A Classe Operária no Brasil, 1989-1930. Documentos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1974.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. *O Mandonismo na Política Brasileira e Outros Ensaio*s. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- _____. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível", in VON SIMSON, O.(Org.). *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo, Vértice, 1988.
- RABELO, Maria Aurora M. *Chapadas e Grotas: Proletários e Camponeses no Alto Jequitinhonha*. Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política/UFMG, tese de mestrado, 1986.
- REIS, J.J. e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. São Paulo, DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.
- RIBEIRO, Ana M.Motta. *Passeio de Beija-Flor: A Luta do Sindicato Pela Garantia Legal de Representação dos Canavieiros Fluminenses Um Estudo da Ação Sindical em Campos*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, dissertação de mestrado, 1987, mimeo.
- RIBEIRO, Joaquim. *Folclore do Açúcar*. Rio de Janeiro, FUNARTE/IAA, 1977.
- RODRIGUES, Otávia. *As Lutas Sociais no Campo em Minas Gerais - A Luta Trabalhista*. Belo Horizonte, UFMG, 1991, mimeo.
- SABARÁ, Romeu. Libertação e celebração: o 13 de maio e a Princesa Isabel no congado mineiro; in *Comunicações do ISER*, ano 9, nº 35, 1990.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- SALLES GOMES, Paulo Emilio. *Humberto Mauro, Cataguazes, Cinearte*. São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1974.
- SAMUEL, Raphael (ed.). *Historia Popular y Teoria Socialista*. Barcelona, Ed. Grijalbo, 1984.
- _____. Deprofessionalizer l'histoire; in *Sous l'histoire, la mémoire*, número especial de Dialectiques, 1980.
- _____. Local history and oral history; in *History Workshop*, Issue I, Spring, 1976.
- SANTOS, Ana M. e MENDONÇA, Sônia R. Representações sobre o trabalho livre na crise do escravismo fluminense (1870/1903); in *Revista Brasileira de História*, ANPUH, Marco Zero, vol.6, nº 11, set.85/fev.86.

- SCOTT, James C. e KERKVLJET, Benedict J.T.(org.). Everyday forms of peasant resistance in South-East Asia. Special Issue, *The Journal of Peasant Studies*, vol.13, nº 2, jan.1986.
- SEIBLITZ, Zélia. Conflito na Diocese de Campos; in SANCHIS, P.(org.). *Catolicismo: Modernidade e Tradição*. São Paulo, Loyola, 1992.
- SENNA, Nelson de. *A Terra Mineira: Chorografia do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922.
- SGRECCIA, A. e GADELHA, E. Movimento Rural, 1970-85; in POMPERMAYER, M.J.(org.). *Movimentos Sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG, 1987.
- SIGAUD, Lygia M. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo, USP, Tese de doutorado, 1977, mimeo.
- _____. *Greve no Engenho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- _____. A presença política dos camponeses; uma questão de reconhecimento; *Anais do PIPSA*, 1988.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira. Exposição de motivos e texto do Estatuto da Lavoura Canavieira*. Rio de Janeiro, IAA, 1941.
- STARLING, Heloísa M.M. *Os Senhores das Gerais*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- STEIN, Stanley. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- STOLCKE, V. e HALL, M.M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo; *Revista Brasileira de História* nº 6, ANPUH, São Paulo, Marco Zero, 1984.
- SZMRECSANYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil (1930/75)*. Campinas, Hucitec/UNICAMP, 1979.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo, Polis, 1982.
- THOMPSON, E.P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona, Ed. Grijalbo, 1984.
- _____. Patrician society, plebeian culture. *Journal of Social History*, summer 1974, vol.7, nº 4.

- _____. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- _____. *Senhores e Caçadores*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- TORRES, José Carlos Brum. História e Política em Castoriadis; in *A Criação Histórica*. Porto Alegre, Artes e Ofícios Ed., 1992.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MG/Centro de Extensão. *Introdução ao Estudo do Congado*. Belo Horizonte, agosto de 1974, mimeo.
- VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- VAN DER POEL, Frei Francisco. *O Rosário dos Homens Pretos*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1981.
- VIDAL, Diana Gonçalves. De Heródoto ao gravador: histórias da História oral; in *Resgate, Revista Interdisciplinar de Cultura do Centro de Memória UNICAMP*, nº 01. Campinas, Papyrus, 1990.
- VON SIMSON, Olga de M. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- WANDERLEY, Maria Nazareth. *Capital e Propriedade Fundiária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1969.
- WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- WELCH, C. e GERALDO, Sebastião. *Lutas Camponesas no Interior Paulista. Memórias de Irineu Luís de Moraes*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. *O Campo e a Cidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- WOLF, Eric. *Lutas Camponesas no Século XX*. São Paulo, Global, 1984.

B) Periódicos:

Jornais:

Estado de Minas: 09/01/1986 a 28/02/1986; 22/08/89; 09/02/90; 10/06/90; 09/08/90; 10/08/90; 04/10/90; 18/10/90; 04/05/91; 10/05/91; 12/05/91; 05/01/92; 08/06/92; 07/10/92.

Folha de São Paulo: 24/11/90; 15/12/90; 12/01/91.

Jornal do Brasil: 04/12/89; 29/12/89; 02/06/91.

Minas Jornal: (Visconde do Rio Branco) de 1928 a 1932.

O Grito (Visconde do Rio Branco): fev/86; mar/86; jul/86; fev/87.

Jornal Visconde do Rio Branco: 1952/1971.

Jornal Voz de Rio Branco: mai/89 a jun/91.

Revistas:

Revista Brasil Açucareiro, IAA, jan/1939 a jan/1990.

Revista Globo Rural, ano 8, nº 85, nov/92.

Revista Nação Brasileira, ano XXIX, nº 343.

Revista Problemas, Partido Comunista do Brasil, 1956.

C) Relatórios e documentos:

CAR Companhia Açucareira Riobranquense. *Folder* de divulgação, Visconde do Rio Branco, 1988, 10 pp.

CER-UFMG/FETAEMG. A economia canavieira em Minas Gerais, relatório parcial, *Projeto A Situação dos Assalariados Rurais nas Culturas de Cana, Café e Reflorestamento em MG*. Belo Horizonte, jul/92.

Contratos de parceria agrícola. Cartório do 1º Ofício, Visconde do Rio Branco, 1987 e 1989.

FETAEMG. *Levantamento de Informações: Realidade dos Assalariados da Cultura da Cana-de-açúcar Municípios de Guidoal e Visconde do Rio Branco*. Belo Horizonte, 1992.

JOSÉ, Miguel. *Companhia Açucareira Riobranquense, 1885-1985*. Publicação comemorativa do centenário. Visconde do Rio Branco, Tipografia Império, 1985.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Esboço Inicial das Teses Sobre a Questão Agrária Para o Segundo Congresso da Internacional Comunista*, [s.d.].

_____. *Informe Sobre as Atividades Políticas do Partido na Região de Minas Gerais*, 1954.

_____. *Votação do PCB nas Eleições de 1945 em Minas Gerais*, 1945.

_____. *A Importância de Minas Gerais na Luta Pela Independência Nacional*, 1954.

_____. *Relação das Empresas, Fábricas e Usinas de Açúcar Com Mais de 500 Operários no Estado de Minas Gerais*. Secretariado Regional, 1956.

_____. *Relação das Empresas, Fábricas e Usinas de Açúcar Com Mais de 1000 Operários Existentes em Minas Gerais*. (idem).

SOCIÉTÉ SUCRIÈRE DE RIO BRANCO S/A. *Rapport de fin d'année, 1930-31*. Jean Rochebois (sous-gerant).

_____. *Rapport Sur Les Fermes*, par Jean Rochebois (sous-directeur), Visconde do Rio Branco, 1941.

D) Boletins e cartilhas:

A Verdade Vos Libertará. Cartilha da Diocese de Leopoldina, 1983.

Camaradas de Ponte Nova! Boletim eleitoral do PCB, eleição municipal de 1956.

Comissão de Jovens da Fazenda Santa Juliana Com Apoio dos Jovens de Massambar, Sementeira e Pastoral da Juventude no Meio Rural. Visconde do Rio Branco, nov/88.

Culturas Oprimidas e Evangelização. 4º encontro de CEBs do Leste II, 6 a 8/7, Timotéo, MG, 1990.

Desfazendo Equívocos. Boletim do Diretório Municipal do PT, Visconde do Rio Branco, 07/12/89.

Boletim Informativo do Sindicatos de Visconde do Rio Branco e Guidoal Sobre o Acordo Salarial. 1990.

O Assalariado. Cartilha da Coleção Terra, nº 1, Belo Horizonte, FETAEMG, [s.d.].

O Profeta Amós. Cartilha de orientação das CEBs, Diocese de Caratinga, ed. O Lutador, 08/08/88.

E) Arquivos, censos, cadastros e obras de referência:

Arquivo Paroquial da Paróquia de São João Batista, Diocese de Leopoldina: Relação dos Batizados e Matrimônios Entre 1945/1989.

Cadastro de Propriedades do INCRA, 1988.

Cartório Eleitoral de Visconde do Rio Branco. Atas das eleições de 1955, 62, 66, 70, 78 e 88.

Censo Demográfico de 1950. Rio de Janeiro, 1954, série regional, vol. XXI, tomo 1, MG, IBGE.

Censo Agrícola de 1950, vol. XXI, tomo 2, Rio de Janeiro, IBGE, 1955.

Coleção das Leis e Resoluções da Província de Minas Gerais, Ouro Preto, 1882.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, IBGE, 1959, Rio de Janeiro, XXVII vol.

Escritório Municipal do IBGE - Monografia Municipal/Visconde do Rio Branco, 1982.

Minas Segundo o Recenseamento de 1920. Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais. Serviço de Estatística Geral, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1924.

Produção Agrícola Municipal, 1985. IBGE. Vol. 12, tomo 2, região Sudeste - Culturas temporárias e permanentes.

Recenseamento Geral do Brasil, set. 1940, série regional, parte XIII, MG, tomo 2, IBGE.

VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960 - Censo Demográfico, série regional, vol. I, tomo IX, Fundação IBGE e Censo Agrícola, vol. II, tomo IX, 1ª parte.

VIII Recenseamento Geral do Brasil, 1970, série Regional, Censo Demográfico, vol. I, Tomo XIV, 2ª e 3ª partes, Fundação IBGE, e Censo Agropecuário MG, vol. III, tomo XIV, 1ª parte.

IX Recenseamento Geral do Brasil, Censo Demográfico, vol. I, tomo 4, nº 16 e Censo Agropecuário MG, vol. 2, tomo 3, nº 16, 1ª parte.

Tribunal Regional Eleitoral Minas Gerais: Atas das Eleições Municipais, Estaduais e/ou Nacionais de 1976, 82, 86, 88, 89 e 90 nos municípios de Visconde do Rio Branco e Guidoal.

Anexos



BELO HORIZONTE

PONTE NOVA

VISCONDE DO RIO BRANCO

UBA

GUIRÍEMA

GUIDO AL

ASTOLFO DUTRA

JUIZ DE FORA

VOLTA REDONDA

RIO PARAÍBA DO SUL

CAMPOS

RIO DE JANEIRO

**EMPRESAS, FÁBRICAS E USINAS DE AÇÚCAR COM MAIS DE 500
OPERÁRIOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

(incompleta)

1- Carris Urbanos	Belo Horizonte	800 operários
2- Fabrica textil	Belo Horizonte	800 operários
3- SAMSA - metalurgica	Rio Acima	700 operários
4- Morro da Minas (manganés)	Lafaiete	600 operários
5- Fábrica textil	Marzagânia	600 operários
6- Sata. Matilde (metal.)	Lafaiete	500 operários
7- Fabrica de Tecidos	Pedro Leopoldo	600 operários
8- Casa de Pedra (min.ferro)	Congonhas do Campo	800 operários
9- Minas da Passagem (ouro)	Mariana	500 operários
10- Fabrica textil Cedro Cachoeira	Jaboticatubas	600 operários
11- Bernardo Mascarenhas (textil)	Juiz de Fora	800 operários
12- Meurer (textil)	Juiz de Fora	700 operários
13- Sta. Cruz (textil)	Juiz de Fora	500 operários
14- Morais Sarmiento (textil)	Juiz de Fora	500 operários
15- Fábrica textil	Alem Paraiba	800 operários
16- Fábrica textil	Cataguazes	500 operários
17- Fabrica Textil	Cataguazes	700 operários
18- Usina de Açucar	Ponte Nova	800 operários
19- Usina de açúcar	Ponte Nova	600 operários
20- Fabrica textil	Lavras	700 operários
21- Fábrica textil	Itajubá	800 operários
22- Fabrica textil	Itajubá	800 operários
23- Fabrica armas	Itajubá	800 operários
24- Fabrica textil	Divinopolis	500 operários
25- Fabrica textil	Itauna	600 operários
26- Fabrica textil	Itauna	800 operários
27- Estrada de ferro Goias	Araguari	800 operários

18.000 operários

São 27 empresas em 17 municípios, com 18.000 operários. Representam 15% do número total de operários do Estado.

NOTA: Estes dados estão incompletos. Só para ilustrar: faltam dados de Curvelo onde há várias fábricas com mais de 500 operários.

Fonte: Secretaria Regional do Partido Comunista do Brasil

(As referências e dados foram transcritos conforme a redação, datilografada, do documento original)

**EMPRESAS, FÁBRICAS E USINAS DE AÇUCAR COM MAIS DE 1.000
OPERÁRIOS EXISTENTES EM MINAS GERAIS (dados incompletos)**

1- Central do Brasil	15.000 ferroviarios
2- Rede Mineira de Viação	13.000 ferroviarios
3- Morro Velho	5.500
4- Belgo-Mineira (Sabrá-Monlevade)	4.900
5- Acesita	4.000
6- Industrial Mineira	1.800
7- FEA (fábrica de espoletas) - J. Fora	1.200
8- Cia. Ferro Bra sileira - Caetés	1.500
9- Cia. Brasileira Usinas Metalúrgicas - Cocais	1.500
10- Renascença - textil de B. Horizonte	1.500
11- FiaçãoSarmiento - S.J. Nepomuceno	1.000
12- Textil Leopoldinense - Leopoldina	1.200
13- Sucrerie - usina açúcar - Rio Branco	1.500
14- Minerio de ferro - Itabira	1.300
15- Usina metalurgica Queiroz Junior - Itabirito	1.000
	<hr/>
	55.900

Representa quasi 50% de todo o proletariado de Minas Gerais.

Estes dados são incompletos, pois não incluem empresas novas bastante grandes como Manesman e outras.

Pelos dados expostos, verifica-se que mais de 65% de todo o proletariado mineiro concentra-se em 42 empresas de mais de 500 operários.

Fonte: Secretaria Regional do Partido Comunista do Brasil, 1956

(As referências e dados foram transcritos conforme a redação, datilografada, do documento original)

ASSISTÊNCIA SOCIAL AO TRABALHADOR E SUA FAMÍLIA. META PRIORITÁRIA DA CIA. AÇUCAREIRA RIOBRANQUENSE.

Atuando dentro das normas estabelecidas pelo IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool, a Cia. Açucareira Riobranquense não vem medindo esforços para pôr em prática seu trabalho no campo da assistência social. Sua primeira meta, após assumir o controle acionário da Usina Rio Branco, em 1973, foi regularizar a situação de todos os operários rurais. Objetivo alcançado no histórico dia 26 de outubro de 1976 quando a empresa reuniu os 1532 operários, na época, entregando-lhes as Carteiras de Trabalho devidamente assinadas, assegurando a todos os plenos direitos da Lei Trabalhista. Esse ato representou mais um marco de pioneirismo do Grupo



Bouchardet, que assim ajustou o seu ideal ao ideal do Governo Federal em assistir o homem do campo, contendo o êxodo rural, problema social de consequências imprevisíveis. Para o serviço de Assistência Social ao trabalhador rural a empresa mantém um departamento exclusivo com 17 funcionários, equipado com transporte próprio para locomoção às fazendas e para onde for preciso.

ÁREA DE SAÚDE

Nesta área, a empresa tem moderno e bem equipado ambulatório em pleno funcionamento, mantendo convênio com a "Casa de Saúde Santa Rosa" para internamentos determinados pelos médicos do ambulatório. O ambulatório é equipado com ambulância para transporte de pacientes. O setor de medicina-preventiva é também dinamizado com orientação de funcionários que cuidam da parte de ensinamentos sobre higiene, alimentação, etc. O departamento fornece ainda medicamentos. A empresa presta também outros serviços às famílias dos operários rurais, entre os quais está o fornecimento de sementes de hortaliças como incentivo para uma alimentação mais sadia e muito mais econômica. É só plantar, colher e se alimentar. Uma verdadeira aula de economia doméstica.

ÁREA ODONTOLÓGICA.

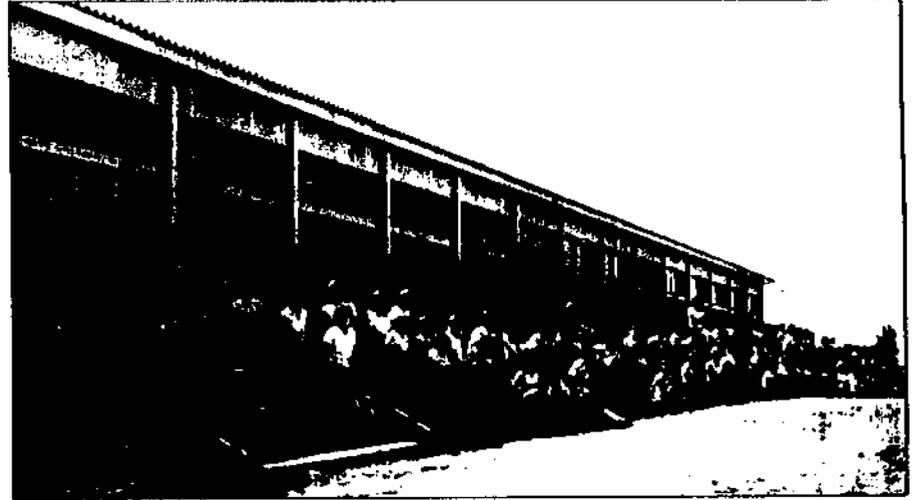
A empresa conta com gabinete dentário, modernamente instalado, para assistência médico-hospitalar aos seus funcionários, dependentes, atendendo em média 24 pessoas diariamente.

HABITAÇÃO/EDUCAÇÃO/LAZER

Suas 22 fazendas contam com casa para colonos e casa-sede do administrador, cada fazenda possui, agora, área de lazer com parque infantil que faz a alegria da criançada, num ambiente sadio e humano. A parte rural conta ainda com 8 campos gramados para prática de futebol onde são realizados jogos entre operários. No setor educacional, a empresa mantém Escolas Rurais de 1.ª a 4.ª séries do 1.º grau. Após a conclusão deste ciclo, os alunos continuam seus estudos no Ginásio Raffaella Menicucci, mantido pela Fundação Educacional Bouchardet. São as seguintes as escolas rurais: Escola Theophile Dubleil - Fazenda Santa Helena - 65 alunos - Escola Presidente Vargas - Fazenda Boa União - 45 alunos - Escola Joseph Lambert - Fazenda Capoeirinha - 35 alunos. A assistência social ainda mantém na cidade o asilo geriátrico "Rui Bouchardet", com dezenas de internos. Todo o trabalho de assistência social se completa quando chega o Natal. A direção reúne todos os seus funcionários e promove uma grande festa de confraternização com almoço e farta distribuição de presentes. Todo o esforço que é dedicado à comunidade de Visconde do Rio Branco é recompensado pela alegria e satisfação dos funcionários em trabalhar para a empresa e engrandecer o nome de Visconde do Rio Branco no cenário nacional. Isso é para a Cia. Açucareira Riobranquense motivo de grande orgulho.



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BOUCHARDET.



A Fundação Educacional Bouchardet é uma entidade reconhecida como de utilidade pública e fins filantrópicos. É mantida pelo Grupo Bouchardet, que a instituiu no dia 12 de outubro de 1967 para assistir, na área educacional, seus funcionários e dependentes. A fundação é mantenedora da Escola de 1.º grau Raffaella Menicucci e assiste também a Faculdade de Ciências Econômicas Contábeis e Administrativas. Nos cursos superiores da Faculdade estão matriculados, na área de Ciências Contábeis, 250 alunos e na área de Administração de Empresa, 200 alunos. A Fundação Educacional Bouchardet exerce uma grande influência nas cidades vizinhas, oferecendo condições de estudos a nível superior aos jovens das cidades de Ubá, Cataguases, São Geraldo, Guiricema, Piraúba e Leopoldina, que têm na Faculdade um ensino de alto nível. Os jovens vão para a Faculdade, se formam e asseguram um futuro melhor. O Ginásio de 1.º grau Raffaella Menicucci funciona dentro de uma moderna filosofia de ensino, objetivando um maior aproveitamento do aluno na sua aptidão escolar, orientando-o nas suas aspirações e ideais. Esse moderno trabalho de ensino é para conscientizá-lo da sua importância e seu futuro na comunidade riobranquense. Atualmente estão matriculados nas diversas séries do Ginásio, de 5.ª a 8.ª séries, 269 alunos. O Ginásio oferece, paralelo ao currículo escolar, opções profissionalizantes, como: decoração ambiental, corte e costura, economia doméstica, eletricidade, etc. Nas aulas de Botânica, a escola promove e planeja uma autêntica horta caseira, onde os alunos, supervisionados por um professor, preparam, plantam e colhem alimentos. São aulas ao vivo e dinâmicas que despertam maior interesse no aluno pela matéria, além de ser uma ótima experiência. A escola ainda possui: Biblioteca, para incentivar o hábito da leitura e atender os alunos carentes no seu Banco do Livro. Centro Cívico onde os alunos aprendem e desenvolvem a prática de jogos de dama, xadrez, pingue-pongue, etc. Colegiado de professores, de acordo com as determinações da Secretaria de Educação e Cultura.

Líderes de classe.

A escola adota esse sistema para que os alunos participem ativamente de tudo, opinando e influenciando nas decisões da escola.

Lazer.

Paralelamente aos estudos, tem no lazer e esportes a preocupação de dar ao aluno o melhor. A escola possui espetacular praça de esportes, onde são disputados campeonatos de várias modalidades esportivas. O empenho no esporte é levado a sério pelos alunos que vêm se destacando como autênticos campeões de toda a região da Zona da Mata.

Música.

Para descobrir novos talentos na área musical, a escola mantém, com orgulho, uma fanfarra com mais de 100 participantes, que já se tornou famosa e querida em todo o Estado. Na fanfarra, os alunos desenvolvem e aperfeiçoam sua musicalidade, coreografia e disciplina, oferecendo um grande espetáculo artístico e recebendo como incentivo muitos aplausos em suas apresentações.



A Fundação Educacional Bouchardet se orgulha desse trabalho que faz para os funcionários e seus dependentes. Trabalho que é recompensado pela dedicação e amor que todos dedicam aos estudos e à preservação da escola.

Por isso, cada vez mais a Fundação irá se modernizar e desenvolver para formar novos profissionais para o engrandecimento de Visconde do Rio Branco, Minas Gerais e do Brasil.

“LACTÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA” ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS CARENTES DA CIDADE.

Nascido e idealizado pelo amor que Dona Rosa Menicucci Bouchardet dedica aos carentes da cidade, foi fundado em 25 de outubro de 1965, o Lactário Nossa Senhora Aparecida, reconhecido como de utilidade pública e fins filantrópicas. O Lactário funciona dentro de seus objetivos, prestando um inestimável serviço de assistência às crianças carentes e gestantes sem recursos.

ALIMENTAÇÃO.

Como se sabe, a alimentação é a base de tudo para o crescimento sadio de uma criança. Essa é a preocupação maior do Lactário, que vem se destacando com um ótimo trabalho no atendimento às crianças carentes. Diariamente são servidos almoço, lanche e jantar para mais de 100 crianças, nos horários de 10, 13 e 16 horas. A base de alimentação se compõe de cereais, verduras, carne, legumes, etc., com alimentação farta, num ambiente de zelo e higiene.

LAZER DAS CRIANÇAS

Na parte de recreação, as crianças se divertem em horário estabelecido, no parque infantil, em frente ao Lactário, no Bairro Jardim Alice. Durante o tempo que passam no Lactário, as crianças são assistidas por funcionários que ministram aulas educativas, dando a elas tranquilidade e muito calor humano. Em épocas de festas, como Semana da Criança, Natal, etc., são distribuídos brinquedos para todas as crianças, inclusive para as que não freqüentam o Lactário.

ASSISTÊNCIA ÀS GESTANTES.

O Lactário presta um excelente e eficiente serviço de assistência às gestantes, onde é dada a elas orientação de como se comportarem na época de gestação, como fazer um melhor uso de vitaminas e ainda ganham enxovais completos para os recém-nascidos. Os enxovais são confeccionados pelas alunas da Escola Raffaella Menicucci, que dessa maneira contribuem para a assistência às gestantes carentes.

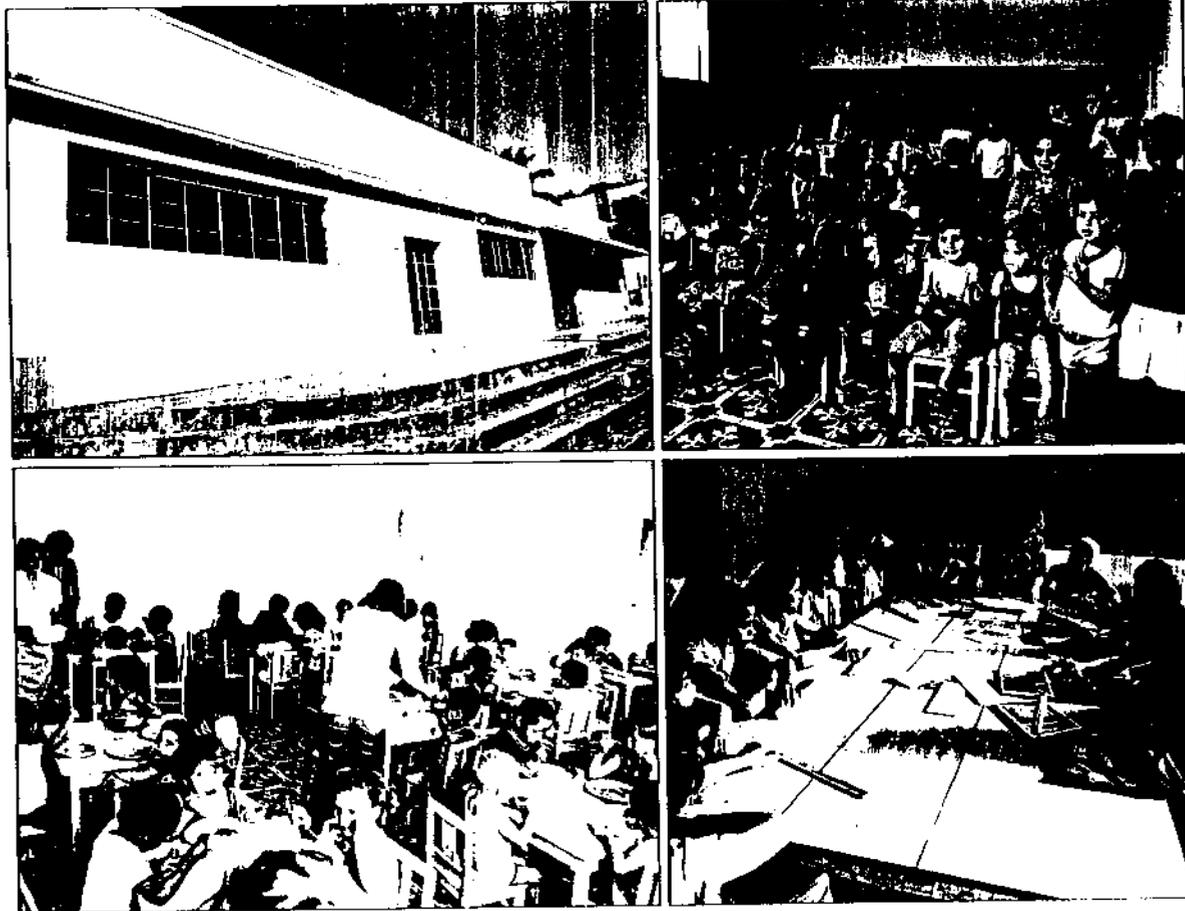
DISTRIBUIÇÃO DE LEITE.

O leite, um dos mais completos alimentos, já é distribuído normalmente às crianças que freqüentam o Lactário. Agora, também está sendo doado a 45

famílias carentes. Vale destacar que todo o leite é integralmente doado, ao Lactário, pela Cooperativa do Leite e pelo Sr. Mário Bouchardet Sênior, com o objetivo único de colaborar com os mais necessitados. A comunidade envia à entidade roupas e outros objetos para a distribuição. Enfim, um trabalho harmonioso de todos que enaltece a cidade e permite aos mais necessitados melhor condição de vida. Assistir os carentes é a finalidade maior do Lactário Nossa Senhora Aparecida. Uma obra social criada e dirigida com amor e carinho por Dona Rosa Menicucci Bouchardet.

PROJETO CASULO.

O projeto Casulo, recentemente criado, se destina ao trabalho e amparo às crianças de 0 a 6 anos. Elas recebem alimentação, recreação, medicina preventiva, higiene, etc. O Lactário, para essa assistência especial, recebe colaboração e apoio da LBA-Legião Brasileira de Assistência. No projeto Casulo, estão matriculadas 37 crianças.



FDNTE: "CAR - COMPANHIA AÇUCAREIRA
RIOBRANQUENSE - 62 ANOS DE
PROGRESSO VALORIZANDO O
HOMEM E SEU TRABALHO".

BOLETIM INFORMATIVO

STR DE VISCONDE DO RIO BRANCO - STR DE GUIDOVAL

DIREGIDO A TODOS OS TRABALHADORES DA COMPANHIA AÇUCAREIRA RIOBRANQUENSE.

TEMOS VIVIDO NOS ÚLTIMOS TEMPOS O MAIOR ARROCHO SALARIAL DA NOSSA HISTÓRIA. É SÓ COMPARAR OS PREÇOS DOS PRODUTOS SUBINDO A CADA MÊS, OS SALÁRIOS É QUE ESTÃO CONGELADOS. TEREMOS OUTRA MENTIRA DE AUMENTO DE SALÁRIO QUE SE CHAMA ABONO SALARIAL, OS TRABALHADORES RECEBERÃO TRÊS MIL CRUZEIROS A MAIS NESTE MÊS E EM SETEMBRO NÃO HAVERÁ MAIS ABONO E AÍ SERÁ A HORA DA VERDADE. A EMPRESA CONCEDEU UM AUMENTO DE 5% A TÍTULO DE ANTECIPAÇÃO SALARIAL QUE REPRESENTA MUITO POUCO DIANTE DE SALÁRIOS TÃO BAIXOS. OUTRA COISA CURIOSA É QUE NAS NEGOCIAÇÕES COM A EMPRESA ELA DIZIA QUE OS PREÇOS ESTAVAM CONGELADOS, SÓ QUE AGORA ESTÃO TENDO AUMENTO EM SEUS PRODUTOS E NADA DE AUMENTO PARA OS TRABALHADORES.

QUANDO A EMPRESA COMEÇOU A PERCEBER QUE OS TRABALHADORES ESTÃO SE ORGANIZANDO E PARTICIPANDO ATIVAMENTE NO STR, TRABALHOU CONTRA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES CHEGANDO A PROPOR A CRIAÇÃO DE UM OUTRO SINDICATO ONDE ELA PUDESSE COMPRAR OS DIRETORES. ISTO TUDO EXATAMENTE EM UM MOMENTO DE VITÓRIAS DO STR, COMO POR EXEMPLO A DO GERALDINHO DA FAZENDA SANTA HELENA, DEMITIDO POR JUSTA CAUSA, O STR RECORREU À JUSTIÇA E PROVOU QUE A EMPRESA ESTAVA SENDO INJUSTA COM OS TRABALHADORES. OUTRO PONTO QUE TEM LEVADO A EMPRESA A FALAR MAL DO SINDICATO É O DISSÍDIO COLETIVO, TEMOS CONSCIÊNCIA CLARA QUE OS TRABALHADORES TÊM UMA PERDA DE MAIS DE 100% EM SEU SALÁRIO E A EMPRESA NEGOU UM AUMENTO JUSTO. OS STR'S NÃO TIVERAM OUTRA SAÍDA, TIVEMOS QUE ENTRAR COM O DISSÍDIO NA JUSTIÇA.

PRECISAMOS ESTAR MUITO ATENTOS, POIS A QUALQUER MOMENTO VAI ACONTECER O JULGAMENTO DO DISSÍDIO E OS TRABALHADORES GANHANDO ALGO IMPORTANTE A USINA VAI QUERER ARRANJAR UM JEITO DE NÃO PAGAR E A GENTE TEM QUE ESTAR PREPARADO PARA UMA RESPOSTA.

UNIDOS VAMOS MELHORAR NOSSOS SALÁRIOS!

Termo de Acordo

Acordo Coletivo de Trabalho, que entre si celebram, pelos seus respectivos representantes legais, de um lado Cia. Açucareira Riobranquense, empresa agro industrial, com sede nesta cidade, na Rua Melo Barreto, s/n, e, de outro lado os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Visconde do Rio Branco, Guidoal e Rodeiro, estes com sede nos seus respectivos municípios, no Estado de Minas Gerais, tudo conforme as cláusulas e condições seguintes:

1ª. — A Empresa concederá um aumento salarial de 12,05% (Doze vírgula zero cinco por cento), a partir de 1º de maio de 1989, calculado sobre o salário do mês de abril/89, a todos os funcionários que receberem mais de 01 (um) Piso Nacional de Salário;

2ª. — Piso Salarial: A Empresa adotará como o menor salário a ser pago a seus funcionários, o valor equivalente ao Piso Nacional de Salário acrescido de 10% (Dez por cento). Fará jus a este Piso o empregado que contratado permanecer na empresa após um período de 90 (noventa) dias consecutivos;

3ª. — Adicional por Tempo de Serviço: A todos os empregados da empresa será pago um adicional de 5% (cinco por cento), por quinquênio trabalhado ininterruptamente, na mesma empresa, calculado sobre o Piso Nacional de Salário;

4ª. — Transporte: Os trabalhadores deverão ser transportados em veículos de passageiros e não de carga, permitindo-se, excepcionalmente e provisoriamente, o transporte por outros veículos, desde que seja de acordo com as normas do CONTRAN (RESOLUÇÃO Nº. 683 de 02.10.87), sujeito a vistoria das autoridades e ainda gratuito;

5ª. — A Empresa se compromete a transportar das fazendas os trabalhadores e seus dependentes, para assistência médica e odontológica, em caso de emergência a qualquer dia ou hora, inclusive no período de saída, usando o plantão que serve a indústria;

6ª. — O horário para refeição dos trabalhadores rurais passa a ser de 01 (uma) hora para o almoço e 01 (uma) hora para o café, sem compensação e desconto;

7ª. — Horário de Pagamento: O pagamento de salário será feito em moeda corrente e no horário de serviço, permitindo o prolongamento do pagamento até 02 (duas) horas após o término da jornada, desde que remuneradas as horas deste prolongamento;

8ª. — Ferramentas e Equipamentos de Trabalho: A Empresa fornecerá todas as ferramentas de trabalho e os equipamentos de proteção e segurança necessários ao trabalho, a título de empréstimo, ficando os mesmos sob a responsabilidade daqueles que os receberam;

9ª. — Os trabalhadores que não conseguirem atingir a produção mínima, desde que não haja dolo ou culpa, receberão o Piso Salarial Profissional mínimo estabelecido independente de qualquer compensação posterior;

10ª. — O Trabalhador Acidentado: A Empresa encaminhará o trabalhador acidentado para o órgão previdenciário, e fará a comunicação de

os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado, por motivo de doença, por atestado médico, pelo serviço médico ou Empregadores, desde que com a previdência seja superior a 04 (quatro) vezes o valor de contribuição da Empresa;

12ª. — Estabilidade: A Empresa garante-se a estabilidade do empregado pelo período de 60 (sessenta) dias após a data de retorno ao serviço;

13ª. — Período de Inatividade: Quando não houver trabalho, o empregador pagará salários durante o período de inatividade, desde que com o valor de trabalho, através do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

14ª. — Trabalho: O preço do serviço será negociado entre o Sindicato respectivo e a Empresa, sendo a categoria econômica considerada;

15ª. — Recolhimento: A Empresa apresentará a prova do recolhimento de todos os trabalhadores após o seu recolhimento;

16ª. — A Empresa fornecerá para refeições, com carneiras, mesas, bancos para os empregados, como locais para as refeições, e ônibus que existem na cidade;

17ª. — Comprovar: A Empresa comprovará que a empresa fornecera uma prestação de 08 (oito) horas com diária de seus empregados, e irá ver como funciona o plantão;

18ª. — Estabilidade: A Empresa garante-se a estabilidade do empregado nos serviços no período de 60 (sessenta) dias após a data de retorno ao serviço, ficando a cargo da Previdência Social, ficando ainda, de 60 (sessenta) dias;

19ª. — Desconto: A Empresa descontará de cada empregado a quantia de uma contribuição representativa das despesas representativas, por ocasião de recolhimento e recolherá em 10 (dez) dias após a data de recolhimento, indicada pela entidade;

20ª. — Livre Acesso: A Empresa obriga-se a fornecer aos dirigentes sindicais, um espaço para o consumo de moço e café para as reuniões em conjunto, e gratuita, sendo que no caso de empresa comunicada com o órgão previdenciário;

21ª. — Cessão de Direitos: Os trabalhadores que da empresa poderão consumir da família, nos

o de Acordo Coletivo

balho, que entre si
tivos representantes
eira Riobranquense,
sede nesta cidade,
de outro lado os Sin-
irais de Visconde do
iro, estes com sede
ios, no Estado de
as cláusulas e con-

lerá um aumento sa-
zero cinco por cen-
989, calculado sobre
a todos os funcio-
de 01 (um) Piso Na-

mpresa adotará co-
go a seus funcioná-
Piso Nacional de Sa-
por cento). Fará jus
contratado perma-
nente de 90 (no-

de Serviço. A todos
era pago um adicio-
por quinquênio tra-
na mesma empresa,
nal de Salário;

abalhores deverão
de passageiro e
excepcionalmente e
por outros veículos,
com as normas do
683 de 02.10.87),
es e ainda gratuito;

premiar a transpor-
ores e seus depen-
es odontológica,
a qualquer dia ou hora,
quando o plantão

de trabalho
quente para e
café, sem com-

o pagamento
a corrente e no ho-
prolongamento do
s após o término da
das as horas deste

Equipamentos de Tra-
todas as ferramentas
de proteção e se-
lho, a título de em-
sob a responsabili-
dam;

se não conseguirem
sde que não haja
iso Salarial Profis-
dependente de qual-

os primeiros 15 (quinze) dias do afastamento do empregado, por motivo de doença comprovada por atestado médico do órgão previdenciário ou pelo serviço médico do Sindicato dos Empregados ou Empregadores, desde que mantenham convênio com a previdência social, e, que o atestado não seja superior a 04 (quatro) dias, ficando os demais sujeitos a passarem pelo Departamento médico da Empresa;

12º — Estabilidade do Acidentado: Assegura-se a estabilidade do trabalhador acidentado pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de retorno ao serviço;

13º — Período de Chuvas: Nos dias em que não houver trabalho por motivo de chuva, o empregador pagará salários integrais aos trabalhadores, desde que comprovada sua presença no local de trabalho, através de Folha de Ponto;

14º — Trabalho por Produção ou Tarifa: O preço do serviço por produção ou tarifa será negociado entre o Sindicato dos Trabalhadores, respectivo e a Empresa ou entidade que representa a categoria econômica, no início da colheita;

15º — Recolhimento e Contribuição Sindical: A Empresa apresentará aos sindicatos Suscitantes a prova do recolhimento da contribuição sindical de todos os trabalhadores rurais, 10 (dez) dias após o seu recolhimento;

16º — A Empresa construirá um local para quatro para refeições, que deverá ser equipado com canteiras, mesas, fogões ou aquecedores, sem ônus para os empregados; ficando provisoriamente como locais para as referidas refeições, os toldos e ônibus que existem nos locais de trabalho;

17º — Comprovante de Produção: A Empresa fornecerá num período máximo de 48 (quarenta e oito) horas comprovante real da produção diária de seus empregados, para sua implantação, irá ver como funciona nas Usinas que o implantou;

18º — Estabilidade da Gestante: Fica assegurado a empregada rural gestante, o afastamento dos serviços, no período de 120 (cento e vinte) dias, ficando tal licença a critério da parturiente e do médico, ficando, ainda, assegurada a estabilidade de 60 (sessenta) dias após retornar ao serviço;

19º — Desconto Assistencial: Fica ajustado que a empresa, através do desconto assistencial, descontará de cada empregado, sindicalizado ou não, a quantia de uma diária, em favor das entidades representativas dos trabalhadores rurais suscitantes, por ocasião do primeiro pagamento e recolherá em 10 (dez) dias em conta bancária indicada pela entidade beneficiada;

20º — Livre Acesso dos Dirigentes Sindicais na Empresa: Obriga-se a empresa dar livre acesso aos dirigentes sindicais nos intervalos de almoço e café para acompanhamento ou buscas de soluções em conjunto, quando da execução normativa, sendo que no horário de trabalho seja a empresa comunicada com antecedência;

21º — Cessão de Área de Subsistência: Todos os trabalhadores que moram nas propriedades da empresa poderão plantar uma horta para o consumo da família, nos arredores das moradias;

23º — Aviso de Férias: Que o empregado receba o aviso de férias com 10 (dez) dias de antecedência e que o pagamento será feito 48 (quarenta e oito) horas após o aviso;

24º — Os trabalhadores não serão obrigados a sair de suas fazendas onde moram para trabalhar em outras fazendas, só permitindo que isso aconteça em caso de extrema necessidade;

25º — Que os trabalhadores durante a semana façam a compensação de uma hora por dia, ou seja, de segunda-feira a quinta-feira e na sexta-feira oito horas normais para folgarem no sábado, cumprindo assim, o que está na Constituição, as 44 horas semanais, menos no período de férias;

26º — A Empresa fornecerá vales a seus empregados em caso de doença, desde que comprovada a necessidade;

27º — Fica a Empresa obrigada a colocar material para usar ferramentas para os trabalhadores e gratuitamente;

28º — A Empresa se responsabilizará a fazer uma revisão periódica nas moradias das fazendas e consertar caso seja necessário, uma vez por ano, obrigando-se o morador a conservar suas dependências;

29º — Qualquer proposta ou documentos que a Empresa for levar à categoria seja encaminhado prioritariamente ao Sindicato competente;

30º — A Empresa liberará o trabalhador em caso de falecimento de companheiros ou familiares, sem compensação de horas de trabalho ou desconto, no mínimo de 03 (três) e no máximo de 05 (cinco) pessoas da turma;

31º — A Empresa se obriga a liberar o trabalhador em caso de internamento de familiares para assistência, sem desconto ou compensação de horas de trabalho, por 02 (dois) dias, desde que não haja outras pessoas que possam dar tal assistência;

32º — A Empresa fornecerá, sem ônus para os empregados, um pão com manteiga e um copo de café com leite, nos dias trabalhados, após o levantamento a ser realizado pelos Sindicatos e a Empresa para colocar em prática tal medida;

33º — Creche: A Empresa se compromete a assinar convênio com instituições que dirigem creches infantis na região, destinado a acolher os filhos de suas empregadas durante o horário de trabalho, desde que sua idade esteja compreendida entre 0 (zero) a 04 (quatro) anos;

34º — Homologação de Rescisões: A Empresa se obriga nas rescisões contratuais, levá-las a homologação com assistência do Sindicato da categoria;

35º — Vigência: A presente sentença normativa vigorará por um ano a partir de 1º de maio de 1989, até 30 de abril de 1990.

Visconde do Rio Branco, 07 de junho de 1989.

Ass. Celso Franco - Sindicato dos Trabalha-

**PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS
DA COMPANHIA AÇUCAREIRA RIOBRANQUENSE**

1. Piso salarial para todos os trabalhadores de 1 e ½ salário mínimo.
2. Data-base do acordo coletivo: 1º de maio.
Antecipação salarial para o mês de fevereiro de 1986.
3. Correção trimestral de salários de acordo com IPCA, a partir da data-base.
4. Enquadramento dos trabalhadores: todos que executam qualquer tarefa em serviços rurais, corrigindo todas as carteiras de trabalho que porventura estiverem indevidamente anotadas, ficando impedido qualquer desconto, seja a que título for, para o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia.
5. Transporte de acordo com as normas do CONTRAN, ficando inclusive sujeito à vistoria das autoridades, devendo os mesmos portar estas vistorias (licença especial para transporte de pessoas).
6. Proibição de qualquer desconto referente à transporte para o trabalho.
7. Melhorar o atendimento médico, inclusive colocando ambulâncias nas fazendas para atendimento dos trabalhadores e seus dependentes.
8. Aceitação dos atestados médicos apresentados pelos trabalhadores, inclusive os oferecidos pelos postos médicos e recebidos nos próprios locais de trabalho, pelo apontador ou representante da empresa.
9. Que o horário de almoço seja de 1 (uma) hora, acrescentando-se o período de 20m para o café, sem que haja qualquer desconto nos salários ou compensação deste.
10. Que a jornada de trabalho seja contada desde o ponto de embarque ao desembarque final dos trabalhadores.
11. Que o pagamento seja realizado dentro do horário de trabalho, e caso não seja em moeda corrente, possibilite ao mesmo condições para o deslocamento, dirigindo-se à agência bancária onde reside para que possa receber o seu salário, sem que ocorra qualquer prejuízo.
12. Que as ferramentas de trabalho sejam fornecidas pela própria empresa gratuitamente.

13. Que o trabalhador que não conseguir atingir a produtividade exigida, receba o piso salarial mínimo estabelecido, sem que haja qualquer compensação posterior.
14. Encaminhamento do trabalhador acidentado para a representação do INAMPS, pelo prazo exigido para efeito do recebimento do auxílio de acidentados de trabalho.
15. Pagamento do auxílio-doença nos primeiros 15 dias, aceitando-se atestado médico de acordo com a cláusula anterior.
16. Assegura-se o pagamento pela empresa em caso de acidente de trabalho nos primeiros 15 dias, e a partir do 16º dia, a complementação do salário durante o período de afastamento.
17. Estabilidade do acidentado pelo período de um ano, a partir do retorno ao trabalho.
18. Fica estabelecido que a falta de produtividade não seja motivo para suspensão ou qualquer punição para o trabalhador.
19. Que nenhum trabalhador seja obrigado a trabalhar em período chuvoso, a não ser que receba equipamento adequado.
20. Garantia do pagamento dos dias parados, aos trabalhadores em greve.
21. Nenhuma punição aos grevistas.
22. Estabilidade por um ano.
23. Negociação dos trabalhos relativos à safra da cana no período de até 30 dias contados do início da safra.

JUSTIÇA SOCIAL!

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VISCONDE DO RIO
BRANCO E SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUIDOVAL.

07 de fevereiro de 1986.

(Pauta transcrita de um boletim do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Visconde do Rio Branco, constante em seus arquivos sobre a greve de 1986).